

# *Revista Ágora*

ISSN 1980-0096

## FICHA TÉCNICA

### **Editores**

Sergio Alberto Feldman (Universidade Federal do Espírito Santo), Brasil

Pedro Ernesto Fagundes (Universidade Federal do Espírito Santo), Brasil

### **Conselho Consultivo**

Antonio Carlos Amador Gil (Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil)

Cleonara Maria Schwartz (Universidade Federal do Espírito Santo)

Erivan Cassiano Karvat (Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil)

Estevão Chaves de Rezende Martins (Universidade de Brasília, Brasil)

Leila Rodrigues da Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Luis Fernando Beneduzi (Universidade Ca' Foscari de Veneza, Itália)

Luiz Geraldo Santos da Silva (Universidade Federal do Paraná, Brasil)

Marcos Pereira Magalhães (Museu Paraense Emílio Goeldi, Brasil)

Simonne Teixeira (Universidade Estadual do Norte Fluminense, Brasil)

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti (Universidade Católica do Salvador, Brasil)

### **Diagramação e capa**

Lucas Onorato Braga

### **Revisão**

Os autores

### **Realização**

Núcleo de Pesquisa e Informação Histórica

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo

### **Imagem da capa**

COSTA, Geraldo. "A crescente extrema direita no Brasil e no mundo". **Obvius**, 2019.

## Contato

Av. Fernando Ferrari 514, IC-3,  
Segundo andar/CCHN - *Campus* de Goiabeiras  
Vitória, ES, CEP: 29075-910  
Telefone: 55 27 4009-2507  
E-mail: [revistaagoraufes@gmail.com](mailto:revistaagoraufes@gmail.com)

## Objetivo

Uma das maiores dificuldades enfrentadas por discentes e docentes no âmbito dos programas de pós-graduação no Brasil é, seguramente, divulgar os resultados parciais e/ou finais obtidos com a execução dos projetos de pesquisa. Diante de uma situação como essa, é imprescindível a adoção de iniciativas no sentido de permitir que os trabalhos acadêmicos sejam compartilhados com a comunidade científica e com a sociedade em geral.

Por essa razão, propomos a criação da *Revista Ágora*, veículo eletrônico de periodicidade semestral voltado para a divulgação, sob a forma de artigo científico, do produto das pesquisas desenvolvidas por alunos e professores dos Programas de Pós-Graduação. A principal finalidade do periódico é constituir um espaço virtual de debate, de discussão que resulte em ideias originais e iniciativas transformadoras, como outrora se dava entre os gregos, os patriarcas do pensamento ocidental e precursores do conhecimento histórico. E é com esse espírito que convidamos a todos a acessar e contribuir com a manutenção da revista.

Além de artigos, *Ágora* acolhe o envio de resenhas, entrevistas, traduções e documentos historiográficos. Sua periodicidade é semestral e ela recebe colaborações em fluxo contínuo. O acesso ao conteúdo de *Ágora* é gratuito.

## Ficha catalográfica

Revista Ágora. Vitória: Núcleo de Pesquisa e Informação Histórica/  
Programa de Pós-Graduação em História, número 29, junho, 2019.  
254p.

Semestral  
ISSN 1980-0096

1. História - Periódicos

CDU 93/99

## Dossiê

Velha direita e nova direita: Brasil e mundo

- 7      Apresentação  
**Ueber José de Oliveira e Leandro do Carmo Quintão**
- 10     Integrar segregando: os limites do discurso de José de la Riva-Agüero em relação a incorporação da população indígena à nacionalidade peruana  
**Ruth Cavalcante**
- 28     A Ação Integralista Brasileira e sua atuação política no Espírito Santo  
**Diego Stanger**
- 49     A modernização político institucional brasileira na visão autoritária e democrática nos escritos produzidos entre as décadas de 1920 e 1940  
**Camila Pinheiro Rizo**
- 62     Ensino de história e ditadura civil-militar: uma reflexão à luz do livro – slide educação moral e cívica: vultos da pária. Oração aos moços.  
**Maria Alayde Alcântara Salim e Ueber José de Oliveira**
- 83     A “nova direita” no youtube: conservadorismo e negacionismo histórico sobre a Ditadura Militar brasileira  
**Geraldo Homero do Couto Neto**
- 104    O Programa Escola Sem Partido como reafirmação do conservadorismo  
**Jair Miranda de Paiva**
- 123    Menos Marx, Mais Mises: o pensamento liberal-conservador no Brasil do século XXI  
**Amarildo Mendes Lemos**

## Artigos

- 145    A organização do território no pensamento de Varnhagen (Brasil, séc. XIX)  
**Ana Priscila de Souza Sá**
- 166    Por uma biografia de Arlindo Troian: o líder político da história de Nova Londrina-PR  
**Cássio Augusto Guilherme**
- 186    Experiência de tempo acelerada e a narrativa histórica de Paulo Prado  
**Clayton José Ferreira**

- 204 Governo revolucionário e movimento popular: a contradição entre a democracia representativa e a democracia direta durante o ano II  
**Josemar Machado de Oliveira**
- 221 Do discurso minoritário à ascensão ao poder: o cristianismo dos primeiros séculos e o processo de aculturação  
**Pablo Gatt Albuquerque de Oliveira**
- 237 Ações diplomáticas brasileiras na tríade relacional entre Brasil – Portugal – Angola: o contexto do processo de libertação angolano  
**José Francisco dos Santos**

# Dossiê

Velha direita e nova direita: Brasil e mundo

# Apresentação

O dossiê da presente edição da Revista *Ágora* intitula-se “Velha direita e nova direita: Brasil e mundo”, e tem por objetivo tratar das múltiplas temáticas em torno dos movimentos sociais, dos intelectuais, dos partidos políticos e demais organizações congêneres, que, no curso da história, estiveram apoiados no estoque de ideias, percepções da realidade, justificativas, bem como em diferentes visões de mundo localizadas à direita do espectro político. O Dossiê procurou contemplar o acolhimento de artigos que tenham como foco as diferentes crises da democracia representativa e as instabilidades sociais que acabam levando ao recrudescimento da crítica e ao aprofundamento das desconfianças sobre o sistema democrático, ceticismo este que é significativamente incrementado quando a política, produzindo impactos sobre a economia, abre espaços para propostas de cunho conservador e/ou autoritário, que redundam na ascensão de personalidades e/ou governos de corte populistas, que, através de propaganda financiada por suspeitos interesses econômicos, acaba por angariar importantes apoios nas classes médias e populares insatisfeitas e receosas com os rumos da sociedade em que vivem.

Considerando esse amplo espectro de possibilidades, o dossiê reuniu nove artigos, organizados em ordem cronológica, que procura problematizar tais possibilidades. No primeiro, Ruth Cavalcante analisa pensamento e obra de José de la Riva-Agüero, grande intelectual peruano, que viveu na passagem do século XIX para o século XX. Analisa como esse intelectual pensou a questão da inclusão dos indígenas à nacionalidade, ao mesmo tempo em que primou pela manutenção da ordem social hierárquica naquele país. O artigo conclui que Riva-Agüero teve como intento resgatar os valores da tradicionalidade hispânica, vista como uma cultura “superior”, ao passo que alimentou uma série de preconceitos e estereótipos em relação aos povos indígenas.

No segundo artigo, Diego Stanger analisa a formação e trajetória da Ação Integralista Brasileira (AIB) no estado do Espírito Santo. Nele, o autor desvela a estrutura organizacional que possibilitou o desenvolvimento do partido em solo capixaba, discorre sobre seus principais líderes, bem como expõe as principais características do movimento Integralista com a intenção de compreender motivações que levaram indivíduos dos mais diversos segmentos sociais a se vincularem à organização no Brasil e no estado.

Em seguida, no terceiro artigo, Camila Pinheiro Rizo aborda quatro visões acerca da modernização institucional brasileira. Procura problematizar acerca de pensadores de diferentes linhagens ideológicas e de que maneira procuraram tratar, em seus pensamentos, da natureza das instituições políticas nacionais, e que ao mesmo tempo procuraram apontar caminhos para a superação do atraso brasileiro. No artigo são apresentadas duas perspectivas, uma autoritária, representada por Oliveira Viana e Azevedo Amaral; e outra democrática, defendida por Sérgio Buarque de Holanda e Nestor Duarte. Ao final, a autora conclui que, mesmo com duas concepções distintas, os autores relacionam a persistência do privado acima do interesse público como o grande empecilho à modernização institucional.

O quarto texto do dossiê é de autoria de Ueber José de Oliveira e Maria Alayde Alcântara Salim, que se debruçam sobre uma marca do ensino de história encontrado no presente, mais precisamente um material paradidático escolar produzido e distribuído pelo Ministério da Educação e Cultura no ano de 1972. A partir dessa fonte, analisam o ensino de história e de educação Moral e Cívica, que esteve vigente até o ano de 1993, mas que na atual onda conservadora vivenciada no Brasil, tem sido novamente proposta por diferentes atores, incluindo o atual presidente da República, que, como é de conhecimento, lidera um governo de extrema-direita. A conclusão é a de que, apesar da renovação em relação às concepções e as práticas que marcam o ensino de história, observamos algumas permanências e mesmo retrocessos na realidade vivenciada na prática desse ensino na educação básica.

8

No quinto artigo, o autor Geraldo Homero do Couto Neto trata da chamada “Nova Direita” e o amplo uso dos meios de comunicação de massa para propagandear e alavancar sua visão de mundo, focando, no presente trabalho, na utilização da ferramenta You Tube. Se concentra na utilização dessa mídia e a importância que ela assume para a negação da Ditadura militar brasileira, entre os anos de 2013 e 2018, na esfera pública. Segundo o autor, o estudo possibilita refletir acerca do papel que o historiador deve tomar frente a essas novas mídias, tendo em vista o seu grande poder de alcance de público.

O sexto artigo, escrito pelo Prof. Jair Miranda Paiva, também traz um tema atual e da maior importância: o programa Escola Viva. Nele, procura tratar do referido programa como um movimento de reafirmação do conservadorismo em educação. Procura analisar, também, referido movimento como uma nova roupagem da reação às lutas progressistas e conquistas políticas das últimas décadas, e conclui que urge uma crítica necessária a suas teses, bem como a suas articulações a outros âmbitos do conservadorismo.



No sétimo artigo do dossiê, Amarildo Lemos procura refletir acerca de alguns conceitos recorrentes no atual debate político brasileiro, especialmente a partir das chamadas *Jornadas de Junho de 2013*, momento de grande efervescência política no país, marcado também pela ascensão de setores da direita e extrema-direita. Ademais, o trabalho procura refletir acerca de determinados pressupostos filosóficos subjacentes à corrente liberal-conservadora, que, desde as “jornadas de junho de 2013”, se apresenta como a corrente doutrinária mais adequada a eliminar a corrupção e dar mais eficiência aos serviços públicos no Brasil, em detrimento da classe política e do Estado, vistos como corrupta por excelência.

Por fim, devemos destacar que o conjunto de textos reunidos neste dossiê não tem a intenção de propor conclusões definitivas acerca dos problemas contemporâneos quanto ao soerguimento das direitas em suas novas e diferentes configurações. Ao contrário disso, a finalidade é, modestamente, abrir novos flancos de pesquisas, e provocar novas abordagens.

Os Organizadores

Prof. Dr. Ueber José de Oliveira

Prof. Dr. Leandro do Carmo Quintão

# INTEGRAR SEGREGANDO: OS LIMITES DO DISCURSO DE JOSÉ DE LA RIVA-AGÜERO EM RELAÇÃO A INCORPORAÇÃO DA POPULAÇÃO INDÍGENA À NACIONALIDADE PERUANA

Ruth Cavalcante<sup>1</sup>

**Resumo:** No cenário das primeiras décadas do século XX, houve a propagação das ideias de um movimento intelectual e político denominado como Hispanismo no Peru. José de la Riva-Agüero foi um grande representante desta corrente no país. O objetivo deste artigo, consiste em analisar como esse intelectual pensou a questão da inclusão dos indígenas à nacionalidade. A partir da análise da obra *La historia en el Perú*, de Riva-Agüero, percebemos o quanto o autor quis resgatar os valores da tradicionalidade hispânica, vista como uma cultura "superior", ao passo que alimentou uma série de preconceitos e estereótipos em relação aos índios.

**Palavras-chave:** Hispanismo; Índios; Riva-Agüero.

**Abstract:** In the scenery of the first decades of the twentieth century the ideas of a intellectual movement called Hispanism were being propagated in Peru. José de la Riva-Agüero was a major spokesperson of that line of thought in the country. This article aims to analyze the matter of how this intellectual thought the question of the inclusion of the natives to the nationality. By analyzing the work *La historia en el Perú*, by Riva-Agüero, we perceive how much the author wanted to rescue the values of spanish tradition, seen as a "superior" culture, while feeding a series of prejudices and stereotypes towards the natives.

**Keyword:** Hispanism; Natives; Riva-Agüero.

---

1. Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo. Este artigo faz parte da pesquisa de doutorado, em andamento, intitulada *El problema del indio es el problema del Perú*, financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. E-mail: donaruth26@hotmail.com.

## Introdução

Entre o final do século XIX e o princípio do século XX, houve na Europa e no continente americano, um acirrado debate na esfera política e intelectual em torno da suposta inferioridade da “raça latina” em relação à “raça anglo-saxã”. Isto significa que a teoria de que a espécie humana estava dividida entre “raças superiores” e “raças inferiores” passou a examinar e distinguir as populações europeias, vistas até então como um conjunto unitário de povos brancos. Assim, foi travado um embate entre os defensores da “raça latina” e os apologistas da “raça anglo-saxônica, que buscaram se diferenciar e comprovar a sua superioridade racial, um em relação ao outro” (GOUVEIA, 2013, p. 6-7).

Essa preocupação em diferenciar as populações europeias, levando em consideração o critério racial, acentuou-se em um contexto em que a Península Ibérica estava enfrentando uma forte crise econômica e política. Portugal e Espanha haviam deixado de ser as principais potências do planeta, ao perder, por meio de guerras ou tratados, uma quantidade significativa de territórios no ultramar. Concomitantemente a esse processo, a Inglaterra já havia passado pela sua Revolução Industrial e era a nação mais rica, próspera e moderna do globo terrestre. Nesse cenário, surgiram reflexões organicistas que afirmavam que os latinos haviam se degenerado, retrocedido e enfraquecido em virtude da mestiçagem com “povos inferiores”, ao passo que os anglo-saxões mantiveram a sua “raça” pura e, por essa razão, permaneceram no caminho do progresso e do desenvolvimento, gerando da sua “incontaminável estirpe”, as nações mais poderosas do mundo no cenário do fim do século XIX e princípio do século XX.

II

O movimento hispanista emergiu na Espanha das últimas décadas do século XIX como uma resposta à suposta inferioridade atribuída aos latinos. Os hispanistas espanhóis fizeram uma reflexão sobre a crise do antigo Império Espanhol e buscaram “reverter a longa decadência espanhola mediante o reatamento dos vínculos com suas ex-colônias de modo a dar forma futura a uma grande ‘pátria hispânica’ sob a liderança da Espanha” (BEIRED, 2006, p. 3). Nesse cenário, tentou-se imaginar e projetar um futuro da “civilização hispânica”, numa tentativa de integrar os atributos comuns da base cultural, tais como as tradições, os costumes, a religiosidade católica e a história de todo universo hispânico que englobava não tão somente a Espanha, mas também os territórios por ela colonizados nas regiões da América, da África e da Ásia (BEIRED, 2006, p. 1-2).

Nas Américas, a disseminação das propostas do hispanismo teve uma boa acolhida, tanto entre intelectuais progressistas como o argentino Ricardo Rojas, como

também entre os pensadores de perfil mais conservador e elitista, como o uruguaio José Enrique Rodó.<sup>2</sup>

A partir do início do século XX é possível identificar a repercussão do hispanismo no meio intelectual latino-americano. Países tais como Argentina, Peru, Chile, Colômbia e México tiveram intelectuais muito comprometidos com uma leitura hispanista da realidade nacional e latino-americana, a qual serviu de filtro para a elaboração de propostas de identidade nacional (BEIRED, 2006, p. 6).

Pensando especificamente no caso hispano-americano, podemos afirmar que o hispanismo encontrou uma boa acolhida em vários países do continente. Tal movimento nutria o ideal de unidade do mundo ibérico com o americano. Por esta razão, esta corrente se fez fortemente presente na cultura e no pensamento político e social da Península Ibérica e nos países hispano-americanos. O hispanismo baseava-se no princípio “da existência de uma ‘grande família’, ou ‘comunidade’ transatlântica que abrange e particulariza todos os povos que pertenceram à coroa espanhola” (BEIRED, 2006, p. 1).

12

O hispanismo, em virtude da sua própria abrangência em vários países pelo “mundo a fora”, não foi de forma alguma um movimento conciso e homogêneo. Ele se espalhou, sobretudo, pela Península Ibérica e pela América Latina. No entanto, em cada Estado-nação, teve a sua especificidade. Rodó, pai do hispanismo na América, alimentou preocupações em relação à questão da identidade nacional levando em consideração o contexto em que ele mesmo era parte e produto, uma vez que viveu em uma sociedade que estava passando por aceleradas transformações e enfrentando

---

2. José Enrique Rodó defendeu a bandeira do hispanismo no continente americano e se transformou, ainda em vida, no principal propagador e difusor de uma leitura hispanista da identidade nacional e de um “modo de ser” genuinamente latino-americano. Rodó colaborou com o estabelecimento de uma rede de contatos entre os intelectuais hispano-americanos e os espanhóis, num esforço conjunto que visava valorizar a importância da tradição ibérica na conformação das identidades nacionais latino-americanas. Na concepção do intelectual uruguaio, a identidade nacional e a autenticidade das nações latino-americanas estava ameaçada pelo entusiasmo excessivo por parte de uma gama de políticos e intelectuais em relação aos Estados Unidos. Rodó, nutria uma grande desconfiança em relação à política imperialista norte-americana que ameaçava a soberania e a independência de vários países hispano-americanos. Em seu ensaio intitulado *Ariel*, publicado no ano de 1900, colaborou para o fortalecimento da corrente hispanista na América, e fez frente à influência dos Estados Unidos no restante do continente (GOUVEIA, 2013, p. 1-11). Em *Ariel*, Rodó preocupou-se com a ameaça da modernização acelerada, tal como ocorria nos Estados Unidos, visto como um modelo a ser rechaçado. Para ele, o perigo “se apresentava mediante a influência moral dos seus valores: o utilitarismo, a democracia de massa e o materialismo, que poderiam conduzir a sociedade do passado aristocrático ibérico à mediocridade anglo-saxã” (GOUVEIA, 2013, p. 11). Também, ao negar o modelo norte-americano de fazer política, Rodó defendeu a exclusão dos setores populares ao exercício legal de poder participar da arena política.

uma série de problemas decorrentes do processo de imigração massiva de europeus para o Uruguai. Em Rodó, percebemos que sua preocupação estava para além de elevar a cultura ibérica a uma categoria de “superior” à anglo-saxã, mas também girava em torno da necessidade de assimilar o estrangeiro aos valores *criollos*,<sup>3</sup> uma vez que, o imigrante, não raro, estava sendo visto como o “outro” e dissolvente da identidade nacional e do “modo de ser” “genuinamente” hispano-americano.

A especificidade do movimento hispanista no Peru consistiu no fato de que, este “outro”, esse “desconhecido”, essa “ameaça” aos valores tradicionais não era o estrangeiro europeu, mas sim o indígena, enxergado até os fins do século XIX como um elemento que estava “alheio” à nacionalidade, mas que precisava ser assimilado e integrado à nação. Em outras palavras, os índios precisavam ser “abraçados” e “acolhidos” pela “civilização hispânica”. Tratava-se, portanto, de uma reconquista e de uma recolonização hispânica/*criolla* no coração, no imaginário e na mentalidade da população indígena.

## 1. O hispanismo no Peru

Entre o final do século XIX e o começo do século XX, parte das elites dirigentes e intelectuais do Peru buscou promover uma homogeneização cultural da nação. Isto é, emergiram esforços de fazer com que os indígenas, maioria da população peruana, mas até então sempre discriminados e segregados, fossem paulatinamente assimilados e se sentissem como cidadãos do Estado peruano.

No princípio do século XX, os hispanistas peruanos, também conhecidos como arielistas, em referência à obra *Ariel*, de Rodó, ou *Generación del 900*, não negaram que a questão indígena era um problema de ordem nacional. Contudo, rechaçaram fortemente a concepção de Manuel González Prada que defendeu em seu *Discurso en el Politeama* (1888), que o autêntico Peru era o indígena. Os arielistas rejeitaram qualquer traço identitário que não fosse o hispano/ocidental. Sua fórmula de integrar os índios à nacionalidade era fazer com que eles absorvessem a “civilização hispânica” e abandonassem seus costumes e tradições, vistos como atrasados.

A *Geración del 900* foi composta principalmente por jovens limenhos que

---

3. O termo de *criollo* dizia respeito a um indivíduo que nasceu em um país hispano-americano no contexto colonial, mas que era descendente de pais europeus. No cenário do pós-independência das antigas colônias americanas da Espanha, os *criollos* se tornaram o principal grupo dominante das novas repúblicas latino-americanas.

nasceram no cenário do Pós-Guerra do Pacífico<sup>4</sup> (1879-1883), sendo provenientes, sobretudo, do seio das famílias oligárquicas dominantes. Essa juventude elitizada, intelectualizada e cheia de rancor pela derrota bélica no confronto contra o Chile, estava engajada com a reconstrução do país.

O apelo de González Prada, que conclamou em seu *Discurso en el Politeama* que os jovens peruanos assumissem o seu papel de “nova geração”, a fim de regenerar e honrar a pátria peruana, foi escutado pelos jovens arielistas. Todavia, eles se recusaram a reformar e reorganizar o Peru a partir dos parâmetros das ideias pradianas. O discurso de Rodó lhes era mais interessante, pois ao mesmo tempo em que abria caminho para a modernidade, também mantinha os *criollos* como o setor dominante da sociedade. Ou seja, defender o legado, os valores e a tradicionalidade hispânica na constituição da identidade nacional do “ser” peruano, era a “fórmula” de manter os privilégios e o *status* social da elite de berço *criollo*.

14

Os arielistas, tinham a percepção de que a Espanha e suas ex-colônias tinham um arcabouço identitário em comum, em sua tradição linguística, cultural e histórica, cujos traços se configuravam em uma “civilização hispânica”, que era distinta das outras culturas do planeta (JESUS, 2015, p. 40-45). Desta forma, os hispanistas peruanos, alinhando-se aos demais hispanistas da América Latina e da Espanha, fizeram frente ao modo de ser, de agir e de pensar do “mundo anglo-saxão” e, levando em consideração as particularidades do seu próprio território, também buscaram se afastar e se diferenciar do “mundo indígena”. Em outras palavras, havia na *Generación del 900* uma exaltação afetiva das especificidades culturais latinas/ibéricas em detrimento da influência e dos valores norte-americanos e indígenas. Percebemos então que esta busca/construção da identidade nacional peruana promovida pela elite oligárquica de descendência *criolla* estava combatendo em duas frentes. Por um lado, era contra as influências do *modus operandi* do universo anglo-saxão/estadunidense e, por outro, fazia um esforço para se afastar da cultura indígena, vista como atrasada e primitiva.

Os mais renomados hispanistas do Peru foram: José de la Riva-Agüero y Osma (1885-1944), Francisco García Calderón Rey (nascido em Valparaíso, Chile – 1883-1953), Víctor Mario Rafael Andrés Belaúnde Diez-Canseco (1883-1966) e Julio Tello (1890-1947). Estes intelectuais tinham um perfil patriótico e enalteciam o território e as suas riquezas naturais. Havia entre os arielistas uma grande nostalgia em relação

---

4. Nesse conflito bélico, o Peru e a Bolívia se uniram contra as investidas de caráter expansionista do Chile na região localizada à Costa do Pacífico. O Chile, vencedor do Guerra do Pacífico, se apropriou de diversos territórios ricos em salitre, guano e outros minérios que pertenciam ao Peru e a Bolívia.

ao “glorioso” passado dos “conquistadores” espanhóis; um sentimento de mal-estar em relação à “decadência” da República peruana no tempo presente; e otimismo em relação ao futuro do país, alimentado pela crença de que era possível restaurar no Peru a sua grandeza dos tempos do Vice-reinado.

O projeto de nação construído pelos hispanistas peruanos se remetia diretamente a um sentimento de nostalgia, em especial, pelos tempos do Vice-reinado, pois “o rompimento político com a Espanha não veio acompanhado de um rompimento afetivo com as estruturas e tradições coloniais, fazendo com que a inspiração para as novas identidades nacionais fosse o elogio da herança hispânica, do passado pré-colombiano e da antiguidade clássica” (JESUS, 2015, p. 54).

Na concepção dos hispanistas peruanos a questão indígena era apenas “mais um” entre tantos outros problemas que precisavam ser resolvidos para colocar o Peru no caminho do progresso. Por esta razão, criticaram a radicalidade de González Prada, por ele ter defendido que era justo e legítimo a insurreição dos oprimidos em resposta à violência dos opressores. Para estes arielistas, apostar na perpetuação da violência não era a via que permitiria o consenso entre os brancos e os índios. Nesse sentido, apelaram para a tolerância entre as duas “raças”.

Belaúnde considerou González Prada um ressentido. García Calderón escreveu que *'la parte negativa de su obra es mayor que la positiva'* por ser anticlerical e radical, por invocar a revolução e não as formas paulatinas. Riva Agüero declarou que os projetos políticos de González Prada eram desastrosos, e o qualificou de intolerante. Frente à afirmação de que os índios eram os verdadeiros peruanos e a base (única) da nacionalidade, esses autores responderam não negando aos índios o fato de formarem parte do Peru. No entanto, consideravam a herança hispânica muito mais importante do que a indígena, chegando inclusive a negar que a etapa pré-incaica fosse parte da história do Peru (tratava-se só de tribos, pensavam). A população indígena não tinha outro papel no presente a não ser adaptar-se, modernizar-se e integrar-se a um projeto que devia ser dirigido por uma oligarquia ilustrada (URIARTE, 1998, p. 3).

A *Generación del 900*, ao contrário de seus antepassados *criollos*, não fingiu que o problema do índio não era uma questão de relevância para a nação, mas fez uma série de restrições em relação ao discurso de González Prada, considerado radical e desarticulador da harmonia social. Os hispanistas peruanos acreditavam que o ideal para manter a ordem e o bem-estar social de todos os membros da nação, era promover reformas paulatinas em que os índios seriam “acolhidos” e assimilados

à nacionalidade. No entanto, seu “projeto assimilador” renegava a contribuição do arcabouço cultural indígena na configuração da identidade nacional do Peru (URIARTE, 1998, p. 1-6). Segue abaixo uma explicação sobre o “lugar” e o “papel” do índio na sociedade peruana na visão arielista:

Para estes intelectuais o termo chave para resolver a questão indígena era o progresso, tratava-se de conduzir os indígenas à modernização. Eles não negavam a importância dos indígenas, entretanto, o reconhecimento da contribuição cultural estava centrado no período pré-inca e incaico, ou seja, nos índios mortos. Para os índios vivos restava a opção de aceitar o modelo cultural do progresso ou, em outras palavras, a assimilação cultural (JESUS, 2015, p. 50).

16

Percebemos que os hispanistas peruanos negavam qualquer futuro para a nação que não fosse nos moldes da cultura e da mentalidade hispano/ocidental. Eles estavam convencidos de que cabia às oligarquias do Peru, ou seja, aos setores *criollos* dirigentes, o papel de promover uma gradual reforma para modernizar o país. Mas, o que nos chama a atenção em relação aos valores desta corrente, foi a sua rejeição à ideia de que o Estado peruano pudesse permanecer abrigoando em seu interior tanta diversidade cultural e “racial”. A heterogeneidade da nação foi vista com um defeito que precisava ser superado. Assimilar os indígenas à “civilização hispânica” era um dos pilares do movimento hispanista no Peru.

Em geral, os arielistas eram advindos de Lima e das oligarquias afastadas dos Andes e, à exceção de Riva-Agüero que, em 1912, viajou pela serra para conhecer o território peruano, tinham um grande desconhecimento em relação a cultura andina e das comunidades indígenas no contexto das primeiras décadas do século XX. Mesmo tendo curiosidade pelo mundo andino, Riva-Agüero reproduziu, em boa parte dos seus escritos, os preconceitos e estereótipos em relação aos índios, chamando-os de covardes, diabólicos e rancorosos (URIARTE, 1998, p. 4). Esta atitude de Riva-Agüero não foi isolada, uma vez que, em geral, os hispanistas peruanos alimentavam muitos preconceitos em relação aos indígenas, considerando-os decadentes, atrasados, degradados e degenerados. Por isto, retomaram a jornada e a saga civilizacional dos antigos “conquistadores”, a fim de retirar os índios do “ostracismo” e ajudá-los a participar da vida moderna.

Os membros do 900 estavam preocupados com a formação da nação, a “integração” da população e o progresso geral do país numa época



de profundas mudanças capitalistas. O Peru não podia continuar sendo dois países no interior de um território pensavam. Os índios deviam ser “assimilados” e passar a sentir-se mestiços. A mestiçagem foi a maneira mediadora, reformista e menos problemática de afirmar o elemento hispânico sem rejeitar, na fórmula, o indígena. Em aberto debate com os indigenistas, Víctor Andrés Belaúnde afirmou que o Peru não era predominantemente índio e sim branco-mestiço e que, como todo povo mestiço, os peruanos “*gravitan espiritualmente hacia lo hispano*”. O Peru era para ele, assim, uma nação predominantemente hispânica. Belaúnde afirmou que a cultura “inferior” tinha participação na peruanidade (“síntese vivente”), só que de maneira mínima e comandada pela civilização superior (“*lo que tiene de bueno o de permanente es asimilado e iluminado por la cultura superior*”). A “assimilação” tornou-se nessa geração um conceito-chave (URIARTE, 1998, p. 3).

Em nossa pesquisa, analisamos esta proposta de assimilação cultural e pró-mestiçagem a partir dos escritos de José da la Riva-Agüero, o mais importante representante do movimento hispanista no Peru. Mas, primeiro, é interessante apresentar sucintamente quem foi este pensador.

Riva-Agüero foi um hispanista que tinha uma extensa rede de sociabilidade com a intelectualidade e a aristocracia espanhola. Tanto que ele se considerava um espanhol/peruano e não somente um peruano, uma vez que orgulhosamente ostentava o seu Título de Nobreza de Castilla, sendo também conhecido como o IV Marques de Montealegre de Aulestia (RIVERA, 2009, p. 412).

O intelectual sempre esteve ligado ao mundo acadêmico. Seu livro *Carácter de la literatura del Perú independiente* (1905), foi fruto da sua monografia, quando se formou Bacharel em Letras, aos seus dezenove anos de idade. Mesmo sendo tão novo, seu trabalho monográfico reverberou pelo país trazendo fama ao jovem pensador. A obra *La historia en el Perú* (1910), por sua vez, foi resultado da sua Tese de Doutorado em Letras. Não satisfeito, fez um segundo doutorado e, aos vinte e seis anos, também era Doutor em Jurisprudência. Todos os seus títulos acadêmicos foram concedidos pela *Universidad Nacional Mayor de San Marcos*, instituição em que ele trabalhou como professor universitário durante vários anos da sua vida.

Em 1919, quando o Governo de Leguía chegou ao poder, Riva-Agüero, que nessa época era catedrático adjunto do curso de *História Crítica del Perú*, da *Universidad Nacional Mayor de San Marcos*, partiu em autoexílio para a Espanha como forma de protesto contra o governo leguista. “*Riva-Agüero temía con justificado motivo una persecución contra la Generación del 900 y su círculo intelectual y social, por lo que decidió unirse a la corriente de emigrados peruanos*” (RIVERA, 2009, p. 415).

Em sua estadia na Europa, foi se aproximando das ideias fascistas de Benito Mussolini e foi um grande admirador de José Antonio Primo de Rivera, o fundador e ideólogo da Falange Espanhola.<sup>5</sup> Em seu retorno para a sua terra natal, na década de 1930, forjou no Peru o que José Ignacio Soria chamou de “fascismo aristocrático”, pautado nos princípios da ordem, da religião e da hierarquia (SORIA, 1981, p. 1-2).

El fascismo aristocrático tiene en José de la Riva-Agüero, quien había rehabilitado su título nobiliario colonial de Marqués de Monte Alegre de Aulestia, su mejor y más apasionado exponente. En Riva-Agüero el fascismo, confesado sin eufemismo alguno y profesado con fervor, coincide con su vuelta a la fe católica. Para Riva-Agüero la democracia era el “señorío de la hez”, el “gobierno de la chusma”, y el fascismo, cristianizado en la pila bautismal de un catolicismo ultramontano, la única ideología capaz ya de poner freno al socialismo ateo y al liberalismo protestante. En la palabra, dura siempre y siempre valiente de Riva-Agüero, se expresan los temores de la vieja oligarquía ante el peligro de perder el control político de manera definitiva (SORIA, 1981, p. 1-2).

18

Riva-Agüero, ao se opor contra o “socialismo ateu” e ao liberalismo protestante, estava defendendo dos valores da tradição católica hispânica. Ele estava ao lado das forças de restauração das oligarquias que buscavam manter as antigas hierarquias sociais, a fim de que o grupo *criollo* permanecesse como a camada dominante da sociedade. Por essa razão, fez frente aos ideais democráticos que passaram a circular no Peru nas primeiras décadas do século passado (SORIA, 1981, p. 2).

Nos últimos anos de sua vida, Riva-Agüero reeditou obras como *Carácter de la literatura del Perú* e *La historia en el Perú*, para retirar qualquer “desvio ideológico” em relação à religiosidade católica. Desta forma, revisou seus escritos impressos introduzindo correções e supressões para que eles ficassem completamente coerentes com os princípios da ortodoxia católica, submetendo-os, inclusive, a uma prévia censura eclesial antes de republicá-los novamente (VÉLEZ, 1965, p. XLIV-XLV).

O que objetivamos em nosso estudo é analisar como Riva-Agüero resgatou a tradicionalidade hispânica para manter a hierarquia social entre as antigas oligarquias e as populações indígenas do Peru.

Na visão de Riva-Agüero, o Peru se forjou em um passado distante, a partir do “encontro” da “monarquia” imperial incaica com a cristandade europeia/espanhola.

---

5. A Falange Espanhola foi um movimento político de inspiração fascista que esteve ativo na Espanha no princípio da década de 1930.

Nesse sentido, ele romantizou em sua obra *La historia en el Perú* como se deu a união de sangue e de religião do “conquistador” espanhol com as princesas do Império Inca.

Em *La historia en el Perú*, o hispanista fez uma discussão em torno do período pré-incaico e incaico. É interessante observar que Riva-Agüero, enquanto pesquisador, deu a sua dose de colaboração para o resgate da história dos povos indígenas do Peru. Não obstante, emitiu opiniões sobre culturas pré-hispânicas na América que denotavam que ele alimentava preconceitos e estereótipos em relação à “barbárie” dos índios.

De forma original para os parâmetros acadêmicos da época, e até mesmo paradoxal e controversa para um homem de visão de mundo hispanista, Riva-Agüero dedicou-se a pesquisar e a escrever uma tese de doutorado para refletir sobre como se deu o processo de consolidação do Império Inca em sua luta contra os demais “povos bárbaros”. Nesse sentido, o intelectual se empenhou em resgatar a história do passado incaico, refletindo sobre qual era a condição dos índios sob a égide do *Império do Sol* e como eram as suas instituições políticas e as bases que alicerçavam a sua moralidade, mentalidade, religiosidade e costumes.

As duas fontes principais que Riva-Agüero se baseou para realizar o seu estudo, foram produzidas por dois mestiços, filhos de pais “conquistadores” e de mães da realeza incaica: o padre Blas Valera e o capitão militar Inca Garcilaso de la Vega, uma vez que eles eram:

Herederos de la tradición indígena por la sangre materna, recogieron piadosamente los recuerdos de la raza vencida, y al consignar sus leyendas y describir sus instituciones y costumbres, hicieron la apología del imperio incaico. Son, pues, cronistas apasionados, parciales; pero el punto de vista en que se encontraron colocados viene a ser complemento necesario, rectificación indispensable, de aquel en que se hallaron los cronistas españoles y por eso es innegable la importancia de su estudio (RIVA-AGÜERO, 1965, p. 8).

O hispanista, voltou-se para os relatos dos primeiros mestiços para explicar as peculiaridades da história e da essência peruana. Baseando-se nos escritos do cronista Blas Valera, Riva-Agüero explicou a razão por que a região “conquistada” passou a se

chamar Vice-Reinado do Peru, e posteriormente, com a República, simplesmente Peru.<sup>6</sup>

Riva-Agüero não conseguiu disfarçar o seu encantamento e fascínio ao pensar quando os espanhóis “conquistaram” o Império Inca. A partir dos seus estudos dos relatos de Garcilaso de la Vega, demonstrou sentir uma nostalgia e admiração em relação ao passado e aos grandes feitos dos aventureiros ibéricos, pouquíssimo questionando sobre a violência do processo da invasão espanhola no Império Inca:

¡Cómo emocionan esos trances, de vibrante interés, y qué anhelos despiertan cuando; desde el fondo de nuestras tristes bibliotecas, comparamos la envidiable vida de los conquistadores, llena de novedad, de aventuras y peripecias, de la sensación de lo desconocido y lo imprevisto, y del acre placer del peligro, con la sedentaria y monótona vida contemporánea! (RIVA-AGÜERO, 1965, p. 49-50).

Ao pensar no processo histórico da invasão espanhola ao Império Inca, Riva-Agüero romantizou a “conquista”, enxergando-a como uma fase heroica e de aventuras em que a civilização cristã hispânica se impôs sobre a “barbárie” pagã indígena.

20

Para além de pensar no processo da “conquista”, Riva-Agüero também buscou refletir sobre o passado do Império incaico. Ou seja, ele não começou escrevendo a sua “História do Peru” a partir do evento do “encontro” entre espanhóis e povos indígenas, mas dedicou seu estudo para analisar as sociedades pré-incaicas e incaicas. Resgatar e recordar os grandes feitos das sociedades indígenas do passado, foi a sua forma de reconhecer que os índios pertenciam à “comunidade peruana” desde remotas épocas, uma vez que ele se refere aos nativos incaicos como “peruanos”: *“Al principio los peruanos adoraban únicamente al dios Illa Tecce, al Sol, a la Luna y a las estrellas, y no tuvieron ídolo, estatuas ni imágenes”* (RIVA-AGÜERO, 1965, p. 23-24).

Na concepção de Riva-Agüero, os estudos sobre os escritos do mestiço Inca Garcilaso de la Vega eram importantíssimos para revelar os valores e a mentalidade dos

---

6. “El padre Valera sostenía que el nombre Perú «fué nuevamente impuesto por los españoles a aquel imperio de los Incas, nombre puesto acaso y no propio, y por tanto de los indios no conocido, antes por ser bárbaro tan aborrecido, que ninguno de ellos lo quiere usar; solamente lo usan los españoles. La nueva imposición de él no significa riquezas ni otra cosa grande; y como la imposición del vocablo fue nueva, así también lo fue la significación de las riquezas, porque procedieron de la felicidad de los sucesos. Este nombre Perú, entre los indios bárbaros que habitan entre Panamá y Huayaquil, es nombre apelativo que significa río. También es nombre propio de cierta isla, que se llama Pelua o Perú. Pues como los primeros conquistadores españoles, navegando desde Panamá, llegasen a aquellos lugares primero que a otros, les agradó tanto aquel nombre Perú o Pelua, que, como si significara alguna cosa grande y señalada, lo abrazaron para nombrar con él cualquiera otra cosa que hallasen, como lo hicieron en llamar Perú a todo el imperio de los Incas” (RIVA-AGÜERO, 1965, p. 18-19).

espanhóis e dos incas no momento da “conquista”.

Garcilaso fué hijo natural del capitán Garcilaso (o Garci-Lasso) de la Vega y de la ñusta doña Isabel Chimpu Odlo, sobrina de Huayna Cápac y nieta de Túpac Yupanqui. Nació en el Cuzco el 12 de abril de 1592. Desde la niñez, la suerte pareció esmerarse en despertarle la vocación de cronista. Creció en medio del fragor de las guerras civiles, en las que tan mezclado estuvo su padre, y ante sus ojos de niño desfilaron los protagonistas y los actores secundarios de aquellos sangrientos y movidos dramas. Conoció a Gonzalo Pizarro, a Francisco Carbajal, al presidente Gasca y a Francisco Hernández Girón, y oyó de los labios de los veteranos la relación de los sucesos. Su padre, que era muy dadivoso y hospitalario, tenía en el Cuzco casa abierta y mesa puesta para los antiguos compañeros de armas. De la conversación de los numerosos huéspedes paternos, que, como cuenta él mismo, «la mayor y más ordinaria que tenían era repetir las cosas hazañosas y notables que en las conquistas habían acaecido», acopió un caudal de revelaciones y de anécdotas, que conservó con el cariño con que se guardan las impresiones de la infancia (RIVA-AGÜERO, 1965, p. 31-32).

A partir da análise da primeira parte da obra *Comentarios Reales* (1609), do Inca Garcilaso de la Vega, Riva-Agüero buscou pensar sobre a “*origen de los Incas, reyes que fueron del Perú; de su idolatría, leyes y gobierno en paz y en guerra, de sus vidas y conquistas, y que fué aquel imperio y su república antes que los españoles pasaran a él*” (RIVA-AGÜERO, 1965, p. 39).

Em *La historia en el Perú*, o intelectual escreveu várias páginas buscando resgatar o passado indígena, exaltando, sobretudo, as características do antigo império incaico, classificando-o como uma civilização avançada arquetonicamente, que conseguiu erguer numerosos edifícios, monumentos e palácios; difundindo e unificando a língua quéchua ao longo dos Andes; além de terem um complexo sistema social e político.

A busca nostálgica de Riva-Agüero pelo passado incaico e colonial contrastava com seu mal-estar em relação ao tempo presente. Assim, ele enxergava a história dividida em dois momentos, com uma “*desmedida apología del pasado incaico y colonial - imaginado siempre a partir de una especie de pulsión nostálgica - y la lamentosa descripción del presente moderno al que por lo general entiende como un tiempo devaluado y corrupto*”. (VICH, 2002, p. 127). Em outras palavras, o ariologista contrastou a decadência do Peru republicano, tão fragilizado nas décadas seguintes ao Pós-Guerra do Pacífico, em relação ao glorioso passado do território, que abrigou o Império Inca e foi a sede do Vice-reino do Peru, uma das possessões mais poderosas e ricas da Espanha nas Américas.

Ao resgatar o passado incaico e pré-incaico, Riva-Agüero e os demais membros da *Generación del 900* buscaram narrar uma “história em comum”, que fosse capaz de unificar a todos os membros do território peruano em seu “passado compartilhado”. A imagem do mestiço, fruto da união entre espanhóis e incas, foi vista por um prisma positivo e símbolo de “*visión moderna de una nación ecuménica: surgido el Perú, de la unión de europeos blancos y americanos cobrizos, de la cultura hispano greco-romana y de las culturas precolombinas*” (SACO, 1995, p. 45).

O estudo de Riva-Agüero sobre o pensamento do Inca Garcilaso não foi uma escolha aleatória, uma vez que Garcilaso era o mestiço que simbolizava as qualidades que um mestiço deveria ter: tinha sangue indígena nas veias e até mesmo era fluente em quéchua, no entanto, escreveu suas obras em castelhano, era ardentemente católico e como militar, participou de vários conflitos defendendo os interesses da Coroa Espanhola. O hispanista vislumbrou em Garcilaso um mestiço que herdou as melhores características das “raças” progenitoras, mas que reconhecia a “superioridade” dos espanhóis sobre os indígenas.

22

Garcilaso en este punto como al perfecto tipo de la mezcla de las dos razas, americana y española. Y no es puro capricho de la fantasía, porque de aquella manera se nos aparece en sus obras. Tenía del español la viveza y la fogosidad, y del indio, la dulzura afectuosa y cierto candor, que es muy común descubrir bajo la proverbial desconfianza y cautela de nuestros indígenas, y unía en un mismo y contradictorio amor a la casta de los subyugados y a la de los dominadores (RIVA-AGÜERO, 1965, p. 38).

Riva-Agüero tinha uma visão paradoxal em relação à questão da mestiçagem. Por um lado, acreditava que os descendentes mestiços, a exemplo de Garcilaso, herdavam as melhores características dos seus progenitores de “raças diferentes”. Por outro lado, deixou claro o quanto ele via os indígenas como inferiores em relação aos espanhóis. Em sua “ideologia da mestiçagem”, pouquíssimo pensou nos conflitos históricos entre índios e brancos, mas buscou construir uma narrativa baseada na concepção de que havia uma harmonia e um equilíbrio surgido a partir da união dos brancos e dos índios desde os tempos coloniais.

En efecto, es la nostalgia la que estetiza la historia y la que termina por sustraerle todo su carácter conflictivo y dinámico; es el razonamiento estético el que concibe al mestizaje no como la imposición de una cultura sobre otra, vale decir como un ejercicio de poder y dominio social, sino solamente como un proceso armónico y natural donde “*iban nuestras diversas razas*”

*entremezclándose y fundiéndose, y creando así día a día la futura nacionalidad*" (Riva-Agüero 1995: 143). Por ello, no sorprende que más que entender a la Colonia como un momento también traumático y violento en la historia andina, el intelectual limeño no dudara en calificarla como *"los tres siglos civilizadores por excelencia"* (Riva-Agüero 1995: 142). Como intelectual, recordar la historia escrita implicaba restaurar un pasado grandioso construido básicamente en los libros. Riva-Agüero no sabía quechua pero demostró gran erudición al comentar sus distintas variantes fonéticas respecto de la propia variación de este idioma y de los diferentes procesos de cambio lingüístico. Sin embargo, su interés por la lengua de los incas es aquí pertinente por varias otras razones. En vez de proponer su institucionalización dentro de la formación de un Estado nacional bilingüe (y así, de alguna manera, hubiera sido fiel a su concepción de "mestizaje" y de una participación equilibrada de ambas culturas en el espacio de la patria) a Riva-Agüero sólo le interesa el quechua por razones eruditas y siempre sustraídas de los sujetos andinos contemporáneos a él (VICH, 2002, p. 127).

Sabemos que os hispanistas hierarquizaram os "mananciais culturais" dos espanhóis e dos índios. Riva-Agüero acreditava que era positivo retomar uma lógica que era comum à monarquia dos antigos incas e dos espanhóis: a necessidade de dividir a sociedade em estamentos bem definidas, onde apenas uma minoria deveria ocupar os espaços do poder. Riva-Agüero era um intelectual de perfil conservador e defendia a hierarquia e a superioridade de um grupo sobre outros. Sua obra *Paisajes peruanos* foi a que mais deixou claro o quanto ele acreditava que apenas uma minoria seleta e esclarecida poderia governar a nação, em que *"el elemento educado y superior del país debe inclinarse hasta el indio ya que éste no tiene fuerzas para subir hasta él"* (RIVA-AGÜERO, 1995, p. 32). Essa lógica significa que, os índios deveriam sim ser integrados à nacionalidade, porém, a hierarquia entre os *criollos* e os indígenas deveria ser mantida, no sentido de que seriam os *criollos* os responsáveis por gerir a vida pública do Peru. A fórmula de Riva-Agüero integrar e assimilar os índios à nação e, ao mesmo tempo, manter os *criollos* como grupo dominante e dirigente, foi a de criar a ideia de que o Peru era um país mestiço.

23

Os hispanistas assumiram não só a defesa da herança espanhola, como primordialmente defenderam as bases da nacionalidade sob uma ótica liberal homogeneizadora, na qual o problema indígena seria resolvido com políticas de caráter assimilacionista. A nação, desde a perspectiva dos hispanistas peruanos, era uma nação mestiça, muito embora essa noção de mestiçagem tivesse mais força retórica, do que prática (JESUS, 2015, p. 59).

Esta apologia à mestiçagem era retórica porque não havia uma valorização

equilibrada entre os progenitores indígenas e espanhóis. Pelo contrário, a noção da inferioridade dos índios ainda permanecia latente no discurso de Riva-Agüero. O mestiço idealizado por ele podia até ter sangue de índio nas veias, mas seu comportamento, mentalidade, crenças e valores eram todos congruentes com os padrões e os preceitos do “mundo hispano”.

José Carlos Mariátegui foi um grande crítico do pensamento de Riva-Agüero, afirmando que o hispanista nem por um momento abandonou o seu espírito de casta aristocrática dos *encomenderos* coloniais.

El Elogio del Inca Garcilaso por la exaltación del genial criollo y de sus *Comentarios reales* podría haber sido el prelude de una nueva actitud. Pero en realidad, ni una fuerte curiosidad de erudito por la historia incaica, ni una fervorosa tentativa de interpretación del paisaje serrano, han disminuido en el espíritu de Riva-Agüero la fidelidad a la Colonia. La estada en España ha agitado, en la medida que todos saben, su fondo conservador y virreinal. En un libro escrito en España, *El Perú histórico y artístico. Influencia y descendencia de los montañeses en él*, manifiesta una consideración acentuada de la sociedad incaica; pero en esto no hay que ver sino prudencia y ponderación de estudioso, en cuyos juicios pesa la opinión de Garcilaso y de los cronistas más objetivos y cultos. [...] Ninguna de estas leales comprobaciones de estudioso, anula empero el propósito ni el criterio de la obra, cuyo tono general es el de un recrudescido españolismo que, como homenaje a la metrópoli, tiende a reivindicar el españolismo “arraigado” del Perú (MARIÁTEGUI, 2005, p. 206).

24

Mariátegui se deu conta que em Riva-Agüero, a única forma de inclusão dos indígenas à nacionalidade era a valorização do passado incaico, ao passo que os índios do presente ainda eram vistos como seres domináveis e “inferiores”. Além do mais, o discurso de Riva-Agüero em prol da mestiçagem foi limitado, por hierarquizar e valorizar a cultura espanhola sobre a indígena e assumir um tom autoritário e elitista ao se referir aos índios da serra como criaturas sujas. Nesse sentido, “*ocurre aquí un típico movimiento criollo que consiste en intentar incorporar al “otro” dentro del proyecto nacional pero siempre subalternizado e imaginado como un ser inferior*” (VICH, 2002, p. 131).

Na visão hispanista, os índios precisavam passar por um processo de disciplinamento, em que a educação seria a principal ferramenta para assegurar o controle social e homogeneização cultural. Ao analisar a obra *Paisajes peruanos*, Vich nos esclarece que o trabalho de Riva-Agüero é o da “*civilización que produce e inventa la barbarie. Son los civilizados, los letrados, los que construyen al otro como bárbaro y ya no estamos aquí solamente ante un movimiento puramente intelectual sino sobre todo*



*político y colonizador*” (VICH, 2002, p. 131).

Outro aspecto interessante a demarcar foi o de que Riva-Agüero, em sua obra *Paisajes peruanos*, associou a delimitação territorial do Peru com a questão da identidade nacional. “*Se trataba de terminar por inscribir a la sierra peruana dentro de un Estado que, calificado de centralista, necesitaba construirse lo antes posible*” (VICH, 2002, p. 124). Antes de escrever a sua obra, o hispanista viajou por todo o país, buscando conhecer e redescobrir a região da serra andina a fim de torná-la mais familiar para todos os leitores peruanos, exaltando as especificidades geográficas e a beleza dos Andes por um viés patriótico. Em outras palavras, ao menos geograficamente, existiu um esforço de incluir a serra andina na constituição da identidade nacional.

Vich nos esclarece que o objetivo de Riva-Agüero em *Paisajes peruanos* era o de pensar o próprio espaço geográfico nacional. O hispanista queria nomear, definir e classificar não só o território da serra andina, mas também as pessoas que viviam nele. Nesta obra, o arielista construiu uma espécie de mapa geográfico, participando, desta forma, “*de la construcción del Estado moderno. En realidad se trata de colonizar el propio país, es decir, unificar el territorio desde una perspectiva letrada en la que, a través del relato, los nuevos ciudadanos puedan sentirse parte de una misma tradición común*” (VICH, 2002, p. 125).

25

Apesar de se propor a conhecer as paisagens peruanas, Riva-Agüero não teve a mesma atitude em relação aos índios da serra, mantendo firme todos os seus estereótipos de limenho aristocrata. Quando olhou para os “nativos”, referiu-se a eles com desprezo: “*Oigo la misa mayor en el banco del presbitério. En la nave baja se arrodilla la muchedumbre indígena, maloliente y andrajosa. Hay indias ancianas, desgreñadas, de rostros apergaminados, de misérrimos trajes.*” (RIVA-AGÜERO *apud* VICH, 2002, p. 130). O hispanista se propôs a conhecer a serra andina sem, no entanto, buscar compreender e “enxergar” aos indígenas. Com uma postura ufanista, Riva-Agüero quis integrar à serra à identidade nacional, mas não se deu conta de que a região dos Andes peruanos, sem a população indígena, era tão somente uma paisagem vazia.

## **Considerações finais**

No princípio do século passado, parte dos setores dirigentes e da elite intelectual do Peru percebeu que o “problema indígena” era uma questão que precisava ser enfrentada. Afinal, como construir uma nação forte se os índios, maioria da população

peruana, continuassem completamente à margem da sociedade? Em Riva-Agüero encontramos um projeto de integração dos indígenas à nacionalidade, por meio da assimilação total dos valores, da cultura, da língua e da religiosidade hispânica. Acreditamos que esse discurso em prol de que os índios renegassem o seu manancial cultural, ou seja, que rejeitassem tudo aquilo que eles eram e se espanholizassem, era mais uma forma de mantê-los como indivíduos socialmente invisibilizados. Isto nada mais era do que a não aceitação de que o Peru fosse um país de índios.

O hispanismo peruano foi um movimento de característica autoritária e elitista, em que as oligarquias dominantes, no discurso, diziam querer integrar aos indígenas à nação, mas, na prática, permaneciam vendo-os como os “outros”, os “incivilizados”, e os “inferiores”. Essa visão de mundo, trazia a conveniência de manter as antigas hierarquias sociais herdadas do período colonial, porém, recorrendo a novos discursos legitimadores, a exemplo do elogio da mestiçagem, presente nos escritos de Riva-Agüero, em que o mestiço idealizado tinha sangue de índio nas veias, mas sua cultura, ideias, modo de agir e sentir estavam alinhados com a “civilização hispânica”.

26

### Referências bibliográficas

BEIRED, José Luis. Hispanismo: um ideário em circulação entre a Península Ibérica e as Américas. In: **VII Encontro Internacional da ANPHLAC**, 2006, Campinas. Disponível em: <[http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.cfflch.usp.br/files/jose\\_beired.pdf](http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.cfflch.usp.br/files/jose_beired.pdf)>. Acesso em: 15 dez. 2018.

GONZÁLEZ PRADA, Manuel. Discurso en el Politeama. In: GONZÁLEZ, PRADA, Manuel: **Ensayos escogidos**. Lima: Editorial Universo S.A, 1977, p. 21-27.

GOUVEIA, Regiane. Rodó e o pensamento político latino-americano na virada do século XX. In: **XXVII Simpósio nacional de História da ANPHU**, 2013, Natal. Disponível em: <[http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1370454981\\_ARQUIVO\\_Texto-Regiane.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1370454981_ARQUIVO_Texto-Regiane.pdf)>. Acesso em: 05 jan. 2019.

JESUS, Graziela Menezes de. **“No soy um aculturado”**: identidade nacional e indigenismo nas obras de Jose Maria Arguedas. 2015. Tese. (Doutorado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo. Disponível em: <[http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese\\_8065\\_tese%20graziela%20menezes.pdf](http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_8065_tese%20graziela%20menezes.pdf)>. Acesso em: 30 abr. 2016.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **7 ensayos de interpretación de la realidad peruana**. Lima:

Impresiones Comerciales de Empresa Editorial El Comercio S.A, 2005. p. 206.

RIVA-AGÜERO, José. **La historia en el Perú**. Lima: Publicaciones del Instituto Riva-Agüero – Pontificia Universidad Católica del Peru, 1965.

\_\_\_\_\_. **Paisajes peruanos**. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, 1995.

RIVERA, Víctor. El Marqués de Montealegre de Aulestia. Biografía española de un nacionalista peruano. **Escritos**, v. 17, n. 39, p. 410-449, 2009.

SACO, Adriana. Material para un debate: la generación del 900 y la reconstrucción nacional. **Educación**, v. IV, n. 7, p. 43-60, 1995.

SORIA, José Ignacio. Prólogo: Notas para el estudio del fascismo peruano. In: SORIA, José Ignacio. **El Pensamiento Fascista** (1930-1945). Mosca Azul Editores: Lima, 1981. Disponível em: <<http://leviatanybehemoth.blogspot.com/>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

URIARTE, Urpi. Hispanismo e indigenismo: o dualismo cultural no pensamento social peruano (1900-1930). Uma revisão necessária. **Revista de Antropologia**. São Paulo, v. 41, n. 1, 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S003477011998000100005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003477011998000100005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 30 jun. 2017.

27

VÉLEZ, César. Nota preliminar. In: RIVA-AGÜERO, José. **La historia en el Perú**. Lima: Publicaciones del Instituto RIVA-AGÜERO – Pontificia Universidad Católica del Peru, 1965. p. XLIV-XLV.

VICH, Víctor. Vicisitudes trágicas: territorio, identidad y nación en los Paisajes peruanos de José de la Riva-Agüero y Osma. **Artículos, notas y documentos**, n. 34, p. 123-134, 2002.

# A AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA E SUA ATUAÇÃO POLÍTICA NO ESPÍRITO SANTO<sup>1</sup>

Diego Stanger<sup>2</sup>

**Resumo:** Trata-se de um texto que busca analisar a Ação Integralista Brasileira no cenário político do estado do Espírito Santo. O Integralismo foi um movimento fascista com importante atuação política no cenário político brasileiro. O partido foi fundado em 1932, por Plínio Salgado e extinto em 1937 com a implantação do Estado Novo, cuja nova constituição extinguiu todos os partidos políticos. Descrevemos a estrutura organizacional criada para possibilitar o trabalho do partido no Espírito Santo, bem como apontamos os principais líderes do movimento no contexto estadual. Também expomos as principais características do movimento Integralista e buscamos esclarecer as motivações que levaram diversos indivíduos a se filiarem a esse partido político. Discutimos a relação dos camisas-verdes com o governo estadual e os conflitos dos mesmo com seus adversários políticos.

**Palavras-chave:** Ação Integralista Brasileira. Espírito Santo. Política.

**Abstract:** It is a text that seeks to analyze the Brazilian Integralist Action in the political scenario of the state of Espírito Santo. Integralism was a fascist movement with important political action in the Brazilian political scene. The party was founded in 1932 by Plínio Salgado, and extinguished in 1937 with the establishment of the Estado Novo, whose new constitution extinguished all political parties. We describe the organizational structure created to enable the party's work in Espírito Santo, as well as point out the main leaders of the movement in the state context. We also expose the main characteristics of the Integralist movement, and seek to clarify the motivations that led several individuals to join this political party. We discussed the relationship of the green shirts with the state government and their conflicts with their political opponents.

**Keywords:** Brazilian Integralist Action. State of Espírito Santo. Politics.

---

1. As ideias apresentadas nesse texto fazem parte de dissertação de mestrado intitulada "O Sigma sob suspeita" defendida no PPGHIS/UFES em 2014.

2. Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHI/UFES).

## Introdução

Os anos de 1930 da história brasileira são marcados pela instabilidade política e social causadas principalmente pelo fracasso do regime oligárquico-liberal implantado em 1889. Desde os anos 1920 acontecia no Brasil um avanço do autoritarismo, mas, foi nos anos 1930, com a grande depressão de 1929 e a Revolução de 1930, movimento que levou Getúlio Vargas ao controle do país, que o pensamento autoritário ganha efetivo espaço na política brasileira, sendo os integralistas um de seus defensores (FAUSTO, 2001, p. 20)

A Ação Integralista Brasileira surge como grupo coeso em 7 de outubro 1932, sendo liderada por Plínio Salgado, um intelectual paulista simpatizante dos movimentos fascistas europeus, de família católica e cujo pai foi chefe político na cidade de São Bento do Sapucaí, região do Vale do Paraíba. Hélgio Trindade (1979) enfatiza que a AIB é fruto do amálgama de movimentos de extrema direita<sup>3</sup> surgidos no Brasil no início da década de 1930: "A fundação da AIB, em 1932, não é um fato isolado, mas resulta da cristalização das ideias de direita no Brasil dos anos 30 e dos movimentos precursores que Salgado buscará integrar" (TRINDADE, 1979, p. 98).

Sobre o caráter fascista da Ação Integralista Brasileira, Hélgio Trindade, no livro *"Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 1930"*, elucida que o Integralismo é formado por elementos do fascismo europeu, acrescentado de princípios característicos da cultura brasileira, ou seja, um movimento eclético que incorporou aspectos dos movimentos do velho continente e do pensamento autoritário brasileiro.

Gilberto Vasconcelos no livro *Ideologia Curupira* esclarece que os Integralistas buscavam se afirmar como representantes de ideais e aspirações nacionais, tentando fugir de qualquer aproximação com movimentos estrangeiros. "Os integralistas, afinal, não queriam ser tomados por mais uns 'miseráveis da cultura europeia', conforme tipificava Plínio Salgado" (VASCONCELLOS, 1979, p. 50). O autor ainda esclarece que os elementos nacionalistas do integralismo tornavam o movimento melhor aceito pelo povo quando comparado aos movimentos de esquerda, que na década de 1930 eram mostrados como plantas exóticas, ideologias alienígenas que ameaçavam a nação (VASCONCELOS, 1979, p. 195-196)

---

3. Para saber mais acerca dos movimentos autoritários do Brasil ver: FAUSTO, B. *O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)*, Rio de Janeiro: Zahar, 2001; DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ; Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1997; VICTOR, Rogério L. (organizador). *À direita da Direita: estudos sobre o extremismo político no Brasil*. Goiânia: Ed. Da PUC Goiás, 2011.

Ao analisar informações das atividades da Ação Integralista Brasileira no estado do Espírito Santo estamos tratando de aspectos da História Política local que está inserido no campo de estudos das relações políticas no cenário capixaba entre os anos de 1933 a 1937, cuja problemática permeia a análise de variada fonte documental, principalmente, da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS).

Para Remond (1996, p. 444), "o político se relaciona aos vários aspectos da vida humana por possuir fronteiras que ora dilatam ora encolhem", ou seja, ela perpassa todos os aspectos da vida cotidiana. O autor ainda acrescenta que "a política é a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício, a prática do poder".

Voltando ao DOPS, devemos deixar claro que a função dessa instituição era identificar e eliminar os inimigos do estado Varguista, sendo assim, em 1937, quando a AIB deixa de ser aliado do governo, chegando a uma tentativa frustrada de golpe em 1938, se tornaram alvo de investigações tendo toda a documentação administrativa apreendida, bem como seus principais líderes presos e interrogados.

Feitos esses primeiros apontamentos passaremos a análise e discussão sobre a Ação Integralista e sua atuação política no Espírito Santo.

30

## **O Integralismo no Espírito Santo**

Vitória foi a sede do primeiro núcleo Integralista no Espírito Santo, fundado no dia 8 de agosto de 1933. O movimento estava sob a chefia de Arnaldo Magalhães, tomando parte na mesa diretora Theophilo Costa, Adhemar Santo Neves, Arlindo Sodré, o diretor da Faculdade de Odontologia e Farmácia, professor Elpidio Pimentel e o cônsul da Itália dr Politti (AÇÃO Integralista no Espírito Santo. *Diário da Manhã*. Vitória, n. 3278, p.4, 10 ago. 1933). A AIB na cidade de Vitória estava inserida em meio à intelectualidade da capital, recebendo homenagens de organizações como o Instituto Histórico e Geográfico e Grêmio Literário Rui Barbosa, bem como de influentes figuras da sociedade local.

O primeiro Chefe local da AIB, Arnaldo Magalhães, era farmacêutico e, com proximidade à política estadual, em 1931 foi escolhido por João Punaro Bley para fazer parte do Conselho Consultivo do Estado (CONSELHO Consultivo do Estado. *Diário da Manhã*. Vitória, n. 2762, p.1, 17 Nov. 1931). Ele era sócio da firma "G. Roubach & Cia", desde 1919, sócio do Clube de Regatas Saldanha da Gama, importante instituição esportiva local, e também era membro da comissão responsável em angariar fundos

para a construção da Catedral de Vitória.

O sucessor de Arnaldo Magalhães na chefia da Província Integralista Capixaba foi José Linhares. Ele era engenheiro da Estrada de Ferro Vitória a Minas, com destaque na sociedade de Vitória. Inicialmente ocupou o cargo de Secretário de Organização Política da AIB, recebeu de Arnaldo Magalhães a Chefia Provincial em março de 1935, durante o II Congresso Integralista ocorrido na cidade de Petrópolis. O primeiro Chefe Provincial pediu dispensa por motivos de saúde, mas continuava vinculado ao Integralismo, visto que havia sido promovido ao posto de membro efetivo do Conselho Nacional da AIB (CONSELHO Consultivo do Estado. *Diário da Manhã*. Vitória, n. 2762, p.1, 17 Nov. 1931).

No sul do estado, mais especificamente na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, o núcleo da AIB foi fundado somente em 15 de maio de 1935 (BR ES APEES, DES. O. IAPC 2, p 4), comparecendo na cerimônia de inauguração o novo chefe provincial, José Linhares, os secretários provinciais Jair Etienne Dessaune e Otaviano Santos, além de representantes dos núcleos integralistas de Alegre, Muquy, Castelo e do núcleo distrital de Floresta<sup>4</sup> (atual Burarama). Este último representa um caso singular, visto que Floresta, sendo distrito de Cachoeiro do Itapemirim teve seu núcleo da AIB fundado antes da sede do município (FAGUNDES, 2011, p 201).

31

No município de Cachoeiro do Itapemirim, os militantes da AIB eram, principalmente, pequenos agricultores, funcionários públicos e profissionais liberais. Esse grupo encontrou no Integralismo uma alternativa, frente às frustrações com o regime iniciado com a Revolução de 1930. Estavam economicamente prejudicados com crise do café iniciada em 1929, visto que a administração de João Punaro Bley garantiu auxílio somente aos grandes fazendeiros. Na política, seu desejo de participação efetiva foi suprimido frente aos interesses oligárquicos rearticulados no Partido Social Democrático e no Partido da Lavoura (OLIVEIRA, 2013, p. 5-6).

Mesmo diante de forte oposição de políticos tradicionais, os camisas-verdes<sup>5</sup> conquistaram um grande número de adeptos. O relatório integralista de 1936 estabelece 23.518 adeptos do movimento em todo o estado, no qual os municípios de Santa Tereza, Castelo e Colatina contavam com maior número de adeptos, com 5480,

---

4. O Integralismo no distrito de Floresta foi tão marcante que se tornou tema de um romance histórico chamado 'Anauê', no qual é relatado os impactos sociais e políticos dentro do lugarejo com a chegada da Doutrina do Sigma. GRILLO, José Marcelo. *Anauê! a apaixonante saga integralista numa colônia de imigrantes italianos*. Cachoeiro de Itapemirim, ES: [s.n.], [200-].

5. Termo usado na década de 1930 para se referir aos membros da AIB, devido à indumentária usada pelo militante integralista ser verde.

3.449 e 3.150 integrantes, respectivamente. Itapemirim possuía o menor número de filiados, com apenas 30 e, junto com João Pessoa, Rio Pardo e Calçado, constituíam o grupo de cidades com menos de 100 inscritos em cada uma.

Outro setor capixaba que teve uma relativa aproximação com a AIB foram os descendentes de imigrantes europeus, sobretudo a comunidade ítalo-capixaba.

No estudo de Trindade (1979, p. 150), ao se explicitar os motivos individuais de adesão ao Integralismo, em primeiro lugar está o anticomunismo, enquanto a simpatia pelo fascismo europeu aparece na segunda posição, sendo seguida pelo nacionalismo (menos da metade dos entrevistados pelo autor) e, em quarto lugar, a oposição ao sistema vigente.

Para Lazzaro, Coutinho e Franceschetto (1992, p. 26), uma das motivações de italianos e descendentes na localidade de Venda Nova aderirem ao Integralismo foi a simpatia ao fascismo. Vieira (2004, p. 695) acrescenta que a participação em um movimento de caráter fascista, como era a AIB, aproximava-os da pátria de origem de seus antepassados.

32

No Brasil, houve uma atuação do governo fascista para divulgar nas comunidades ítalo-brasileiras os ideais fascistas. Ao analisar a relação entre a Embaixada italiana e os órgãos da colônia italiana em São Paulo, João Fábio Bertonha (2013) verificou a existência de apoio institucional, além de influência intelectual e política entre fascistas italianos e a AIB, e essa cooperação foi muito importante para a difusão das ideias de extrema direita no país, bem como orientar a definição do caráter do movimento Integralista.

As boas relações entre a AIB e o governo fascista italiano não se limitaram, porém, ao fornecimento de fundos por parte dos italianos. Elas foram muito mais complexas e intrincadas do que parecem à primeira vista e, como veículo para esse íntimo relacionamento, foram fundamentais as coletividades italianas presentes no Brasil e a estrutura de catequese montada pelo governo fascista para atingi-las (BERTONHA, 2013).

Acerca da relação da adesão ao Integralismo no Espírito Santo com questões étnicas, podemos afirmar que a documentação analisada não permitiu chegar a conclusões sobre tal tema, pois o fator preponderante para a filiação era o convite de pessoas influentes das comunidades que essas pessoas viviam, seguido pelo catolicismo e medo de perder suas terras, devido à ameaça comunista.



Lazzaro, Coutinho e Franceschetto (1992, p. 27) afirmam que em Venda Nova, o sucesso da AIB se devia a Antonio Roberto Feitoza – grande número de antigos camisas-verdes confirmou que havia entrado para o movimento através de seu convite. Detalhe que a região de Venda Nova tem forte presença italiana, mas Roberto Feitoza não possuía tal ascendência, mas foi influente junto às comunidades de imigrantes no município de Castelo e eleito vereador naquela região.

Quanto ao catolicismo como motivo de filiação ao Integralismo, para Silvia Regina Ackerman (2009, p. 72), o mesmo deve ser incluído como fator preponderante para tal fato. A Igreja Católica no estado possuía forte ligação ao Integralismo, havia um grande número de religiosos filiados ou simpatizantes da AIB. O mais destacado foi o Padre Ponciano Stenzel, eleito vereador de Vitória como Integralista (ACHIAMÉ, 2010, p. 186). Ainda é importante mencionar que importantes integrantes da AIB-ES eram católicos fervorosos, como Jair Dessaune e Arnaldo Magalhães (ACHIAMÉ, 2010, p. 190).

Entre os motivos analisados anteriormente, o temor de perder suas pequenas propriedades com a possibilidade de instalação de um governo comunista foi um dos mais importantes motivos para que os indivíduos dessas comunidades de descendentes de imigrantes aderissem ao Integralismo.

### **Estrutura institucional da AB no Espírito Santo**

Os dados que apresento nas tabelas seguintes foram extraídos de documentos oficiais da Ação Integralista Brasileira – Seção Espírito Santo. Ao lidar com esse corpus documental, devemos estar atentos ao fato de que nem sempre representam a realidade, pois os integralistas costumavam mascarar a verdade numa tentativa de transmitir para as pessoas um crescimento do partido, que, de fato, não estava acontecendo. As tabelas a seguir foram extraídas de um relatório de 1936 da AIB - Espírito Santo que se encontra no acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

O Espírito Santo possuía, na década de 1930, uma população em torno de 700.000 (Sinopse estatística do estado do Espírito Santo 1937, p. 53) habitantes, dos quais, 23.518 seriam membros da Ação Integralista Brasileira. Os camisas-verdes equivaliam a algo em torno de 3% da população estadual, o que num primeiro momento parece indicar que a AIB representasse um grupo insignificante entre a população estadual.

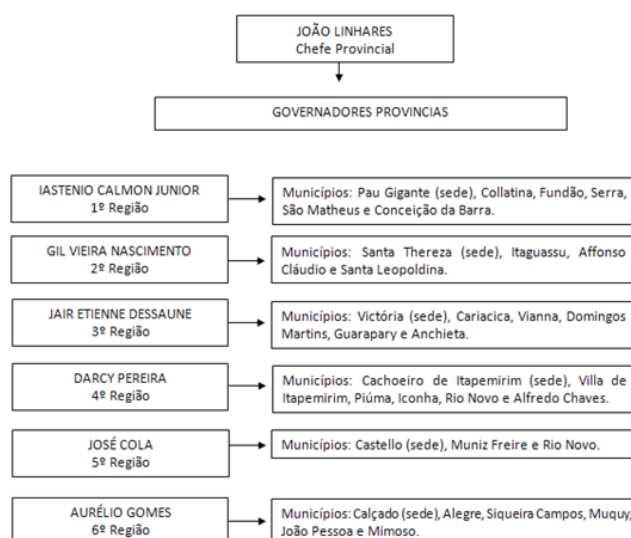
Segundo Mensagem Presidencial de maio 1935 (VARGAS, 1935, p. 20), o estado do Espírito Santo possuía 51.923 eleitores inscritos, sendo que no país compareceram 85% dos mesmos nas eleições de 1934. O relatório da AIB apresentado em outubro de 1935 traz um número maior de eleitores, ao todo 63.699 em todo o estado, dos quais 6.508 seriam Integralistas, ou seja, cerca de 10% do eleitorado estadual. Esse dado indica grande força eleitoral da AIB.

Nas eleições de 1935, fica evidente no Espírito Santo o aumento da força e penetração do movimento na política estadual, a AIB havia conseguido eleger dois prefeitos e 26 vereadores. Santa Tereza e Castelo foram os locais com maior número de nomeados, o primeiro com cinco e o segundo com quatro, inclusive, na capital Vitória apareceram os nomes de Jair Etienne Dessaune e Padre Ponciano Stenzel como escolhidos para o cargo na câmara municipal.

Ao eleger dois prefeitos e grande número de vereadores em vários municípios do Espírito Santo, o movimento Integralista demonstrou força política considerável. Toda essa amplitude da AIB se devia à dedicação e extrema organização dos mesmos. Hégio Trindade (1979) salienta o fato de que a organização estrutural da AIB constituía um organismo pré-estatal, o Estado Integralista em potencial. O organograma a seguir nos permite visualizar de forma mais aprimorada a estrutura da AIB-ES a partir de 1936.

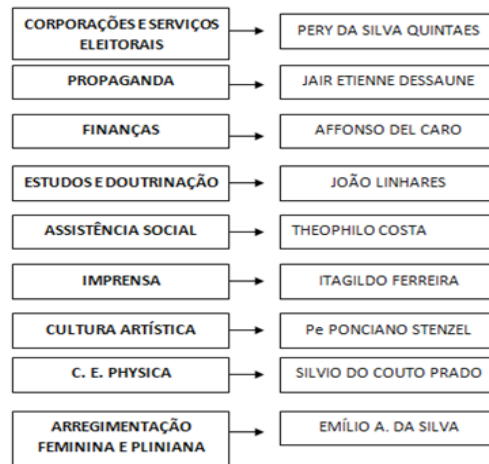
34

### ORGANOGRAMA 1 – AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO



Fonte: BR ES APEES, DES. O. IAPC. 2, p. 119. Relatório da AIB-ES de 1936.

**ORGANOGRAMA 2 – SECRETARIAS PROVINCIAIS**



Fonte: BR ES APEES, DES. O. IAPC. 2, p. 119. Relatório da AIB-ES de 1936.

Os organogramas deixam evidente a complexidade do integralismo, baseado em uma clara hierarquia e num aparelho burocrático interno – afinal, um dos grandes objetivos do movimento era reeducar os militantes do movimento dentro de uma série de regras, princípios e normas que faziam parte do cerne da AIB. Para essa reeducação, ou melhor ainda, doutrinação nos princípios integralistas, a imprensa desempenhou destacado papel, como discutiremos nos tópicos seguintes.

35

**Imprensa e Integralismo no Espírito Santo**

A imprensa foi importante mecanismo de difusão da doutrina integralista, sendo assim, o movimento utilizou desde importantes veículos de comunicação já reconhecidos na sociedade quanto buscou criar seu próprio jornal local. Por isso, a AIB criou, em 1936, a Secretaria Nacional de Imprensa, cujo objetivo era orientar, coordenar e organizar a imprensa oficial do movimento, além de estabelecer cooperação com outros órgãos de imprensa, zelando pela imagem do partido (BULHÕES, 2012, p. 61-2). Segundo Cavalari (1999, p.84), buscava-se padronizar a doutrinação dos militantes determinando cada imagem ou palavra presente nos periódicos oficiais.

Os periódicos compunham parte preponderante do movimento Integralista que, de acordo com Rosa Maria Feteiro Cavalari (1999), podem ser classificados em dois tipos: jornais maiores com circulação diária, que se traziam desde a doutrinação até notícias diversas com charges e fotos e os jornais menores, que tinham o objetivo específico de “[...] transmitir a doutrina e notícias sobre o Movimento” (CAVALARI, 1999, p. 90). Ainda de acordo com a autora, raramente apareciam fotos ou charges nesses

jornais menores, e, quando aconteciam, as imagens reportavam-se exclusivamente ao Integralismo.

A grande atenção do movimento Integralista à imprensa era devido a sua utilidade como instrumento de propaganda, cuja finalidade era mostrar para a população brasileira como a melhor solução para os problemas apresentados pelo país naquele dado momento da década de 1930 (BULHÕES, 2012, p. 248).

No Espírito Santo também circulou um periódico Integralista e saber de sua existência foi possível graças a um Relatório (BR ES APEES. 0. IAPC. 2, p. 144-7) enviado para a Chefia Provincial em 18 de janeiro de 1937 – ainda não foi encontrado nenhum exemplar do mesmo. Lançado em 10 de junho de 1936, com uma tiragem de 1.000 exemplares e com periodicidade quinzenal.

Intitulado de *Idade Nova*, o periódico foi definido pelos seus idealizadores camisas-verdes Itagildo Ferreira, Francisco Ferreira Vianna e Dair de Sousa Alves, sendo o primeiro responsável pela escolha do nome, como uma publicação nacionalista “[...] para defesa dos altos e superiores problemas da nossa pátria e que desenvolvesse as faculdades jornalísticas da nossa mocidade” (BR ES APEES. 0. IAPC. 2, p. 145).

O nome escolhido se justificaria:

36

[...] em virtude de nos estarmos no limiar da Idade Nova. E também porque, quando todos discutem e ninguém se entende; quando a confusão se apodera de todos os espíritos; quando a incompreensão é a média geral; quando o phantasma do medo domina todos os homens por sua própria culpa; quando as multidões se acham desorientadas por falsos profetas; quando a nossa Pátria se acha corrompida por uma infiltração judaica em todos os sentidos; quando Moscou nos espreita como presa fácil a sua volúpia sanguinária; quando a Europa toda estremece ante a marcha dos novos bárbaros; quando o occidente receia o oriente forte e temeroso, nós que somos o último occidente, desfraldamos a nossa bandeira nacionalista, [?] aos quatro ventos o limiar da Idade Nova (ES APEES. 0. IAPC. 2, p. 145).

Segundo Ackerman (2009, p. 56), a escolha do nome *Idade Nova* refletia a ideia do Integralismo como marco do princípio de um novo tempo, no qual foram superados os vícios da Primeira República. Ao analisar os Processos Criminais do Tribunal de Segurança Nacional, a autora encontrou referência a 25 exemplares, mas também não localizou as publicações.

O relatório (BR ES APEES. 0. IAPC. 2, p. 146) ainda esclarece que, inicialmente, possuíam uma orientação nacionalista, embora no fundo fosse de cunho Integralista. Quando a partir da segunda quinzena de setembro, transformaram-no em um jornal

de cunho completamente integralista. Aparentemente, foi uma artimanha usada para facilitar a sua aceitação na sociedade.

Os autores reiteram que o jornal tem objetivos propagandísticos e doutrinários e que era mantido exclusivamente com o dinheiro dos anúncios veiculados em suas páginas, pois era gratuito no interior do estado.

Mesmo que ainda não tenha ocorrido a oportunidade de análise deste periódico integralista capixaba, através do livro de Rosa Maria Feitosa Cavalari, podemos inferir sobre a organização e conteúdo da *Idade Nova*. A autora elucida que a imprensa integralista possui duas características marcantes: “[...] a obediência do mesmo padrão gráfico e o constante recurso de estratégias de persuasão” (CAVALARI, 1999, p. 92). Os diferentes jornais possuíam as mesmas colunas, cujo objetivo era noticiar sobre acontecimentos referentes ao movimento.

O *Idade Nova* serviu como periódico oficial do Integralismo, mas, antes disso, a Revista *Vida Capixaba* foi largamente usada como meio de propaganda para a AIB, afinal, sendo o principal veículo de comunicação da sociedade capixaba na época, não poderia deixar de ser usada como ferramenta de difusão da doutrina integralista. Ainda podemos ressaltar que a presença da AIB nas páginas da *Vida Capixaba* pelo motivo de Jair Etienne Dessaune estar entre seus colaboradores. Podemos destacar a presença dos camisas verdes nas páginas da *Vida Capixaba* na edição de 30 de agosto de 1933, onde foi estampada a imagem de Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Madeira de Freitas, além de um texto com diversos elogios ao movimento.

**FIGURA 1 – MOVIMENTO INTEGRALISTA**



Fonte: Vida Capixaba, 30 de agosto de 1933, número 347, p.12 <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=156590&pasta=ano%20193&pesq=integralismo> Acesso em: 26 de jun. 2019.

Segundo Tatiana Bulhões (2012), as imagens utilizadas pelos Integralistas nos periódicos visavam convencer e seduzir os leitores, o que ela denomina de *argumentos fotográficos*. Essas imagens pretendiam transmitir aos leitores os valores, os princípios defendidos pela doutrina integralista. Percebemos que nas fotografias os indivíduos estão trajados com a indumentária oficial do partido, e observa-se em destaque a presença da braçadeira com o sigma no braço de cada um.

### **A AIB no Espírito Santo: entre anuência e recusa do Estado**

Durante o estabelecimento e amadurecimento da AIB, a administração de Getúlio Vargas se mantinha no controle do Estado brasileiro. Inseridos dentro da mesma conjuntura política, Plínio Salgado e Getúlio Vargas compartilhavam críticas semelhantes em relação à democracia liberal, caracterizando-a como inimiga da nação por seu caráter pluralista. Na concepção de ambos, esse pluralismo se sobrepunha aos interesses nacionais e, por isso, defendiam a organização da sociedade sob a direção um Estado forte e centralizado, capaz de construir uma sociedade una (SERRATTO, 2008, p. 192).

38

Aprofundando nossas questões sobre as divergências entre a Ação Integralista Brasileira e o governo de Getúlio Vargas, encontramos um desvio entre os dois em um ponto que superficialmente nos parece que concordam. Esse desentendimento está presente em dois aspectos primordiais de suas ideologias, o antiliberalismo e o anticomunismo.

Tanto a AIB quanto Getúlio Vargas eram antiliberais. Mas, o antiliberalismo Integralismo, quando comparado ao de Getúlio Vargas (considerado seu maior inimigo), possuía um desenvolvimento melhor elaborado. Esse aspecto é percebido de acordo com a interpretação do próprio comunismo como um desdobramento do liberalismo pelos Integralistas. E, principalmente, o Estado brasileiro que eles buscavam superar era liberal e não comunista. Já Getúlio Vargas deixava seu antiliberalismo em segundo plano, dando maior atenção ao anticomunismo (SERRATTO, 2008, p. 160).

No Espírito Santo, os conflitos entre a AIB e grupos de esquerda foram frequentes. A leitura dos documentos Integralistas constituintes do acervo DOPS/ES transparece forte tensão entre os membros da AIB e os grupos de esquerda. Em correspondência de 3 de julho de 1935, trocada entre um Integralista de Vitória e outro de Cachoeiro de Itapemirim, comenta-se sobre a greve de trabalhadores na capital e a possibilidade

do início de outra em Cachoeiro, além de alertas acerca da necessidade de estar atento aos ataques dos comunistas contra os camisas-verdes.

[...] Estamos de sobreaviso, porque os comunistas da Aliança, iludindo os operários estão agitando-os contra nós para darem o golpe deles. [...] No caso de um movimento comunista subversivo ahi, tomem attitude franca, decisiva, ao lado dos poderes constituídos, para defender a ideia de Deus, Pátria e Família. A liberal-democracia não presta, mas devemos apoiá-la, quando estiver o comunismo querendo o lugar [...] (BR ES APEES. O. IAPC 2 p. 14, Fundo DOPS, Caixa nº 37).

Os integralistas demonstram apoio ao governo eleito, estando prontos para lutar e defender a ordem instituída, mesmo que essa não represente suas aspirações. O apoio da AIB ao governo eleito faz parte de sua necessidade de se legitimar como movimento baseado na ordem e no respeito, mesmo não estando em total consonância com os princípios defendidos pelo regime em vigor. Fica claro no trecho citado que, para os integralistas, era preferível lutar com os detestáveis liberais a permitir a existência de um governo comunista.

O folheto transcrito abaixo nos auxilia a dimensionar melhor os aspectos relativos ao clima de ameaça observado no documento anterior.

39

Alerta!

POVO EM CACHOEIRO: as liberdades democráticas a custo conquistadas por seus antepassados estão ameaçadas pelo terror fascista e imperialista representado pelos tombolinicos INTEGRALISTAS!

Alerta Povo! Defenda a sua liberdade que ela é sua própria subsistência. Vem aí a escravidão integralista! Alerta! CAMPANHA RACIAL, PERSEGUIÇÕES, PROSCRIÇÕES e A ANUNCIADA SEMANA DE SANGUE de Gustavo Barroso, eis o programa fascista de Plínio Tombola Salgado, onde os últimos representantes do civismo serão massacrados pelos agentes dos banqueiros e de Hitler!

Anuncia-se uma CONCENTRAÇÃO INTEGRALISTA PARA DOMINGO! Alerta na defesa dos seus direitos! Se o governo não intervir [sic] para fazer cumprir a Constituição e a Lei de Segurança, como é do seu dever, vá você, povo de Cachoeiro, defender suas liberdades!

Às 11 horas de domingo, 25, reunião do povo na Praça Jeronymo Monteiro para um comício de protesto contra a concentração integralista!

Abaixo o Integralismo! Abaixo os agentes do capitalismo!

POVO, A POSTOS!

Julho, 25 de 1935. ( BR ES APEES. O. IAPC 2 p. 17. Folheto anti-integralista. Fundo DOPS, Caixa nº 37)

É evidente o tom de preocupação dos produtores deste panfleto em relação ao movimento Integralista, denunciando a ligação da AIB com o fascismo europeu. O termo *tombolínicos* é uma derivação de tombola, uma espécie de jogo de azar semelhante ao bingo. Plínio Salgado, líder máximo do Integralismo, recebeu o apelido de Plínio Tombola devido a sua participação na organização de uma tômbola, cujo valor arrecadado seria doado para a Cruz Vermelha, junto com Iracy Igaiara. A Tômbola premiaria o ganhador com uma soma em dinheiro e alguns terrenos, mas a mesma não ocorreu e os dois responsáveis ficaram com o valor arrecadado com a venda dos bilhetes e os prêmios previstos – daí o apelido recebido pelo Chefe Nacional da AIB (VIANNA, 2010, p. 57).

40

Os produtores do panfleto queriam criar uma imagem negativa da AIB, impedir que fossem realizados seus comícios. Os autores, inclusive, exigem a aplicação da Lei de Segurança Nacional contra a AIB, a mesma que foi usada dias antes para desarticular a ANL, no dia 10 de julho de 1935, ou seja, 10 dias antes da produção desse folheto.

O passar dos dias não arrefeceu os ânimos na cidade. Segundo Pedro Ernesto Fagundes (2011, p. 11-12), o conflito mais violento entre membros da ANL e da AIB na cidade de Cachoeiro ocorreu entre os dias 1 e 3 de novembro de 1935, meses depois que os dois documentos acima foram escritos.

Alguns dias antes do Congresso, em carta de 26 de novembro de 1935, o Chefe Integralista de Cachoeiro descreve para o Chefe Provincial o ambiente da cidade como sombrio e demonstra preocupação com boatos espalhados pela cidade sobre a possibilidade de acontecer uma terrível chacina. O delegado é tido como aliado da AIB, apesar de não possuir força suficiente para conter as manifestações aliancistas. Havia o problema de sargentos manipulados por políticos locais e comunistas, com o intuito de prejudicar a AIB. A carta foi concluída com a afirmação de que somente os próprios integralistas poderiam se proteger, a não ser que o próprio governador enviasse reforço policial (BR ES APEES. O. IAPC 2 p. 22).

Os fatos se desenrolaram em meio aos preparativos para Cachoeiro do Itapemirim receber o Congresso Integralista Estadual, com expectativa de participação



do próprio Plínio Salgado. Sucintamente, a trama desenrolou da seguinte forma: no dia 1º novembro, ocorreu um ataque a um grupo de integralistas, com a consequente morte de Alberto Secchim, um jovem camisa-verde. No dia 3, integralistas e aliancistas se aglomeraram na estação ferroviária da cidade, com o intuito de receber o Chefe Nacional. O encontro dos rivais no local resultou em tiroteio com dois mortos e outros feridos (FAGUNDES, 2011, p. 10-11). Em artigo intitulado "Sangue nos trilhos de Cachoeiro de Itapemirim-ES: Integralistas e comunistas e a disputa pela memória do conflito de 1935" (2010). Pedro Ernesto Fagundes utilizou relatos orais de indivíduos que presenciaram o tiroteio na estação e eles se mostraram contraditórios. Por isso, não foi possível saber de fato quem seriam os autores dos disparos.

No jornal Integralista *A Razão* (PRIMEIROS mártires do integralismo. *A Razão*, Pouso Alegre, n. 25, p. 3, 7 out. 1936), da cidade de Pouso Alegre, o exemplar de 7 de outubro de 1936, em matéria comemorativa aos 4 anos da Ação Integralista Brasileira, expõe com evidência no centro da página o nome dos intitulados primeiros mártires do Integralismo. Dos nove citados, dois são do Espírito Santo. Um deles é o Alberto Secchin, no episódio que descrevemos acima, e o outro é Amadeu Faustine.

De acordo com Silvia Regina Ackerman (2009, p. 50), o conflito ocorreu na localidade de João Neiva, município de Pau-Gigante. Diferente do conflito na estação de Cachoeiro, em João Neiva estavam envolvidos somente policiais e um grupo de Integralistas. O confronto resultou na morte de Amadeu Faustini. Os Integralistas culparam o prefeito e o secretário do Interior pelo ocorrido. Os núcleos da AIB no município acabaram fechados pela polícia depois do conflito.

41

A autora ainda diz (ACKERMANN, 2009, p. 52-53) que a liderança da AIB do estado foi recebida pelo próprio João Punaro Bley para expor as dificuldades enfrentadas pelos camisas-verdes de Pau-Gigante. O governado prometeu tomar atitudes enérgicas para resolver o problema, mas nada foi feito. Assim, Ackerman conclui que a atitude do governador frente aos acontecimentos de João Neiva revela que, "[...] apesar de não declarar abertamente, não via com simpatias o movimento integralista do Espírito Santo, permitindo e, talvez, até estimulando a perseguição de seus dirigentes" (ibid, p. 53).

Quanto à presença do comunismo no episódio de João Neiva, o jornal Integralista *A Offensiva*, de 13 de setembro de 1936, estampa a seguinte manchete: *Assalariados de Moscou infiltrando-se na polícia espírito-santense atiram barbaramente sobre os camisas-verdes, em João Neiva, Município de Pau Gigante. O integralista Amadeu Faustini tomba, atingido pelas costas.* A matéria descreve os acontecimentos do dia

6 de setembro, denominando de *vandalismo iminável [sic] por parte de elementos comunistas e políticos residentes* (ASSALARIADOS, 1936). Cita-se que em Pau Gigante, dois dos cinco vereadores eram Integralistas. A matéria concluiu que o fato era fruto da união de políticos locais e comunistas, cujo objetivo era desestruturar a AIB local.

Depois de analisados os conflitos de Cachoeiro do Itapemirim e João Neiva, foi possível perceber a hostilidade entre Integralistas com outros grupos políticos. No caso de Cachoeiro a participação de membros da ANL é evidente, mas, em João Neiva, o choque não foi entre AIB e ANL.

A matéria do *A Offensiva* revela que, no caso de João Neiva, havia forte tensão entre os políticos membros do Partido Social Democrático e os Integralistas. A AIB acusa como algozes o prefeito de Pau Gigante, Hildo Garcia, o médico Simplício Azevedo Pio, e o Secretário do Interior, Celso Calmon Nogueira da Gama, que buscavam prejudicar os Integralistas locais. No segundo relatório da chefia provincial podemos reiterar a afirmação anterior.

Continuaremos a afirmar que o principal responsável pelas ocorrências é o indivíduo José Simplício de Azevedo Pio, e em segundo lugar o prefeito dr. Hildo Garcia, e por último, o dr. Celso Calmon Nogueira da Gama, secretário do Interior (BR ES APEES, DES. O. IAPC. 4, p. 34).

42

Hostilidades entre a seção do Espírito Santo da AIB com os membros do Partido Social Democrático não foi um caso restrito a Pau-Gigante: outros municípios registraram hostilidades entre os dois grupos.

O livro *Lembranças Camponesas* narra aspectos da vida dos descendentes de italianos em Venda Nova do Imigrante. Um dos capítulos trata especificamente sobre o Integralismo naquela região, através dos relatos de diversos indivíduos que presenciaram o desenrolar dos acontecimentos da década de 1930. Para os entrevistados, o fator preponderante para a adesão à AIB foi o anticomunismo. Os camisas-verdes disseminaram entre a população rumores sobre o perigo comunista “[...] com medo de perderem a terra e tudo aquilo que adquiriram a duras penas, os italianos e seus descendentes em Venda Nova, aderiram em massa ao integralismo [...]” (LAZZARO; COUTINHO; FRANCESCHETTO, 1992, p. 26).

Devemos esclarecer melhor sobre as características exóticas do comunismo dessas pessoas. Lazzaro, Coutinho e Franceschetto comentam sobre isso:

Esse comunismo tão temido pelos integralistas de Venda Nova, não era representado pelo Partido Comunista Brasileiro, mas pelo Partido Social Democrático, chamado pelos integralistas de Partido Sem Deus, que tinha partidários próximos a eles em Castelo e Conceição do Castelo (LAZZARO; COUTINHO; FRANCESCHETTO, 1992, p. 27).

O governador João Punaro Bley tinha por base de apoio o Partido Social, que dentro do Espírito Santo era o partido com maior força representativa. Vale salientar que a maior parte da elite política tradicional se filiou a esse partido na década de 1930.

Para melhor ilustrar a rivalidade existente entre os membros da AIB e do PSD, transcrevemos abaixo um trecho de uma carta do Chefe Integralista de Castelo, José Cola, no qual é relatado sobre um tiroteio ocorrido no dia 25 de julho de 1937, em um pequeno distrito do município, chamado Santo André. Os arquitetos do atentado são apontados entre importantes membros do PSD.

Santo André é um distrito de Castelo. Deve ter umas quarenta famílias. Tem uma serraria, onde trabalham de 40 a 60 pessoas. O proprietário dessa serraria é o sr. Caio Machado Martins, um dos chefes do PSD, ex-prefeito, atual presidente da Câmara Municipal de Castelo. Três dias antes do tiroteio disse ele que saia de Santo André para não ser responsável pelo que houvesse, embarcando para Vitória, onde se encontra Mario Correia de Lima, presidente da Assembleia Estadual, vice-presidente do PSD e chefe político em Castelo e culpado também por tudo que se tem dado aqui. Caio Martins combinou a trama, forneceu grande quantidade de munição, carabinas. Aarão Jorge Júnior e Manoel Pires Martins trabalharam ativamente para prepararem o golpe. O primeiro é oficial do Registro Civil e Manoel Pires é prefeito, todos chefes do PSD (BR ES APEES, DES. O. IAPC. 2, p.169. Carta do Chefe Integralista de Castelo ao Chefe Nacional. 27 de julho de 1937).

43

Em outro relatório (BR ES APEES, DES. O. IAPC. 4) sobre esse conflito, denominado *massacre comunista*, são detalhados todos os envolvidos no ataque aos integralistas – mesmo os camisas-verdes reconhecendo os mandantes do ataque como influentes membros do Partido Social Democrático, não deixam de associá-los ao comunismo.

O Integralismo em Castelo representava grande ameaça aos políticos tradicionais, fato comprovado nas eleições municipais de 1935, na qual a AIB elegeu 4 vereadores, o que foi demonstrado no início desse capítulo. Para o cargo de prefeito,

mas mesmas eleições, o candidato Integralista João Rangel<sup>6</sup> recebeu 766 votos, enquanto o ganhador, Manoel Pires Martins, recebeu 992 votos (FAGUNDES, 2005, p. 6). A pequena diferença de votos entre os dois candidatos (apenas 226), mostra a dimensão da força do Integralismo em Castelo, daí a necessidade de se desqualificar o movimento.

Essa associação do PSC com o comunismo é fruto da necessidade dos integralistas de doutrinar seus seguidores dentro de suas diretrizes, criando um inimigo a ser combatido, pois ela ameaçava a vida dessas comunidades. Mostramos que a AIB via o comunismo como produto das mazelas do sistema liberal, logo, podemos concluir que a partir dessa visão da doutrina Integralista, não seria ilógico chamar o PSC de comunista.

### **Considerações finais**

Ao tratarmos da Ação Integralista Brasileira devemos deixar claro que se tratou de um movimento fascistas cujos idealizadores mesclaram elementos dos movimentos europeus com aspectos da cultura brasileira.

44

Assim como em boa parte do território brasileiro no Espírito Santo os integralistas tiveram ampla atuação na sociedade capixaba, desde a capital até os vários municípios que compunham o estado na época. Pequenos agricultores, funcionários públicos e profissionais liberais figuravam entre os grupos que encontraram nos camisas-verdes a possibilidade de alcançar representação política. A AIB implantou no Espírito Santo toda a estrutura administrativa do partido, estabelecendo sólida base de atuação política em vários municípios, chegando a ameaçar a elite política tradicional do estado. Ao disputarem as eleições municipais de 1935, a força da AIB ficou evidente, ao todo foram 26 vereadores e 2 prefeitos eleitos dentro do estado.

Os camisas-verdes se envolveram em diversos conflitos armados contra seus adversários políticos, que inclusive resultaram na morte de adeptos do movimento. Em Cachoeiro do Itapemirim ocorreu o assassinato do jovem integralista Alberto Sechim, e, meses depois, em João Neiva acontece a morte de Amadeu Faustini. Enquanto em Cachoeiro o conflito envolveu membros da Aliança Nacional Libertadora, em João

---

6. João Rangel pertencia ao Partido Social Democrata. Sua candidatura pela AIB gerou grande polêmica, sendo acusado por seus antigos aliados de entrar para o Integralismo somente para conseguir lançar sua candidatura. Após a derrota, declarou que mostraria aos seus adversários como se trabalha para os camisas-verdes (BR ES APEES, DES. O. IAPC, p.1. Relatório Integralista do núcleo de Castelo. Caixa nº 37).

Neiva o choque foi com membros da elite política tradicional membros do Partido Social Democrático.

João Punaro Bley, interventor e governador do estado na época, cuja base política era o Partido Social Democrático, percebendo a força dos camisas-verdes soube usá-los como aliados de seu governo até o golpe de novembro de 1937, que decretou a implantação Estado Novo e acarretou a proibição da existência de partidos políticos, o que afetou diretamente os planos da AIB. Impedidos de se manterem no cenário político nacional e desprezados por Getúlio Vargas, os Integralistas acabaram realizando uma tentativa fracassada de golpe, fato que desencadeou a repressão contra a Ação Integralista Brasileira. De aliados, os Integralistas passaram a proscritos do regime. Logo, o movimento foi totalmente desarticulado e deixou de existir.

### Referências Bibliográficas

ACHIAMÉ, Fernando A. M. **O Espírito Santo na era Vargas (1930-1937):** elites políticas e reformismo autoritário. Rio de Janeiro, RJ: Ed. da FGV, 2010.

ACKERMANN, Sílvia Regina. **Quando preferir um samba ao hino nacional é crime:** integralismo, etnicidade e os crimes contra o Estado e a ordem social (Espírito Santo – 1934-1945). 2009. 338 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

45

BERTONHA, João Fábio. Entre Mussolini e Plínio Salgado: o Fascismo italiano, o Integralismo e o problema dos descendentes de italianos no Brasil. In: **Revista Brasileira de História**, vol. 21, n. 40, 2001. <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882001000100005&script=sciarttext>>. Acesso em: 23 de outubro de 2013.

BULHÕES, Tatiana da Silva. **Integralismo em foco:** imagens e propaganda política. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Integralismo:** ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937). Bauru, SP: EDUSC, 1999.

FAGUNDES, Pedro Ernesto (Org.). **Arquivos da repressão política no Estado do Espírito Santo (1930-1985).** Vitória, ES: GM, 2011.

\_\_\_\_\_. Os Integralistas nas eleições de 1935 no Espírito Santo. In: **Anais do XIII Simpósio Nacional de História**. Londrina: Editorial Mídia, 2005.

\_\_\_\_\_. Sangue nos Trilhos de Cachoeiro de Itapemirim – ES: Integralistas e Comunistas e a disputa pela memória do conflito de 1935. Texto apresentado no **V encontro regional da ANPUH-ES** – Simpósio I – História e Memória. 2011.

FAUSTO, B. **O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

GRILLO, José Marcelo. **Anauê!**: a apaixonante saga integralista numa colônia de imigrantes italianos. Cachoeiro de Itapemirim: [s.n.], [200-]

LAZZARO, Agostino; COUTINHO, Gleici e FRANCESCHETTO, Almar. **Lembranças Camponesas**: a tradição oral dos descendentes de italianos em Venda Nova do Imigrante, 1ª ed – Vitória Projetos RECIES – Resgate da cultura da Imigração Italiana no Espírito Santo, 1992.

OLIVEIRA, Flávio dos Santos. **Reflexões sobre o Integralismo em Cachoeiro de Itapemirim**: contribuições para a compreensão da expansão integralista no espaço brasileiro. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

REMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ: FGV, 1996.

SERRATTO, Edgar Bruno Franke. **A Ação Integralista Brasileira e Getúlio Vargas**: antiliberalismo e anticomunismo no Brasil de 1930 a 1945. 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

TRINDADE, Héliogio. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo DIFEL, 1979.

VASCONCELOS, Gilberto. **A ideologia curupira**: análise do discurso integralista. São Paulo: Brasiliense, 1979.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionário de 1935**: sonhos e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

VIEIRA, José Eugênio. **“Castello”**: origem, emancipação e desenvolvimento: 1702 a 2004. Vitória: [s.n.], 2004.

## Fontes

### a) Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

BR ES APEES, DES. O. IAPC 2, p 4. Relatório Integralista sobre a primeira reunião do núcleo Integralista de Cachoeiro do Itapemirim. Fundo DOPS, Caixa nº 37.

BR ES APEES, DES. O. IAPC. 2, p. 119. Relatório da Secretaria de Imprensa da AIB-ES sobre o periódico Idade Nova. Fundo DOPS, Caixa nº 37.

BR ES APEES, DES. O. IAPC. 2, p. 145. Relatório da Secretaria de Imprensa da AIB-ES sobre o periódico Idade Nova. Fundo DOPS, Caixa nº 37.

BR ES APEES. O. IAPC. 2, p. 144-7. Relatório apresentado ao Chefe Provincial em 18 de janeiro de 1937. Fundo DOPS, Caixa nº 37.

BR ES APEES, DES. O. IAPC. 2, p. 14. Relatório da Secretaria de Imprensa da AIB-ES sobre o periódico Idade Nova. Fundo DOPS, Caixa nº 37.

47

BR ES APEES. O. IAPC 2 p. 17. Folheto anti-integralista. Fundo DOPS, Caixa nº 37.

BR ES APEES. O. IAPC 2 p. 22. Correspondência Integralista entre o Chefe Municipal de Cachoeiro do Itapemirim e o Chefe Provincial. Fundo DOPS, Caixa nº 37.

BR ES APEES, DES. O. IAPC. 2, p.169. Carta do Chefe Integralista de Castelo ao Chefe Nacional. 27 de julho de 1937. Fundo DOPS, Caixa nº 37.

BR ES APEES, DES. O. IAPC. 4 , p. 34. Relatório Integralista de 18 de setembro de 1936 sobre o conflito de João Neiva. Fundo DOPS, Caixa nº 37.

### b) Impressesos

ASSALARIADOS de Moscou. **A Offensiva**, Rio de Janeiro, n 284, 13 set. 1936. <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178586&pasta=ano%20193&pesq=faustini>> Acesso em: 15 dez. 2013.

BRASIL (País). Presidente (1930-1945: Vargas). **Mensagem apresentada ao Poder Legislativo em 3 de maio de 1935**. Rio de Janeiro: Ed. Imprensa Nacional, 1935. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/mensagens-presidenciais/mensagem-apresentada-ao-poder-legislativo-1935/download>>. Acesso em: 10 out. 2013.

CONSELHO Consultivo do Estado. **Diário da Manhã**. Vitória, n. 2762, p.1, 17 Nov. 1931. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=572748&pasta=ano%20193&pesq=Arnaldo%20Magalh%C3%A3es>>. Acesso em: 23 set. 2013.

AÇÃO Integralista no Espírito Santo. **Diário da Manhã**. Vitória, n. 3278, p.4, 10 ago. 1933. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=572748&pasta=ano%20193&pesq=a%C3%A7%C3%A3o%20integralista%20brasileira>>. Acesso em: 23 set. 2013.

INTEGRALISMO. Vida Capichaba. Vitória, n. 347, p.12, 30 ago. 1933. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=156590&pasta=ano%20193&pesq=integralismo>>. Acesso em: 26 de jun. 2019.

48

PRIMEIROS mártires do integralismo. **A Razão**, Pouso Alegre, n. 25, p. 3, 7 out. 1936. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=720941&pagfis=111&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>>. Acesso em: 20 out. 2013.

MOVIMENTO Integralista no Espírito Santo. **Vida Capichaba**. Vitória, n. 347, p.12, 30 ago. 1933. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=156590&PagFis=13383&Pesq=integralismo>>. Acesso em: 26 jun. 2019.

SINOPSE estatística do estado do espírito santo 1937. Vitória: Ed. Imprensa Oficial do Estado, 1938. Disponível em: <<https://archive.org/stream/sinopse1937es#page/52/mode/2up>>. Acesso em: 23 set. 2013.



# À MODERNIZAÇÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL BRASILEIRA NA VISÃO AUTORITÁRIA E DEMOCRÁTICA NOS ESCRITOS PRODUZIDOS ENTRE AS DÉCADAS DE 1920 E 1940

Camila Pinheiro Rizo<sup>1</sup>

**Resumo:** Episódios de instabilidade político-institucional não correspondem a um fato novo em nossa história republicana e sempre foi mote de intensos debates no âmbito da ciência política. O presente artigo, de cunho bibliográfico, se propõe a abordar as visões acerca da modernização institucional presentes no pensamento de quatro intelectuais que problematizaram a natureza das nossas instituições políticas, apontando caminhos para a superação do atraso brasileiro, a partir de duas perspectivas: uma autoritária, representada por Oliveira Viana e Azevedo Amaral; e outra democrática, defendida por Sérgio Buarque de Holanda e Nestor Duarte. Ao longo do texto, nota-se que, mesmo com duas concepções distintas, os autores relacionam a persistência do privado acima do interesse público como o grande empecilho à modernização institucional.

**Palavras-chave:** Modernização autoritária; Modernização democrática; República.

**Abstract:** Episodes of instability political-institutional do not correspond to a new fact in our republican history and it has always been a motto of intense debates in the political science sphere. This bibliographical article aims to approach the visions on the institutional modernization presented in four intellectuals' thoughts who problematized the nature of our political institutions, pointing out ways to overcome the Brazilian backwardness from two perspectives: one authoritarian, represented by Oliveira Viana and Azevedo Amaral, and another democratic, defended by Sérgio Buarque de Holanda and Nestor Duarte. Throughout the text it's possible to notice that even with two distinct conceptions the authors relate the persistence of the private over the public interest as the great obstacle to institutional modernization.

**Keywords:** Authoritarian modernization; Democratic modernization; Republic.

---

1. Graduada em História pela UFES e atualmente mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica do CEUNES/UFES na linha de pesquisa: Ensino, Sociedade e Cultura: Ciências Humanas e Sociais. Professora de história da rede pública estadual (ES) e da rede municipal de Cariacica. E-mail: camilarizomila@gmail.com

## 1. Introdução

O artigo foi elaborado no sentido de discutir duas concepções de modernização, uma autoritária e outra democrática, presentes no pensamento político e intelectual brasileiro, a partir da leitura de quatro autores que produziram suas respectivas obras entre as décadas de 1920 a 1940: Oliveira Viana, com a obra *Instituições Políticas Brasileiras* (1982); Sérgio Buarque de Holanda e o clássico ensaio intitulado *Raízes do Brasil* (1995); Azevedo Amaral e seu livro *Estado Autoritário e Realidade Nacional* (1981) e Nestor Duarte, com a obra *A Ordem Privada e a Organização Nacional* (2001)<sup>2</sup>. Para o aprofundamento do estudo aqui explicitado comparecerá ao texto as análises de Piva (2000) sobre o projeto modernizador presente em cada autor.

A proposta metodológica se configura em uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório acerca da temática modernização e organização institucional brasileira, partindo de duas perspectivas: a autoritária e a democrática, com o objetivo de situar no campo intelectual aquilo que permeia o pensamento político brasileiro, forjando projetos de poder presentes ao longo de nossa história republicana. Cabe, nessa introdução, fazer um breve resgate da biografia de cada um dos quatro pensadores, para melhor contextualizar os seus escritos.

50

Oliveira Viana nasceu em Saquarema, no Rio de Janeiro, em 1883, e era filho de fazendeiro. Formou-se em direito, foi professor e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), ocupou cargos em comissões do Ministério do Trabalho durante o governo de Getúlio Vargas e produziu obras sob a influência do que ele mesmo chamava de *estudos sociológicos*. Sérgio Buarque de Holanda era paulista, nasceu em 1902, assim como o primeiro formou-se em direito, porém não optou por seguir carreira na área. Foi crítico literário, jornalista e, para atender a este último ofício, morou na Alemanha, onde obteve contato com estudos sociais marcados pelo weberianismo e pelo historicismo de Ranke (REIS, 2003). Retornando ao Brasil, dedicou-se à atividade acadêmica, sendo professor universitário em São Paulo. Azevedo Amaral nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 1881, formou-se em medicina, mas acabou exercendo o jornalismo político. Foi um grande entusiasta do Estado Novo (1937 – 1945). Já Nestor Duarte nasceu em 1902, era baiano de Catieté e filho de desembargador. Sua trajetória se intercalou entre a atuação como professor e como parlamentar, alinhado ao campo democrático.

No que concerne às obras selecionadas, observamos que os quatro autores buscaram fazer um resgate histórico da formação social brasileira para construir suas

---

2. As datas apresentadas nas respectivas obras correspondem ao ano da edição utilizada na leitura para a construção do artigo. O ano da publicação original será apresentado na seção de referências.

interpretações e indicar possibilidades para o rompimento com o atraso. Assim, “[...] visavam chegar a um ponto qualitativamente superior de civilização, riqueza, cultura, poder” (PIVA, 2000, p. 33). Serão apresentados os apontamentos pertinentes dentro dos dois campos: o autoritário, Viana e Amaral; e o democrático, Holanda e Duarte – que, por sua vez, contribuem para desvelar o processo de formação e estruturação das nossas instituições.

## **2. Estudos brasileiros e as concepções de modernização autoritária e democrática**

Ao analisar proximidades e distanciamentos entre os autores acerca da modernização brasileira, Piva (2000) argumenta que Viana, Amaral, Holanda e Duarte perseguiram e, ao mesmo tempo, produziam um sentido do Brasil. Suas teses se constroem em um período inicial de transição econômica e social do agrário para o urbano, em um contexto de intenso debate intelectual a respeito da questão nacional. Partindo da investigação do passado com objetivo de construção do futuro, viam como problema a organização político-institucional brasileira e o predomínio do privado sobre o público. Como meio de superação desse quadro, desenharam saídas, de um lado autoritária e, de outro, democrática.

No campo da modernização autoritária, Oliveira Viana elaborou um pensamento acerca da organização política institucional do Brasil, a partir da noção de que aqui vigoravam duas culturas conflitantes: o direito lei, criado pela elite política, e o direito costumeiro, vivido e produzido historicamente pelo que ele chama de *povo-massa*. Observando o Brasil desde o período colonial, o autor atesta que o processo colonizador adquiriu uma lógica anti-urbana, dispersa, não ocorrendo um estabelecimento de laços comunitários e, tampouco, o sentido de espírito público. Dessa forma, o brasileiro se delineou com um comportamento individualista, “[...] este traço cultural tão nosso, caracterizado pela despreocupação do interesse coletivo, pela ausência de espírito público, de espírito de bem comum, de sentimento de solidariedade comunal e coletiva [...]” (VIANA, 1982, p. 392). Portanto, as referidas particularidades de nossa formação explica, segundo Viana, a falta de consciência pública, a seu ver.

Viana caracteriza o direito público costumeiro do *povo-massa* advindo da sua tradição cultural e elenca três fenômenos produzidos por estes costumes, a saber: tipos sociais que se acomodaram ao funcionamento das instituições políticas; instituições sociais como os partidos que foram fundados por interesses conjunturais do chamado “clã parental” na política, além dos usos e costumes que formaram a essência da política de clã. Esses, para Viana, explicam a história política brasileira, uma vez que

movimentaram a vida pública.

A formação desses clãs está necessariamente ligada ao perfil agrário brasileiro, notadamente caracterizado pelos senhores, seus familiares e os seus subordinados que construíram uma rede de proteção, passando pelos clãs parentais, produzindo uma solidariedade nesse âmbito, em decorrência da necessidade de defesa territorial. Tal setor evoluiu para os clãs eleitorais, a partir da independência, com o intento de atender as novas circunstâncias políticas.

Para Viana, o processo de independência inaugurou o regime democrático no país, porém a participação política continuou restrita ao *povo-elite*, uma vez que faltava ao *povo-massa* o espírito democrático, movimentando-se sempre pelo direito público costumeiro. De acordo com o seu raciocínio, a democracia se deu por institucionalização legal e não pelo espírito inerente ao brasileiro, ligado a um interesse coletivo.

Diante do contexto, a tentativa de importação de um modelo democrático anglo-saxão, sobretudo com a República e a instituição do regime federativo calcado na descentralização, não encontrou enraizamento por aqui, uma vez que a sociedade brasileira é desprovida do sentimento nacional, tão presente naqueles. O regime democrático por decreto, no caso pelas Constituições, foi produzido por uma elite política que esperava impor um sistema de conduta não praticada pelo povo-massa. A respeito do sufrágio universal e da descentralização, entende que são mecanismos alheios ao povo e defende, sobre o primeiro, uma espécie de categorização da participação:

[...] deveríamos criar corpos eleitorais específicos, variando de *composição conforme os grupos regionais*, levando em conta, para cada um destes grupos, o atraso ou o progresso da sua *cultura local* e a maior ou menos diferenciação da sua *estrutura social*, ou *econômica*, ou *ecológica* [...] (VIANA, 1982, p.727).

Viana considera essencial que se produza um corpo de leis ajustável à condição histórica do país, em que o Estado deve ser constituído a partir do caráter *culturoológico* - termo utilizado por ele - do seu povo. Nesse sentido, condena o modelo de descentralização aqui imposto, uma vez que, na sua visão, o mesmo fortalece os clãs eleitorais e o seu caráter inerentemente privatista. Defende a necessidade de aceitar as peculiaridades da nossa formação histórica e produzir modificações alicerçadas em um poder central, incorporado no cargo de presidente forte e provedor de uma política de Estado, no sentido de modificar a mentalidade do *povo-massa*.

Desse modo, Oliveira Viana alega ser coerente com a nossa realidade a utilização de uma técnica autoritária, com um poder central não partidariado, impositivo, provocando mudanças por meio da coação. Dessa maneira, a chave para o entendimento do pensamento de Viana é a defesa do fortalecimento do poder público,

via Estado forte. O pensador partiu do estudo da formação brasileira, apontando tanto os fatores considerados por ele positivos – valores morais, éticos e culturais herdados da colonização portuguesa – ao mesmo tempo em que rejeita os fatores negativos, como a sobreposição do poder privado em nossa história institucional.

Ainda no campo da tradição política conservadora brasileira, Azevedo Amaral propõe um projeto político institucional de caráter autoritário para o país, considerando que essa seria a forma de assegurar a unidade nacional e o progresso econômico. A obra aqui analisada demonstra o alinhamento do autor com o Estado Novo e a Carta Constitucional de 1937. A partir do que ele considera uma

análise sociológica da história brasileira, defende a implantação de um modelo organizacional que leve em conta a realidade nacional, sendo contrário aos modelos considerados por ele prontos e exógenos. Atesta que o processo colonizador português foi de caráter essencialmente econômico e sem a preocupação de estabelecer uma ocupação permanente, o que impediu o desenvolvimento de um senso de coletividade no território. Assim,

[...] as origens da nossa formação colonial foram de molde a não permitir o desenvolvimento precoce das aptidões políticas, que facilitassem aos colonos promover experiências frutíferas, no sentido do estabelecimento de instituições e de métodos de governo em harmonia com as realidades do ambiente onde ia surgindo a estrutura embrionária da futura nacionalidade brasileira (AMARAL, 1981, p. 24).

53

Para Amaral, a proclamação da República foi positiva no processo de amadurecimento político institucional para o país. Entretanto, a Constituição de 1891 optou por um modelo importado de organização nacional, não condizente à realidade nacional, a exemplo da adoção do sufrágio universal. Considera, então, o movimento abolicionista que antecedeu à República e o sufrágio como demagógicos e irrealis, dadas às condições nacionais. É necessário salientar que o autor aponta a questão racial e a miscigenação como um problema, pois considera a herança branca europeia como preponderante para o progresso<sup>3</sup>.

---

3. Nas palavras de Azevedo Amaral: “O problema étnico brasileiro – chave de todo o destino da nacionalidade – resume-se na determinação de qual virá a ser o fator da tríplice miscigenação que aqui se opera a que caberá impor a ascendência no resultado definitivo do caldeamento. É claro que somente se tornará possível assegurar a vitória étnica dos elementos representativos das raças e da cultura da Europa se os reforçarmos pelo afluxo contínuo de novos contingentes brancos. Os obstáculos opostos à imigração de origem europeia constituem, portanto, dificuldade deliberadamente criada ao reforçamento dos valores étnicos superiores, cujo predomínio final no caldeamento dependem as futuras formas estruturais da civilização brasileira e as manifestações do seu dinamismo econômico, político, social e cultural” (AMARAL, 1981, p.137). Assim, entendemos ser nítido o viés eugenista do pensamento autoritário formulado pelo autor, uma vez que considera a branquitude como preponderante para o alcance do progresso da nação e elemento formador principal da nacionalidade. Oliveira Viana, outro intelectual do Estado autoritário, também destaca a herança étnica europeia como fator de prosperidade, mesmo que de forma menos explícita que Azevedo Amaral.

O intelectual em questão enxerga a primeira Constituição republicana de maneira positiva, com a adoção do regime presidencialista como mecanismo de manutenção da unidade territorial. Porém, a descentralização dos estados e sua autonomia financeira impuseram uma dificuldade à União em exercer seu papel de autoridade que lhe cabia.

De acordo com Amaral, apesar da vitória do movimento de 1930, a Constituição de caráter democrático-liberal produzida posteriormente se demonstrou caótica, a seu ver, então tendo o parlamento como obstáculo e a ocorrência de agitações, tanto comunistas quanto integralistas. Diante de sua constatação, Azevedo Amaral conclui que o golpe de 1937 e a instituição do Estado Novo são inevitáveis, como sendo resultados de “[...] uma análise objetiva das nossas realidades [...]” (AMARAL, 1981, p. 83), orientada pelo nacionalismo e objetivando a emancipação nacional.

Assim, o Estado autoritário, segundo Amaral (1981), corresponde ao mecanismo de onde provem a ação eficiente e racional do Estado, esse personificado por um presidente capaz de coordenar a organização institucional, garantindo os interesses coletivos em favor da nação. O autor defende o progresso econômico como epicentro do desenvolvimento político institucional do país, sendo o modelo corporativista, preconizado pela carta constitucional de 1937, como a melhor forma de estabelecer a conciliação entre os grupos produtivos, com o objetivo de alcançar grande dinamismo econômico, resultando no desenvolvimento do Estado-Nação. A soberania econômica é matéria determinante do projeto do Estado Novo e condição fundamental para o desenvolvimento das demais esferas da vida social.

É patente a rejeição de Azevedo Amaral ao comunismo e à democracia liberal. Entretanto, esforça-se em descolar o regime inaugurado em 1937 do fascismo, pois, no caso brasileiro, as liberdades individuais não se opõem ao coletivo, embora não estando acima desse último. Ou seja, são convenientes iniciativas individuais, sobretudo no campo econômico; o que não deve ser tolerado são os interesses que contrariem os objetivos da nação, pois o Estado é a força dirigente que atua em cooperação com empreendimentos privados.

Posto isso, infere-se que na ideologia do Estado autoritário, do qual Azevedo Amaral foi intelectual ativo, a massa populacional não deve ser considerada como indivíduos autônomos, sendo então necessário, segundo o autor, forjar uma elite intelectual que elaborasse a linha de pensamento a ser disseminada no corpo da nação. Em seu projeto modernizador, o autoritarismo correspondia ao modelo adequado à realidade nacional, capaz de organizar a nação institucionalmente, sendo um dinamizador do capitalismo industrial.

### **Modernização Democrática**

Publicado pela primeira vez em 1936, *Raízes do Brasil* representa o esforço de Sérgio Buarque de Holanda em decifrar a nossa formação e insere-se no profundo debate intelectual vigente na década de 1930 a respeito da nossa formação social e da modernização brasileira. O autor aponta o processo colonizador promovido por Portugal como determinante para a construção de características arraigadas no agrarismo e no domínio do espírito privado sobre o coletivo. Destaca que o processo colonizador português em nosso território realizou-se pelo “[...] desleixo e certo abandono [...]” (HOLANDA, 1995, p. 43) somado ao espírito aventureiro, imediatista, pois o que convém é o resultado mais proveitoso; assim, a economia agrária aqui estabelecida se firmou devido tanto às condições impostas pelo território quanto à exploração de perfil predatório. A opção pelo latifúndio produtor de cana-de-açúcar relacionou-se às exigências do mercado europeu, tendo na combinação do esforço desempenhado pelos braços dos escravizados com as técnicas de cultivo indígena a fonte de obtenção de lucro do português.

Destaca ainda Buarque de Holanda que o português julgava a atividade laboral como degradante, o que refletiu na quase inexistência de atividades alheias ao núcleo do engenho e no conseqüente predomínio da falta de espírito de cooperação presente na colônia. A sociedade colonial foi marcadamente rural, herança definidora que produziu relações de caráter patriarcal, em que o poder do senhor era inquestionável, e “[...] o resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família” (HOLANDA, 1995, p. 82). Como consequência, a organização privada se sobrepôs à pública e refletiu na estrutura político-institucional, onde, mesmo após a independência, os ocupantes de cargos públicos eram imbuídos da mentalidade privada, tradicionalista, uma vez que consideravam a função exercida – de cunho intelectual – como mais digna em relação às atividades manuais. Portanto, a herança rural permaneceu, pois não foi desenvolvida uma classe média marcada pelo espírito coletivo.

Ainda de acordo com o autor, o conflito entre o arcaico e o moderno permeia a nossa história, pois o patriarcalismo ainda se faz presente nas relações sociais e políticas, e nem mesmo a urbanização, condição indispensável para a modernização, na visão de Holanda, conseguiu transpor as características advindas do passado agrário. Isso se reflete na confusão entre o público e o privado, tão patente em nossa formação institucional, resultando na gestão política patrimonial. Diante disso,

[...] Para o funcionário ‘patrimonial’, a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos,

como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para assegurar garantias jurídicas aos cidadãos. A escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com as suas capacidades próprias. Falta a tudo a ordenação impessoal que caracteriza a vida no Estado burocrático [...] (HOLANDA, 1995, p. 146).

É importante frisar que o termo patrimonialismo é utilizado na obra para definir o processo no qual os interesses particulares, e consequentes benefícios pessoais, estão acima do interesse coletivo. Isso, em contraposição ao Estado burocrático, no qual o que prevalece é a impessoalidade.

O caráter privado, tão presente em nossa sociedade, se relaciona à definição dada pelo autor ao nosso temperamento como cordial, fruto da influência do meio rural, notadamente patriarcal. Esse aspecto produziu em nossa sociedade uma espécie de aversão ao *ritualismo social*. A cordialidade é parte do que chama de *espírito brasileiro*, em que a “[...] manifestação normal do respeito em outros povos tem aqui sua réplica, em regra geral, no desejo de estabelecer intimidade [...]” (HOLANDA, 1995, p. 148). Essa característica explica também a dificuldade do exercício da impessoalidade, tão necessária ao Estado moderno que preza pela ordem coletiva.

56

De acordo com Holanda, o positivismo liberal, enquanto símbolo e motor do movimento republicano, não buscou romper os laços pessoais, pois acreditavam que a ideia suplantaria a realidade histórica e, como consequência, a modificação do regime político acarretaria em uma mudança de postura por parte do corpo social, o que não ocorreu. Um exemplo do fracasso da vontade positivista foi o perfil dos ocupantes dos cargos públicos, pois mesmo estes intelectuais não romperam com o perfil patrimonial na gestão pública. Tanto quanto a crença positivista, a democracia liberal aqui realizada – de cima para baixo – também malogrou, pois foi adaptada para atender à manutenção de privilégios e aos interesses individuais. Assim, a busca por modelos exteriores de organização institucional não obteve êxito. O problema, para Holanda, foi a adoção do liberalismo, estranho ao corpo social, misturado ao caráter oligárquico e personalista, tão persistente em nossa história.

Contudo, o autor – em contraposição a Amaral e a Viana, supramencionados – condena veementemente qualquer saída autoritária<sup>4</sup> para a modernização brasileira, visto que esta não rompe com o perfil aristocrático. No seu entendimento, para a concretização do projeto modernizador é imprescindível a superação do iberismo e do agrarismo, uma vez que a democracia “[...] nunca se consumará enquanto não se liquidem, por sua vez, os fundamentos personalistas e, por menos que pareçam

---

4. Importa salientar a crítica explícita presente na obra a Oliveira Viana, intelectual alinhado a técnica autoritária.



aristocráticos, onde ainda assenta nossa vida social[...]” (HOLANDA, 1995,p. 180). Estado e interesses privados correspondem a esferas incompatíveis.

Concordando com Piva (2000), consideramos que em sua obra Holanda aponta fatores de otimismo nos rumos da história brasileira, como a Abolição e o aumento da urbanização, pois tais fenômenos romperiam com as estruturas arcaicas. O moderno, para este historiador, ligava-se ao urbano, à impessoalidade na administração pública e deveria ser concebido a partir da realidade brasileira, na qual os aspectos negativos seriam suprimidos. O autor aposta na democracia como o caminho para a modernização política e cultural, com o futuro tecido pelas mãos da maioria.

Outro importante pensador de viés democrático foi Nestor Duarte, o qual fundamentou seu texto a partir dos escritos de historiadores como Capistrano de Abreu, Pedro Calmon e Sérgio Buarque de Holanda no intuito de compreender a formação social e política brasileira. Para ele, muitas das características presentes, e que se constituem em empecilho para a modernização, vem da herança portuguesa, pois “o português é mais um homem privado do que político” (DUARTE, 2006, p.15). A monarquia nacional portuguesa não alcançou o grau de centralismo como em outras nações europeias, pois as características comunais e municipalistas prevaleceram sobre a centralização do Estado, produzindo o predomínio do interesse privado sobre o público e do familiar sobre o coletivo, sendo nocivos à organização política nacional e ao desenvolvimento do espírito político.

Para Duarte, a característica privatista portuguesa esteve presente e foi determinante durante o processo de colonização do Brasil. Basta observar a formação das Capitânicas Hereditárias como modelo inicial de domínio lusitano, impondo aqui um tipo de composição social e econômica assentada na propriedade privada. Logo, a formação brasileira se assentou no triunfo da ordem privada e no papel desempenhado pela organização familiar, marcadamente patriarcal, logo sexista, que concorreu com o poder Estatal; integra esse cenário o prevailecimento do meio rural, que notadamente rejeita a autoridade política alheia ao seu território. Logo, o caráter privatista português, a extensão territorial, a falta de organização política e de espírito público forjaram o tipo de organização privada presente na história brasileira.

Segundo o autor, após a independência, observou-se a continuidade das características privatistas nas relações sociais e político-institucionais. Durante o Império, se estabeleceu uma relação de compromisso entre o poder institucional constituído e o poder privado, ou seja, “[...] essa ordem privada continuaria a ser a única organização de base e de estrutura superior do império, e dentro dela este teria de conseguir e formar uma futura sociedade política” (DUARTE, 2006, p. 178), produzindo a associação entre política e poder econômico, sobrepondo-se assim uma aliança entre Estado e

chefe rural, em detrimento dos interesses coletivos. Dessa maneira, Duarte afirma que a organização política brasileira parte do espaço rural, como nesta passagem: “A verdade é que, ainda que custe a acreditar, a vida política no Brasil, como a sua força econômica, veio do interior para o litoral” (DUARTE, 2006, p. 194).

Buscando as características da formação brasileira, Nestor Duarte afirma que a ordem privada trazida e consolidada no processo de colonização portuguesa foi preponderante para a falta de senso político e de comunidade no Brasil. Entretanto, o autor descreve como reducionista o entendimento de que o problema da organização institucional seja resolvido com a centralização do poder, rejeitando a implementação de recurso autoritário<sup>5</sup> como mecanismo de fortalecimento da institucionalidade, visto que

Esse apelo à força ou a outros recursos de ação direta e elementar denuncia a carência de um espírito público em que a instituição política pudesse apoiar-se e ganhar, por sua vez, outra ascendência no sentimento e no ideal coletivo. É um Estado que nem conquistou a força de uma ideia, nem a nitidez de uma noção para impor-se como representação viva e clara na alma da comunhão a que serve e domina (DUARTE, 2006, p. 230).

58

Para Duarte, é necessário um processo de identificação entre instituição política e o povo, a partir do Estado democrático e do exercício da cidadania, com vistas a romper a histórica sobreposição dos interesses privados sobre a ordem pública. Sua questão central era produzir o sentido público que deveria ser refletido no Estado democrático, condição indispensável para a modernização.

### 3. Considerações finais

Após a apresentação das concepções dos quatro autores aqui elencados, conclui-se que todos desejavam romper com o atraso, em busca de um futuro para o Brasil. Para dois deles, esse deveria estar ancorado em um modelo autoritário; para os demais, em um modelo democrático. Ao formularem seus projetos de modernização, todos eles buscaram compreender a formação da estrutura social e política brasileira, propondo os respectivos caminhos para a organização institucional.

Todos os quatro enxergavam que o problema central era a permanência em nossas instituições, e no trato com o público, de práticas marcadamente alicerçadas no âmbito privado e familiar, se estendendo à gestão pública. À exceção de Viana – que

---

5. A primeira edição da obra foi publicada em 1939, durante o período do Estado Novo.

sustentava uma percepção positiva sobre o iberismo - todos os demais apontaram a herança colonial portuguesa como definidora da persistente sobreposição do privado em relação ao público.

Vianna compreendia a descentralização advinda com a República, em especial o municipalismo, como um grande inconveniente no Brasil, pois só reforçava a permanência do poder privado, assim como os partidos políticos existentes que representavam o espírito de clã. Defendia que a modernização brasileira passava pela implementação de um poder central forte, protagonizado pelo executivo, que organize a nação política e institucionalmente, no qual os interesses coletivos estariam garantidos, eliminando o poder privado. Mais pragmático, Azevedo Amaral sustentava que o problema era, sobretudo, de ordem política e econômica: seu foco era a modernização brasileira pautada na industrialização regulada por um Estado centralizador, chefiado por um líder com qualidades superiores capaz de direcionar as demandas do pleno desenvolvimento do capitalismo, rompendo com o atraso. Portanto, para ambos os autores o povo deveria ser tutelado por um chefe à frente do executivo nacional, guiando a nação e modelando a sociedade.

Diferente dos intelectuais autoritários, Sérgio Buarque de Holanda não delineia um projeto acabado para a modernização brasileira, que a seu ver era inadiável, mas compreendia que essa passava necessariamente pelo rompimento com o ruralismo, fruto da herança Ibérica que, como consequência, produziu características consideradas anti-modernas na sociedade e na administração pública, como o patrimonialismo e o clientelismo. Sua crítica dirigiu-se, em especial, à elite agrária e política – representantes, na sua visão, do atraso brasileiro e de uma intelectualidade vazia e imbuída do espírito privado. Também de princípio democrático, Nestor Duarte concluiu que somos marcados pelo privatismo de herança portuguesa, que deve ser superado a partir da maior inclusão do povo no processo político.

Podemos estabelecer como ponto de contato entre os quatro pensadores analisados a busca da realidade nacional, tanto como meio de detectar os nossos problemas – especialmente a sobreposição dos interesses privados na esfera pública – como a forma de superá-los. Como conclui Piva (2000), existe nas respectivas análises uma articulação entre racionalismo e determinismo, em que o primeiro representava a perspectiva para o futuro, enquanto o segundo relacionava-se ao apego à interpretação da chamada realidade brasileira para a construção do moderno. Possuem em comum a crença no futuro, mas se distanciam em relação a como construí-lo: Vianna e Amaral buscavam o caminho autoritário; já Holanda e Duarte acreditavam na democracia para a organização das nossas instituições.

Constata-se que o pensamento autoritário brasileiro aqui apresentado revela

sua crítica à descentralização, sendo ela obstáculo ao projeto modernizador, pois dificulta, no entendimento dos autores, a maior centralização político-administrativa que se configura como essencial para seu intento. Portanto,

[...] Os autoritários dos anos 1920 propiciaram a justificativa normativa para o regime autoritário instalado em 1930, ao sustentar que a autonomia política dos estados era um instrumento por meio do qual oligarquias regionais atrasadas manipulavam e exploravam eleitores ignorantes e, deste modo, impediam as iniciativas de um governo central modernizador [...] (ARRETICHE, 2010, p. 594).

Como foi apontado, por meio dos escritos de Oliveira Viana e Azevedo Amaral, o poder autoritário não pretendia ampliar a participação popular na política como forma de rompimento ao modelo privatista de poder. A síntese do projeto de modernização autoritária aqui verificada se deu por meio da instituição do Estado Novo (1937 – 1945), calcada na excessiva centralização e no sufocamento de qualquer experiência de autonomia e de constituição da cidadania de maneira ampla, pois a ditadura de Vargas desenvolveu “[...] uma cidadania que era limitada por restrições políticas” (CARVALHO, 2008, p. 115).

Esse processo é revelador ao analisar como se efetivou historicamente o conjunto de direitos no Brasil: avanços nos direitos sociais, em momentos de estagnação dos direitos civis e políticos, criando uma espécie de cidadania tutelada. Assim, o processo de constituição da cidadania no Brasil se deu em “marcha lenta” (CARVALHO, 2008), fruto de um processo histórico de instabilidade marcante do regime republicano brasileiro, que constrangeu o avanço da vivência democrática de forma plena.

60

### Referências Bibliográficas

AMARAL, Azevedo. **O Estado autoritário e a realidade nacional**. Coleção pensamento político republicano. Brasília: Universidade de Brasília, 1981. (publicado originalmente em 1938).

ARRETICHE, Marta. Federalismo e igualdade territorial: uma contradição em termos? In: **Dados - Revista de Ciências Sociais**, vol. 53, núm. 3, 2010, pp. 587-620.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.

**CPDOC da Fundação Getúlio Vargas**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/>>. Acesso em 29 de out. de 2018.

DUARTE, Nestor. **A ordem privada e a organização nacional** (contribuição à sociologia

política brasileira). Fonte digital, 2006. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/ordemprivada.pdf>>. Acesso em 30 de out. de 2018. (publicado originalmente em 1939).

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26<sup>o</sup> ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 (publicado originalmente em 1936).

PIVA, Luis Guilherme. **Ladrilheiros e Semeadores**: a modernização brasileira no pensamento de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920 – 1940). São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo: Editora 34, 2000.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 6<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

VIANA, Francisco José. **Populações Meridionais do Brasil e Instituições Políticas Brasileiras**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1982. (Populações Meridionais do Brasil publicado originalmente em 1920 e Instituições Políticas Brasileiras em 1949).

# ENSINO DE HISTÓRIA E DITADURA CIVIL-MILITAR. UMA REFLEXÃO À LUZ DO LIVRO-SLIDE EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA: VULTOS DA PÁRIA. ORAÇÃO AOS MOÇOS

Maria Alayde Alcântara Salim<sup>1</sup>

Ueber José de Oliveira<sup>2</sup>

**Resumo:** Norteados pelas elaborações de Marc Bloch (2001) quanto ao fato de que as fontes documentais não falam por si e que é imprescindível ao historiador saber interrogá-las, o presente artigo tem por objetivo a análise de um vestígio, uma marca do ensino de história encontrado no presente, mais precisamente um material paradidático escolar produzido e distribuído pelo Ministério da Educação e Cultura no ano de 1972. A partir de tal documento, analisaremos alguns aspectos que marcaram esse ensino no período denominado de Ditadura Civil-Militar (1964-1985). O material intitulado Livro-Slide-Educação Moral e Cívica apresenta, em uma ordem cronológica, a biografia e realizações de personalidades consideradas de destaque na história nacional e em anexo ao texto, um conjunto de slides retratando tais personalidades. A conclusão é a de que, apesar da renovação em relação às concepções e às práticas do ensino de história que buscaram superar o modelo de ensino baseado na exposição cronológica e linear dos fatos políticos, observamos algumas permanências e mesmo retrocessos na realidade vivenciada na prática desse ensino na educação básica.

**Palavras-chave:** Ensino de História; Educação moral e cívica; Ditadura militar

**Abstract:** Guided by the elaborations of Marc Bloch (2001) about the fact that documentary sources do not speak for themselves and that it is essential for the historian to know how to question them, this article aims to analyze a trace, a hallmark of the teaching of history found in the present, more precisely a paradidactic school material produced and distributed by the Ministry of Education and Culture in the year 1972. From this document, we will analyze some aspects that marked this teaching in the period called Civil-Military Dictatorship (1964-1985). The material entitled Slide-Book-Moral and Civic Education presents, in a chronological order, the biography and achievements of personalities considered prominent in national history and attached to the text, a set of slides depicting such personalities. The conclusion is that, despite the renewal in relation to the conceptions and practices that mark the teaching of history that sought to overcome the model of teaching based on the chronological and linear exposition of political facts, we observed some permanences and even setbacks in the lived reality in the practice of this teaching in basic education.

**Keywords:** Education; conservatism; moral and civic education.

---

1. Doutora em Educação (PPGE-Ufes); Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica (PPGEEB-Ufes); Professora do Departamento de Educação e Ciências Humanas e Sociais (Ufes/Ceunes).

2. Doutor em Ciência Política (PPGpol-Ufscar); Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas (PPGhis-Ufes); Professor do Departamento de História (Ufes).

## Introdução

No bojo da onda conservadora que atinge o Brasil e o mundo nos últimos tempos, têm se tornado cada vez mais recorrente a defesa do resgate de inusitadas propostas nas mais diversas áreas. E entre tais propostas vistas por muitos como verdadeiros descabimentos consta, no campo educacional, a recuperação das disciplinas Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política Brasileira (OSP), ambas de triste memória.

A defesa do retorno das referidas disciplinas no âmbito do ensino básico apareceram no programa de governo e nas falas de diversos candidatos em nível estadual, no Espírito Santo, a exemplo do candidato capixaba do Partido Social Liberal (PSL), Carlos Manato, além de ter constado em reiteradas manifestações do então presidenciável e hoje presidente eleito pelo mesmo partido, Jair Bolsonaro, bem como do seu vice, o General Hamilton Mourão, do PRTB. Este último, por exemplo, em uma entrevista veiculada no jornal *Folha de São Paulo*, se justificou na defesa da proposta afirmando que “a gente defende o resgate de valores, não só da disciplina, mas valores da nacionalidade que ficaram perdidos no caminho e não foram incutidos na cabeça da criança e do jovem. O amor à verdade, lealdade, responsabilidade, afirmou Mourão.”<sup>3</sup>

Considerando que a história e o passado não significam a mesma coisa, Keith Jenkins, no livro *História Repensada*, advoga a tese de que a história compreende “um dentre uma série de discursos possíveis a respeito do mundo” (KEITH, 2013, 23). Complementado o referido autor, Biasute (2018, p. 13) indica que “a parte do mundo que forma o objeto de investigação da história é o passado”. Portanto, “história e passado são categorias distintas: a primeira representa uma espécie de discurso sobre o mundo, ao passo que a segunda é exatamente o objeto sobre o qual esse discurso se organiza” (BIASUTE, 2018, p. 13).

O renomado historiador francês Marc Bloch definiu o objeto da ciência histórica por meio de uma sentença que se tornou célebre: “a história é a ciência que estuda o homem no seu tempo”. Ao nos fornecer tal fórmula, Bloch estava longe de simplificar a questão. Para o historiador francês, o que deve mobilizar o historiador são as questões do presente, e, nesse sentido, a história passa a ser compreendida como o instrumento por meio do qual nós, homens da contemporaneidade, procuramos resolver problemas eminentemente contemporâneos, incluindo aqueles que estão inscritos em um passado que não passa, parafraseando outro renomado historiador,

---

3. BOLSONARO quer resgatar Educação Moral e Cívica no currículo das escolas. **Folha de São Paulo**, 25 set. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/bolsonaro-quer-resgatar-educacao-moral-e-civica-no-curriculo-das-escolas.shtml>>. Acesso em 27 de set. 2018.

este alemão, Reinhart Koselleck.

O historiador José Carlos Reis (2006, p. 198), ao buscar compreender a noção de tempo a partir da tradição dos *Annales*, inaugurada por Bloch, salienta o seguinte:

Os *Annales*, e Braudel em particular, construiriam o conceito de “longa duração”, que ao mesmo tempo incorpora e se diferencia do conceito de estrutura social das ciências sociais. A longa duração é a tradução, para a linguagem temporal dos historiadores, da estrutura atemporal dos sociólogos, antropólogos e lingüistas.

Apesar de relativamente simplificado, é possível observar uma problematização importante quanto à noção de tempo, bem mais elaborada que a lógica linear de tradição positivista. Portanto, Marc Bloch, e a tradição historiográfica por ele inaugurada, se opõem frontalmente à noção da História como *ciência do passado*, passado que poderia ser reconstruído por meio de fontes documentais, exatamente como aconteceu. Para Bloch (2002, p.73), por exemplo, o conhecimento histórico de fatos do passado ou do presente será sempre um conhecimento por meio de vestígios: “[...] o que entendemos efetivamente por documentos senão um vestígio, a marca perceptível aos sentidos, deixada por um fenômeno em si mesmo impossível de captar”.

Nessa mesma perspectiva, Ginzburg (2002), também opondo-se à noção positivista de documento, e, ao mesmo tempo, refutando as teses céticas sobre a possibilidade do conhecimento histórico, afirma que a História humana pode ser reconstruída com base em rastros e indícios do passado no presente; e tais reconstruções implicam, implicitamente, uma série de conexões naturais e necessárias. Segundo as formulações historiográficas de De Certeau (2002), que estabelecem um forte diálogo com os autores citados, a História se constrói no contínuo embate entre o presente, no qual está localizado o historiador e seus postulados, e um passado, que se procura construir a partir dos vestígios no presente.

Tais reflexões nos guiaram metodologicamente na proposta de pensarmos as possibilidades de construção de um conhecimento historiográfico sobre o ensino de história na educação básica. Assim, neste artigo, tendo como fonte principal um vestígio, uma marca do ensino de história encontrado no presente, mais precisamente um material paradidático escolar produzido e distribuído pelo Ministério da Educação e Cultura no ano de 1972, analisaremos alguns aspectos que marcaram esse ensino no período denominado de Ditadura Civil-Militar (1964-1985). O material intitulado Livro-Slide-Educação Moral e Cívica, apresenta em uma ordem cronológica a biografia e realizações de personalidades consideradas de destaque na história nacional e em anexo ao texto, um conjunto de slides retratando tais personalidades.

Norteados por Bloch (2002), sabemos que as fontes documentais não falam por



si; é imprescindível que o historiador saiba interrogá-las e não aceite cegamente todos os testemunhos históricos. Seguindo essa perspectiva, direcionaremos perguntas a esse documento que nos permitam focalizar de que forma o cenário político atuou na configuração desse ensino, em especial no lugar da História, que perdia espaço para a *Moral e Cívica* no currículo escolar. Analisaremos, também, a organização dos conteúdos e a produção de materiais didáticos de ensino. Devemos ressaltar que pistas, vestígios de uma concepção e de uma prática de ensino, produzidas no trabalho com o documento serão entrecruzados com outras fontes e pesquisas sobre o tema, pois a construção do conhecimento se faz a partir do entrecruzamento dos dados fornecidos por uma multiplicidade de fontes: “[...] seria uma grande ilusão imaginar que cada problema histórico corresponde um tipo único de documento específico para tal emprego” (BLOCH, 2002, p.80).

Ao elegermos como fonte para as nossas análises um material didático nos aproximamos da História Cultural, na medida em que essa perspectiva historiográfica privilegia o estudo da cultura material das sociedades humanas, com o objetivo de evidenciar os processos de circulação e apropriação culturais. Na pesquisa educacional, esse procedimento trouxe à tona fontes até então pouco exploradas, como textos didáticos, cartilhas, revistas e jornais, correspondências, regulamentações escolares, enfim, toda a variedade dos objetos que servem de suporte material para a circulação/ apropriação das ideias pedagógicas. Cabe ainda destacar que a presença da perspectiva cultural, na pesquisa educacional, representou, fundamentalmente, uma oposição à tradicional história das ideias pedagógicas. O foco das análises foi deslocado dos sistemas das ideias universais para o conceito de *representação*, ou seja, como, em diferentes tempos e espaços, uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler (CHARTIER, 1990).

65

### **A historicidade do Ensino de História**

Os estudos que abordam temáticas relacionadas à historicidade do ensino de história, a exemplo de Bittencourt (1997) e Fonseca (2003), indicam que a constituição da história como disciplina e sua inserção do currículo escolar acontece no período Imperial, após a fundação do Colégio Pedro II, em 2 de dezembro de 1837. Antes disso, o saber histórico aparecia como auxiliar de outras áreas do conhecimento, apresentados com o propósito de complementar outros saberes, de fundo doutrinário e religioso. O Colégio Pedro II destinava-se à formação da elite, mas, além disso, integrou o projeto imperial de construção da identidade cultural da Nação e, de acordo com Schwarcz

(2000, p.150), “[...] converteu-se em uma espécie de ‘símbolo de civilidade’, de um lado, e de pertencimento a uma elite, de outro”.

Além do colégio, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), formado um ano depois, em 1838, teve entre seus associados muitos professores do estabelecimento de ensino secundário supramencionado, e apresentava como objetivo inaugurar uma produção historiográfica para o Brasil baseada nos vultos e personalidades políticas. Da mesma forma, a História como disciplina escolar destinava-se a apresentação linear dos fatos políticos e a exaltação dos heróis nacionais. Depois vieram a Imperial Academia de Música e a Ópera Nacional. Além disso, o Imperador custeava diretamente grupos de escritores e poetas românticos, como Gonçalves Dias, e historiadores como Varnhagen. Os gastos com a instrução e cultura estavam concentrados na Corte, destinados a atender a um grupo seletivo. Como observou Schwarcz (2000), todas essas realizações no campo da cultura e educação faziam parte do projeto mais amplo de consolidação da Monarquia que, além de assegurar o poder político, pretendia afirmar uma cultura e uma memória coletiva.

Mas de fato, o ensino secundário durante o Império apresentava um caráter extremamente elitista, representando um espaço de formação destinado a atender somente à pequena parcela da população que buscava o ensino superior. Como observou Nunes (2000), na política educacional do Império, a instrução primária destinava-se a cumprir seu papel civilizador enquanto a instrução secundária deveria ser responsável pela formação da elite ilustrada, diretamente vinculada ao pequeno círculo que participava do poder político e econômico do Estado.

A forma como se instituiu a produção historiográfica no Brasil e a inserção da disciplina nos currículos do ensino secundário estava em profunda conexão com o cenário geral, pois como observou Burke (1980), o século XIX foi marcado pela supremacia da História Política em detrimento da História Social, ficando cada vez mais estreitos os laços entre produção histórica, o seu ensino e o fortalecimento dos estados nacionais, assim:

[...] os governos viam a história como um meio de promover a unidade nacional, como uma forma de educação da cidadania, ou, como um observador menos simpático poderia afirmar, como uma forma de propaganda. Numa época em que os novos estados da Alemanha e Itália (e mesmo estados mais antigos como França e a Espanha) estavam divididos por tradições locais, o ensino de história nacional nas escolas e universidades desempenhava uma função de integração social. O tipo de história pela qual os governos estavam dispostos a pagar era, naturalmente, a história do Estado (BURKE, 1980, p.15)

Essa hegemonia da História Política articulada com a defesa do Estado-Nação, produziu uma História em que o Estado era o personagem principal de uma narrativa

enquanto o povo, as singularidades culturais e as diversas etnias marginalizadas estavam excluídas. O tempo era apresentado a partir de uma cronologia linear, como uma sucessão de fatos organizados em uma rígida periodização tendo como modelo a História Sagrada. Conforme as análises tecidas por Bittencourt (2008):

A construção da História profana da nação enfrentava o problema de estruturar e articular os períodos para estabelecer a noção de um tempo histórico no qual o sujeito era o Estado. Retiraram ensinamentos da História Sagrada, elencando a sucessão de reis, as lutas contra estrangeiros, ordenando os fatos para se chegar ao grande “evento”: a Independência e a constituição do Estado nacional. A independência e o Estado monárquico conduziram o ao seu destino – uma “grande nação”. Nesse objetivo, o discurso didático enfatizava o tempo futuro. O Brasil era o país do futuro, predestinado a um futuro brilhante pela grandiosidade do território e pelas imensas riquezas do seu solo (BITTENCOURT, 2008, P.148).

Esse modelo de produção historiográfica e manuais didáticos decorrentes dessa produção não sofreram alterações significativas com o advento do regime republicano. A única mudança de fato, segundo Fonseca (2003, p.74), foi a mudança do enfoque dado a Inconfidência Mineira, que passaria a representar o *movimento-símbolo da luta republicana*. A figura de Tiradentes é alçada a condição de herói a partir de uma construção estética de cunho religioso. Na ausência de uma imagem do herói a sua figura foi associada a de Cristo, *olhar cândido, vestes brancas com um crucifixo no peito, cabelos até os ombros, soltos* (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.318).

67

Com a República, tal narrativa se reconfigurou, pois as elites dirigentes que comandaram o processo de instauração do Governo Republicano, formadas no seio dos ideais positivistas, defendiam, em seus discursos, que o Brasil buscasse o *progresso* e ingressasse na idealizada *Modernidade*. A República era representada como sinônimo de modernização e uma nova etapa na marcha em direção ao idealizado *progresso*. Nessa nova narrativa o regime monárquico estava relacionado ao atraso e a tudo que deveria ser superado e *para provar que a República vinha para ficar, alteravam-se rapidamente nomes e símbolos, na tentativa de dar mais concretude à mudança efetiva do regime* (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.318). O Colégio Pedro II passou a se chamar Ginásio Nacional Pedro II, mantendo-se como referência de ensino para todas as instituições secundárias do país durante a Primeira República. No caso do Espírito Santo foi criado o Ginásio Espírito-Santense pela Lei nº 460, de 24 de outubro de 1908. Conforme a orientação do seu primeiro regulamento, o instituto de ensino deveria oferecer a “[...] *instrução secundária necessária, não só para a boa direcção da vida social do cidadão, como para a matrícula dos cursos superiores e para a obtenção do grau de bacharel em sciencias e letras*” (ESPÍRITO SANTO, Decreto nº 96, fev. 1908, cap. I, art.1, p. 85). O programa e a metodologia de ensino, organizados por uma congregação formada

pelos professores e pelo diretor da instituição, estavam submetidos às diretrizes estabelecidas pelo Regulamento do Ginásio Nacional Pedro II.

Nos textos jornalísticos e na produção didática dos professores que atuavam na instituição de ensino secundária capixaba observamos a forte influência dos pressupostos positivistas e do darwinismo social. O livro didático *Noções de Literatura*, de autoria de Pimentel (1917), professor de Escola Normal e do Ginásio Espírito Santo, é um exemplo dessa influência que pode ser percebida logo nas primeiras reflexões teóricas tecidas pelo autor na introdução do texto:

A formação embryonaria de um país, a sua situação geográfica, o clima, a raça ou as raças que entraram na sua constituição, bem como as suas lutas e conquistas, o progresso e o retrocesso na marcha geral de sua existencia, as glórias que o corôam, as amarguras que o contristam, numa palavra, o palpitar de toda a sua vida, - vão reflectir-se na obra de seus filhos mais illustres (PIMENTEL, 1917, p. 5).

68

No discurso republicano, a educação era vista como o *motor da História*, a via de ruptura com um passado que se almejava superar, enfim, reinava a crença de que, com a multiplicação das instituições escolares e a disseminação da educação escolar, seria possível incorporar grande parte da população “[...] na senda do progresso nacional” (NAGLE, 2001, p. 134). Além disso, a educação era concebida como um importante instrumento de conformação social, na medida em que seria responsável pela formação do cidadão apto a seguir a nova ordem social. Essa tendência se manifestou com a introdução do ensino de Instrução Moral e Cívica nas escolas, apresentado como um apêndice da História ou um acréscimo a essa disciplina, servindo, segundo Bittencourt (2008, p.117) *para desenvolver o sentimento patriótico, direcionando a moral secular*. No Espírito Santo a disciplina de Instrução Moral e Cívica estava presente no currículo das duas principais instituições de ensino secundário na Primeira República, Ginásio Espírito Santo e Escola Normal, localizados na cidade de Vitória, capital do Estado. A Instrução Moral e Cívica estava vinculada e era trabalhada simultaneamente com a disciplina de História do Brasil (SALIM, 2009).

Apesar da hegemonia de uma concepção de história e de práticas de ensino alicerçados no modelo positivista, eurocêntrico, tendo por referência os fatos políticos e a exaltação dos “heróis”, devemos ressaltar que as primeiras décadas do século XX foram marcadas por importantes movimentos no campo da historiografia e das artes, tanto em termos nacionais quanto internacionais, que produziram uma forte contestação a essa perspectiva hegemônica. Nos anos 20 na França, Lucien Febvre e Marc Bloch lideraram um movimento por um *novo tipo de história* que teve como marco o lançamento da revista intitulada *Annales d'histoire économique et sociale*.

Os fundadores do movimento produziram duras críticas aos princípios do

positivismo e não viam com bons olhos o predomínio da história política, e como destacou Burke (1980) queriam uma história mais vasta e humana que incluísse todas as atividades humanas e estivesse menos ligada à narrativa dos acontecimentos e mais ligada à análise da estrutura. No Brasil Gilberto Freyre com *Casa Grande Senzala* em 1933 e Sérgio Buarque de Holanda com *Raízes do Brasil* em 1936, produziram suas interpretações sobre o país em diálogo com a sociologia e a antropologia, ampliando as análises para o campo da cultura e da sociedade e rompendo com um modelo de história episódica, restrita a apresentação linear dos fatos políticos em que a história do país era apresentada a partir de uma periodização de matriz europeia. Vale destacar que as obras desses autores foram recebidas com grande entusiasmo pela escola historiográfica dos "Annales".

No campo social e da cultura também podemos identificar movimentos contrários a ideologia que sustentava o discurso republicano. Schwarcz e Starling (2015) observaram que durante a Primeira República,

se generalizou um sentimento de decepção com relação à República, foi também nele que se imaginou um Brasil moderno. Sobretudo a intelectualidade nacional passaria a questionar concepções mais tradicionais na área da cultura, assim como enfrentaria as instituições republicanas, elevando o tom da ruptura. Aí estavam novos atores que passaram a lutar por direitos e participação (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.338).

69

Para as autoras o marco desse processo de ruptura foi o ano de 1922, quando ocorreram dois momentos completamente antagônicos: comemoração do Centenário da Independência e a Semana de Arte Moderna, de um lado a celebração dos valores históricos e culturais que sustentavam a república e de outro o combate à estética romântica do século XIX e a ideia de um processo de assimilação pacífica no encontro das diferentes culturas, os modernistas estavam interessados em mostrar a tensão inerente desse encontro, que *levaria à deglutição crítica do outro* (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.339).

O modernismo atingiu as diversas áreas da produção artística e aprofundou, de maneira ainda mais radical, a relação da arte com referências da cultura local. De certo, a proposta estética do modernismo encontrava enormes resistências tanto no campo da literatura quanto no campo da educação. No ano de 1924 Elpídio Pimentel, escritor de livros didáticos, jornalista e destacado professor de Literatura do Ginásio Espírito-Santense e da Escola Normal, em sua crônica quinzenal na *Revista Vida Capichaba*, teceu uma dura crítica às novas ideias, vistas por ele como *ridículas e malucas*, e continua:

[...] esquecem-se os dodivanas da actualidade literária que sem cultura e sem talento, nunca haverá originalidade e finalidades estheticas." [...] Não poderemos crer que os novos metros arhythmicos supplantarão os áureos sonetos de Bilac e Augusto dos Anjos (PIMENTEL, 1924, p. 20-21).

As novas perspectivas teóricas da História também demorariam muito para ecoarem no espaço escolar, nos materiais didáticos e nas práticas de ensino dos professores de história. Em relação a essa temática é necessário destacar que a formação específica do professor de história é algo muito recente no cenário educacional do país. Os primeiros cursos de formação de professores em instituições de nível superior no Brasil surgiram nos anos de 1930, com o propósito de regulamentar o preparo de docentes para escola secundária (CANDAUI, 1897).

No Espírito Santo, a formação de professores teve início efetivamente em 1953 com a criação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na cidade de Vitória. O ensino de história era exercido tradicionalmente por advogados, juristas e engenheiros, e essa situação se manteve por muito tempo mesmo após a criação da faculdade, pois o número de egressos não conseguiu suprir a necessidade de professores para o ensino secundário (SALIM, 2009; BOREL, 2017). Sendo assim, considerando a formação inicial dos professores que atuavam nesse ensino podemos supor que esses profissionais estavam apartados da discussão sobre a renovação historiográfica e suas implicações no ensino.

A partir de 1930 com a chegada de Vargas ao poder e sua política de centralização educacional, as orientações nacionalistas para o ensino de história a partir do destaque atribuído à Educação Moral e Cívica se tornariam ainda mais forte. Segundo Fonseca (2001), as duas Reformas educacionais sucessivas, a de Francisco Campos em 1931 e a Gustavo Capanema em 1942 definiram com mais precisão as diretrizes para o ensino da História do Brasil. A primeira, ainda na curta experiência democrática do governo Vargas, destacava a necessidade da formação política do adolescente, a segunda, em pleno Estado Novo e afinada com esse momento político, determinava um ensino de história para a formação de uma consciência patriótica. No texto do redator dos programas de História da Reforma Capanema, observamos os traços do positivismo e a concepção do ensino de história como instrumento de afirmação do patriotismo, [...] *o estudo da História do Brasil visa precípuamente à formação da consciência patriótica, através dos episódios mais importantes e dos exemplos mais significativos dos principais vultos nacionais* (FONSECA, 2001, p. 102).

O Estado Novo, como é uma das características de todo governo autoritário, precisava do aval e do consentimento da população. Na visão de Schwarcz e Starling (2015, p.375) *nenhum governo anterior a Vargas devotou mais esforços a tentar construir um aparato próprio para se legitimar e difundir seu ideário político*, e nesse cenário a educação representa um espaço importante para a afirmação e difusão dos ideais do estado autoritário.

No estado do Espírito Santo identificamos uma série de documentos produzidos

por diretores de escolas públicas no ano de 1939, que nos permite perceber claramente a política de controle do espaço escolar exercida pelo Estado Novo. Nesses documentos os diretores acusam o recebimento de um “Inquérito Escolar” proposto pelo governo central e encaminhado pelas prefeituras e que deveria ser respondido por todos os alunos matriculados nas instituições públicas de ensino. O inquérito apresentava a seguinte questão: “*O que pensa a juventude escolar brasileira sobre o chefe e fundador do Estado Novo*” (ESPÍRITO SANTO, 1939). O “Inquérito Escolar” foi recebido até mesmo em escolas localizadas nas regiões mais longínquas do estado, mostrando assim a organização do regime em relação ao controle nas escolas.

Segundo Fonseca (2003, p. 54), o ensino de história nos seus programas curriculares, orientações metodológicas e práticas de ensino ficaria fortemente atrelado a ideia de instrumento da construção nacional que, *a partir das noções de pátria, tradição, família e nação, formaria na população o espírito do patriotismo e da participação consciente*. Em pesquisa sobre o tema a autora, utilizando-se de fontes como livros didáticos, cadernos de alunos, material de apoio didático, planos de aula de professores e trabalhos escolares, destacou que durante a década de 1950 essas marcas permaneceram presentes no ensino de história, e posteriormente, o regime civil-militar, instalado em 1964, só fez aprofundar ainda mais essas marcas já presentes desde a constituição da história como disciplina escolar no Brasil no século XIX.

Assim, as disciplinas “Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira” que já existiam, foram reformuladas, ganharam força tornando-se obrigatórias por meio da Lei nº 869 de 12 de setembro de 1969. Essa mesma lei criou a Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC), responsável pela implantação, organização e fiscalização da Educação Moral e Cívica em todos os estabelecimentos escolares do território nacional.

A disciplina de Educação Moral e Cívica integrava o currículo do Ensino de Primeiro Grau, atual ensino fundamental, enquanto a disciplina de Organização Social e Política Brasileira estava presente no currículo do Segundo Grau, atual Ensino Médio, além da introdução de Estudos dos Problemas Brasileiros no ensino superior. As disciplinas de História e Geografia foram condensadas em uma única disciplina denominada Estudos Sociais, englobando a Educação Moral e Cívica e tendo como foco a apresentação linear dos fatos políticos e as biografias dos “grandes heróis nacionais”, acrescida agora dos principais personagens do regime militar, como veremos a seguir a partir da análise detida do material pedagógico foco de estudo do presente artigo.

### **O Livro-Slide de Educação Moral e Cívica: de material didático à fonte de pesquisa sobre o ensino da história**

Para De Certeau (2002), o gesto inicial de toda pesquisa histórica consiste em separar, reunir e *transformar em documentos* determinados objetos que ocupavam lugares e funções diversos. O historiador, em sua prática investigativa, produz os seus documentos, deslocando certos objetos de seu lugar original e dando-lhes nova forma e estatuto. Tal perspectiva teórica opõe-se completamente à concepção positivista de documentos como objetos exteriores ao sujeito da pesquisa e que estariam prontos para prestar seu testemunho irrefutável e imparcial dos fatos históricos. Sendo assim, já não é possível conceber que a tarefa do historiador limita-se apenas à aceitação passiva dos dados fornecidos pelas fontes documentais. Em seu trabalho de pesquisa, ele *constitui* os dados por meio de variadas operações. O material será copiado, recopiado, transcrito, recortado, fotografado, para, enfim, ser combinado na produção de um texto. Essas reflexões historiográficas tecidas pelo teórico francês nos ajuda a apresentar a trajetória desse documento que utilizamos como fonte principal na elaboração desse trabalho: produzido inicialmente para ser utilizado como material didático escolar passa a ocupar no presente o lugar de fonte de pesquisa sobre o ensino de história.

72 O livro-slide intitulado Educação Moral e Cívica integrava o acervo didático de uma escola pública municipal de ensino fundamental localizada em um bairro periférico da cidade de Vila Velha, região metropolitana da Grande Vitória, no Estado do Espírito Santo. Nessa escola um dos autores do presente artigo – Maria Alayde Alcantara Salin – iniciou sua trajetória no magistério nos primeiros meses do ano de 1989. Ao assumir a disciplina de História, foi informada pela coordenadora pedagógica que, de acordo com o currículo que ainda vigorava na Secretaria Municipal de Educação, as turmas de quinta a oitava séries contavam com duas aulas de História e uma de *Educação Moral e Cívica* semanais e nelas, contudo, o professor teria liberdade de usar as três aulas para o desenvolvimento da disciplinas História.

A Educação Moral e Cívica permanecia no currículo como um resquício dos tempos do regime autoritário implantado em 1964 e vigente até 1985, e era uma formalidade que o professor não teria a obrigação de cumprir. Nesse ano, 1989, a biblioteca da referida unidade de ensino passava por uma reorganização e um grande número de livros foram descartados e encaminhados para doação. Examinando esse material, a referida professora identificou o *Livro-Slide de Moral e Cívica*, e percebeu sua importância como registro histórico e guardou durante todos esses anos, revisitando-o somente agora, por ocasião da produção do presente trabalho.

Na década de 1980 o Brasil retomava a democracia e no ano de 1989 aconteceriam as primeiras eleições diretas para a presidência da República desde 1960, razão pela qual a população vivia o entusiasmo com a conquista dos direitos políticos



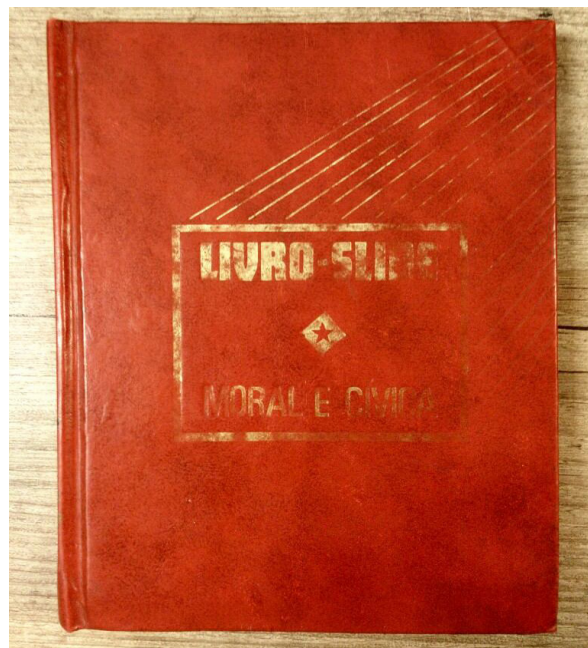
e a expectativa que a garantia desses direitos traria também a conquista dos direitos civis e sociais (CARVALHO, 2008). Nesse novo cenário, o debate sobre a educação ganhava força, impulsionando pesquisas acadêmicas sobre o ensino nas diversas áreas do conhecimento escolar. Na área do ensino de história, foi lançado o livro *Repensando a História*, organizada pelo professor Marcos A. da Silva, estudo pioneiro que alcançou grande repercussão no meio acadêmico, conforme podemos observar no texto de apresentação elaborado pela professora Zélia Lopes da Silva:

Esse livro chega em boa hora e, em certa medida traduz a árdua luta que a Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH) esteve empenhada, que remonta ao início da década de 70: a denúncia da ideologização do ensino de história, via implantação dos Estudos Sociais, que expurgava dos currículos de ensino dos 1 e 2 Graus a Filosofia e, em parte, a própria História. Ele é o coroamento de tal luta, que individualmente se deslocou à sala de aula, onde o profissional, no seu cotidiano, questionou a proposta educacional da ditadura, preocupada em formar “cidadãos” obedientes e acordes às regras hierárquicas de mando-obediência (SILVA, 1984, p.100).

Nas décadas seguintes verificamos a ampliação das pesquisas acadêmicas sobre o ensino, focalizando diversos temas como: propostas curriculares, formação do professor, livro didático, metodologias de ensino, ensino de história a partir de diferentes linguagens, ensino de história e as relações com a memória e o patrimônio cultural, renovação historiográfica e as implicações no ensino e mais recentemente pesquisas relacionadas ao ensino da história da África, afro-brasileira e indígena.

73

### **O Livro-Slide de Moral e Cívica: algumas pistas sobre o ensino de História**



O material didático, foco do nosso estudo, foi publicado no ano de 1972 durante o governo do General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), tempo do "milagre econômico", marcado por substanciais índices de crescimento, mas que ao mesmo tempo mascarava o processo acentuado de concentração de renda e uma das maiores e mais perversas violências repressivas da história política brasileira. Nesse mesmo contexto, no ano de 1970, foi estabelecida a lei da censura prévia para livros e publicações que determinava que os editores enviassem os originais a Brasília antes da publicação. De certo que em relação às publicações didáticas o controle era ainda mais rígido. A exemplo disso, observa-se, logo nas páginas iniciais do Livro-Slide de Moral e Cívica, aparece a reprodução da homologação do parecer junto à Comissão Nacional de Moral e Civismo, favorável a publicação e distribuição da obra nas escolas.

74



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
COMISSÃO NACIONAL DE MORAL E CIVISMO

APROVAÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS SOB O PONTO DE  
VISTA DE MORAL E CIVISMO

(Art. 6º, Letra e do Decreto-Lei nº 869, de 12.9.69  
e § 1º do art. 10 do Decreto nº 68.065,  
de 14.1.71, D.O. de 15.1.71).

HOMOLOGAÇÃO DE PARECER

CERTIFICO, a pedido do interessado que, no Diário Oficial da União de 6.3.71, pág. 1718, consta a homologação a seguir transcrita, do Exmº Sr. Ministro da Educação e Cultura:

"Processo nº 100.702/71 - Comissão Nacional de Moral e Civismo - nos termos e para os efeitos do § 1º do artigo 10, do Decreto número 68.065, de 14 de janeiro de 1971, homologo o Parecer da Comissão Nacional de Moral e Civismo favorável à aprovação do original do Livro slide intitulado "Educação Moral e Cívica", de autoria de CIRO PONTES e outros - (Ficha número 24), do ponto de vista de moral e civismo, Editora e Encadernadora Formar Ltda. SP".

E, para constar, eu, *Alma Albertina de Castro Figueiredo*, Secretária-Geral da CNMC, lavrei a presente certidão, que vai por mim datada e assinada.

Rio de Janeiro, 08, 30 / 3 / 1971

*Alma Figueiredo*  
Alma Albertina de Castro Figueiredo  
Secretária-Geral da CNMC

No Espírito Santo, vivia-se, mesmo que de modo tardio e retardatário, também tempos de euforia. Governava o Estado o engenheiro Arthur Carlos Gerhardt Santos

(1971-1975), cuja gestão foi marcada pela mudança da natureza do processo de industrialização do Espírito Santo, uma vez que a direcionou para a superação da visão segundo a qual as empresas tradicionais de pequeno e médio portes, bem como por empreendimentos de exportação em trânsito, seriam as principais alternativas para o salto qualitativo de desenvolvimento.

Neste mesmo contexto, quando o milagre brasileiro começava a dar sinais de esgotamento, firmou-se a convicção de que a superação da dependência histórica do café deveria ser construída a partir de premissas bem mais ousadas: a inserção do Espírito Santo na economia nacional e mundial. Para tal finalidade, se mobilizou com vistas a atração de investimentos de grande porte, que mais tarde ficaram conhecidos como *Grandes Projetos de Impacto* (GP's). Politicamente, os Grandes Projetos levaram a importantes transformações, pois as decisões de investimentos passariam a depender cada vez menos da dinâmica da economia local e passariam a ser concentradas nas esferas de economia brasileira e economia internacional, diminuindo a possibilidade de intervenção estratégica do governo local nos rumos da economia, o que se configurou o processo denominado por Rodrigues (1977) e Medeiros (1977) de *desautonomia relativa*

Quanto ao ensino básico, o Estado foi inserido nas reformas trazidas pela Lei 5.692/71, que instituiu o ensino médio técnico em todo país, bem no bojo dos empreendimentos industriais em voga no plano nacional, do qual o Espírito Santo é parte constituinte, embora tenha se inserido de modo tardio e retardatário, tal como já mencionado. A referida lei, portanto, ocorreu com vistas a atender a necessidade do país e também do Espírito Santo, naquele contexto, quanto a investimentos na capacitação técnica de profissionais para atender à demanda industrial.

Ainda no plano educacional, importante mencionar o famigerado acordo entre o Ministério da Educação e Cultura e a *United Agency for International Development* (Acordo MEC/USAID). Nesse contexto a educação e a economia estiveram inseridos nos projetos de desenvolvimentismo dependente, o que é percebido de maneira bastante evidente em vários trechos das legislações educacionais, bem como nos discursos das autoridades da época. Em um deles, o então Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, assim se pronunciou:

Agora, Vossa Excelência não proporá ao Congresso nacional apenas mais uma reforma, mas a própria reforma que implica partir vigorosamente para um sistema educativo de 1º e 2º graus voltado para as necessidades de Desenvolvimento (...), preparando os técnicos de nível médio de que tem fome a empresa privada como a pública (...). Em uma palavra, é o que Vossa Excelência preconiza: A Revolução pela Educação.<sup>4</sup>

---

4. EXPOSIÇÃO de Motivos nº 273. In: Ensino de 1º e 2º graus. MEC, CFE, 1971.

Segundo a reforma do ensino de 1º e 2º graus, que deu origem à Lei nº. 5.692/71, mencionada acima, era necessário formar profissionais capazes de atender à demanda do mercado dentro do ideal de *democracia tutelada* imposto pelo regime instaurado em 1964, que enquadrou, por exemplo, os grupos políticos pluripartidários na camisa de força do bipartidarismo. A finalidade era restringir a participação apenas de setores da sociedade que fossem programaticamente alinhados ao governo (ABREU, 2008).

É nesse ponto que entra a Educação Moral e Cívica. No período republicano, essa disciplina escolar esteve, via de regra, relacionada ao valor do trabalho para o engrandecimento do cidadão e da pátria. Durante o Regime Civil-militar instaurado em 1964, se voltou aos valores de segurança nacional, fortalecimento do Estado e desenvolvimento econômico do País, passando a ter papel central na visão de mundo autoritária e centralizada da época (ABREU, 2008).

A finalidade da disciplina era, portanto, contribuir para enquadrar os indivíduos dentro de um determinado padrão social, construído e controlado pelo Estado e seus mandatários. A moral e cívica, nesse sentido, foi uma doutrina elaborada, ao lado da Segurança Nacional, e fazia parte do projeto de construção de um *Brasil grande* ou *Brasil potência*, tal como desejavam os grupos alçados ao poder em 1964 (ABREU, 2008).

76

Considerando o local onde o livro didático aqui analisado foi encontrado, podemos concluir que o governo civil-militar era eficiente na distribuição do material de Educação Moral e Cívica, considerando que localizamos esse material em uma pequena escola na periferia da região metropolitana.

A apresentação do livro foi feita pelo então Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, que em seu texto destacou basicamente a importância dos recursos audiovisuais no ensino:

a utilização dos meios audiovisuais é, hoje, mais que uma conveniência uma imperativa necessidade. **A escola sem equipamentos audiovisual é como um homem sem olhos para ver, apenas ouve, e, ouvindo, imagina. Dessa imaginação, decorrem, em regra geral, desastrosos equívocos.** De resto, aumenta consideravelmente a velocidade de aprendizagem, quando o professor alia à sua capacidade verbal de comunicação, o poder imenso da imagem visual (quadros-murais, slides, filmes, transparências, modelos, etc.) Daí eu concluir que o ensino sem o uso dos meios auxiliares audiovisuais, é o testemunho da persistência do passado, em um mundo ávido de adivinhar o futuro.<sup>5</sup>

---

5. Mensagem do Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, no Livro-Slide de Moral e Cívica, 14. Set. 1970.

PALAVRA DO NOSSO MINISTRO  
DA EDUCAÇÃO E CULTURA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

A utilização dos meios  
audi-visuais, no ensino  
é, hoje, mais que uma  
conveniência, uma impera-  
tiva necessidade.

A escola sem o audi-  
visual é como o homem  
sem olhos para ver; ape-  
nas ouve; e, ouvindo, imagina  
que desta imaginação  
decorrem, em regra geral,  
desastrosos equívocos.

De resto, aumenta consideravelmente  
a velocidade de aprendizagem, quando o  
professor atua, à sua capaci-  
dade verbal de comunicação,  
o poder visual da imagem  
visual (quadros-núcleos, slides,  
filmes, transparências, murais, etc.).  
Dai se conclui que o  
ensino sem o uso dos meios  
auxiliares audi-visuais, é  
o testemunho da persistên-  
cia do passado, em um  
mundo onde se vive o futuro.

J. Passarinho  
15 set. 70



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

A utilização dos meios audiovisuais no ensino é, hoje, mais que uma conveniência, uma imperativa necessidade.

A escola sem equipamento audiovisual é como o homem sem olhos para ver; apenas ouve; e, ouvindo, imagina. Dessa imaginação decorrem, em regra geral, desastrosos equívocos.

De resto, aumenta consideravelmente a velocidade de aprendizagem, quando o professor atua, à sua capacidade verbal de comunicação, o poder visual da imagem visual (quadros-núcleos, slides, filmes, transparências, modelos, etc.). Dai se conclui que o ensino sem o uso dos meios auxiliares audiovisuais, é o testemunho da persistência do passado, em um mundo onde se vive o futuro.

J. Passarinho  
15 set. 70

O primeiro aspecto que nos chama a atenção no texto do militar e ministro Jarbas Passarinho é a relação que estabelece entre o verbal e o visual, com vistas ao alcance da objetividade no processo de ensino-aprendizagem. Em segundo lugar, a associação que faz entre a *imaginação*, decorrente da oralidade, como algo que leve, quase que inexoravelmente, a “desastrosos equívocos”. Observa-se uma visão pejorativa da imaginação. Tal compreensão guarda relação direta com a lógica dos valores de hierarquia e disciplina típicas de momentos autoritários, em que regimes políticos com matriz conservadora dão o tom das visões de mundo.

O livro, no geral, possui quatro partes: na primeira, que podemos considerar introdutória, constam uma nota dos editores, em que se explicita o conteúdo do livro, o índice, a palavra do Ministro e o parecer – ambos já descritos acima –; na segunda parte, que seria o miolo do livro, estão as fichas com a descrição de cada um dos personagens, que na nota dos editores são denominados de os “grandes vultos de nossa Pátria”. A terceira parte, traz a oração dos moços, peça oratória escrita por Rui Barbosa, paraninfo da Turma de 1920 da Faculdade de Direito de São Paulo. E por fim, na quarta parte estão os slides com a fotografia simples dos personagens.

Nessa parte, fica patente o apelo por um tipo de narrativa que considera o

movimento da história como algo unilinear. Nela, a realidade histórica e a trajetória dos personagens são descritos numa lógica evolucionária, progressiva e mecânica do que fora a de ontem, bem aos moldes positivistas. Nesse sentido, a historiografia tradicional, quando narra a *saga dos heróis*, ignora ou oculta aqueles que ocupam a planície, a base da pirâmide social e, conseqüentemente, acaba não problematizando acerca dos seus problemas.

No referido livro-slide de educação moral e cívica, várias personalidades são destacadas, em um total de 30 (trinta) e as fichas biográficas não ultrapassam uma página e em todas são descritas as suas realizações, de modo apologético, sem qualquer criticidade. Os vultos representados são os seguintes: Pedro Álvares Cabral, José de Anchieta, Tiradentes, D. João VI, José Bonifácio, Duque de Caxias, Pedro I, Deodoro, José de Alencar, Carlos Gomes, Pedro II, Floriano Peixoto, Machado de Assis, Pedro Américo, Barão do Rio Branco, Princesa Isabel, Castro Alves, Rui Barbosa, Olavo Bilac, Euclides da Cunha, Santos Dumont, Rondon, Osvaldo Cruz, Monteiro Lobato, César Lattes, Dr Zerbine, Castelo Branco, Costa e Silva, Emílio Garrastazu Médici e o próprio Ministro da Educação da época, Jarbas Passarinho. Abaixo, como exemplo, o vulto Jarbas Passarinho, então Ministro:

78

JARBAS PASSARINHO



Militar. Ministro da Educação. Nasceu em Xapuri, no atual Estado do Acre, em 11-1-1920.

É também escritor, tendo colaborado em todos os jornais de Belém do Pará, exercendo ainda o cargo de presidente da Academia Paraense de Letras. Quando se verificou a cassação do mandato do governador do Estado do Pará, o Coronel Jarbas Passarinho foi designado para o cargo, logo após a Revolução de 1964. Em 1966, foi eleito senador, pela Arena do mesmo Estado. Foi superintendente da Petrobrás na região Amazônica. Em 1967, foi indicado para o Ministério das Minas e Energia e em seguida transferido para o Ministério do Trabalho. Finalmente assumiu a pasta da Educação. Tem despendido inauditos esforços para remodelar a educação brasileira, dinamizando-a e encaminhando-a para um objetivo certo, que é propiciar ao País a base cultural necessária para o seu completo desenvolvimento. Já se fazem sentir os benefícios de seu patriótico trabalho, quer pelo entusiasmo que se nota

38

pelo estudo, não só nos jovens como também nos adultos, quer pelo sentimento de civismo que desperta e toma vulto em todos os que participam de seu entusiasmo e confiança no destino da Pátria. O Ministro Jarbas Passarinho é um legítimo representante da idéia de que se deve aliar a prática de esportes ao intelecto. *mens sana in corpore sano*, praticando-o ele próprio e aconselhando. "Os jovens deviam fazer mais ginástica." Depois de muitos anos, a educação brasileira passa do estado de quase inércia em que se encontrava para uma fase objetiva e dinâmica, de respeito ao estudo, bem de acôrdo com a exigência do mundo moderno. Já se pode antever o resultado que deverá estar concretizado dentro em breve: a popularização da cultura repercutirá em todos os cantos do País, permitindo melhor e maior produção de bens, boas condições de vida mais generalizadas, e a compreensão de progresso que somente a cultura pode proporcionar. Nome completo: Jarbas Gonçalves Passarinho.

Conforme já destacado, a educação moral e cívica possui certas peculiaridades: foi uma disciplina criada desde as primeiras reformas educacionais, já o início da República e que foi reformulada de tempos em tempos, mas que se manteve vigente até o ano de 1993. Em algumas fases da República não foi obrigatória, mas sempre aparecia nas grades curriculares da educação básica; a adoção da disciplina sempre foi acompanhada de muita discussão entre diversos segmentos da sociedade, em especial no meio intelectual; e sempre esteve relacionada a ideais de patriotismo, civismo, higiene, disciplina e progresso, temas já presente no Império, mas que na República adquiriram grande importância (ABREU, 2008).

Por fim, importante salientar que consideramos que a EMC, assim como as demais disciplinas escolares, não podem ser compreendidas somente como conteúdos ministrados em sala de aula, mas como uma expressão do contexto sócio-político mais geral, razão pela qual deve ser vista também como um instrumento político, que tem como finalidade, assim como a educação, pensada de modo mais geral, de interferir diretamente na malha social. O material a que nos propomos a analisar é um caso exemplar bastante interessante.

### ***Considerações finais***

79

Apesar da renovação em relação às concepções e as práticas que marcam o ensino de história que buscaram superar o modelo de um ensino baseado na exposição cronológica e linear dos fatos políticos, observamos algumas permanências e mesmo retrocessos na realidade vivenciada na prática desse ensino na educação básica.

A atual proposta de reforma educacional – iniciada na gestão Temer e ainda em implementação – tem gerado insegurança quanto ao lugar da história no ensino médio. Além disso, alguns movimentos sociais, como o “Escola Sem Partido”, ameaçam a liberdade de expressão dos professores de história. E no momento atual da sociedade brasileira a instabilidade no campo da política e da economia faz resurgirem vozes em diferentes setores da sociedade que defendem a volta do regime ditatorial militar como única forma de superação dos problemas enfrentados no país ou que até mesmo colocam em dúvida as torturas, os assassinatos e outros crimes cometidos pelo regime militar.

Todas essas questões do presente apontam para a necessidade de sempre voltarmos nosso olhar de pesquisadores e professores para o passado da história do Brasil, neste artigo em especial para o ensino de história no contexto do regime militar, pois norteados pela perspectiva benjaminiana da história, sabemos que articular

historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo.

### Referências Bibliográficas

ABREU, Vanessa Kern de. **A educação moral e cívica: disciplina escolar e doutrina disciplinar – Minas Gerais (1996-1993)**. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, 2008.

BIASUTI, Rusley Breder. **Nietzsche contra Nietzsche: linguagem, história e política. Um estudo sobre a segunda consideração intempestiva (1874)**. 2018. 163 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

BITTENCOURT, C. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 2. ed., São Paulo, Cortez, 2008.

BITTENCOURT, C. Livros didáticos entre textos e imagens. In BITTENCOURT, C. (Org.) **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997.

80

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BOREL, Tatiana. **A Configuração da docência no Ginásio do Espírito Santo (1906-1951)**. 2017. 207 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

BURKE, Peter. **História e Sociologia**. Editora Afrontamento: Porto, 1980.

CANDAU, Vera. **Novos Rumos da Licenciatura. Brasília: INEP, PUC/RJ, 1987.**

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 11. ed. Rio de Janeiro:Ed. Civilização Brasileira, 2008.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

DE CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária,



2002.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Decreto nº 96, de 19 de fevereiro de 1908. **Dá regulamento ao Gymnasio Espírito Santo**. Victoria: Typ Nelson Costa, 1908

ESPÍRITO SANTO. **Enquete a juventude brasileira**. Biblioteca Municipal de São Mateus. 1939. (documento avulso não catalogado).

FONSECA, T. N. **História e Ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FONSECA, Taís Nívia de Lima. **História e ensino de história**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2001,

GINZBURG, C. **Relações de força**. História, retórica, prova. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

KEITH, Jenkins. **A história repensada**. São Paulo: Contexto, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise**: contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: Contraponto e Ederj, 1999

MEDEIROS, Antônio Carlos. **Espírito Santo**: a industrialização como fator de desautonomia relativa. 1977. 173 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1977.

81

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA. **Livro – slide educação moral e cívica**: vultos da pária. Oração aos moços. São Paulo: Formar Ltda, 1972.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NUNES, Clarice. O “velho” e “bom” ensino secundário: momentos decisivos. Revista **Brasileira de Educação**. Mai/Jun/Jul/Ago 2000, n. 14, p. 35-60.

PIMENTEL, Elpidio. A academia Espírito-Santense de Letras. **Vida Capichaba**, Vitória, ano II, n. 29, p. 20-22, 30 de ago. 1924.

PIMENTEL, Elpidio. **Um punhado de galicismo**: pelo vernáculo. Vitória: Tip. Do Diário da Manhã, 1917.

REIS, José Carlos. **História & teoria**: historicismo, modernidade, temporalidade e

verdade. Rio de Janeiro: FVG, 2006.

RODRIGUES, Lélío. A década de 60. In: **As etapas do processo histórico de Desenvolvimento sócioeconômico do Espírito Santo**. Vitória, Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo, 1975, sem numeração.

SALIM, Maria Alayde Alcantara. **Encontros e desencontros entre o mundo do texto e o mundo dos sujeitos nas práticas de leitura em escolas capixabas na primeira república**. 2009. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

SCHWARCZ, L. K. M. **As barbas do Imperador**. 9. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Schwartz, Lilia Moritz; STARLING, Heolisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Marcos da (Org.). **Repensando a História**. São Paulo: Anpuh/Marco Zero, 1986.

# A “NOVA DIREITA” NO YOUTUBE: CONSERVADORISMO E NEGACIONISMO HISTÓRICO SOBRE A DITADURA MILITAR BRASILEIRA

Geraldo Homero do Couto Neto<sup>1</sup>

**Resumo:** O trabalho aqui realizado parte da constatação de que o *YouTube* é uma nova mídia social capaz de veicular diversas formas de pensar a história. Por isso, essa mídia assume importância significativa para o entendimento do cenário de negação da Ditadura militar brasileira, entre os anos de 2013 e 2018, na esfera pública. Para entendermos melhor esse processo, analisaremos dois **vídeos** da “nova direita” brasileira que abarcam o tema do Regime Militar. Tal estudo nos possibilitará uma reflexão acerca do papel do historiador frente a essas novas mídias, tendo em vista o seu grande poder de alcance de público, e aos desafios decorrentes das disputas em torno das memórias da Ditadura Militar brasileira na esfera pública.

**Palavras-chave:** ditadura militar brasileira; memória; conservadorismo; *YouTube*; história pública.

**Abstract:** The work done here starts from the realization that YouTube is a new social media capable of conveying various ways of thinking about history. Therefore, this media assumes significant importance for understanding the scenario of denial of the Brazilian military dictatorship, between 2013 and 2018, in the public sphere. To understand better this process, we will analyze two videos of the Brazilian “new right” that cover the theme of the Military Regime. This study will allow us to reflect on the role of the historian in the face of these new medias, in view of their great power of public reach, and the challenges arising from the disputes over the memories of the Brazilian Military Dictatorship in the public sphere.

**Keywords:** Brazilian dictatorship; memory; conservatism; YouTube; public history.

---

1. Mestrando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, na linha de pesquisa “Poder, Mercado e Trabalho”, com a pesquisa intitulada “(Des)fazendo História nas novas mídias: visões acerca da ditadura civil-militar brasileira em canais conservadores do *YouTube* (2013-2018)”. Bolsista do PBPG-UFJF. E-mail: geraldohomero6@hotmail.com.

## Conservadorismo liberal à brasileira

Durante a redemocratização, em uma conjuntura favorável para a esquerda, as memórias a favor da ditadura não tiveram tanto espaço no debate público. Todavia, a partir das manifestações de junho de 2013, podemos notar um crescimento de discursos pró-intervencionistas, em um momento politicamente crítico para a esquerda brasileira, em que a direita, ou melhor dizendo, a nova direita, viu uma oportunidade de emergir.

Além de tender a um discurso “revisionista”, e até mesmo “negacionista” acerca da existência de uma ditadura no país, essa “nova direita” (PEREIRA, 2015, p. 886) tem como característica mais evidente o anticomunismo. Segundo Motta (2002), o anticomunismo tem suas matrizes no catolicismo, nacionalismo e liberalismo, o que poderia explicar a defesa incessante dessa nova direita no tripé “Deus, Pátria e Família”<sup>2</sup>. Para Pierucci (apud PEREIRA, 2015, p. 886), a “nova direita” tem medo e se sente ameaçada pelos outros, primando por “diagnosticar a crise geral do presente como uma crise primeiramente cultural, uma crise de valores e de maneiras”, o que se configura na salvaguarda do Deus cristão e de valores familiares tradicionalistas, como a heteronormatividade e o binarismo de gênero, além de um patriotismo mesclado com liberalismo econômico. Além disso, os anos dos governos petistas testemunharam, segundo Luis Felipe Miguel (2018, p. 19), dois fenômenos principais: “O PSDB entendeu que seu caminho era liderar a direita, e a direita entendeu que havia espaço para radicalizar seu discurso”. Para a “nova direita”, a honra da família seria um elemento fundamental para o fortalecimento da sociedade. A crítica ao movimento LGBTQI+ e feminista é muito recorrente nos canais abordados, pois tais movimentos vão de encontro aos conceitos que alicerçam a noção conservadora de família tradicional (MICHELS, 2017, p. 14).

Um exemplo que nos ajuda a entender esse fenômeno é o fato de que, em 10 de julho de 2013, houve uma manifestação na cidade de São Paulo, intitulada “Marcha da família com Deus, em defesa da vida, da liberdade, da pátria e da democracia, contra o comunismo”<sup>3</sup>, exigindo intervenção militar no país. A marcha não teve muitos adeptos, mas foi compartilhada mais de 600 vezes<sup>4</sup> no *Facebook*. Outra manifestação

---

2. Lema da Ação Integralista Brasileira (AIB), organização conservadora existente no Brasil entre os anos de 1932 e 1937, que continua a ser lema da Frente Integralista Brasileira (FIB), criada em 2005.

3. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/sp-marcha-em-defesa-da-liberdade-pede-volta-dos-militares-ao-poder,e5d130a67cacf310VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>> Acesso: fev. de 2019.

4. Foto mais compartilhada no Facebook a favor da manifestação: <[https://www.facebook.com/photo.php?fbid=507558965984544&set=a.182486821825095.45344.100001913350910&type=3&hc\\_ref=ARRnRcol6yS65BNq-TbhQdNa6JV2qOZSxEx-OXmt3NZbuFB1r1KM1mNYjjHdelQYtpdY](https://www.facebook.com/photo.php?fbid=507558965984544&set=a.182486821825095.45344.100001913350910&type=3&hc_ref=ARRnRcol6yS65BNq-TbhQdNa6JV2qOZSxEx-OXmt3NZbuFB1r1KM1mNYjjHdelQYtpdY)> Acesso: fev. de 2019.

pró-intervenção militar<sup>5</sup> ocorreu em 22 de março de 2014 e contou, segundo a Polícia Militar, com a participação de aproximadamente 500 e 150 pessoas, respectivamente, nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. De acordo com a notícia publicada no site UOL<sup>6</sup>, os manifestantes pró-intervenção militar, em sua maioria, rememoram a ditadura como um período melhor do que o atual, além de possuírem um repúdio aos comunistas que, segundo eles, estariam governando o país. Assim como em 1964, essas manifestações de 2013 e 2014 também estavam desgostosas com os supostos comunistas no poder do país, evidenciando muito mais um imaginário anticomunista do que um entendimento acerca do que seja realmente o comunismo.

Em 2018, com a esquerda ainda mais fragilizada, essas memórias, até então sem vigor, continuam ganhando cada vez mais espaço na esfera pública, principalmente na mídia e nas redes sociais, visando a desqualificação da democracia. Um dado que evidencia este aspecto, demonstrado por uma pesquisa do DataFolha<sup>7</sup>, aponta que a taxa de apoio à democracia recuou em 2017 (56%) em comparação aos anos de 2016 (62%) e 2014 (66%). Segundo Pereira (2015, p. 888), há um elevado índice de pessoas que demonstram total desconhecimento sobre os eventos e processos em torno do golpe de 1964, deixando patente a ausência de ressonância, na esfera pública, das violências ocorridas durante a ditadura militar brasileira.

85

### **Uma nova mídia chamada *youtube***

Como Andreas Huyssen (2000) pontua, memória e história se tornaram consumos de massa e entraram efetivamente na indústria cultural. O *boom* desse interesse possibilitou diversas formas de recepção do passado pelos agentes sociais, assim como pôde gerar uma banalização do passado. Além disso, como afirma Malerba (2017, p. 141-143), esse aumento vertiginoso do público consumidor de memória pode ser explicado pelo surgimento dessas novas mídias, particularmente a internet, que expandiu a audiência e ampliou o conceito de autoria “colocando em xeque os modelos de legitimação do conhecimento e autoridade”.

Com o passado cada vez mais presente nas novas mídias, é necessário ficar atento aos usos que fazem dele, ou, nos termos de Todorov (1993), nos “abusos da

---

5. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/03/22/marchas-a-favor-e-contra-intervencao-militar-reunem-centenas-em-sp-e-no-rio.htm>> Acesso: fev. de 2019.

6. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/03/23/marchas-reunem-defensores-e-opositores-da-ditadura-militar.htm>> Acesso: fev. de 2019.

7. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2017/10/1923930-apoio-a-democracia-recua.shtml>> Acesso: fev. de 2019.

memória”, os quais podem ocasionar usos problemáticos do passado pelo tempo presente. A memória também é submetida a “enquadramentos”, como afirma Pollak (1989), que determinarão o que será lembrado e o que será esquecido. Tal enfoque na memória nos permitirá entender como alguns atores sociais do *YouTube* escolhem relembrar os benefícios da ditadura, enquanto justificam os malefícios, como é o caso da repressão, censura, tortura etc.

Um fenômeno a ser destacado é o fato de que o advento da internet e do mundo digital subverteu “as bases da produção e circulação das narrativas sobre o passado” (MALERBA, 2017, 142). Portanto, pode-se dizer que, a partir da internet, passamos de uma era de escassez de fontes para uma de abundância das mesmas, o que gera, segundo Huyssen (2014, p. 155-176), uma onda de esquecimento público devido ao grande número de memórias sendo veiculadas nas novas mídias. Tal assertiva de Huyssen torna-se mais um problema para o historiador, uma vez que as guerras de memória nos fazem compreender, de forma mais analítica, as intrincadas afinidades entre História Pública e Mídia (PEREIRA, 2015, p. 869). Nesse sentido, para Malerba (2015, p. 27-50), é imprescindível que os historiadores considerem a esfera pública como um campo fundamental de atenção, reflexão, análise e, inclusive, participação, uma vez que é de suma importância a entrada efetiva dos historiadores nos debates que são de interesse público.

86

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>8</sup>, em 2016, 64,7% da população brasileira acima de 10 anos possui acesso à internet. Desse número, 76,4% alegam que utilizam a internet para assistir conteúdo audiovisual. Um levantamento<sup>9</sup> feito pelo próprio *YouTube*, em julho de 2017, mostra que 95% da população brasileira, com acesso à internet, acessa a plataforma pelo menos uma vez por mês, além de que as pessoas com idade entre 18 e 49 anos preferem o *YouTube* a televisão a cabo. Também é importante ressaltar um outro dado emitido pelo site apontando que “87% (dos usuários) concordam que (o *YouTube*) é uma plataforma que permite o consumo de qualquer tipo de conteúdo, quando e onde quiser; 78% concordam que aqui é o lugar para encontrar os conteúdos mais autênticos”<sup>10</sup>.

Com uma linguagem acessível e rápida, essa nova mídia audiovisual possui uma influência significativa sobre a formação cultural, social e política das pessoas, e esse

---

8. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/brasil-tem-116-milhoes-de-pessoas-conectadas-a-internet-diz-ibge.ghtml>> Acesso: fev. de 2019.

9. Disponível em: <<https://www.thinkwithgoogle.com/intl/pt-br/youtubeinsights/2017/introducao/>> Acesso: fev. de 2019.

10. Disponível em: <<https://www.thinkwithgoogle.com/intl/pt-br/youtubeinsights/2017/de-play-em-play/>> Acesso: fev. de 2019.

fato não pode ser deixado de lado. Segundo os autores Jean Burgess e Joshua Green (2009), o *YouTube* é um exemplo de cultura participativa, ou seja, um espaço onde os espectadores são ativos na criação (requisitando pautas e assuntos aos canais) e na circulação de conteúdo (compartilhando em outras redes sociais). Portanto, tal participação, seja nos comentários aos vídeos seja em suas avaliações, torna o *YouTube* um espaço potente para disputas simbólicas e expressões pessoais, além do fato de que qualquer pessoa está apta a contribuir para a compreensão, produção e difusão do conhecimento histórico sobre o passado (MALERBA, 2017, p. 143).

Torna-se preciso, assim, refletir acerca da produção e disseminação das ideias aqui analisadas, principalmente pelo fato de estarem ligadas a uma vertente de pensamento crescente no debate público inserido no atual contexto sócio-político. Isso acaba por influenciar negativamente a memória nacional sobre temas de importância histórica para o Brasil, os quais, por vezes, são abarcados de forma rasa e revisionista, com constatações pouco embasadas e ligadas a cunhos ideológicos que visam enfraquecer as abordagens acadêmicas sobre o tema.

Por isso, o *YouTube* é uma ferramenta essencial para o entendimento da história pública brasileira, uma vez que ela abrange formas de transmissão de informações e aquisição de conhecimentos diversos. Muito mais do que uma mera diversão para jovens e adultos, o *YouTube* é um novo veículo midiático, social, cultural, educativo e político, tendo potencial significativo na formação e difusão de opinião.

É nítido, e cada vez mais crescente, o debate histórico travado por não profissionais de história em espaços não acadêmicos sobre assuntos cruciais para a democracia hoje. Isso traz grandes consequências ao ofício do historiador, assim como à importância do mesmo, uma vez que, como afirma Jurandir Malerba (2017, p. 136), o debate que vem sendo feito na atual historiografia opera na problematização do papel social do historiador frente a um academicismo de seus pares, o qual promove um afastamento do grande público.

A análise desse fenômeno, no âmbito do *YouTube*, contribui para os estudos sobre a inserção da história acadêmica na esfera pública, muito pelo fato de possuir uma importância crucial no tempo presente no que concerne à formação de opinião e às disputas de memória. Um dado do Fórum Brasileiro de Segurança Pública<sup>11</sup>, divulgado em 2017, demonstra que o grau estimado de propensão ao apoio a posições autoritárias no Brasil é de 8,1 (de 0 a 10). Além disso, o estudo evidencia que, apesar de a agenda dos direitos civis, sociais e humanos ter grande aceitação por parte da população

---

11. MEDO da violência e o apoio ao autoritarismo no Brasil: índice de propensão ao apoio a posições autoritárias. Organizador: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/medo-da-violencia-e-o-apoio-ao-autoritarismo-no-brasil/>> Acesso: jan. 2019.

brasileira (índice de 7,83), ela convive com a valorização de figuras de autoridade e oposição ao diferente. Esse fato nos leva a pensar como a característica autoritária do país reflete na mídia de entretenimento massivo que o *YouTube* se tornou.

Portanto, concebe-se importante e relevante o tema abordado pelo fato de estarmos vivendo atualmente, no Brasil, a maior crise democrática desde a redemocratização. Exemplo disso foi o *tweet* do General Villas Bôas, em abril de 2018, às vésperas do julgamento do *habeas corpus* do ex-presidente Lula, afirmando que o Exército Brasileiro compartilhava os anseios dos cidadãos de bem em repúdio à impunidade e que estava atento às suas missões institucionais, reforçando uma índole moral e uma agenda anticorrupção, o que demonstra, assim, a volta dos militares à arena política<sup>12</sup>. Outro exemplo foi o pedido de “intervenção militar já!”<sup>13</sup> por alguns segmentos dos caminhoneiros grevistas, entre maio e junho de 2018, reafirmando ainda mais a instabilidade política vivenciada no país no decorrer destes cinco anos de crise da democracia liberal.

Assim posto, pode-se perceber que ainda há um amplo desconhecimento de certos setores da sociedade sobre a ditadura militar brasileira, muito por conta da falta de uma eficaz política de memória capaz de conseguir lembrar, de forma significativa, as diferentes faces desse período repressivo e contraditório (PERLATTO, 2017, p. 738). Por isso, é um desafio ainda maior para o historiador levar os conhecimentos recentes ao grande público, pelo fato dos mesmos não estarem mais ligados à dualidade “mocinhos” e “vilões”, “repressores” e “reprimidos”, mas a uma complexificação da História, em que a oposição “preto” e “branco” deixa espaço para a formação de uma “zona cinzenta”. Infelizmente, as contradições da ditadura militar brasileira levam os leigos a entendê-la a partir de um lado dos opostos, tornando-se imprescindível aos historiadores e estudiosos do período introduzir um conhecimento multifacetado referente ao tema.

Sendo assim, os historiadores têm de estar cientes que o espaço público está se tornando cada vez mais virtual, complexo e conectado. A democratização da informação e a ampliação das ferramentas de acesso ao mundo, se não forem bem utilizadas, podem nos levar à banalização do passado, como já mencionado. Essa tempestade de informação não pode nos fazer esquecer de interpretar e decompor esse conhecimento infinito sobre tudo e acessível para todos.

A análise proposta, de certo, pode contribuir na forma como os profissionais de história encaram essa nova realidade midiática, uma vez que, como Hagemeyer pontua,

---

12. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/02/politica/1522697550\\_276313.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/02/politica/1522697550_276313.html)> Acesso: fev. de 2019.

13. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/28/politica/1527542536\\_679526.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/28/politica/1527542536_679526.html)> Acesso: abr. de 2019.



as potencialidades da utilização dos meios audiovisuais para a edificação do saber histórico possibilitam que os historiadores “não apenas teorizem a respeito da história dos meios de comunicação e seu papel social, ou tomem registros audiovisuais como fonte para sua análise escrita, mas que eles próprios se utilizem dessas linguagens como forma de expressão do conhecimento histórico” (HAGEMeyer, 2012, p. 32).

### **Youtube como fonte**

A utilização do audiovisual como fonte para o trabalho histórico, especificamente de vídeos do *YouTube*, exige do historiador a problematização do meio, contexto e recepção. Os vídeos a serem analisados na pesquisa são, de certo, um grande desafio, pelo fato de trazerem uma linguagem nova, geralmente uma pessoa gravando vídeos de opinião em suas próprias casas, sem mudança de cenário e sem artifícios exorbitantes de edição.

Tais tipos de vídeos ficaram conhecidos na mídia como “*Vlogs*” ou “*VideoLogs*”, ou seja, uma mudança do termo “*Blog*”, que teve como objetivo abranger uma nova forma de compartilhamento de ideias, através de vídeo, que surgiria com o *YouTube*. Como pontua Dornelles, “um *vlog* é uma espécie de canal de vídeo em que os *vloggers* compartilham suas respectivas produções audiovisuais. A grande maioria dos *vlogs* tem um formato de ‘diário pessoal em vídeo’” (DORNELLES, 2015, p. 13).

89

Esse tipo de obra audiovisual terá de ser analisada, portanto, de maneira diferente da convencionada pela análise de fontes audiovisuais como o cinema e os telejornais, pelo fato de se diferenciarem na forma. Para Marcos Napolitano (2006, p. 250), as análises feitas sobre grande mídia exigem uma reflexão mais problematizadora no que diz respeito não apenas as suas produções e linguagens envolvidas, como também à recepção dessas imagens pelos grupos sociais. Dessa forma, podemos dizer que essas três formas de análise podem servir de ponto de encontro entre o telejornal (grande mídia) e o *vlog* (nova mídia).

Diferente das obras cinematográficas que possuem análises históricas voltadas à linguagem, contexto, forma e conteúdo, os *vlogs* tem de ser analisados enquanto uma subdivisão do audiovisual, em que o conteúdo está mais presente que a forma e o discurso mais presente que a montagem. No cinema, a montagem ajuda a construir a narrativa; no *vlog*, a narrativa e o discurso ditam a montagem. Um exemplo disso é o *jump cut*, famoso na “Nova Onda” do cinema francês, com diretores como François Truffaut e Jean-Luc Godard. Esse recurso de edição visa cortar abruptamente uma cena, fazendo com que o assunto dê um salto enquanto o cenário e a cena permanecem os

mesmos. Ele é constantemente usado nos *vlogs*, porém, não como recurso narrativo, mas como um meio para deixar o vídeo mais rápido e menos cansativo durante as pausas de quem fala. Portanto, o *jump cut* é utilizado com finalidades distintas, mas que precisam de ser levadas em conta na hora da análise.

A análise do conteúdo dos vídeos levará em conta as imagens colocadas, as citações utilizadas, o embasamento teórico, o conteúdo exposto e omitido, os argumentos mobilizados para contrapor outras narrativas e o contexto em que os vídeos estão inseridos. De forma sucinta, utilizando uma frase de Anita Lucchesi (2013, p. 7), a pesquisa objetiva “fazer história através (Internet como ferramenta), a partir (Internet como Fonte) e com a Internet (a Internet como uma matéria que engendra a possibilidade de um novo método)”.

### **Uma memória, uma verdade?**

O primeiro vídeo<sup>14\*</sup> a ser analisado, com o título *Ditadura? Meu pai te conta como foi*, pertence ao canal *eGuinorante*<sup>15</sup> e foi publicado no dia 25 de setembro de 2017. Nele, o *vlogger* Guilherme Marques da Costa entrevista seu pai (cujo nome não é informado), o qual oferece uma “perspectiva de quem realmente estava lá”, em contraposição às pessoas que se baseiam nos “livros escritos pelo MEC”. O conteúdo exposto foi embasado a partir da visão de uma só pessoa, e o argumento mobilizado foi que o seu pai tem mais legitimidade para falar de um período pelo fato dele o ter vivenciado. Além disso, o *vlogger* considera mais correto utilizar o termo regime militar, em vez de ditadura militar, sempre utilizando aspas ao se referir à última.

Esse vídeo era o mais visto do canal *eGuinorante*, contando com pouco mais de dois milhões de visualizações, possuindo, aproximadamente, duzentos mil (94,6%) curtidas e mais de vinte mil comentários<sup>16</sup>. Ao pesquisarmos por “Ditadura” no dispositivo de busca do próprio *YouTube*, o vídeo aqui analisado era o quinto com o maior número de visualizações que constava nos resultados. Ele é dividido em 5 partes, que são as perguntas proferidas por Guilherme: “Como tudo começou”; “A vida

---

14. Vídeo disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=4ALWFNgVJyk> > Acesso: 29/07/2018.

\* Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vYhnhSL1aRg> > Acesso: 10/02/2019

15. O canal *eGuinorante* foi retirado do ar em dezembro de 2018, devido à problemas com direitos autorais. Por conta disso, o vídeo aqui analisado não se encontra mais no link da nota de rodapé número 14. O canal foi refeito e encontra-se com, aproximadamente, trezentos e vinte e três mil inscritos (antes o canal tinha mais de um milhão de inscritos).

16. Todos esses números são referentes ao dia 01/11/2018.

após a tomada”; “Artistas, Músicas e Festivais”; “Empregos, Economia e a Indústria”; “Segurança, Bandidos e Violência”. Aqui nos aprofundaremos melhor nas partes um, dois, quatro e cinco.

Na primeira parte, *Como tudo começou*, o senhor começa por exprimir suas lembranças acerca do período, colocando em voga a questão de como tudo começou. Lança em sua argumentação uma tentativa de afirmação de um certo medo do comunismo no país, sendo João Goulart um presidente que “tinha uma característica comunista, assim, bastante carregada, porque ele era genro<sup>17</sup> do Brizola. [...] Já existia naquela época uma espécie de bagunça, onde cada um queria tomar conta de alguma coisa”. Um exemplo disso, segundo ele, eram as diversas greves e escassez de alimentos que ocorriam em algumas áreas. No momento do golpe, ele tinha por volta de 14 anos de idade e estudava no SENAI, na cidade de São Paulo. A partir de suas recordações, rememora como foi o dia 31 de março de 1964, em que, indo para a escola, avistou o aparato militar sem nenhum tipo de violência, demonstrando, assim, que o golpe havia sido pacífico e harmonioso. Ele afirma:

Mas isso aí foi em 2, 3 dias já liberou. A única coisa que a gente notava muito é que nas rádios ficava tocando direto o hino nacional, o hino da bandeira, um hino do Exército Brasileiro. E não era uma coisa ruim, você não via ninguém bater em ninguém, tiros, ou qualquer coisa, foi uma tomada bem pacífica.

91

É preciso ressaltar, porém, o que a historiografia recente tem dito a respeito dos antecedentes de 1964. Jango havia encontrado um governo cambaleante economicamente, endividado interna e externamente e com as contas públicas descontroladas. O sistema parlamentarista “implantado às pressas, visava, na verdade, impedir que ele exercesse seus poderes” (FERREIRA, 2003, p. 348), apesar de o vice-presidente ser eleito separadamente nessa época, ao contrário do que acontece hoje. Isso, de certa forma, adiou o golpe dos que não se conformavam com sua posse, mas, ao mesmo tempo, acabou por frustrar os anseios dos nacionalistas de esquerda, de diferentes matizes, por reformas de base.

Portanto, personificar o comunismo em Jango, assim como evidenciar Brizola como cunhado de Goulart, é uma postura acrítica, como se isso justificasse o medo do comunismo no Brasil. Goulart, mesmo com um viés mais nacionalista do Partido Trabalhista Brasileiro, sofria diversas críticas da esquerda radicalizada brasileira, a qual tinha Brizola como principal liderança política. Segundo Jorge Ferreira, a euforia inicial da esquerda com a posse de João Goulart tornou-se, tempos depois, impaciência, pois:

---

17. Segundo um comentário do próprio eGuinorante no *YouTube*, seu pai não queria dizer “genro”, mas “cunhado”.

Afinal, estudantes, sindicalistas, artistas, intelectuais e esquerdas acreditavam que havia chegado a hora das reformas. No entanto, Goulart intitulou o primeiro ministério parlamentarista de ‘gabinete de conciliação’. Da impaciência, partiram para a acusação. A diretoria da UNE, militantes do CPC, a intelectualidade marxista, organizações revolucionárias, ativistas sindicais e muitos sargentos, de maneira similar outros grupos esquerdistas, passaram a exigir do presidente o fim da política de ‘conciliação’ com os conservadores. ‘Conciliação’, aliás, era o termo mais insultuoso entre eles naquele momento (FERREIRA, 2004, p. 191).

No que diz respeito à tomada pacífica do poder, podemos afirmar que não foi exatamente assim. Em diversas partes do país, houve revoltas a partir do anúncio da movimentação de tropas de Olímpio Mourão Filho em Juiz de Fora. Por exemplo, a polícia civil do Estado da Guanabara invadiu a sede da CGT, prendendo vários membros de sua diretoria (FERREIRA, 2004, p. 392), além de haver frotas de navios norte-americanos na costa do Rio de Janeiro, a qual ficou conhecida como “Operação *Brother Sam*”. Ainda segundo Jorge Ferreira, depois da suposta notícia da fuga do presidente Jango para Brasília, dia 1º de abril de 1964:

[...] dezenas de lacerdistas espancaram estudantes e incendiaram o prédio da UNE. Grupos paramilitares, partidários do governador [da Guanabara], também invadiram e depredaram as oficinas da Última Hora. A federação Nacional dos Estivadores, dos Marítimos e outras organizações sindicais também foram tomadas pelas forças golpistas. O Ministério do Trabalho, com sede na Guanabara também foi cercado pelos grupos lacerdistas. Milhares de pessoas foram presas (FERREIRA, 2004, p. 398).

92

É importante lembrar que Jango era um político pacífico, não sendo favorável, assim, à resistência violenta ao golpe, pois poderia desencadear uma guerra civil. Apesar do golpe ter tido apoio de uma parcela significativa da população, ele não foi pacífico em seu desenrolar. Houve resistência por parte de algumas camadas da sociedade civil e de certas divisões do Exército, além de certos movimentos sociais, sindicatos e das Ligas Camponesas.

Na segunda parte do vídeo, *A vida após a tomada*, Guilherme pergunta ao pai como foi viver naquela época - ir em shoppings, passear, sair na rua - questionando se as pessoas realmente “tomavam porrada, tomavam borrachada por qualquer coisa”. Seu pai responde que, quando saía na rua, via muitos carros da polícia rondando, algo que não se via antes. Segundo ele, a partir das dez horas da noite, existia uma espécie de toque de recolher:

[...] quer dizer, menores de 16 anos não poderiam ficar depois das dez horas ou da meia noite, eu não me recordo bem. E se ficassem teriam que mostrar a carteira de trabalho, que estava empregado, tal, se não, era recolhido para a delegacia, quer dizer, você não mostrava que trabalhava, né? Já tinha uma disciplina aí, né? Não ficava qualquer um na rua. E depois da meia noite, poderia ficar quem era maior de idade desde que devidamente documentado, principalmente com carteira de trabalho.

Segundo Albino e Paladino (2010), o toque de recolher é uma medida caracterizada pela limpeza social, isto é, pela “perseguição e criminalização de seres humanos, sob o manto de suposta proteção” (ALBINO; PALADINO, 2010, p. 12). É uma medida, portanto, incompatível com o Estado Democrático de Direito, uma vez que é marcada pela intolerância, discriminação e separação do diferente do convívio social. No caso do argumento do vídeo, o diferente/errado seria o desempregado, o que justificaria a suposta segurança apoiada pelo pai de Guilherme.

Já o argumento de Guilherme com relação à agressão do Estado ao cidadão por qualquer motivo, como se a Ditadura fosse um massacre constante do Estado sobre o cidadão - algo que, para ele, a esquerda defende - é equivocado, simplório e dissonante com o que a historiografia da ditadura pontua. Da forma dita no vídeo, parece que os professores de história ensinam esse tipo de conteúdo nas escolas brasileiras. Guilherme, de certo, pretende defender o ponto de vista de que a ditadura brasileira teria sido harmoniosa de maneira geral, esquecendo-se, ou querendo esquecer, das torturas e repressões do período. A violência, quando cometida pelo próprio Estado, é um crime contra a humanidade e uma ruptura com o Estado Democrático de Direito.

Na quarta parte do vídeo, *Empregos, Economia e Indústria*, o pai começa a argumentar que a oferta de empregos, assim como a sua estabilidade, era muito maior do que atualmente, tendo em vista que existia uma falta de mão-de-obra no país. Também destaca as conquistas trabalhistas nos governos militares (como, por exemplo, o FGTS), a criação da Embraer, a política habitacional do período (BNH) e a grande demanda de pedidos feitos à empresa onde ele trabalhava na época (a qual não menciona o nome), o que fez a mesma crescer por volta de 50%, podendo contratar mais funcionários por conta da grande demanda.

Como pontua o pai de Guilherme, houve sim criações significativas no governo militar, mas elas não ajudaram a diminuir a desigualdade social no país, pois, por meio do FGTS, o Estado retirou do trabalhador a possibilidade de reproduzir sua força de trabalho a partir da poupança forçada a juros, de certo, baixos, canalizando esse recurso ao empresariado (MELO, 2014, p. 93). Além disso, a partir da correção monetária, atualizou-se os preços dos aluguéis de forma que o salário não teve um aumento significativo (MELO, 2014, p. 94). Outro ponto a ser destacado é o fato de que o trabalhador de baixa renda não participava deste benefício imobiliário, o que fez crescer o número de casebres na periferia, além de fazer com que esse trabalhador tivesse que aumentar sua jornada de trabalho para poder se sustentar e construir sua própria casa (MELO, 2014, p. 96-97). Segundo Melo, essa conjuntura criou uma modernização excludente, pois:

O resultado da política habitacional a partir do sistema financeiro foi o atendimento da questão da casa própria a uma pequena parcela de setores da classe média e extratos superiores. Nesse sentido, notou-se o processo de constituição urbana sem progressividade na problemática habitacional popular, mas a hipervalorização nos preços dos terrenos, das casas e dos aluguéis. Tal situação impôs a modernização excludente nos assuntos habitacionais e urbanos no Brasil (MELO, 2014, p. 102).

Já na quinta e última parte, *Segurança, Bandidos e Violência*, o pai de Guilherme afirma que, na época, nunca ouvia falar de quadrilhas em favelas, e lembra que era possível ficar na rua sem medo, pois sempre havia um carro da polícia rondando a cidade. Segundo ele, “bandido mesmo a gente nem ouvia falar [...] era uma coisa impressionante a tranquilidade com que você poderia andar na rua”. Todavia, a taxa de homicídios, somente na cidade de São Paulo (onde Guilherme e seu pai moram), aumentou de 6, em 1960, para 36, em 1985, por cada 100 mil habitantes (GAWRYSZEWSKI; MELLO JORGE, 2000, p. 53). A título de comparação, essa taxa, em 2018, estava em 7,74<sup>18</sup>.

Por fim, a última frase do vídeo do canal *eGuinorante* é de Guilherme, que diz:

Não dá para você confiar em qualquer pessoa que sai falando de ‘ditadura’ sem ter vivido, sem ter passado nessa época. Geralmente se você estava levando borrachada, cacetada e tudo mais é porque você não estava fazendo alguma coisa que presta, alguma coisa de errado você estava fazendo. Agora todo mundo é santo, depois que passa, todo mundo é santo [...] não confie tanto assim no seu professorzinho de história que está de iPhone e com a camiseta do Che Guevara.

Esse é um discurso recorrente no cenário político atual em que a ditadura militar é vista a partir de novos olhares, a fim de subjugar a memória que, até então, era da resistência à ditadura. Tais pensamentos parecem estar presos no ponto de vista anti-comunista daquela época. Frases como “os militares fizeram o que deveriam ter feito para o Brasil não se tornar um país comunista”, ou, “a esquerda merecia ser torturada, eles eram terroristas” se repetem no debate público brasileiro.

Os “enquadramentos” de memórias, nos termos de Pollak, encontram-se no vídeo analisado, uma vez que eles ajustam a memória que querem contar a partir de um só indivíduo, de classe média, branco e heterossexual que, com certeza, não deve ser levado ao pé da letra, principalmente sobre um tema de tanta relevância para a historiografia brasileira. Isso não significa que ele não deva ser escutado, muito pelo contrário, tal depoimento ajuda em um entendimento mais complexo do que foi a ditadura no país. Citando Margalit: “a memória, então, é conhecimento que vem do passado,

---

18. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/04/taxa-de-homicidios-em-sao-paulo-e-sensacional-diz-governador-do-estado.shtml>> Acesso: ago. de 2018.

não é necessariamente conhecimento sobre o passado” (apud PEREIRA, 2015, p. 881).

## Golpe ou contragolpe?

O segundo vídeo<sup>19</sup> que abordaremos, intitulado *1964 e a versão que a esquerda escreveu da História*, é do canal *Maro Schweder* e foi publicado no dia 7 de abril de 2015. Esse vídeo conta com quase sessenta mil visualizações e foi o segundo de seu canal a conseguir mais de vinte mil visualizações. Além disso, ele tem 98,7% de aceitação e quase 650 comentários. Nele, Maro simplesmente fala para a câmera, sem fazer uso de cortes. É simples e direto, e seu discurso é mais proeminente que o enquadramento de câmera, que visa ressaltar sua prateleira de livros, dando ênfase a uma intelectualidade do locutor.

Sua temática se volta para a forma como se conta e escreve a história da ditadura militar brasileira, por ele referida como “regime militar” - e o golpe de 1964 como “contragolpe”. Para ele, a história desse período seria contada primordialmente pelos intelectuais e historiadores de esquerda que, em sua visão, teriam deturpado os “fatos históricos” e não contado o que realmente teria acontecido:

A história oficial, hoje, passa uma visão completamente errada do período conhecido como “ditadura militar” no Brasil 1964 à 1985. Isso porque quem deu a versão dos fatos sobre esse período da história brasileira foram historiadores da esquerda [...] vinculados ideologicamente ao PT. É claro que historiadores dessa linha ideológica haverão de puxar a brasa para a sua sardinha, farão uma visão e uma escrita tendenciosa sobre os acontecimentos.

95

Tal abordagem é preocupante, uma vez que generaliza o trabalho do historiador, colocando décadas de pesquisa científica e crítica das fontes como meros trabalhos mentirosos e partidários. Maro usa, ainda, falácias argumentativas para comprovar sua fala, como o *argumentum ad hominem*, criticando não o conteúdo historiográfico, mas os historiadores de modo geral que teriam, supostamente, “subvertido os fatos históricos”. Além disso, utiliza a falácia do *falso dilema*, ou *falsa dicotomia*, a qual vê somente dois lados extremos de uma conjuntura, afirmando que os militares seriam os éticos e os “esquerdistas” seriam os ditadores, corruptos e ladrões, com o objetivo de justificar a dualidade com um dos extremos. Assim sendo, ele afirma que os militares

---

19. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=t0c9-KGsgZQ> > Acesso: set. de 2018.

teriam salvo o país dos comunistas, algo que é sempre recorrente nesse tipo de argumentação revisionista. Em suas palavras:

Eu creio que nesses próximos anos a história brasileira vai ser revista, ela vai ser reescrita e a sociedade brasileira saberá a verdade sobre os fatos, pois os militares não são os monstros que foram descritos na história, eles são seres humanos e defenderam o Brasil em 1964 dos verdadeiros monstros comunistas, que teriam transformado o Brasil numa nova Cuba.

Segundo Motta (2000, p. 339), existia sim um medo do comunismo por parte dos líderes do golpe de 1964, mas isso não implica a não aceitação de certas manipulações por parte dos anticomunistas, que divulgavam uma imagem deformada e uma caricatura aterrorizante dos comunistas “no intuito de levantar contra eles a indignação popular” (MOTTA, 2000, p. 339). Além disso:

A manipulação maior, sem dúvida, foi passar para a população a versão de que haveria risco de uma revolução comunista iminente, quando na verdade os grupos conservadores bem informados consideravam a hipótese de um possível golpe presidencial com apoio comunista, cujos desdobramentos ninguém tinha condições de prever com exatidão. A derrubada de Goulart foi uma ação preventiva para evitar um processo de radicalização esquerdista, o qual, eventualmente, poderia beneficiar os comunistas. Entretanto, foi apresentado um quadro bem mais dramático à sociedade, para facilitar a mobilização. Os líderes do golpe tinham uma avaliação imprecisa da extensão da “ameaça comunista”, apesar de acreditarem nela. Ainda assim, se esforçaram para convencer o público de que os “bárbaros estavam à porta” (MOTTA, 2000, p. 340).

96

Tais elucidações de Motta nos ajudam a entender de forma mais complexa os processos históricos do período, além de demonstrarem uma grande investigação científica acerca do anticomunismo e de suas raízes e atuações no âmbito político-social. Contragolpe, portanto, não deve ser a denominação utilizada, uma vez que o golpe se deu sem uma real ameaça de tomada de poder por parte dos “comunistas” brasileiros.

Maro crê que os militares são “seres humanos que têm valores, dignidade e que têm ética em primeiro lugar”. Apesar de generalista, isso não está necessariamente errado. Porém, o ponto principal a ser destacado, em relação à ação dos militares, é a política ditatorial de Estado implementada no governo daquele período. Essa alegação de Maro distorce e justifica o que se passou, idealizando um passado de tortura e repressão (PEREIRA, 2015, p. 883). Para Mateus Pereira (2015) essas narrativas justificam práticas e ideologias que permanecem até os dias de hoje, em que a impunidade:

[...] em relação aos crimes praticados pelo Estado durante o período de 1964-1985 é



o principal motor que faz com que essa “comunidade de memória” persista, cresça e se transforme e, sobretudo, que não sinta ou manifeste remorso ou culpa e, por consequência, não aceite nem reconheça qualquer tipo de erro (PEREIRA, 2015, p. 884).

Maro ainda afirma que a Comissão da Verdade, a qual estava em atividade no momento em que o vídeo foi publicado, deveria ser revista, pois estaria repleta de mentiras:

A tal da Comissão da Verdade, que hoje está aí, que não passa de “Comissão de Mentira” da esquerda, que visa transformar os militares mais em monstros do que eles já são, precisa ser derrubada, eliminada, e todos os dados que foram levantados e as “versões” históricas que estão agora sendo articuladas e inventadas, precisam ser eliminadas. Uma nova Comissão da Verdade precisa ser feita.

Podemos dizer que há diversos fatores que favoreceram esse tipo de pensamento no imaginário brasileiro atual. Para Pereira (2015), cabe ressaltar três: a difusão da internet, a presença no poder de um partido com certas políticas de esquerda e a constituição de uma Comissão da Verdade. Ao contrário do que acredita Maro, não é por acaso termos uma Comissão da Verdade, sem punições, quase trinta anos após a “abertura lenta e gradual” da ditadura. É, de certo, corriqueiro existirem comissões com o objetivo de avaliar e punir crimes de ditaduras por todo o mundo, como foi o caso da Argentina, que instaurou os trabalhos de sua comissão logo após o fim do regime autoritário, tendo realizado mais de 400 condenações. No Brasil, porém, a CNV foi uma política de memória com pouco clamor popular e com pouca visibilidade e ação pública.

97

A incapacidade de inscrição desses eventos traumáticos na memória do país está relacionada à falta de ressonância deles na esfera pública. Além disso, o pouco clamor popular dessas memórias pode estar relacionado diretamente com o desconhecimento popular sobre o período. Como pontua Pereira (2015), somos incapazes de nomear os eventos e pensá-los como criadores de uma memória compartilhada. Uma alternativa, assim, poderia ser a “projeção política da memória e da verdade no espaço público, muito além de recordações de grupos ou indivíduos” (PEREIRA, 2015, p. 890).

Sem poder punitivo, a CNV criou espaço para debates, definiu os crimes dos criminosos e deu nome aos infratores e acusados. Teria sido necessário, ademais, um pedido de desculpas por parte das Forças Armadas, “além do reconhecimento de sua responsabilidade em relação aos crimes cometidos durante a ditadura, tal como sugerido pelo relatório final da Comissão da Verdade” (PEREIRA, 2015, p. 893).

Apesar disso, ainda vivemos tempos com memórias cinzentas e dissonantes

sobre a história brasileira no período da ditadura militar. O dever do historiador é se atentar para esses processos e tentar, ao máximo, inserir no debate público uma “justa memória”, isto é, uma memória salvaguardada de abusos e esquecimentos, para que dissonâncias autoritárias, revisionistas e/ou negacionistas sejam minguadas da disputa, tendo em vista o perigo que oferecem os grupos que “com base em lógicas de justificação e dissimulação [...] pretendem extrapolar, estender, manipular e, no limite, negar o poder de veto das fontes” (PEREIRA, 2015, p. 895).

### **Considerações finais**

Como Motta pontua (2016, p. 326), é imprescindível ao historiador considerar que estamos em um período de grande curiosidade pública a respeito do passado, “mas, com frequência, esse público contenta-se com versões superficiais e/ou pitorescas sobre personagens e eventos históricos”. Motta ainda afirma que esse fenômeno se tornou um “nicho de mercado editorial e cultural” e, a partir do estudo aqui realizado, também podemos dizer que se tornou uma forma de beneficiar determinados grupos e canais do *YouTube*, tendo em vista a possibilidade de alcançar mais audiência e engajamento.

98

Tais canais se beneficiaram de um discurso polarizador na esfera pública, mais especificamente nas mídias sociais. Segundo Ruud Koopmans (2004), os discursos polarizadores tendem a ter mais visibilidade e ressonância na esfera pública pelo fato de não serem, em sua grande maioria, consensuais e/ou legítimos, o que gera debate e focalização do assunto em questão, como foi visto nas eleições presidenciais de 2016 nos EUA e, mais recentemente, no ano de 2018, aqui no Brasil.

Ao analisar as manifestações por mais empregos na Alemanha, no pós-queda do muro de Berlin, Koopmans (2004) as compreende como manifestações legítimas, pois estavam ligadas ao consenso, isto é, a maioria das pessoas concordavam. Porém, quando as manifestações passam a ter um caráter mais marcante, perdem sua legitimidade. O vídeo<sup>20</sup> do canal *Meteoro Brasil* sobre polarização política exemplifica bem essa questão: antes, quando se gritava “queremos mais empregos”, era legítimo; depois, quando se começou a proferir “Emprego alemão, para trabalhador alemão”, as palavras de ordem não formavam mais consenso, criando polarização e debate; ao final,

---

20. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=voSQGNPpgko>> Acesso: nov. de 2018.

quando alguns manifestantes começaram a erguer os braços em alusão à saudação nazista, o movimento perdeu força, e as manifestações contrárias deflagraram-se, defendendo “não ao racismo, não ao terror”. Portanto, como pontua Koopmans, tudo aquilo que polariza uma sociedade sempre tem uma legitimidade questionável pelo fato de não ser consenso.

O que se percebe no *YouTube* é, dessa forma, sintomático desse fenômeno, uma vez que o debate sobre a ditadura militar não é consenso, gerando muita ressonância e polarização na esfera pública. A questão da ditadura militar brasileira encontra-se em uma corda bamba, onde podem tornar-se ou não consensuais/legítimos os revisionismos firmados por esses canais e/ou pelo restante da internet. Percebe-se que a grande maioria dos canais conservadores tem um percentual de aceitação muito grande, além de terem extrema legitimidade para falar com as pessoas que os assistem. Nos comentários, percebemos um elevado índice de parabenizações aos vídeos e um alto engajamento por parte do público, que ajudam, ainda mais, na ressonância deste tipo de visão sobre a ditadura e na sua crescente legitimação<sup>21</sup>.

O engajamento por parte do público é de suma importância para compreendermos a influência desses vídeos no pensamento coletivo da *internet* acerca de temas variados. *Influencer* digital é o termo usado, pela mídia em geral, para caracterizar não só os canais conservadores do *YouTube*, como também todos os “formadores de opinião” da internet. O perigo aqui analisado encontra-se nas opiniões revisionistas e negacionistas sobre a história, que favoreceram o surgimento de um conteúdo conservador voltado para a História, o qual é bastante consumido pelo público. Um exemplo deste novo nicho de consumo é o *Brasil Paralelo*<sup>22</sup>, que cobra mensalidade para os usuários terem acesso a conteúdos de cunho documentarista e histórico. O *Brasil Paralelo* cresce a partir do momento em que é referendado por grandes canais conservadores e/ou liberais como, por exemplo, *Nando Moura* e *Mamaefalei*. Em dezembro de 2018, eles iriam lançar um episódio, dessa vez gratuito, com o título “Mitos e Verdades: A História do Regime Militar”<sup>23</sup>.

Tal polarização fez crescer o número de inscritos desses canais, suas visualizações e o engajamento por parte de seu público. Diversos canais surgem nesse período e se disseminam a partir de eventos políticos nacionais. Por exemplo, os vídeos mais assistidos de Maro Schweder são os que ele comenta sobre política, sendo publicados

---

21. Cabe ressaltar que Koopmans afirma que um assunto ter grande legitimidade não significa, necessariamente, que ele seja correto e/ou verdade.

22. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dVjuS0JY-Pk>> Acesso: nov. de 2018.

23. O que ocorreu, na verdade, foi o lançamento de um documentário intitulado “1964: O Brasil entre armas e livros”, lançado em 2 de abril de 2019. Esse documentário já conta com mais de seis milhões de visualizações no *YouTube* e merece ser analisado com dedicação exclusiva em uma outra oportunidade, pelo fato de ser a segunda obra audiovisual sobre a ditadura mais vista no *YouTube* brasileiro.

geralmente no mesmo dia dos acontecimentos, o que alimenta a procura por tais conteúdos por parte dos espectadores.

Outra forma de disseminação é através do apoio mútuo que esses canais mantêm entre si. Um exemplo disso é o do canal *Nando Moura*<sup>24</sup> que, em um vídeo<sup>25</sup> publicado no dia 30 de maio de 2016, cita Maro Schweder como um grande historiador e entendedor do período da ditadura brasileira. A partir disso, podemos perceber uma grande massa de novos inscritos<sup>26</sup> no canal de Maro, principalmente nos primeiros dias do mês de junho. No mês posterior à citação de Nando Moura, pode-se notar um aumento de mais de 15,6 mil inscritos no canal de Maro, o mais alto alcançado pelo canal. Nesse mesmo mês, o número de visualizações também foi o maior, chegando a ter mais de um milhão.

Alguns historiadores pensam que a Lei da Anistia não teria feito o que era necessário, o que impediu a criação de uma memória compartilhada e justa sobre a ditadura militar brasileira. Outros pensam que a Comissão da Verdade incendiou o debate público e favoreceu o crescimento dessas ressonâncias de memória. O problema, porém, encontra-se inevitavelmente no debate público. Agora, mais ainda, nas novas mídias sociais, tornando-se necessário que os historiadores se engajem em maneiras de introduzir o debate acadêmico para fora da academia. Como afirma Pereira (2015, p. 869), a internet é um “veículo de memória [...], em especial por trazer os conflitos de/pela(s) memória(s) para o espaço público”. Assim, segundo o autor:

os conflitos de memória, para terem certa memória compartilhada, necessitam da intervenção de um terceiro, a fim de que o dissenso seja parte do conviver com a pluralidade. Cabe sempre destacar que as disputas de memória são também disputas de poder, em especial os conflitos em torno de um “passado” que ainda é atual, como é o caso da Ditadura Militar brasileira. (PEREIRA, 2015, p. 889).

O que vemos atualmente na *internet*, em especial no *YouTube*, é uma grande disputa pelo discurso histórico. Há um discurso revisionista e/ou negacionista que pretende descrever os fatos como definitivos e verdadeiros, distribuindo os papéis determinantes aos atores históricos: os militares como os protetores da nação contra uma iminente ameaça comunista, e os guerrilheiros de esquerda como a ameaça de implementação de uma ditadura comunista no país.

---

24. O canal de Nando Moura é significativo por ser o maior canal conservador-liberal do Brasil, com mais três milhões de inscritos, por isso não foi analisado aqui, uma vez que esse canal merece uma abordagem mais centrada e completa.

25. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hMga8k50FRk>> Acesso: nov. de 2018.

26. Dado retirado do site: <https://socialblade.com/youtube/channel/UCKSfUkYtc3wGCSSOoBbNUHA> Acesso: nov. de 2018.

Ainda segundo Pereira (2015), é imprescindível que o historiador pense a crítica histórica como mediadora tanto do debate público quanto das diversas guerras de memória, com o objetivo de restituir o passado de sentido e oferecer opções éticas e mais justas de memória. Portanto, confiar radicalmente em seu público seria uma ameaça para os historiadores, uma vez que implicaria a eles “desistirem completamente de seu poder e influência, outorgando ao público ‘determinar o futuro da história pública’” (GARDNER apud MALERBA, 2017, p. 145).

Isso demonstra que estamos vivendo um momento crítico para a *História* do e no país. Esse movimento crescente no *YouTube* é sintomático para entendermos o alcance dessas ideias autoritárias e conservadoras da ditadura no Brasil. Em contrapartida, há um movimento de reação, por parte não só da esquerda militante, mas também de acadêmicos, em busca de informar a população, de forma séria, sobre variados temas históricos, sociológicos, econômicos, políticos, culturais, etc. Podemos citar, por exemplo, os canais: *Leitura Obrigahistória*, *Meteoro Brasil*, *Tese Onze*, *Quadro em Branco*, *Saia da Matrix*, *Mimimidias*, *Nerdologia*, *Xadrez Verbal*, *Antídoto*, *Boitempo TV*, *Jones Manoel*, *Henry Bugalho*, dentre outros. Ainda não é um movimento tão grande em comparação com os canais da nova direita, mas está crescendo. O importante é sua função de contrabalanceamento, uma vez que ajuda na criação de um pensamento crítico com relação tanto ao passado quanto ao presente.

101

Infelizmente, a História está sofrendo um descrédito em meio à população. Os historiadores estão perdendo seu papel enquanto mediadores de memória. Em uma conjuntura em que a História é vista como manipuladora ou doutrinadora, precisamos urgentemente rever nosso papel enquanto pesquisadores, acadêmicos, educadores, cidadãos e/ou militantes. O âmbito da História Pública nunca esteve tão em voga e carente de atenção, como também nunca esteve tão abatido e desfavorável aos historiadores. Precisamos ocupar os espaços públicos, físicos e digitais para reaver a credibilidade da nossa disciplina enquanto exercício científico, crítico e legítimo. O futuro é nebuloso? Sim, mas temos duas opções antes de começar a chover: ou nos escondemos para nos proteger, ou começamos a plantar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BURGESS, Jean; GREEN, Joshua: **YouTube e a Revolução Digital**, São Paulo, Aleph, 2009.

DORNELLES, Juliano Paz. **O fenômeno Vlog no Youtube**: análise de conteúdo de Vloggers brasileiros de sucesso. Diss. (Mestrado) – Faculdade de Comunicação

Social, Pós-Graduação em Comunicação Social. PUCRS: Porto Alegre. 2015.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas.

**Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017

FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº 47, p.181-212 – 2004.

GAWRYSZEWSKI, Vilma Pinheiro; JORGE, Maria Helena Prado de Mello. Mortalidade violenta no Município de São Paulo nos últimos 40 anos. **Rev. bras. epidemiol.** [online]., vol.3, n.1-3, 2000.

HABERMAS, Jürgen. Sobre o emprego público da história. In: **A Constelação Pós-Nacional**. São Paulo: LiterraMundi, 2001, p.37-52.

HABERMAS, Jürgen: **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HAGEMEYER, Rafael. **História & audiovisual**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012

HUYSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente**: Culturas do passado-presente modernismos, artes visuais, políticas da memória. São Paulo: Contraponto, 2014.

\_\_\_\_\_. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

102

KOOPMANS, Ruud. Movements and Media: Selection Processes and Evolutionary Dynamics in the Public Sphere. **Theory and Society**. 2004.

LEVI, Primo. **Os afogados e os sobreviventes**. Paz e Terra: São Paulo, 2016.

LUCCHESI, Anita. História e historiografia digital: diálogos possíveis em uma nova esfera pública. **XXVII Simpósio Nacional de História**, Natal - RN, 22-26 de julho 2013.

MALERBA, Jurandir. “Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital”. **Revista Brasileira de História**, v.37, n.74, 2017, p.135-154, 2017.

\_\_\_\_\_. “Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História? uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre *Public History*”. **História da Historiografia**, n.15, 2014, p.27-50.

MELLO, Wanderson Fábio de. A ditadura, a questão da moradia e a modernização excludente: Roberto Campos em defesa do Sistema Financeiro da Habitação. **Verinotio**. N. 17, ano IX, abr/2014.

MICHELS, Róger de Souza. O discurso conservador brasileiro nas novas mídias digitais e a honra da família: uma leitura à luz de Wilhelm Reich. **VI Jornada de Pesquisa em Psicologia** – PSI UNISC: Pesquisa e Tecnologia na Psicologia Atual. 2017.

MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. (Org.) GALLEGO, Esther Solano. 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

\_\_\_\_\_. Os lugares dos historiadores e da história na sociedade brasileira. **História da Historiografia**, v.22, p.321-335, 2016.

NAPOLITANO, Marcos. Historiografia, memória e história do regime militar brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.23, p.193-196, nov. 2004 b.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos da Comissão da Verdade (2012-2014). **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 31, n. 57, p. 863-902, set/dez, 2015.

PERLATTO, Fernando. História, literatura e a ditadura brasileira: historiografia e ficções no contexto do cinquentenário do golpe de 1964. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 30, no 62, p. 721-740, setembro-dezembro, 2017.

POLLAK, Michael. "Memória, esquecimento, silêncio". **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989.

TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria**. Buenos Aires: Paidós, 1993.

# O PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO COMO REAFIRMAÇÃO DO CONSERVADORISMO

Jair Miranda de Paiva<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo discute o movimento Escola sem Partido como reafirmação do conservadorismo em educação. Retoma discussão em escrito anterior no qual se tentou, numa análise imanente, se aproximar de suas teses expostas no site e outros meios de divulgação da chamada iniciativa, numa breve referência jurídica e numa leitura filosófica. Abordamos o referido movimento como uma nova roupagem da reação às lutas progressistas e conquistas políticas, por meio de pesquisa bibliográfica, concluindo pela crítica necessária a suas teses, bem como suas articulações a outros âmbitos do conservadorismo.

**Palavras-chave:** Escola sem partido; Conservadorismo; *Skholé*, Tempo livre.

**Abstract:** The article discusses the School Without Party movement as a reaffirmation of conservatism in education. It takes up an earlier written discussion in which an immanent analysis attempted to approach their theses exposed on the site and other means of publicizing the so-called initiative, in a brief legal reference and a philosophical reading. We approach this movement as a new guise of the reaction to the progressive struggles and political conquests, through bibliographical research, concluding by the necessary criticism to its theses, as well as its articulations to other areas of conservatism.

**Keywords:** School without party; conservatism; *Skholé*, free time

---

1. Doutor em Educação pelo Programa de pós-graduação em Educação (PPGE/Ufes): Professor do Departamento de Educação e Ciências Humanas (Ceuness/Ufes) e do Programa de pós-graduação em Ensino na Educação Básica (Ceunes/Ufes). Contato email: [jmipaiva@gmail.com](mailto:jmipaiva@gmail.com)



## Introdução

“A tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘Estado de Exceção’, no qual nós vivemos, é a regra. Precisamos atingir um conceito de história que corresponda a isto. Então teremos diante de nós como nossa tarefa provocar o efetivo Estado de Exceção; e deste modo melhorará a nossa posição na luta contra o fascismo” (W. Benjamin).

Se, como disse Marx (1997), na modernidade tudo que é sólido desmancha no ar, tal processo disruptivo do capitalismo provoca reações mesmo entre os defensores da nova ordem que, como veremos, ainda que sujeitos do processo de transformação radical trazido pelo novo modo de produção, buscam um mundo estável, em que não haja imprevisibilidade ou riscos a seu lugar social e econômico.

Nesse sentido, o objetivo deste escrito é pensar o chamado movimento Escola sem Partido (doravante EsP) como uma faceta contemporânea de um amplo espectro que se situa no lugar que chamamos de conservador em relação ao mundo gestado pelas revoluções modernas, que substituiu o mundo do Antigo Regime pelo regime de mercado livre, dos direitos humanos, da democracia representativa.

Ao dar um passo em relação ao texto anterior (PAIVA, 2017, 2018), situamos o EsP num movimento mais amplo que o remonta ao conservadorismo moderno, ainda que de forma esquemática, demandando ulteriores aprofundamentos. Com isso queremos dizer que o conservadorismo sempre esteve presente na formação brasileira, como uma estrutura firme que mantém a desigualdade em sentido amplo (econômico, cultural, social, educacional), como mostram os estudos recentes de Jessé Sousa (2017, 2018) sobre a sociedade brasileira, no âmbito da sociologia. Assim, buscaremos referências históricas que definiram os sistemas econômicos e políticos e suas ideologias políticas modernas no ocidente. Conjuntamente a essa abordagem, sustentaremos, contra o EsP, a escola como bem público, lugar essencial da democracia e do cuidado com as gerações mais novas, na perspectiva de Arend (1979) e Masschelein-Simons (2014).

Num primeiro momento, faremos uma retomada de nosso texto citado, no qual buscamos caracterizar o EsP a partir de seu próprio discurso, expresso em sua página da internet, bem como entrevistas e iniciativas, tais como o projeto de lei que propunha (e ainda propõe) em várias casas legislativas pelo país. A seguir, situaremos a especificidade de nosso objetivo, qual seja, abordar o EsP como uma expressão do conservadorismo que se impôs no cenário político desde a Revolução Francesa, cujo expoente maior é Edmundo Burke (2014). Concluiremos, ainda que de modo embrionário, que se faz necessário que forças democráticas, e não apenas de esquerda,

se unam para que ainda seja possível pensar, educar, criticar, pesquisar, ensinar, numa perspectiva aberta, plural, que conviva com espectros diversos sobre o mundo social, político e moral (inclusive, evidentemente, o conservador).

### **Escola sem partido: dogmatismo e controle em nome da liberdade**

Em anterior incursão (PAIVA, 2017, 2018), demonstramos o aspecto dogmático do movimento intitulado EsP e o quanto sua difusão era nociva ao ambiente escolar, cujo interior é marcado por relações humanas sadias, em que pese as críticas, sobretudo vindas do próprio campo da educação, a aspectos de sua organização, no tocante ao ensino, práticas, métodos etc. Críticas que, frisemos, visam o aperfeiçoamento da escola como instituição, que deve ser reinventada, não a sua destruição e envenenamento, como querem os signatários do projeto EsP, considerando que um dos eixos de sua ação é o incentivo a que alunos delatem seus professores, mediante judicialização da relação professor – aluno – família.

106 Naquela ocasião, optamos por ‘ouvir’, numa análise imanente, o dito movimento a partir de documentos públicos em sua página na internet, entrevistas e, sobretudo, nos dois projetos de lei apresentados no Congresso, permitindo-nos nomear suas proposições como práticas conservadoras. Num segundo momento, propusemos uma modesta análise filosófica da tese desse movimento, fazendo breve referência a uma análise jurídica. Na terceira parte daquele artigo, fizemos breves referências à obra de dois pensadores belgas, Masschelein e Simons que, em contraponto à iniciativa regressiva do EsP, nos possibilita buscar razões para sair “em defesa da escola”, no contexto atual de recrudescimento de ataques ao que lhe é mais característico, que é ser tempo livre e de produção de vida, alegria, afetos. Tais razões ainda devem ser afirmadas, revisitadas, ampliadas com as histórias de alunos (as) e professores (as).

Sustentávamos, então, que o movimento se encontrava, para dizer o mínimo, em posição delicada, posto que seu propositos principal, advogado de formação, não tinha nenhuma experiência ou conhecimento na área educacional, o que, por si só, não invalidava sua propositura, visto que a educação, como bem público, pode e deve estar sob o escrutínio dos cidadãos. Todavia, mostramos que suas asserções carecem de conhecimento da vida escolar, dos desafios da educação, de seus campos teóricos e conceituais, bem como da produção acadêmica recente sobre as práticas de ensino, didática etc. Trata-se, acrescentamos, de grave lesão ao que está consubstanciada no

Art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, ANO), ao garantir que “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas [...]”. Ora, a proposta do EsP, em que pese usar em sua justificativa a pluralidade, acaba por cercear a liberdade de ensinar, causando grave prejuízo ao exercício docente<sup>2</sup>.

Apontamos, ainda, que o núcleo da proposta de seu idealizador se consubstancia na ideia de que existe uma “doutrinação” feita por professores em suas aulas, da educação básica ao ensino superior, majoritariamente adeptos de visões “críticas” ou “de esquerda”. Lembramos que ‘doutrinar’, para os proponentes dessa cruzada pela não ‘contaminação ideológica’, refere-se à abordagem no âmbito didático, bem como aos imputados aliciamento e proselitismo realizados por professores imbuídos de ideias genericamente tidas como de esquerda, mas nunca de ideias liberais, tais como, da livre iniciativa, do empreendedorismo (do qual existem diversos programas aplicados em escolas pelo país), de defesa das ideias liberais em sua articulação com a sociedade capitalista, com seus níveis escandalosos de desigualdade, violência, preconceitos etc. Em outras palavras, as ideias liberais são tidas como ‘valores’ eternos sobre os quais não se pode questionar, e não, como sobejamente aceito pelas áreas de ciências humanas e sociais, constructos históricos, políticos, culturais, eivado de ideologias e valores, como, aliás, todos os elementos da cultura, simbólicos por excelência (BERGER & LUCKMANN, 2004; LAPLANTINE, 2000; RABUSKE, 2001).

107

Reconhecíamos naquela ocasião que pode haver casos de docentes da educação básica que extrapolam seu múnus profissional, seja à direita ou à esquerda – frise-se que não há referência a ‘desvios’ de professores ‘doutrinando’ crianças e jovens segundo ideologias hegemônicas – mas são poucos e não representativos, inclusive sem aparecer no sítio eletrônico do citado Programa. Outros casos, como assédio, pertencem mais ao âmbito jurídico e policial do que propriamente pedagógico, não sendo alvo do movimento EsP, inclusive.

Descrevemos, então, o EsP como movimento dogmático, fomentador de ódio

---

2. Não encontramos pesquisa acerca dos efeitos do EsP sobre as práticas profissionais de professores, mas podemos afirmar que já se instalou um elemento de auto-censura pelo (a) próprio (a) docente, confirmado em nossas pesquisas e encontros com professores da educação básica: segundo eles, colegas de profissão, se precavendo, já alteraram conteúdos, linguagem, materiais didáticos e sua performance em sala para evitar represálias de alunos, famílias ou da escola. Represálias que, diga-se de passagem, são reais, pois, advogado de formação, seu idealizador disponibiliza modelos de notificação extrajudicial, incentiva filmagens, delações e abertura, pelos pais, de várias ações judiciais contra professores (as), visando fomentar o medo (numa publicação, em seu site, ele afirma: se uma ação judicial contra um professor já causa dissabores, imaginemos várias ao mesmo tempo... Indescritível nosso horror diante da insana dessa proposta...).

no âmbito escolar, ao incitar filmagens de aulas e atividades, instalando um clima inquisitorial na escola, um dos poucos espaços públicos, conforme pesquisa citada em Paiva (2017, 2018), considerados como relevante para crianças e adolescentes, mormente para os da classe popular, carentes de espaços públicos de lazer, cultura, esportes. Enfim, não é possível negar que exala desse auto-intitulado defensor da geração mais nova um odor medieval de reacionarismo.

Vejamos, a seguir, ainda que em breves pinceladas, como surge o espectro do conservadorismo moderno para, a seguir, aí situarmos o EsP, referenciando, ainda, a nova onda conservadora em voga no mundo e no Brasil.

### **A crise da tradição e o conservadorismo**

Consideramos com Hanna Arendt (1979) que nossa modernidade pode ser caracterizada pelo que denomina quebra da continuidade da História ocidental. Ao acompanhar, no prefácio da obra *Entre o passado e o futuro* ("A quebra entre no passado e o futuro") e no primeiro ensaio ("a tradição e a época moderna"), as vicissitudes do pensamento político que se inicia com Platão e Aristóteles e culmina em Marx, Arendt (1979, p. 40) observa que "[...] rompeu-se o fio da tradição [...]", notando, por fim, que três pensadores consumam tal fato: Kierkegaard, Marx, Nietzsche, que "desafiaram os pressupostos básicos da religião tradicional, do pensamento político tradicional e da Metafísica tradicional invertendo conscientemente a hierarquia tradicional dos conceitos" (ARENDR, 1979, p. 53).

A quebra, segundo ela, no entanto, não ocorre pela rebelião filosófica do séc. XIX ou de suas consequências no séc. XX, mas pela emergência dos sistemas totalitários que a época viu florescer, em que se imiscuiriam terror e ideologia, governo e dominação, levando a filósofa a afirmar que:

A dominação totalitária como um fato estabelecido, que, em seu ineditismo, não pode ser compreendido mediante as categorias usuais do pensamento político, e cujos 'crimes' não podem ser julgados por padrões morais tradicionais ou punidos dentro do quadro de referências legal de nossa civilização, quebrou a continuidade da história ocidental. A ruptura em nossa tradição é agora um fato acabado. Não é o resultado da escolha deliberada de ninguém, nem sujeita a decisão ulterior (ARENDR, 1979, p. 54).

Trazemos essa análise da pensadora alemã como forma de introduzir uma

problematização sobre um tema caro ao momento político que vivemos, qual seja, a ascensão de um conservadorismo nos âmbitos político, moral, pedagógico, entre outros (CLASEN, 2019; ALMEIDA, 2017; SEPÚLVEDA, SEPÚLVEDA, 2016; SOUZA, 2016a; SOUZA, 2016b).

Tomamos como hipótese inicial que o Esp se insere no bojo, nada homogêneo, do que se convencionou chamar a nova direita brasileira<sup>3</sup>. Aceitamos o fato de que há um movimento transnacional, sobre o qual ainda muito se escreve e se debate, de ideias conservadoras ou de direita, ligado ou não a fundações pró mercado, sobretudo, de origem estadunidense. No caso brasileiro recente, há vozes abalizadas que defendem que o impeachment, a operação lava-jato, conjunto que sintetiza a emergência da direita, foram tramados pelas agências de espionagem norte-americanas (BANDEIRA, 2017).

Assim, em nosso primeiro tópico, buscaremos algumas definições para esses termos. Como se caracteriza conservadorismo? Trata-se de um grupo coeso ou diverso? É possível circunscrevê-lo histórica e conceitualmente? Por restrição de espaço, buscaremos definir os termos em sua origem política, segundo recortes na evolução histórica e social, seja do ponto de vista específico entre a ciência e a filosofia política (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 1986), na formulação de Bonazzi (1986), bem como o de Ciências Sociais (SILVA, 1987), nas explicitações de Casado (1987).

Para Bonazzi (1986, p. 242-246), é difícil caracterizar conservador e conservadorismo: enquanto o último implica um conceito difícil de precisar, o adjetivo aplica-se a ideias ou práticas, também objeto de uma variedade de significados. Para a ciência política, "o termo Conservadorismo designa ideias e atitudes que visam à manutenção do sistema político existente e dos seus modos de funcionamento, apresentando-se como contraparte das forças inovadoras" (BONAZZI, 1986, p. 242). Nesse sentido, para o pensador italiano, conservadorismo se contrapõe a progressismo, marcado por uma atitude otimista diante das possibilidades de aperfeiçoamento e desenvolvimento da civilização humana e do indivíduo, representando sua negação.

Assim, conforme o autor supracitado, os dois conceitos não são de natureza especulativa, representando "símbolos de complexas tendências da história ocidental" (BONAZZI, 1986, p. 243), que surgem com a consolidação da sociedade de classes

---

3. Prescindimos aqui de recensear aspectos toscos de grupos brasileiros que se abrigam nessa denominação, sobretudo mediante e nas redes sociais, fazendo uso de notícias falsas, apologia à tortura e intervenção militar, entre outros absurdos. Temos clareza de que há um subterrâneo que aflora nas redes sociais (e antissociais) atualmente e que seus efeitos estão presentes, inclusive, no resultado da última eleição presidencial brasileira, mas tal foco não nos interessa neste trabalho, ainda que se possa pensar que tal fenômeno possa ser o mais relevante nessa quadra histórica, tal a importância das redes sociais na contemporaneidade (CASTELLS, 2017).

(CASADO, 1987, p.248), na qual uma classe, os liberais ou a burguesia industrial, comercial e intelectual, busca impulsionar para a frente a história, enquanto outra intenta frear esse processo, representada pela aristocracia. Não por acaso o fundamento dessa classe se encontra na propriedade da terra e nos títulos de nobreza e nascimento, coincidindo a ascensão do conservadorismo com o declínio das monarquias tradicionais e com a ascensão da sociedade industrial na qual, disse Marx, 'tudo que é sólido desmancha no ar'.

Apelando à tradição contra as transformações, como uma matriz de onde deriva sua legitimação, "o pensamento conservador não aceita a tese do estado de natureza, do contrato social e da soberania popular, nem em geral das idéias liberais" (CASADO, 1987, p. 249), atendo-se ao antigo, num senso pragmático de adaptação a situações que mantenham seus interesses.

Conseqüentemente, pode-se situar o conservadorismo nas transformações que se dão a partir do séc. XVIII, a partir da qual se coloca ao homem o futuro como perfectibilidade em todos os âmbitos: domínio técnico sobre a natureza, autoconhecimento e busca de realização na terra pelo indivíduo, num processo aberto, revolucionário: "isso implicava o rompimento com a tradição, o que provocou fendas na consciência européia, quer a nível cultural, quer a nível político" (BONAZZI, 1986, p. 243).

110

Pode-se entender, assim, que a temática conservadora surja apenas na época moderna, pois no pensamento cristão de perspectiva estática jamais tinha proposto tal alternativa, visto que o fim último do homem se situa no Reino de Deus ultraterreno.

Digno de nota, porém, é o fato de que não há uma simples disjunção entre duas partes: "pensamento tradicional de um lado, ligado a modelos em que o poder político tinha raízes transcendentais e se inseria em uma visão da vida tendente a depreciar o mundo, e pensamento progressista de outra (BONAZZI, 1986, p. 243). Nas palavras de Casado (1987, p. 249), podemos distinguir progressismo, tradicionalismo e conservadorismo:

Ao contrário do tradicionalismo, o conservadorismo não implica uma conduta instintiva e reativa, e sim reflexiva e consciente, atenta às circunstâncias históricas. Diante de uma crise revolucionária, o tradicionalista se apresenta como um contra-revolucionário e nem mesmo aceita a revolução. O conservador, ao contrário, aceita e admite a revolução, mas trata de frear seus efeitos. Não é um contra-revolucionário, mas um não-revolucionário.

Pode-se dizer que o fundador do conservadorismo político, E. Burke (2014),

principal referência do conservadorismo moderno, representa a tendência contrária às ideias iluministas de uma razão individual como medida do real. Conforme Souza (2016, p. 362), é do autor inglês que provém “boa parte das ideias que conferem conteúdo às várias expressões do conservadorismo no cotidiano”. Inclusive no caso brasileiro contemporâneo, pois ele é inspirador para as diversas *think tanks* aqui instaladas, ativamente atuantes em prol do liberalismo, neoliberalismo e concepções pró-mercado (ROCHA, 2015). Além disso, é de se notar o tom condenatório do filósofo às revoluções modernas, vistas como degradação da tradição e valores estabelecidos e não como processo transformador, ainda que eivado de contradições (SOUZA, 2016b).

Segundo Bonazzi (1986), Burke é o porta voz daqueles que, protagonistas das mudanças sociais, políticas e econômicas a partir do séc. XVI, do controle da natureza, secularização da vida, não pretendem, porém, “se afastar do ideal de um universo moral estável e ligado a um sistema de valores transcendententes.” Contrariamente à crença perfectível da natureza social e humana, “a tese conservadora considerava a natureza humana não modificável pela ação prática, porquanto mergulhava suas raízes em uma realidade sobre-humana, a vontade divina [...]” (BONAZZI, 1986, p. 244).

No entanto, não se perde de vista que o liberalismo triunfa, não sem resistências (o que se verifica até hoje), havendo uma fusão entre liberais e conservadores por dois motivos: a universalização da ideologia liberal e o conseqüente estabelecimento de instituições liberais, de um lado, a ascensão dos movimentos socialistas, de outro:

Quando a ordem conservadora dominava e o socialismo não era ainda perigoso, os liberais aliteram a eles [os conservadores] contra as monarquias e aristocracias estabelecidas. Quando a ordem liberal se estabeleceu e o socialismo pareceu ameaçá-lo seriamente, os liberais se aproximaram naturalmente dos conservadores, para lutar contra os socialistas (DUVERGER apud CASADO, 1987, p. 249).

Num salto para o séc. XX e XXI, consideramos, ainda, com Casado (1987, p. 249) – e esse tópico nos interessa, pois serve de fundamento a manifestações atuais – que, com a crise da ideologia das monarquias, ocorre uma renovação das “velhas ideologias conservadoras” pelos “fascismos contemporâneos [em que] o ditador providencial substitui o rei hereditário, e o governo das elites substitui o domínio dos aristocratas tradicionais”.

Em que pese a polêmica acerca de características fascistas nos movimentos de direita atuais, não se podendo identificá-los sem mais (LÖWY, 2015), pois para esse filósofo, não há linha de continuidade entre o fascismo europeu e a extrema-direita brasileira, nem existe aqui o tema racial como bandeira político de um partido.

No entanto, para o filósofo brasileiro radicado na França, podemos perceber pontos comuns e comparáveis num caso e noutro, que são: de um lado, a manipulação para fins golpistas do tema da corrupção e, por outro:

I. A ideologia repressiva, o culto da violência policial, o chamado a restabelecer a pena de morte [...] II. A intolerância com as minorias sexuais, em particular os homossexuais. É um tema agitado, com certo sucesso, por setores religiosos, com referência católica (Opus Dei, Civitas etc.) na França e evangélica neopentecostal no Brasil (LÖWY, 2015, p. 662-663).

No caso em questão, veremos que o EsP em suas manifestações nas redes sociais alimenta e incita ações de destruição de pessoas, permitindo-nos perceber traços de ações fascistas em suas práticas. Na seção que segue, procuraremos sustentar a dimensão conservadora *tout court* desse movimento, seja remetendo-o a iniciativas que foram evidenciadas na década de 1990 do séc. XX, bem como elencando práticas que são uma afronta ao mundo escolar constituído por relações pedagógicas que, mesmo considerando contextos adversos advindos das situações de miséria social, desamparo, falta de perspectivas, desamparo, são marcadas pela confiança nos profissionais da educação.

112

### **Escola sem partido: reafirmação do conservadorismo**

Tal fato nos permite compreender as ofensivas conservadoras recentes sobre a escola, no caso do Brasil, mas que repercutem iniciativas que, há pelos três décadas, no bojo do neoliberalismo (MALAGUTI, CARCANHOLO, 1998), então já investiam contra o espaço público escolar, conforme já mostravam, entre outros, Apple e Oliver (1995) e Sacristán (1999). O movimento EsP retoma e relança os movimentos conservadores sobretudo estadunidenses que, oriundos de fundamentalismos religiosos e do credo individualista do país, se alia à visão mercantilista da educação, enfraquecendo o caráter estatal e sobretudo público da educação, transformando-a num bem a ser oferecido no mercado.

Outro aspecto do ataque ao caráter público da educação e sua submissão à lógica do mercado e à escolha individual de educar conforme seus valores e crenças (um outro pilar do EsP) e, quase sempre, num viés conservador e religiosamente fundamentalista, pode ser encontrado no Ensino Domiciliar, tradução do inglês



*homeschooling*<sup>4,5</sup>, que conta com o apoio do atual governo federal do Brasil, mas que ainda encontrou resistência jurídica e legal<sup>6</sup>.

Deve-se salientar, ainda, no que se refere à luta contra a educação escolar pública, que, mais do que interessados nas liberdades em geral, seus militantes propugnam por liberdade na economia, mas mais autoridade e controle da sociedade no campo político, na síntese de Sacristán (1999, p. 238).

O momento atual, em especial, nos permite afirmar que há, de novo, uma pressão conservadora sobre a escola e a educação (não apenas pública, frise-se, no caso recente do Brasil), conforme explicava Sacristán (1999, p. 238) e Apple e Oliver (1995), no fim da década de 1990 do séc. XX.

Conforme Sacristán, citando Giddens, o pensamento neoliberal está eivado de contradições: se, por um lado, estimula a liberdade de mercado, o que dissolve símbolos da tradição, por outro, advoga que tais símbolos são essenciais para a coesão social, misturando, assim, “liberdades liberais e o autoritarismo – inclusive o fundamentalismo – de maneira incômoda e instável” (GIDDENS apud SACRISTÁN, 1999, p. 238).

Tais contradições se instalam de modo especial na educação, em que mais exigência de liberdade para educar na escola que aprovou os pais (é o caso das reformas estadunidenses que distribuíram vouchers para as famílias escolherem escolas conforme um ranking divulgado, fechando milhares de escolas públicas e demitindo professores pelo país)<sup>7</sup> convive com a ideologia conservadora que critica o declínio da educação pública (SACRISTÁN, 1999, p. 238).

O que assistimos, nesse gradiente de iniciativas, é a extrapolação do econômico para a educação, em que a metáfora do mercado engloba a educação como produto e serviço, entendendo o aluno como cliente e os pais como os que decidem onde comprar; nessa relação, os professores são meros dispensadores do serviço para os

---

4. O movimento que advoga o ensino domiciliar mantém um endereço eletrônico: Disponível em: <<https://homeschoolingbrasil.info/>>. Acesso em 29 jun. 2019.

5. A revista *Proposições*, da faculdade de educação da Unicamp, dedicou ao tema o v. 28, n. 2, de maio-ago. 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73072017000200012&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072017000200012&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em 13 jun. 2019.

6. Em votação no dia 11 de setembro de 2018, o Supremo Tribunal Federal decidiu que é necessária a frequência da criança à escola e que, para que possa haver educação domiciliar exclusivamente em casa, será preciso lei específica que estabeleça avaliar aprendizagem e socialização da criança educada em casa. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/09/12/stf-decide-que-pais-nao-podem-tirar-filhos-da-escola-para-ensina-los-em-casa.ghtml>>. Acesso em 22 jun. 2019.

7. No blog de Luiz Carlos Freitas, prof. titular aposentado da Unicamp, encontra-se um excelente repositório sobre as escolas charters e vouchers no contexto estadunidense, com avaliações, discussões, indicações de artigos e livros, bem como um acompanhamento de sua discussão e movimentos no Brasil. Disponível em: <<https://avaliacaoeducacional.com/>>. Acesso em 30 jun. 2019.

alunos, os gestores como árbitro do jogo (SACRISTÁN, 1999, p. 240). Fere-se de morte a educação em sua acepção pública e democrática como equalização de oportunidades e como abertura ao mundo, tempo livre, acesso à herança cultural da humanidade, mediante a relação intergeracional (ARENDETT, 1979; SAVIANI, MASSCHELEIN, SIMONS, 2014).

O pensador espanhol mostra, outrossim, objeções à mercadorização da educação, citando razões filosóficas de princípio: a educação não é mercadoria, o educando não é um consumidor. Por outro lado, os dogmas economicistas que estão na base do neoliberalismo se esquecem de que “o mercado educativo, onde cada um tem a possibilidade de escolha, somente teria um bom funcionamento em uma sociedade ideal igualitária, o que não existe” (SACRISTÁN, 1999, p. 243). Além disso, está em discussão a própria noção de educação como mercadoria que alguém vende a um outro, ao passo que na educação pública obrigatória não está em pauta a venda no mercado com o máximo de resultados, mas a ideia de “fazer avançar e disseminar o conhecimento ao maior número de pessoas possível”, implicando não uma venda que satisfaça desejos, mas envolve a compreensão do mundo, da ciência, nas palavras de Sacristán (1999, p. 246). Ou, seja, envolve um encontro intergeracional complexo, que podemos observar nas palavras de H. Arendt (1979, p. 234-235):

114

A educação está entre as atividades mais elementares e necessárias da sociedade humana, que jamais permanece tal qual é, porém se renova continuamente através do nascimento, da vinda de novos seres humanos. Esses recém-chegados, além disso, não se acham acabados, mas em um estado de vir a ser. Assim, a criança, objeto da educação, possui para o educador um duplo aspecto: é nova em um mundo que lhe é estranho e se encontra em processo de formação; é um novo ser humano e é um ser humano em formação.

Percebemos, assim, que tais investidas na educação, em que pese sua alegada defesa dos estudantes, na verdade, visam tão somente controlar o espaço público da escola segundo regras do mercado, tornando a relação formadora professor/a-aluno/a mera venda de conhecimento, desprezando a relação humana, cultural que se estabelece, seja no aspecto das trocas sociais, seja no aspecto de conhecimentos, valores, técnicas.

Quando localizamos o programa EsP no bojo do pensamento conservador de direita, trazemos à pauta uma necessária contextualização de longo alcance para o fenômeno. Há aspectos outros que poderiam ser abordados, visto o fenômeno ser multifacetado, como mostra publicação recente que reuniu diversas contribuições a respeito (FRIGOTTO, 2017).

Sustentamos, ainda, que o EsP, apesar de ter sido criado em 2004<sup>8</sup>, obtendo visibilidade nos últimos anos, tem um lastro no conservadorismo, sobretudo estadunidense, como demonstraremos por uma referência a Apple e Oliver (1995).

Ao considerar que, desde o colapso do socialismo real, o neoliberalismo triunfou como ideologia e como ação de governos, estabelecendo políticas econômicas em diversos países, inclusive definindo reformas educacionais através de órgãos multilaterais como o Banco Mundial, intervindo e subsidiando orçamentos públicos (BOTIGLIERI, BEZERRA NETO, 2014), não podemos deixar de enfatizar, também, que as últimas décadas viram florescer pautas de lutas identitárias ao lado das pautas sociais historicamente ligadas à esquerda, surgindo organizações da sociedade civil, grupos, coletivos, miríade de coordenações destinadas a fiscalizar diversos setores do Estado, visando implementar políticas de equalização e compensatórias (cotas, Bolsa Família, por exemplo). Assim, não se trata de triunfo, ou do que Fukuyama chamou um dia de 'o fim da história', do contrário, não estariam tão atuantes.

Quando focamos a educação no contexto neoliberal recente<sup>9</sup>, percebemos que os movimentos conservadores na educação não são recentes e mapeá-los seria impossível. Tomamos aqui um momento específico, à guisa de estabelecer uma linha de compreensão que possa nos ajudar a compreender o EsP. Com Apple e Oliver (1995), veremos que tal movimento é mais uma estratégia contra o conhecimento oficial das escolas, contra a educação estatal e seu caráter público de, na linguagem de Masschelein-Simons (2014), abrir o mundo e apresentá-lo aos estudantes, sem que se interfira entre eles a utilidade, a necessidade do mercado, ou necessidades individuais de aprendizagem.

Na concepção dos autores citados "a escola (com seu professor, disciplina escolar e arquitetura) infunde na nova geração uma atenção para com o mundo:

---

8. Quando revisávamos este texto, somos surpreendidos com uma entrevista do fundador do EsP ao jornal O Globo, declarando que estava encerrando o movimento, devido à falta de apoio do presidente da República e de empresários. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/escola-sem-partido-anuncia-suspensao-de-atividades-criador-do-movimento-desabafa-esperavamos-apoio-de-bolsonaro-23817368>>. Acesso em 18 jul. 2019. Para alguns, trata-se, na verdade, de uma tentativa de autopromoção e captação de recursos. Disponível em: <<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/idealizador-do-escola-sem-partido-faz-chantagem-com-bolsonaro-e-empresarios-e-ameaca-abandonar-a-cruzada-moralista/>>. Acesso em: 18 jul. 2019.

9. Lembremos que, conforme Carcanholo (1998, p. 34), o neoliberalismo tem fôlego após a segunda guerra mundial, tomando como referência a publicação por F. Hayeck de *O caminho da servidão* (1994). Ultrapassam os objetivos deste trabalho uma abordagem mais consistente sobre o neoliberalismo. Foucault, por exemplo, situa o neoliberalismo na arte de governar moderna, derivada da pastoral cristã, chamada por ele de governamentalidade liberal, como um aprofundamento (expressão é nossa) da lógica de mercado à subjetividade. Assim aparece, sinteticamente, em seu curso "O nascimento da biopolítica": "O problema do neoliberalismo é, ao contrário, saber como se pode regular o exercício global do poder político com base nos princípios de uma economia de mercado" (FOUCAULT, 2008, p. 181).

as coisas começam a falar (conosco)” (MASSCHELEIN, SIMONS, 2014, p. 45). Nesse sentido, o movimento conservador se imiscui na escola como os que os autores belgas denominam de tentativas de domar a escola, isto é, de retirar delas seu caráter revolucionário desde a Grécia, qual seja, de ser *skholé*, tempo livre, tempo de igualdade em que se suspendeu o privilégio cultural da educação atribuído à elite aristocrática. Domar a escola, isto é, neutralizar seu efeito de “tempo livre” (*skholé*) de um lado, tomando-a como extensão da família, de outro, no sentido de que seja funcional à sociedade, ao governo, atendendo ao mercado de trabalho e formando bons cidadãos. Ao contrário do tempo familiar, com sua carga moral, pressão e expectativas dos pais, avós, padrinhos, do tempo social desigual, em que se ocupa um lugar demarcado na ordem econômica, o tempo da escola como *skholé* é o tempo livre e igualitário:

Foi a escola grega que deu forma a esse tipo de tempo. Isto significa que este – e não, por exemplo, a transferência de conhecimento ou o desenvolvimento de talentos – é a forma do tempo livre por meio do qual os alunos poderiam ser retirados de sua posição social (MASSCHELEIN, SIMONS, 2014, p. 29).

116

Nessa visada histórica, M. Apple e A. Oliver (1995), situados na década de 1990 do séc. XX, mostram a formação de movimentos conservadores na educação, que podem nos ajudar a entender o atual EsP e sua ideologia conservadora, divisionista e de tendência fascista<sup>10</sup>.

Apple e Oliver (1995, p. 271-272), partindo do referencial teórico neo-gramsciano e pós-estruturalista, ao pesquisar os movimentos conservadores estadunidenses que lutam contra o conhecimento oficial das escolas, influenciando nos currículos, inclusive, se atentam que não se trata de uma conspiração por parte de um bloco unitário, e que não se deve ignorar elementos de possível lucidez que possam conter, ou ainda, como resposta à forma como as instituições estatais estão organizadas.

Ao perguntar “como a direita religiosa cresce?”, Apple e Oliver (1995, p. 272) mostram que “isto só pode ser completamente compreendido quando enfocamos as interações, que muitas vezes ocorrem num nível local, entre instituições do estado e as vidas diárias de pessoas comuns”. Os autores argumentam que, mesmo considerando que haja um esforço de direita política em convencer e conduzir as práticas para uma determinada direção, seus êxitos se devem mais a “acidentes” que a um projeto unitário

---

**10.** Quando nos referimos à tendência fascista e divisionista, referimo-nos ao aspecto de incentivar o ódio aos professores, incitando, inclusive, à morte dos mesmos, caso ensinem determinados temas (gênero, por exemplo), como se pode no texto “O ódio aos professores se profissionaliza”, do prof. Dr. Fernando de Araújo Penna. Disponível em: <<https://profscontraoesp.org/2016/11/14/o-odio-aos-professores-se-profissionaliza/>>. Acesso em 30 jun. 2019.

e global (APPLE, OLIVER, 1995, p. 273-274).

Para Apple e Oliver (1995, p. 276 et seq.), a direita conservadora estadunidense se coloca contrária ao ensino oficial sobretudo nas discussões sobre o corpo, sexualidade, política e valores pessoais. A educação sexual, principalmente, poderia destruir a moralidade familiar e religiosa burguesa. A própria escolarização pública, para conservadores estadunidenses, é vista como perigo, devido ao sentimento de perda que o conservador possui em relação à escolarização e à comunidade, pois antes as escolas eram tidas como extensão da família, passando a ser habitada por temáticas estranhas ao núcleo cotidiano (APPLE, OLIVER, 1995, p. 278). Daí o controle sobre os livros didáticos, inclusive levando à auto-censura pelas editoras.

Tais referências nos fazem ver ecos nas manifestações do EsP, no qual a família nuclear idealizada é tida como impermeável a outros formatos – daí o horror à dita temática ‘ideologia de gênero -, bem como o cerceamento de abordagens mais críticas sobre questões sociais (desigualdade, violência, ideologias políticas diferentes da liberal, etc), levando ao controle propugnado pelo EsP na vida escolar, didática, intelectual de professores e alunos<sup>11</sup>.

Apple e Oliver (1995) nos mostram que os pais de duas entidades conservadoras estadunidenses criaram uma notificação formal para que as escolas se abstivessem de ensinar determinados conteúdos aos filhos ou submetê-los a atividades como pesquisas, discussões específicas ou avaliações, etc, objetivando um controle absoluto sobre o que ensinam as escolas, de forma a não macular a sacrossanta instituição familiar puritana estadunidense (interessante notar a relação com a notificação extrajudicial presente no endereço eletrônico do EsP, com incentivo a que seja utilizado contra professores e escola).

117

Entre outros temas, a notificação citada por Apple e Oliver (1995, p. 281-283) proíbe que seja ensinado (são duas páginas de tópicos, selecionamos alguns):

exames, testes ou pesquisas psicológicas ou psiquiátricas que sejam projetados para obter informações sobre atitudes, hábitos, traços, opiniões, crenças ou sentimentos de um indivíduo ou grupo;

[...]

Currículos que tratem de álcool e drogas;

---

**11.** Recentemente, um ex-orientando foi selecionado para trabalhar numa escola particular de uma cidade do interior do Espírito Santo. Aprovado, foi para a entrevista final com a diretora que, entre outras inquirições e esclarecimentos, foi bem clara: somos adeptos do Escola sem Partido, temos filhos de juízes, etc.; logo, você não poderá tocar em temáticas como miséria, desigualdade, comparando, por exemplo, salário de uma faxineira e um juiz. O referido professor agradeceu e, posteriormente, respondeu que não estava disponível.

[...]

Currículos que promovam o anti-nacionalismo, o governo internacional ou o globalismo;

[...]

Educação sobre sexualidade humana, incluindo sexo antes do casamento, adultério, contracepção, aborto, homossexualismo [...];

[...]

Técnicas de fantasias guiadas, técnicas hipnóticas; imagens e estudo da sugestão;

[...]

Evolução orgânica, incluindo a ideia de que o homem se desenvolveu a partir de espécies de seres vivos anteriores ou inferiores;

[...]

Filiações e opiniões políticas do estudante e da família; crenças e práticas religiosas dos pais;

[...]

Tarefas autobiográficas, livros de registro e diários pessoais [...].

Como se pode ver, o EsP encontra-se caudatário de um movimento conservador (no caso estadunidense, de raízes fundamentalistas cristãs, o que exigiria outra abordagem) que existe há décadas.

118

Como observam Apple e Oliver (1995, p. 298-302), no entanto, as relações não são transparentes, trata-se de um movimento complexo de buscar as razões pelas quais pessoas se inclinam para a direita política. Para os autores, as abordagens acadêmicas devem unir perspectivas (críticas, neo-gramscianas, pós-modernas ou pós-estruturais) para a compreensão de um fenômeno complexo, considerando o poder do estado e do senso comum em conformar identidades sociais, sem ignorar o contexto econômico. Conforme expressão dos autores: "A direita transforma-se em direita através de um conjunto complexo e dinâmico de interações com o estado" (APPLE, OLIVER, 1995, p. 299). Tais grupos crescem, em geral, em função de temáticas específicas ou controvérsias (no caso do Brasil do EsP, podemos considerar relevante o ambiente hostil a ideias progressistas, bem como o papel desempenhado pelo conservadorismo religioso em termos morais diante das investidas das temáticas de direitos sexuais das minorias, vistas como ofensivas à família tradicional e aos papéis sexuais tradicionais de homem e mulher).

No caso de Apple e Oliver (1995, p. 299, 300), os autores afirmam claramente: "Precisamos enfatizar aqui, outra vez, que esses indivíduos não tinham ligações anteriores com organizações da Nova Direita e que não desejavam ter quaisquer ligações com tais grupos conservadores [...]" até ocorrer uma controvérsia. No entanto, tais ligações

se reforçam à medida que novas identidades conservadoras “são assumidas por essas pessoas”.

Consideramos, ao trazer tal elaboração, que, atualmente, novas configurações se fazem presentes pelo volume de interações, pela velocidade que tomaram redes de informação e pela sua, em tese, infinita possibilidade de manipulação (*fake news*). No entanto, sugerimos que haja uma linha que liga o que podemos chamar a “onda conservadora brasileira” (ALMEIDA, 2017) dos anos recentes a movimentos externos de datas variáveis, imersa em outras, uma das quais se refere a financiamento externo ou iniciativa endógena dos movimentos ditos de direita. Para Rocha (2018), em que pese os diversos institutos, apoios empresariais a entidades comprometidas com o liberalismo e frontalmente contrário a pautas progressistas, pode-se afirmar que há, sim, uma militância, se não espontânea, ao menos não diretamente irrigada com recursos externos, antes articulada nas redes sociais, levando-a a afirmar: “Não siga o dinheiro, siga a militância” de direita (ROCHA, 2018, p. 53).

### **Considerações finais inconclusas**

119

Findo esse pequeno percurso, não nos damos por satisfeitos. São muitas as lacunas não respondidas, visto o fenômeno (anti) pedagógico do EsP tocar em outras temáticas de ordem social, jurídica, política, entre outras. Vivemos, como sustentamos, numa ascensão sem precedentes próximos, de uma direita econômica e social brasileira, bem como de uma extrema-direita que propugna pelo retorno de ditadura militar, sem ter pudor de defender tortura e extermínio nas redes sociais. A ascensão do presidente atual se faz nesse caldo de movimentos que, no rescaldo das jornadas de junho de 2013, logrou assumir a voz dos que se diziam contra tudo que estava dado... Destino dessa aventura nenhum futurólogo ameaçaria vaticinar.

Do ponto de vista de perspectivas dos resultados de malefícios do movimento EsP, já apontamos neste escrito algumas consequências destrutivas, sendo a autocensura por parte de professores e professoras a principal delas.

Ora, se um docente, de qualquer nível, se restringe no seu direito de dialogar com crianças e jovens sobre os temas candentes na vida de crianças e adolescentes, sobre o mundo que se desenrola vertiginoso e com consequências que levam ao desamparo, à busca de orientação profissional ou vocacional, podemos notar com tristeza que um canal direto de formação é obstaculizado pelas ideias de um movimento como o EsP.

Estudantes que chegam às escolas diuturnamente sequiosos de um espaço de fala, de diálogo, de expressão, não podem ser mutilados em seu direito de aprendizagem, muito menos de desenvolver-se como pessoas livres numa sociedade complexa, no qual a relação professor-aluno pode permitir a construção de subjetividades mais preparadas para enfrentar os desafios de um mundo que nunca está nos eixos, consoante a feliz formulação de H. Arendt a que nos referimos.

Nesse sentido, tomara seja verdade o fim do movimento, também referido neste artigo. No entanto, sabemos que suas sementes já estão lançadas. Temos, como educadores, intelectuais de várias formações, tarefas urgentes.

### Referências bibliográficas

- ALMEIDA, R. de. **A onda quebrada** - evangélicos e conservadorismo. Cadernos Pagu, n. 50, 2017: e175001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332017000200302&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332017000200302&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 3 jul. 2019.
- APPLE, M, OLIVER, A. **Indo para a direita**. A educação e a formação de movimentos conservadores. In: GENTILI, P. Pedagogia da exclusão. Crítica ao neoliberalismo em educação. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2005 [1995], p.
- ARENDR, H. Entre o passado e o futuro. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1979 [1954].
- BANDEIRA, L. A. M. **Lawcoup** – o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff. In: ALVES, G. et. (Org.). Enciclopédia do Golpe. v. 1. Bauru: Canal 6, 2017, p.
- BERGER, P; LUCKMANN, T. H. **A construção social da realidade. Tratado de sociologia do conhecimento**. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BOTIGLIERI, M. F; BEZERRA NETO, L. **O neoliberalismo, o Banco Mundial e a educação: alguns apontamentos**. Histedbr On-line, v. 14, n. 57, p.19-31. 2014.
- BURKE, E. **Reflexões sobre a revolução na França**. São Paulo: Edipro, 2014.
- CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**. Movimentos sociais na era da internet. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- CLASEN, J. R. **Quais as tarefas necessárias à educação em tempos de ascensão do conservadorismo?** RELAcult. Revista Latino-americana de Estudos em Cultura e Sociedade. v. 5 ed. especial, artigo n. 1252, abr. 2019, p. 1-8.
- ESCOLA SEM PARTIDO ANUNCIA SUSPENSÃO DE ATIVIDADES**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/escola-sem-partido->



anuncia-suspensao-de-atividades-criador-do-movimento-desabafa-esperavamos-apoio-de-bolsonaro-23817368>. Acesso em 18 jul. 2019.

FOUCAULT, M. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRIGOTTO, G. (Org.). **Escola "sem" partido**. Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ/LPP, 2017.

**IDEALIZADOR DO ESCOLA SEM PARTIDO FAZ CHANTAGEM COM BOLSONARO E EMPRESÁRIOS E AMEAÇA ABANDONAR A CRUZADA MORALISTA**. Disponível em: <<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/idealizador-do-escola-sem-partido-faz-chantagem-com-bolsonaro-e-empresarios-e-ameaca-abandonar-a-cruzada-moralista/>>. Acesso em 18 jul. 2019

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. 1. ed. 12. reim. São Paulo: Brasiliense, 2000.

LÖWY, M. **Conservadorismo e extrema direita na Europa e no Brasil**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015.

MALAGUTI, R. A. C; CARCANHOLO, M. D. (Org.). **Neoliberalismo**: a tragédia de nosso tempo. São Paulo: Cortez, 1998.

MARX, K. **Manifesto do partido comunista**. Lisboa: Editorial Avante, 1997.

MASSCHELEIN, J; SIMONS, M. **Em defesa da escola**. Uma questão pública. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

PENNA, F. De A. **O ódio aos professores se profissionaliza**. Disponível em: <<https://profscontraoesp.org/2016/11/14/o-odio-aos-professores-se-profissionaliza/>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

RABUSKE, E. A. **Antropologia filosófica**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

ROCHA, C. **Direitas em rede**. Think tanks de direita na América Latina. In: VELASCO E CRUZ, S., KAYSEL, A., CODAS, G. (Org.). **Direita, volver!:** o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: fundação Perseu Abramo, 2015. p.

\_\_\_\_\_. **O boom das novas direitas brasileiras**: financiamento ou militância? In: GALLEGO, E. S. (Org.). **O ódio como política**. A reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

SACRISTÁN, J. G. **Poderes instáveis em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. Teorias da educação. Curvatura da vara. Onze teses sobre educação e política. 29. ed. Campinas: Editora Autores Associados, 1995.

[1.ed. 1983] [Coleção Polêmicas do nosso tempo].

SEPÚLVEDA, J. A., SEPÚLVEDA, D. **Conservadorismo e educação escolar**: um exemplo de exclusão. Revista de Educação. Faculdade de Educação. Programa de pós-graduação em educação. UFF. Ano 3, n. 5, 2016. p. 76-107.

SOUZA, J. M. A. de. **Tendências ideológicas do conservadorismo**. 2016. 304 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2016a.

\_\_\_\_\_. **Edmundo Burke a gênese do conservadorismo**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 126, p. 360-377, maio/ago. 2016b.

**STF DECIDE QUE PAIS NÃO PODEM TIRAR FILHOS DA ESCOLA PARA EDUCÁ-LOS EM CASA**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/09/12/stf-decide-que-pais-nao-podem-tirar-filhos-da-escola-para-ensina-los-em-casa.ghhtml>>. Acesso em 26 jun. 2019.

SOUZA, J. **A elite do atraso**. Da escravidão à lava-jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

\_\_\_\_\_. **A classe média no espelho**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

# MENOS MARX, MAIS MISES: O PENSAMENTO LIBERAL-CONSERVADOR NO BRASIL DO SÉCULO XXI

Amarildo Mendes Lemos<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo analisar pressupostos filosóficos subjacentes à corrente liberal-conservadora presentes no debate político brasileiro que ganharam notoriedade ao longo e, sobretudo, depois das “jornadas de junho de 2013”. Para tanto, apresentaremos alguns pressupostos elementares do pensamento liberal-conservador presentes na obra de Friedrich August von Hayek e Ludwig Heinrich Edler von Mises e seus reflexos na sociedade brasileira. Salienta-se que, no contexto brasileiro, apesar da polissemia e do amplo debate que envolve liberalismo e neoliberalismo, existe uma agenda que unifica conservadores e liberais e que tem como cerne as chamadas ‘Reformas do Estado’ que incluem a trabalhista, a previdenciária, a fiscal e a tributária.

**Palavras-chave:** Liberal-conservadorismo; Liberalismo no Brasil; Reformas do Estado

**Abstract:** This article aims to analyze the philosophical assumptions underlying the current liberal-conservative present in the Brazilian political debate that gained notoriety throughout and, above all, after the “days of June 2013”. To do so, we will present some elementary assumptions of liberal-conservative thinking present in the work of Friedrich August von Hayek and Ludwig Heinrich Edler von Mises and his reflections on Brazilian society. I think that in the Brazilian context, despite the polysemy and the broad debate involving liberalism and neoliberalism, there is an agenda that unifies conservatives and liberals and that has as its core the so-called “State Reforms” that include labor, social security, fiscal and the tributary.

**Keywords:** Liberal-conservatism; Liberalism in Brazil; Reform of the State

---

1. Mestre em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES-Serra). E-mail: amarildo.lemos@ifes.edu.br

## 1. Apresentação

Segundo o plano de governo do presidente eleito no Brasil em 2018, Jair Messias Bolsonaro (PSL), “nos últimos 30 anos o marxismo cultural e suas derivações como o gramscismo, se uniu às oligarquias corruptas para minar os valores da nação e da família brasileira”.<sup>2</sup> É muito difícil a compreensão dessa estratégia das oligarquias de se unir aos marxistas para destruir os valores da nação e da família brasileira. O programa de governo veiculado nas eleições de 2018 por Jair Bolsonaro traz acusações diversas contra a esquerda e reúne duas preocupações centrais: a propriedade privada e a família. Tanto em relação à questão econômica como no que diz respeito à família, seu programa de governo assevera a não interferência do Estado como elemento fundamental de sua estratégia política. São essas duas preocupações centrais que permitem, ao nosso ver, reunir uma diversidade de pessoas, ligadas a grupos religiosos ou a setores patronais, em favor da eleição de Bolsonaro.

A defesa da propriedade privada e da livre iniciativa são elementos centrais do pensamento liberal. Assim, o problema da segurança patrimonial e do intervencionismo estatal na esfera econômica se apresentam como o cerne do programa de governo do presidente eleito em 2018 para governar o Brasil entre 2019 e 2022. Segundo esse programa, “as economias de mercado são historicamente o maior instrumento de geração de renda, emprego, prosperidade e inclusão social.” Sem explicar como e a partir de quais dados, afirma ainda que “graças ao Liberalismo, bilhões de pessoas estão sendo salvas da miséria em todo o mundo. Mesmo assim, o Brasil *nunca* adotou em sua História Republicana os princípios liberais.” Em seguida parte para a explicação da crise e da solução para ela. “Ideias obscuras, como o dirigismo, resultaram em inflação, recessão, desemprego e corrupção. O Liberalismo reduz a inflação, baixa os juros, eleva a confiança e os investimentos, gera crescimento, emprego e oportunidades.”<sup>3</sup>

A eleição de Bolsonaro significaria não só o fim da política do ‘toma lá, dá cá’, mas o momento em que as forças do mercado, sem os embargos do Estado, poderiam fazer do Brasil um país próspero com geração de renda, emprego e inclusão social. O anticomunismo embutido no programa de governo de Bolsonaro não é uma novidade da crítica liberal brasileira do terceiro milênio. A crença na existência de um mercado livre autorregulável data do século XVIII. Já o surgimento da chamada sociedade de mercado, caracterizada pelo descolamento do mercado das outras instituições sociais, quando os agentes econômicos se livraram da subordinação da autoridade social, data do século XIX. Contudo, com a crise de 1929, houve o fim da sociedade de mercado, ou

---

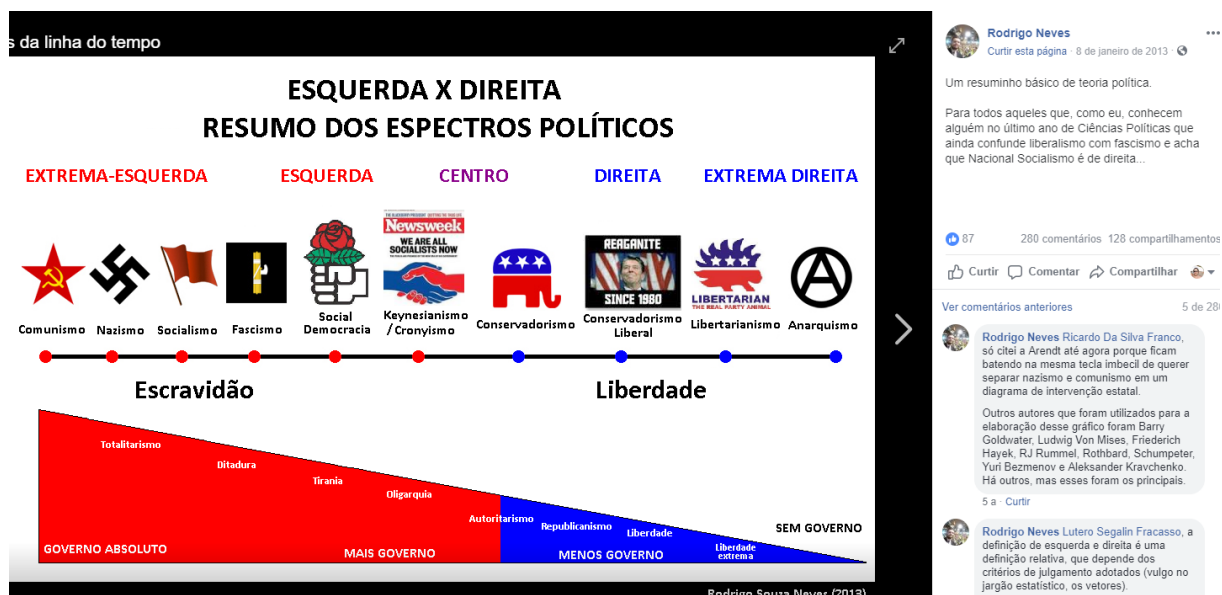
2. Todos os planos de governo encontram-se no site do Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/arquivos/jair-bolsonaro-proposta-de-governo-1o-turno>. Acesso em: 03/03/2019.

3. *Ibidem*.

seja, os mercados continuaram em funcionamento, porém, deixaram de ser considerados uma instituição autorregulável. Ao mesmo tempo, a ameaça de fragmentação social transformou-se em grave questão política que ameaçou a liberdade e sepultou muitos regimes democráticos.

A emergência do fascismo na década de 1920 e a ascensão de regimes fascistas na década de 1930 geralmente aparece associada à uma negação completa da ortodoxia liberal. Mais do que isso, existe por parte da direita política uma negação de que o fascismo seja até uma ideologia política de direita. Segundo a visão defendida por alguns liberais, a definição de esquerda e direita teria como critério o grau de intervenção do Estado na economia. Assim, o fascismo seria caracterizado como uma ideologia de esquerda. Na página da internet do Instituto Liberal de São Paulo isso pode ser conferido em artigo com o seguinte título: *Fascismo, uma ideologia de esquerda originada do marxismo* (SANTOS, 2016). Essa mesma compreensão é a que o bacharel em História pela USP, Rodrigo Souza Neves, utilizou para formular o espectro político direita-esquerda (Figura 1). Para sustentar seu ponto de vista, o bacharel cita vários autores, dois dos quais discutiremos na primeira seção desse artigo.

**Figura 1 – Definição liberal de Direita e Esquerda nas redes sociais**



Fonte: <https://www.facebook.com/rodrigonevesusp/photos/a.441206882599088/457074464345663/?type=3&theater>, acesso em 10/03/2019.

Seguindo a lógica desse raciocínio, devemos caracterizar a Ditadura Militar como um regime político de esquerda. Não é nosso objetivo aqui encerrar o debate

sobre a definição ou a validade dos conceitos de esquerda e de direita. Partimos da conceituação feita por Norberto Bobbio (1995), para quem ambos conceitos possuem validade e o princípio da igualdade aparece como o principal diferenciador do que seria 'a esquerda' ou 'a direita' política.

Em nossa análise do contexto brasileiro, apesar da polissemia e do amplo debate que envolve liberalismo e neoliberalismo, percebemos que existe uma agenda que unifica conservadores e liberais e que tem como cerne as chamadas 'Reformas do Estado' que incluem a trabalhista, a previdenciária, a fiscal e a tributária. Nosso trabalho busca refletir sobre alguns conceitos recorrentes no atual debate político e analisar seus rebatimentos na organização do Estado e nas políticas públicas de uma forma geral. Analisaremos também alguns pressupostos filosóficos subjacentes à corrente liberal-conservadora e que desde as "jornadas de junho de 2013", a qual vem se apresentando para muitos como um programa adequado para eliminar a corrupção e dar mais eficiência aos serviços públicos devido ao suposto caráter puramente racional da ideologia liberal.

Na primeira parte, tratamos de alguns pressupostos elementares do pensamento liberal-conservador, especialmente o conceito de igualdade e a análise da relação entre política e economia, presentes na obra de Friedrich August von Hayek e de Ludwig Heinrich Edler von Mises, por serem alguns dos principais autores da corrente liberal-conservadora. Na segunda parte, identificaremos seus reflexos na sociedade brasileira tanto no que diz respeito às organizações da sociedade civil, às políticas públicas e à organização da esfera estatal.

126

## **2. Mercado e democracia liberal-conservadora: o que une a direita política?**

Edmund Burke (1729-1797), em suas *Reflexões sobre a Revolução na França*, escrita como a resposta a uma carta e publicada em 1790, asseverou ao seu correspondente e aos seus leitores que o caráter da Revolução Francesa era bem distinto do que aconteceu no Reino Unido um século antes. Tratava-se de afirmar a tradição, de pegar em armas contra um rei que usurpava um poder que para os defensores do parlamento remontava à Magna Carta de 1215, um rei que havia quebrado o contrato original. A Revolução Inglesa, afirma Burke, trilhou outro caminho, a partir de outras concepções. Consolidou o poder do Parlamento, afastou o igualitarismo e, numa perspectiva de contrato, não entre indivíduos iguais e livres contidos no pensamento rousseauiano, mas a partir de um contrato entre mortos, vivos e aqueles que ainda viverão.

Começamos essa seção com o pensamento de Edmund Burke pois é considerado por muitos como um dos fundadores do pensamento conservador, juntamente com

o diplomata francês Joseph de Maistre (1753-1821) e Louis de Bonald (1754-1840). Enquanto esses últimos se filiam especificamente ao conservadorismo europeu de raízes católicas e de conexão com o Antigo Regime, o nome de Burke recebe mais apelo entre liberais. Tanto Hayek como Mises apresentam aspectos positivos desse pensador. Apesar das duras críticas ao conservadorismo feitas por Hayek, em seu texto intitulado *Porque não sou um conservador*, no qual arroga para si o título de liberal, ele diz o seguinte:

Esse temor em confiar em forças sociais incontroladas está intimamente ligado a duas outras características do conservadorismo: sua paixão pela autoridade e sua falta de compreensão das forças econômicas. Como não confia nem em teorias abstratas nem em princípios gerais, não compreende as forças espontâneas nas quais se baseia uma política de liberdade nem dispõe de bases para formular princípios de política de governo. Para os conservadores, a ordem aparece como o resultado da atenção contínua da autoridade, à qual, para tanto, se deve permitir tomar qualquer medida necessária em circunstâncias específicas, sem que se precise ater-se a uma norma rígida. A aceitação de princípios pressupõe uma compreensão das forças gerais que coordenam as ações humanas na sociedade; porém, é exatamente de tal teoria da sociedade e em especial da teoria do mecanismo econômico que o conservadorismo evidentemente carece. O conservadorismo foi completamente incapaz de elaborar um conceito geral sobre a maneira pela qual a ordem social consegue sustentar-se, e seus modernos defensores, ao tentar construir uma base teórica, quase sempre acabaram apelando quase exclusivamente para autores que se consideravam liberais. Macaulay, Tocqueville, Lord Acton e Lecky certamente se consideravam liberais e com justiça; e mesmo Edmund Burke permaneceu um *Whig* da velha guarda até o fim e estremeceu à simples idéia de ser considerado um *Tory* (HAYEK, s/d, p.4).

127

A tradição liberal nasceu no século XVIII, a partir de um discurso fundamentado nos ideais de liberdade e de igualdade que redundaram na *Declaração dos Direitos do Homem*, de 1789, rechaçada tanto por conservadores como por socialistas ao longo do século XIX. No entanto, a partir do pensamento de Ludwig von Mises, é possível reconhecer algumas aproximações com o conservadorismo, já que o mesmo afirma que a importância dos conservadores está em negar aquilo que seria a ilusão dos antigos liberais, a saber, a ideologia do progresso. A esse respeito, escreve Mises:

As massas, as legiões de homens comuns, não concebem ideias, sejam elas verdadeiras ou falsas. Apenas escolhem entre as ideologias elaboradas pelos líderes intelectuais da humanidade. Mas essa escolha é decisiva e determina o curso dos eventos. Se preferirem doutrinas falsas, nada poderá impedir o desastre. A filosofia social do Século das Luzes não se deu conta dos perigos que poderiam advir da prevalência de ideias falsas. As objeções habitualmente apresentadas contra o racionalismo dos economistas clássicos e dos pensadores utilitaristas são inconsistentes. Mas havia uma deficiência nas suas doutrinas: pressupunham ingenuamente que tudo quanto fosse lógico e razoável prevaleceria. Não chegaram a imaginar a possibilidade de a opinião pública apoiar ideias espúrias cuja aplicação viesse a ser danosa à prosperidade e ao bem-estar e a concorrer para a desagregação da cooperação social. Hoje em dia é

moda desmerecer aqueles pensadores que criticavam a fé que os filósofos liberais depositavam no homem comum. Apesar disso, foram pensadores como Burke e Haller, Bonald e de Maistre que chamaram atenção para o problema essencial que os liberais não haviam percebido. Foram eles que souberam avaliar o comportamento das massas mais realisticamente do que os seus adversários (2010<sup>a</sup>, p. 97).

Da mesma forma que Hayek, o conservador Russell Kirk inclui também Edmund Burke como parte de sua tradição de pensamento. Kirk considera, mesmo com toda sua oposição ao libertarianismo, que este é um “espaço de recrutamento de jovens conservadores” (KIRKE, 2014). Diante disso, apesar de todas as idiosincrasias e do debate nominalista, vemos nas palavras de Kirk, uma genealogia do libertarianismo que traz uma síntese válida para o pensamento liberal-conservador: “os libertários são descendentes intelectuais dos antigos “liberais clássicos”; tomam o partido dos conservadores comuns contra a ameaça do despotismo democrático e do coletivismo econômico” (KIRKE, idem).

O pensamento liberal-conservador comporta, obviamente, particularismos e pontos de vista que se chocam em relação a diversos aspectos. Contudo, é possível perceber, sobretudo no terreno da prática política, a harmonização de um pensamento fundamentado na ideia da necessidade do Estado, da religião e da ordem com outro que arroga para si o fundamento da liberdade e da razão. O conservadorismo político do liberalismo relaciona-se diretamente com sua análise da relação entre economia e política.

A racionalidade do raciocínio dedutivo postula a virtude de sua visão de mundo com afirmações da correção da sua forma de compreender o papel das formas do mercado, em detrimento de todas as outras que fazem qualquer tipo de concessão à intervenção do estado na economia. Assim, para Mises, o papel da ciência consiste em reconhecer e afirmar as leis que regem as relações econômicas, ao passo que a história econômica, partindo da perspectiva histórica e do método indutivo, se apresenta como um amplo registro de políticas de governo que falharam pelo motivo de desrespeitarem as leis da economia. Segundo Mises:

O ponto de partida de todo raciocínio praxeológico e econômico, ou seja, a categoria ação humana, não dá margem a qualquer crítica ou objeção. Nenhum apelo a quaisquer considerações históricas ou empíricas pode invalidar a afirmativa segundo a qual os homens têm o propósito de atingir determinados fins. Nada que se possa dizer sobre irracionalidade, sobre os abismos insondáveis da alma humana, sobre a espontaneidade dos fenômenos vitais, sobre automatismos, reflexos ou tropismos, pode invalidar a afirmativa segundo a qual o homem usa sua razão para realizar seus desejos e aspirações. Tendo por princípio inabalável a categoria ação humana, a praxeologia e a economia progridem passo a passo por meio do raciocínio dedutivo. Definindo, com precisão, premissas e condições, constroem um sistema de conceitos e extraem por meio de raciocínio logicamente incontestável todas as conclusões



possíveis. Em relação às conclusões assim obtidas, só se podem admitir duas atitudes: ou se evidenciam erros lógicos na série de deduções que produziram as conclusões ou se deve reconhecer sua correção e validade (2010<sup>a</sup>, p. 97).

Assim, todo e qualquer erro na condução de políticas públicas se deve não à incapacidade do mercado de produzir uma concorrência perfeita, ou da livre iniciativa e das forças do mercado de produzirem os melhores indicadores macro ou microeconômicos, mas ao fato de haver alguma intervenção mal pensada e, por isso, malsucedida da esfera política na esfera econômica. Para Mises, a perspectiva teleológica contida na ação humana que leva o homem a realizar seus desejos e aspirações é racional quando pensada na esfera econômica. Contudo, não entendemos como harmonizar o economicismo da Escola Austríaca, representada por Mises e Hayek, com o entendimento de que “as massas, as legiões de homens comuns, não concebem ideias, sejam elas verdadeiras ou falsas. Apenas escolhem entre as ideologias elaboradas pelos líderes intelectuais da humanidade” (MISES, 2010<sup>a</sup>, 97).

Se por um lado, nas relações econômicas, o indivíduo consegue maximizar seus ganhos por ser um ator racional, na esfera política esse mesmo indivíduo faria escolhas de líderes sem que a mesma faculdade racional consiga discernir ideias falsas das verdadeiras. Por meio do mesmo raciocínio dedutivo, acreditamos que, para Mises, os indivíduos, apesar de conseguirem usar sua razão na realização de seus desejos e aspirações, são inaptos para a vida política, por não fazerem o uso correto de sua razão nas escolhas políticas. Na vida política o individualismo metodológico de Mises não enxerga indivíduos, mas a massa, a coletividade, entendida como uma legião de homens comuns.

A democracia, na visão política de Mises e Hayek, é um sistema político não inclusivo no contexto ocidental do século XXI. Hayek, nesse sentido, nega que o seu liberalismo seja o mesmo de seus contemporâneos, arroga para si o título de ‘velho Whig’ e relaciona sua identidade política com os intelectuais do século XIX, os quais tinham uma visão muito restrita da participação política. Hayek diferencia o conservadorismo dos EUA do conservadorismo da Europa, onde, segundo ele, “os conservadores já aceitaram em grande parte o credo coletivista”, enquanto que nos EUA, por ser considerado, de uma forma geral, um país que “tem instituições livres e onde, portanto, a defesa daquilo que existe é quase sempre a defesa da liberdade, talvez não seja prejudicial os defensores da liberdade se intitularem conservadores” (HAYEK, s/d, p.12). Hayek reforça ainda que:

Se uma geração socialista fez do whiguismo seu alvo principal, esta é mais uma razão para os adversários do socialismo defenderem esta denominação, hoje a única que

define corretamente os princípios dos liberais gladstonianos, dos homens da geração de Maitland, Acton e Bryce, a última geração cujo objetivo principal era a liberdade e não a igualdade ou a democracia (HAYEK, s/d, p.16).

O fundamento dos pensamentos de Mises e Hayek, em sua luta contra o socialismo e contra qualquer forma de coletivismo econômico, serve de base teórica para o liberal-conservadorismo brasileiro, em que diversas fundações educacionais, institutos liberais e *think tanks*, como o *Instituto Millenium*, se posicionam junto às entidades classistas ligadas ao setor financeiro e demais associações patronais na formação de uma hegemonia liberal. Este Instituto, lançado oficialmente em 2006 no Fórum da Liberdade, em Porto Alegre, apresenta-se como:

[...] uma entidade sem fins lucrativos e sem vinculação político-partidária com sede no Rio de Janeiro. Formado por intelectuais e empresários, o *think tank* promove valores e princípios que garantem uma sociedade livre, como liberdade individual, direito de propriedade, economia de mercado, democracia representativa, Estado de Direito e limites institucionais à ação do governo.<sup>4</sup>

130

O *Instituto Millenium* possui forte atuação junto à sociedade no sentido de promover o liberalismo econômico e se reconhece como uma *think tank*, definida como:

[...] uma instituição dedicada a produzir e difundir conhecimentos e estratégias sobre assuntos vitais – sejam eles políticos, econômicos ou científicos. Assuntos sobre os quais, nas suas instâncias habituais de elaboração (estados, associações de classe, empresas ou universidades), os cidadãos não encontram facilmente insumos para pensar a realidade de forma inovadora.<sup>5</sup>

A *think tank* aparece como um espaço privilegiado de veiculação da ideologia liberal e de mobilização política, já que há um limite institucional para esse tipo de ação em outros espaços. A estratégia liberal inclui ainda o revisionismo histórico que se apropria da postura de Mises de abandonar a díade direita-esquerda e colocar no lugar o antagonismo democracia-ditadura. Nessa tipificação, o sistema soviético passa a ser agrupado junto com o nazismo e o fascismo italiano. Segundo Mises:

---

4. Instituto Millenium. **Quem somos**. Disponível em: <https://www.institutomillenium.org.br/institucional/quem-somos/>. Acesso em: 16 jul. 2018.

5. Instituto Millenium. **O que significa um *think tank* no Brasil de hoje**. Disponível em: <https://www.institutomillenium.org.br/artigos/o-que-significa-um-think-tank-no-brasil-de-hoje/>. Acesso em: 16 jul. 2018.

O regime político é dividido entre os partidos de esquerda (progressista) e os partidos de direita (fascistas). Entre os primeiros, encontram-se as democracias ocidentais, algumas ditaduras latino-americanas e o bolchevismo russo; o segundo compreende o fascismo italiano e o nazismo alemão. Esta tipificação é o resultado de um determinado modo de compreensão. Outro modo seria contrastar democracia e ditadura. Neste caso, o bolchevismo russo, o fascismo italiano, o nazismo alemão e a ditadura latina americana fariam parte do tipo ideal ditadura e os sistemas ocidentais pertenceriam ao tipo ideal democracia (2010<sup>a</sup>, p. 91).

A premissa do mercado autorregulável é a base do pensamento liberal-conservador de Mises, para quem a economia é uma ciência de base puramente dedutiva. Por mais que a análise da estratégia de desenvolvimento dos países ricos por meio da perspectiva histórica demonstre que o mercado autorregulado é obra da segunda metade do século XIX e que já no começo do século XX deixou de ser adotado pelos governos dos países de ponta do capitalismo mundial, o raciocínio indutivo e o trabalho dos historiadores tradicionais segue desqualificado por economistas neoclássicos, como Mises e Hayek (prêmio Nobel de economia em 1974). É o que podemos averiguar nesse trecho da obra de Mises:

A praxeologia – portanto também a economia – é um sistema dedutivo. Sua força provém do ponto de partida de suas deduções, ou seja, de categoria ação humana. Nenhum teorema econômico, que não esteja consistentemente ligado a esta origem por uma irrefutável sequência lógica, pode ser considerado como válido. Qualquer afirmativa proclamada sem esta ligação é arbitrária e insustentável. Não é possível tratar qualquer parte da economia sem enquadrá-la numa teoria geral da ação. [...] Os historiadores costumam incorrer neste erro. São propensos a inventar teorias ad hoc. Chegam, às vezes, a esquecer de que é impossível inferir relações causais do estudo de fenômenos complexos. Sua pretensão de investigar a realidade sem qualquer referência ao que depreciativamente qualificam como ideias preconcebidas e inúteis. Na verdade, aplicam inadvertidamente doutrinas populares que há muito tempo já foram desmascaradas como falaciosas e contraditórias (2010<sup>a</sup>, p. 98-99).

131

Como para Mises a economia é um raciocínio abstrato, como a lógica e a matemática, tudo que se encontra dentro da história do desenvolvimento das forças produtivas e da divisão social do trabalho que não corresponde às premissas iniciais é incorreto, um desvio. Para Mises, “nenhuma análise de um momento da história econômica, ainda que de um período muito recente, por mais fiel que seja, pode substituir o raciocínio econômico” (2010<sup>a</sup>, p. 982). Nessa perspectiva teórica, a economia não pode se valer da empiria e do método experimental e a história da humanidade se apresenta como um grande registro dos obstáculos contra os mais eficientes colocados para beneficiar os menos eficientes. Para o economista liberal:

Cada um dos passos rumo à intensificação da divisão do trabalho prejudica, no curto prazo, os interesses pessoais de alguns indivíduos. A expansão das fábricas mais eficientes prejudica os interesses de seus competidores menos eficientes, que são obrigados a fecharem suas portas. A inovação tecnológica prejudica os interesses dos trabalhadores que não mais podem viver apegando-se aos métodos inferiores que foram descartados. Os interesses de curto prazo das pequenas empresas e de trabalhadores ineficientes são afetados desfavoravelmente por qualquer tipo de melhoria. Este fenômeno não é novo. Tampouco é um fenômeno novo o fato de que aqueles que são prejudicados pelas melhorias econômicas exigem privilégios que os protejam da concorrência dos mais eficientes. A história da humanidade é um longo registro de obstáculos sendo colocados diante dos mais eficientes, para beneficiar os menos eficientes (MISES, 2014, p. 172-173).

Mesmo afirmando que os corolários políticos da economia de mercado fossem governo representativo, liberdade de pensamento, de expressão e de imprensa (MISES, 2014, 176), problemas concretos levaram muitos liberais a abandonar o liberalismo político para salvar seus interesses econômicos, materializados a partir do liberalismo econômico como fundamento da ação estatal. A história nos mostra ainda que os obstáculos a serem interpostos a partir da pressão dos competidores menos eficientes e por afrontar interesses de trabalhadores se relacionam diretamente com o fato do próprio governo representativo ter ampliado a quantidade de eleitores, uma consequência das lutas pelo sufrágio universal masculino na segunda metade do século XIX e das sufragistas no XX. Assim, as liberdades individuais e o governo representativo permitiram aos operários, condenados por darwinistas sociais, a exigir da esfera estatal o reconhecimento da existência da sociedade por meio de direitos trabalhistas e previdenciários.

132

A crença da classe trabalhadora de que o processo de ampliação do sufrágio permitiria que os partidos operários ganhassem cada vez mais o apoio das massas não levava em consideração que essas fossem apoiar governos cujas políticas estavam comprometidas, em primeiro lugar, com os proprietários de terras e com os industriais. Nesse sentido, Friedrich Engels, no prefácio da edição de 1895 da obra de Karl Marx, *A luta de classes na França*, afirmava que:

se a crescente votação socialista] continuar assim, ao final deste século, nós [os socialistas] teremos conquistado a maior parte dos estratos médios da sociedade, os pequeno-burgueses e os camponeses, transformando-nos na força decisiva do país. (...) Os conservadores já haviam percebido que a legalidade trabalhava contra eles. Ao contrário nós, sob essa legalidade, adquirimos músculos rijos, faces rosadas, e a aparência de vida eterna. A eles [os conservadores] nada resta a fazer senão encontrar eles também, brechas nessa legalidade (ENGELS, F. apud PAXTON, R., 2007, p.13).

As brechas na legalidade encontradas pelo setor liberal-conservador foram justamente aquelas que permitiram usar partidos políticos, a liberdade de expressão e o governo representativo para suprimir tudo isso, sacrificando o individualismo junto com

liberalismo político no altar dos chauvinistas, anticomunistas, que chegaram ao poder com o fascismo. Esse aspecto fica evidente nas pesquisas históricas que atestam que liberalismo e fascismo podem caminhar lado a lado. Fascismo e liberalismo econômico não são categorias de polos diametralmente opostos, como costuma ser entendido. O fascismo histórico não determinou historicamente a exclusão imediata dos liberais, nem das políticas econômicas de cunho liberal dentro de governos fascistas. Sobre essa questão da coalizão entre fascistas e liberais, Robert Paxton explica que:

A revolução de Mussolini após sua chegada ao poder foi mais gradual [que a dos nazistas], e a luta pela preponderância entre os três contendentes – o líder, os fanáticos do partido e o *estabilishment* conservador nunca ficou tão definitivamente resolvida quanto na Alemanha nazista. Durante quase dois anos, Mussolini, aparentemente conformou-se em governar como um primeiro-ministro comum num regime parlamentarista, em coalizão com nacionalistas, liberais e uns poucos *Popolari*. Seu governo seguia políticas conservadoras convencionais na maioria das áreas, tais como deflação e o equilíbrio orçamentário ortodoxos postos em prática pelo ministro das Finanças Alberto de Stefani. (2007, p. 183). [...] Tendo sido um jogador ousado durante a “tomada do poder”, [Mussolini] acabou se revelando um primeiro-ministro que preferia a estabilidade à aventura. Sua tendência à normalização, que se manifestou pela primeira vez em 1921, com a proposta de um pacto de pacificação com os socialistas, iria aumentar com a idade, tanto pela força das circunstâncias como também por predileção pessoal. [...], Mussolini, no decorrer dos dois primeiros anos depois de assumir o cargo em 1922, tentou conter o aventureirismo do partido e o poder rival dos *ras*, afirmando a primazia do Estado. Se recusou a por em xeque os amplos poderes da monarquia, da Igreja e de seus parceiros conservadores. Sua política econômica delimitou-se, naqueles primeiros anos, ao mesmo *laissez faire* dos regimes liberais. O primeiro de seus ministros das finanças (1922-1925) foi o professor de economia (e militante do partido) Alberto de Stefani, que reduziu a intervenção do estado na economia, cortou e simplificou os impostos, diminuiu as despesas públicas e equilibrou o orçamento. É bem verdade que De Stefani, comprometido não apenas com o livre comércio, mas também com o ideal fascista de estímulo à energia produtiva, enraiveceu alguns empresários ao cortar tarifas de importação, como, por exemplo, a que protegia a onerosa produção local de açúcar de beterraba. De modo geral, entretanto, mostrava “uma inconfundível tendência pró empresariado” (Ibid, p. 250).

[...] Não muito diferente de Mussolini em seu período *laissez-faire* com Alberto de Stefani, Hitler nomeou como seu primeiro-ministro das finanças o conservador Lutz Graf Schwering von Krosig. Durante algum tempo, o *Furer* deixou a política externa em mãos de diplomatas de carreira (com o aristocrata Constantin von Neurath como ministro das Relações Exteriores), e o exército nas mãos de soldados profissionais. Mas a tendência de Hitler a encolher o Estado normativo e a expandir o Estado prerrogativo era muito mais constante que a de Mussolini (Ibid, p. 254).

### **3. O novo já nasce velho: atores e temas da reforma do Estado defendida pela nova direita no Brasil**

Enquanto na Itália fascista da década de 1920 os empresários reclamaram do corte de tarifas ao ministro liberal, no Brasil, após o golpe de 1964, a ortodoxia liberal

substituiu o trabalhismo de Jango, enquanto os militares acabavam com a democracia. Roberto Campos, reconhecido como um liberal-conservador, foi o maestro do *Programa de Ação Econômica* do governo de Castelo Branco entre 1964 e 1967, que por suas políticas austeras recebeu duras críticas, sobretudo de empresários paulistas que, segundo a tese do historiador Pedro Henrique Pereira Campos, *Estranhas catedrais* (2015), sustentaram a indicação de Delfim Netto como condutor da política econômica do governo militar. De acordo com Pedro Campos, o estado passou a promover diversas intervenções, como eliminar a concorrência estrangeira e financiar as obras levadas a cabo por empreiteiras como Odebrecht, Camargo Correia, Mendes Júnior e Andrade Gutierrez.

Os militares brasileiros mantiveram, entre 1964 e 1985, a classe trabalhadora sob repressão política – com supressão da liberdade de imprensa, cassações de mandatos e intervenção nos sindicatos e partidos com o objetivo de eliminar a esquerda que se encontrava na oposição – e recebendo baixos salários. Esse tema é desenvolvido por Pedro Campos, que demonstra que o padrão de acumulação de capital dos empresários que controlam as principais empreiteiras do Brasil se realizou por meio de uma contribuição direta do estado: controlando a classe trabalhadora, eliminando a concorrência e financiando obras por meio de aumento da carga tributária, que passou a onerar ainda mais o consumo ao invés da renda.

134

Segundo Enrique Junior e Eduardo Angeli, após Roberto Campos conhecer e o pensamento de Friedrich Hayek, passou a defender de forma explícita que “uma democracia ilimitada é problemática, e uma ditadura de direita seria mais compatível com uma transição a uma democracia, quando comparada a uma ditadura de esquerda” (2018, p. 2). De igual forma, o caso chileno, a ditadura militar de Augusto Pinochet, permite uma clara harmonização de governo autoritário, de uma ditadura, com a ortodoxia liberal. Pinochet recebeu suporte de Hayek e de outro economista liberal, Milton Friedman, por meio dos economistas formados na Universidade de Chicago (EUA) que ficaram conhecidos como “Chicago Boys” (JUNIOR; ANGELI, 2018, p. 4).

Apesar do pragmatismo, do regionalismo e da diversidade ideológica presente dentro do *Movimento Democrático Brasileiro* (MDB), o liberalismo econômico foi a ideologia que fundamentou o programa político materializado no documento *Ponte para o Futuro*, de 2015.<sup>6</sup> Como prática política, em harmonia com o discurso liberal, após assumir o governo federal, depois do afastamento por ocasião do processo de impedimento de Dilma Rousseff em 2016, o emedebista Michel Temer aprovou a emenda constitucional que limitou gastos primários, privilegiando gastos com

---

6. MDB. **Ponte para o futuro**. Disponível em: <https://www.fundacaoulisses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2018.

despesas financeiras (juros e amortização da dívida pública), e a reforma trabalhista. Mesmo sendo derrotado no seu intento de aprovar a reforma da previdência, houve um esforço efetivo de Michel Temer nesse sentido.

Apesar do fato do presidente Lula ter feito uma reforma da Previdência em 2003, existe uma grande insatisfação no meio patronal com o atual sistema previdenciário. O discurso patronal e da grande mídia afirma que a retomada do crescimento econômico no Brasil depende de uma nova reforma da Previdência. Em 2018, antes das eleições, o diretor titular adjunto do *Departamento de Economia, Competitividade e Tecnologia* da Fiesp, Antônio Carlos Teixeira Álvares, afirmava que “qualquer candidato que for eleito terá de fazer a reforma da Previdência para colaborar com a recuperação econômica, que deve acontecer antes de 2023”.<sup>7</sup>

Depois da *Ponte para o Futuro*, temos *O caminho da prosperidade*, título dado ao programa de governo de Jair Messias Bolsonaro, do *Partido Social Liberal* (PSL), que antes de terminar o segundo mês de governo, em 20 de fevereiro de 2019, apresentou ao Congresso uma proposta de emenda constitucional (PEC) que visa alterar o sistema de previdência, sob a acusação de que existe um grande déficit previdenciário que inviabilizará no futuro o funcionamento da máquina pública. Assim, sob a chefia do ministro da Economia, Paulo Guedes, o governo federal tem a expectativa de que, com o novo texto aprovado, o tesouro deixe de gastar cerca de um trilhão de reais com previdência e seguridade social ao longo de dez anos.<sup>8</sup> Para onde irá o dinheiro economizado é uma importante questão.

No jogo político, os recursos para patronagem e os cargos na máquina pública, tradicionalmente usados como moeda de troca, não foram suficientes para manter Dilma no cargo. Nesse sentido, para Limongi, a governabilidade não foi alcançada pois a base aliada, incluindo Eduardo Cunha, buscava prioritariamente a “proteção contra a Lava Jato, proteção que o governo não quis ou não pode lhe assegurar” (LIMONGI, 2017:6). Dessa forma, a explicação do impeachment passa, a partir desse ponto de vista, pela explicação da mudança no cálculo estabelecido pelos ‘trânsfugas’, que permitiu a formação do ‘centrão’, nascido da ‘base do governo’, ao passo que a ‘explicação político-ideológica’ seria insuficiente. Para Fernando Limongi, a queda de Dilma não seria produto de uma “reação às políticas sociais progressistas e redistributivas promovidas pelo PT” (LIMONGI, 2017:6).

---

7. FIESP. **Representantes da cadeia produtiva da construção apresentarão propostas do setor a candidatos.** Disponível em: <https://www.fiesp.com.br/noticias/consic-defende-aprovacao-da-reforma-da-previdencia-por-novos-governantes/>. Acesso em 07/03/2019.

8. CALGARO, Fernanda. **Bolsonaro vai ao Congresso e entrega proposta de reforma da Previdência.** Brasília, 20 fev. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/02/20/bolsonaro-chega-ao-congresso-para-entregar-proposta-de-reforma-da-previdencia.ghtml>. Acesso em 07/03/2019.

Além desse aspecto policial do processo de impedimento de Dilma, no início do segundo mandato, a opção por incorporar no governo um ministro alinhado com a ortodoxia liberal redundou na realização de uma política de ajuste fiscal e de redução de direitos trabalhistas. Tal prática se chocava com os discursos pronunciados durante a campanha de Dilma Rousseff, que denunciava nessa ocasião o projeto de ataques aos direitos trabalhistas pela oposição liderada pelo PSDB. Depois da vitória, com Joaquim Levy como ministro da Fazenda, em 17 de junho de 2015, a presidente encaminhou a *Medida Provisória 665*, aprovada pelo Senado Federal, sancionada com dois vetos e convertida na Lei 13.134, restringindo direitos trabalhistas como seguro-desemprego, abono salarial e seguro defeso.<sup>9</sup>

A oposição aproveitou a oportunidade para denunciar o fato como estelionato eleitoral e além da crítica da oposição, em 13 de outubro de 2015, no congresso nacional da *Central Única dos Trabalhadores* (CUT), o ex-presidente Lula criticou o ajuste fiscal e disse o seguinte: “nesse momento da história do Brasil, ganhamos a eleição com um discurso e os nossos adversários perderam as eleições, [mas] a impressão que nós passamos para a sociedade é que nós adotamos o discurso que perdeu”. Lula, sem personalizar o ataque, poupando a figura do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, reiterou que os votos da presidenta Dilma foram dados pela “peãozada, pelos trabalhadores organizados”, negando o receituário da ortodoxia liberal, uma vez que “não tem um país no mundo que tenha feito ajuste e melhorado sua economia”.<sup>10</sup>

136

Para fazer face à queda da arrecadação provocada pelo crescimento negativo do PIB, em fevereiro de 2015, o governo federal propôs então aumentar os impostos e reduzir os benefícios dados a empresas, que pagavam entre 1% e 2% sobre a receita bruta as quais passariam a pagar de 2,5% a 4,5%.<sup>11</sup> Com isso, o governo federal pretendia colocar fim à política de incentivos fiscais iniciada em 2011. Além do problema da crise interna no partido, Dilma passou a ter que enfrentar a classe política e a classe empresarial atuando em uníssono e negando-se a aceitar os aumentos de impostos. A movimentação da sociedade paulistana com reflexos em todo o Brasil teve a *Federação das Indústrias do Estado de São Paulo* como um dos principais atores políticos. Ainda em 2015, em 12 de dezembro, Paulo Skaf, presidente da Fiesp e também uma importante liderança do PMDB-SP, afirmou que “o empresariado, o mercado e a

9. MANFRINI, Sandra. **Dilma sanciona lei que limita acesso a direitos trabalhistas com dois vetos**. 17 jun. 2015. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-sanciona-com-dois-vetos-mp-665--que-limita-acesso-ao-seguro-desemprego,1707938>. Acesso em 05/03/2019.

10. AGOSTINE, Cristiane. **Governo Dilma precisa abandonar imediatamente ajuste fiscal, diz Lula**. São Paulo, 14 out. 2015. Disponível em: [www.valor.com.br/politica/4268750/governo-dilma-precisa-abandonar-ajuste-fiscal-imediatamente-diz-lula](http://www.valor.com.br/politica/4268750/governo-dilma-precisa-abandonar-ajuste-fiscal-imediatamente-diz-lula). Acesso em 03/03/2019.

11. **O ajuste fiscal de Dilma**. 04 fev. 2015. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/infograficos/economia,o-ajuste-fiscal-de-dilma,372254>. Acesso em:02/03/2019.



maioria da sociedade vê com bons olhos uma mudança no cenário político".<sup>12</sup> Nessa mesma ocasião, o presidente do Conselho de Administração da *Cia. Paranaense de Energia*, Fernando Xavier apontava, como estratégia de saída da crise, privatizar o setor elétrico e partes da Petrobrás, o que teria, em sua visão, como consequência a geração de empregos. Para Xavier, o Estado ficaria com a tarefa de planejar, regular e fiscalizar enquanto que "o setor privado é naturalmente o que deve ser responsável por fazer e gerir os empreendimentos".<sup>13</sup>

Em 14 de dezembro de 2015, em reunião conjunta de suas diretorias, a Fiesp<sup>14</sup> e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) passaram a apoiar formalmente o impeachment da presidenta Dilma Roussef. Entrevistas realizadas nas 1.113 indústrias do Estado de São Paulo mostraram que 91,9% dos entrevistados se colocaram a favor do impeachment.<sup>15</sup> Com discurso de ameaça de aumento do desemprego, a saída de Dilma era, para o empresariado paulistano, a chave para garantir melhoras na economia.<sup>16</sup> Em busca desses objetivos, a Fiesp atacou o intervencionismo estatal em diversas ocasiões, seja condenando o uso do BNDES para subsidiar investimento<sup>17</sup>, seja classificando o governo como totalmente intervencionista. Paulo Skaf deixou claro o viés ideológico liberal da oposição empreendida pela Fiesp na seguinte entrevista:

Diante do atual cenário da economia, da política e da falta total de confiança que investidores nacionais e estrangeiros e que os consumidores brasileiros têm neste governo totalmente intervencionista, alguma coisa forte precisa acontecer para que o país saia dessa situação, porque a nação brasileira não merece passar por isso. (...) Não se trata de golpe como alguns dizem.<sup>18</sup>

137

A campanha *Não Vou Pagar o Pato* que teve início em São Paulo em setembro de 2015, na frente da sede da Fiesp, percorreu cidades do interior paulista e de outros estados, como Brasília (DF), Rio de Janeiro, Salvador e Curitiba fazendo campanha que usava o famoso exemplo da dona de casa para, didaticamente, reprovar o

---

12. "Bons olhos" para o impeachment. Coluna Victor Hugo. A Gazeta, 13 dez. 2015.

13. Ibidem.

14. 14 FIESP. **Apoio formal ao processo de impeachment**. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/multimedia/apoio-formal-da-fiesp-ao-processo-de-impeachment/>. Acesso em: 02/03/2019.

15. FIESP. **Fiesp e Ciesp definem apoio ao processo de impeachment**. 14 dez. 2015. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/noticias/fiesp-e-ciesp-definem-apoio-a-processo-de-impeachment/>. Acesso em: 02/03/2019.

16. FIESP. **Indústria paulista fecha 19 mil vagas em novembro**. 16 dez. 2015. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/noticias/industria-paulista-fecha-19-mil-vagas-em-novembro/>. Acesso em: 05/03/2019.

17. FIESP. **No meio da crise política e econômica, setor de infraestrutura "paga o pato"**. 25 nov. 2015. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/noticias/no-meio-da-crise-politica-e-economica-setor-de-infraestrutura-paga-o-pato/>. Acesso em: 03/02/2019.

18. FIESP. **Skaf defende a renúncia de Dilma**. 04 mar. 2016. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/noticias/skaf-defende-a-renuncia-de-dilma/>. Acesso em: 02/03/2019.

endividamento do Estado e ressaltar os erros na condução da economia, os quais serviam para o propósito de explicar o atraso nas obras de infraestrutura.<sup>19</sup>

Lideranças de partidos como DEM, PSDB, SD e PMDB e empresários deram suporte ao *Movimento Brasil Livre* que foi um dos principais movimentos na mobilização popular contra Dilma Rousseff, além do apoio a outros movimentos como o Vem Pra Rua. Em torno de uma plataforma econômica liberal e conservadora em relação aos costumes, formou-se um grande consenso de setores ligados à direita política que reuniu agronegócio, bancada evangélica e empresários da indústria e do setor de transportes e logística.<sup>20</sup> A mobilização social foi articulada por diversos setores, tais como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB Nacional), a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Confederação Nacional do Transporte (CNT), e a Confederação Nacional de Saúde (CNS), que juntos assinaram uma carta, em 19 de agosto de 2015, com os seguintes dizeres:

É preciso que as forças políticas, de diversos matizes, trabalhem para a correção de rumos da nação. É uma tarefa que se inicia pelo Executivo, a quem cabe o maior papel nessa ação, mas exige o forte envolvimento do Congresso, Judiciário e de toda a sociedade. Mudanças, respeitando-se a Constituição, se fazem necessárias. Por um lado, é preciso dar força aos órgãos de investigação e ao Poder Judiciário para que, nos casos de corrupção, inocentes sejam absolvidos e culpados condenados. A corrupção não pode seguir como um empecilho para o desenvolvimento do país. É preciso implementar, de maneira célere e efetiva, medidas para melhorar o ambiente de negócios no país, evitando o crescimento do desemprego ou o prolongamento da recessão. Entre elas, destaca-se a necessidade de ampliação da segurança jurídica no país, com regras claras e cumprimento de contratos e obrigações, evitando que potenciais investimentos sejam perdidos. A nação também precisa ser desburocratizada, facilitando o processo produtivo e garantindo um ambiente de negócios em que o Estado deixe de agir como um freio à expansão econômica.<sup>21</sup>

138

A carta não explicitou claro apoio ao impeachment, mas afirmou a necessidade de mudanças e criticou a “interferência negativa do Estado” em assuntos econômicos.

---

19. FIESP. “**Tem o que fazer, sim: sair na rua e pedir a renúncia da presidente**”, afirma Skaf em Bauru. 04 mar. 2016. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/noticias/tem-o-que-fazer-sim-sair-na-rua-e-pedir-a-renuncia-da-presidente-afirma-skaf-em-bauru/>. Acesso em: 02/03/2019.

20. LOPES, P.; SEGALLA, V. Áudios mostram que partidos financiaram MBL em atos **pró-impeachment**. 27 mai. 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/27/maquina-de-partidos-foi-utilizada-em-atos-pro-impeachment-diz-lider-do-mbl.htm>. Acesso em: 02/03/2019.

21. AZEVEDO, Reinaldo. **Íntegra da “Carta à Nação”**, assinada pela OAB, CNI, CNT e CNS. Ela não toca no impeachment. 20 ago. 2015. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/integra-da-8220-carta-a-nacao-8221-assinada-pela-oab-cni-cnt-e-cns-ela-nao-toca-no-impeachment/>. Acesso em 02/03/2019.

Dessa forma, vemos que a crítica à forma de condução da economia tornou-se frequente e, em abril de 2016, a CNI foi bem enfática na defesa do impeachment e na acusação de “uma sucessão de erros na política econômica” por parte do governo federal. Nessa carta de 2016, a CNI reiterou o discurso sobre a chamada ‘Reforma do Estado’ dizendo:

Esse quadro negativo é ampliado pela falta de articulação do governo no Congresso, o que cria obstáculos para a aprovação das reformas de que o país necessita. Estamos convencidos de que as discussões sobre o impeachment e sua votação no Congresso resultarão em uma nova fase da política nacional. O governo que emergir desse processo terá de arregimentar apoio, tanto no Parlamento como na sociedade, para liderar novo pacto federativo, restaurar a governabilidade e unir o país. Terá, também, que atuar com espírito público, bem como firmar compromissos com a ética e com a eficiência administrativa. Nessa nova etapa da vida nacional, o governo e o Congresso precisarão de coragem e determinação para adotar medidas duras, mas essenciais para a retomada do desenvolvimento. Entre elas, estão as reformas previdenciária, tributária e administrativa, a recomposição das contas públicas, a modernização das leis trabalhistas e a revisão dos marcos regulatórios.<sup>22</sup>

Para tanto, a atuação da Fiesp se articulou com a proposta de diversos movimentos ligados ao setor empresarial, tais como a *Confederação Nacional da Indústria (CNI)*,<sup>23</sup> o *Movimento Brasil Eficiente (MBE)*,<sup>24</sup> o *Grupo de Líderes Empresariais*

---

**22.** AZEVEDO, Reinaldo. **Confederação Nacional da Indústria desce do muro e apoia o impeachment em carta a deputados.** 14 abr. 2016. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/confederacao-nacional-da-industria-desce-do-muro-e-apoia-o-impeachment-em-carta-a-deputados/>. Acesso em: 02/03/2019.

**23.** Ibidem.

**24.** “Somos um movimento sem qualquer vínculo político ou partidário, que trabalha com propostas concretas para alcançar a Simplificação Fiscal e a Gestão Eficiente das Despesas do Governo no Brasil. O sistema tributário brasileiro é um verdadeiro caos. São mais de 50 tributos que dificultam a vida das empresas e do cidadão. E o pior: se não sabemos ao certo quanto gastamos com impostos, como exigir o retorno em serviços públicos de qualidade? Para acabar com esse manicômio tributário, empreendedores e especialistas das áreas econômica, tributária e jurídica se reuniram, em 2010, na Fundação Getúlio Vargas, onde estudaram a estrutura tributária do Brasil e, como solução, criaram o Movimento Brasil Eficiente – MBE. Um movimento apartidário, apoiado pela sociedade, para restaurar a dignidade de todos nós contribuintes e ajudar a criar no Brasil um ambiente favorável ao trabalho, ao empreendedorismo e ao desenvolvimento.” Disponível em: [www.brasileficiente.org.br](http://www.brasileficiente.org.br). Acesso 02/10/2017.

(Lide)<sup>25</sup> e o *Movimento Brasil Competitivo (MBC)*.<sup>26</sup> No debate realizado, os decretos de suplementação orçamentária, as chamadas “pedaladas fiscais”, desembocou na criminalização do déficit público de uma maneira ampla. O foco do movimento estava, portanto, na proposta de “reforma do Estado”, entendida como a reestruturação do Estado a partir da ideologia liberal.

Nesse contexto histórico, o termo reforma adquire uma conotação avessa àquela comumente utilizada ao longo do século XX, quando o termo ‘reforma’ se relacionava, de modo orgânico, com as lutas dos subalternos, as lutas sociais de caráter progressista que buscavam alterar o ordenamento jurídico inscrevendo nele direitos sociais, proteção estatal contra os defensores do livre-mercado, ideologia hegemônica na virada do século XIX para o século XX. Conforme a crítica de Carlos Nelson Coutinho, observamos que na atualidade o sentido se altera:

O neoliberalismo busca utilizar a seu favor a aura de simpatia que envolve a ideia de “reforma”. É por isso que medidas por ele propostas e implementadas são mistificadamente apresentadas como ‘reformas’, isto é, como algo progressista em face do ‘estatismo’, que, tanto em sua versão comunista como naquela social-democrata, seria agora inevitavelmente condenada à lixeira da história. Desta maneira, estamos diante da tentativa de modificar o significado da palavra ‘reforma’: o que antes da onda neoliberal queria dizer ampliação dos direitos, proteção social, controle e limitação do mercado etc., significa agora cortes, restrições, supressão desses direitos e desse controle. Estamos diante de uma operação de mistificação ideológica que, infelizmente, tem sido em grande medida bem-sucedida (COUTINHO, 2010:35).

140

A reformulação do Estado brasileiro, segundo a ótica liberal, segue seu curso com

---

**25.** “O LIDE – Grupo de Líderes Empresariais é uma organização de caráter privado que reúne empresários em diversos países e debate o fortalecimento da livre iniciativa do desenvolvimento econômico e social, assim como a defesa dos princípios éticos de governança corporativa no setor público e privado. Fundado no Brasil, em 2003, o LIDE é formado por líderes empresariais de corporações nacionais e internacionais, se preocupa em sensibilizar o empresariado para a importância de seu papel na construção de uma sociedade ética, desenvolvida e consciente. Atualmente, o grupo conta com 32 unidades regionais e internacionais e 26 frentes de atuação.” Disponível em: <https://www.lideglobal.com/>. Acesso 02/10/2017.

**26.** O MBC estabeleceu alguns critérios para caracterizar um Estado reformado, entre eles temos: “é menos intervencionista: capaz de regular sem ser invasivo; tem o tamanho necessário para prestar serviços essenciais ao estado.” Para alcançar os seus objetivos o MBC criou o Pacto pela Reforma do Estado que “representa a coalizão público-privada que tem a missão de propor uma agenda de transformações compartilhadas entre União e estados e oferecer respostas rápidas para as demandas atuais da sociedade. Lançado em setembro de 2015, o Pacto pela Reforma do Estado reúne empresários, especialistas, 19 governadores e está de portas abertas a novas adesões. Desde a criação, o Pacto realizou 16 reuniões de trabalho, com 19 governos estaduais e mais de 80 profissionais. A construção do modelo de Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual foi um dos resultados. O projeto de lei já aprovado em 2015 no Rio Grande do Sul, foi encaminhado para as Assembleias Legislativas de Goiás e do Rio de Janeiro. Em 2016, foi criada a Comissão Especial destinada a analisar, estudar e formular propostas relacionadas à reforma do Estado.” Disponível em: <http://www.mbc.org.br/portal/pacto-reforma-estado/>. Acesso 02/10/2017.

a eleição de Bolsonaro, defendido pelos 'guardiões' do pensamento de Mises no Brasil, como podemos ver na fala do presidente do *Instituto Mises Brasil*:

Antes consideradas inviáveis no país, as ideias liberais são agora tidas como aceitáveis, diz o investidor Helio Beltrão. "Já é um avanço. Daqui a pouco serão vistas como bastante razoáveis", comenta ele, aos risos. Presidente do Instituto Mises Brasil, Beltrão avalia que a vitória de Jair Bolsonaro (PSL) sinaliza o início de um processo de mudança de rumo no país. Bolsonaro, afirma, foi genial ao identificar, de forma mais acurada que os demais candidatos, o sentimento de revolta da população e o desejo de retorno aos valores conservadores.<sup>27</sup>

#### 4. Considerações finais

A reforma do Estado pleiteada pelo setor patronal brasileiro possui a seu favor atores políticos que ganharam grande notoriedade após as 'jornadas de junho de 2013'. Entre eles estão as lideranças do *Movimento Brasil Livre* (MBL) que, contando com financiamento de empresários e políticos, atraiu a atenção de uma grande parcela da sociedade brasileira e foi muito importante tanto na organização de protestos contra Dilma Rousseff como na defesa do liberalismo econômico. A agenda liberal tornou-se fundamento teórico das políticas públicas de Michel Temer e foi um importante elemento da adesão do 'mercado' à campanha de Jair Bolsonaro, que era visto como defensor do nacional-estatismo da Ditadura Militar (1964-1985). A revista especializada em economia *Isto É Dinheiro* apresenta seu otimismo com a perspectiva de vitória de Bolsonaro nas eleições de 2018 e assevera que "o mercado comprou Bolsonaro":

141

Com 46,03% dos votos no primeiro turno, o candidato do PSL larga na frente para a próxima etapa – ele só perdeu na região Nordeste e no Pará. Sua candidatura empolga o mercado porque tem por trás dela uma agenda liberal traçada pelo guru econômico Paulo Guedes, com um plano de privatizações amplo e medidas para reduzir o peso do Estado. "O mercado entende que uma vitória de Bolsonaro representa a agenda de reformas", afirma o economista-chefe do Banco Votorantim, Roberto Padovani. "A agenda dele tem a capacidade de manter a trajetória de recuperação econômica." Padovani também destaca a mensagem das urnas sobre o Congresso, em que a renovação sugere um desejo de mudança da população, o que poderia ser canalizado pelo novo presidente num esforço conjunto para resolver o problema fiscal.<sup>28</sup>

O MBL, cujas lideranças apareceram no cenário político como movimento

---

27. ALMEIDA, M. R. **Antes consideradas inviáveis, ideias liberais são agora aceitas, diz presidente do Instituto Mises.** 31 dez. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/antes-consideradas-inviaveis-ideias-liberais-agora-sao-aceitas-diz-presidente-do-instituto-mises.shtml>. Acesso em 10/03/2019.

28. ISTO É DINHEIRO. **O mercado comprou Bolsonaro.** Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/o-mercado-comprou-bolsonaro/>. Acesso em 10/03/2019.

apartidário, logo criou raízes partidárias e lançou candidatos para Assembleias Legislativas e para o Congresso Nacional. Sua visão liberal e apreciação do pensamento de Ludwig von Mises é ilustrada abaixo em postagem que traz a errônea informação que ele foi Nobel de Economia.

**Figura 2 – Avaliação do liberalismo de Mises pelo MBL no Brasil**



142

Fonte: Página do MBL no Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/posts/um-dos-mais-no-t%C3%A1veis-economistas-e-fil%C3%B3sofos-do-s%C3%A9culo-xx-ludwig-von-mises-no-cu/612135872243893/>. Acesso em 09/03/2019.

Com mais de 3 milhões de seguidores, o MBL rapidamente tornou-se uma grande força política comprometida com o pensamento liberal-conservador. Tanto no âmbito da sociedade civil quanto na esfera estatal a agenda liberal unifica diversos partidos e atores políticos em prol das 'Reformas do Estado', entendidas a partir de pressupostos liberais que, mesmo que não materializem o ideal de uma sociedade de mercado da Escola Austríaca, segue essa linha de argumentação e a mesma a crítica ao socialismo e ao marxismo. O flerte do liberalismo econômico e dos intelectuais filiados a essa corrente de pensamento com o pensamento autoritário e com figuras políticas que desprezam o governo representativo, a liberdade de pensamento, de expressão e de imprensa repete-se mais uma vez na história. Da mesma forma que no século XX, as heranças fascistas de Jair Bolsonaro unem-se ao liberalismo econômico de seu ministro da economia, Paulo Guedes, e dos 'chicago boys' que garantem a "coesão ideológica" da equipe econômica do presidente que afirmou que "Democracia e liberdade

só existem quando as Forças Armadas querem”.<sup>29</sup>

## Referências Bibliográficas

- BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda**. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.
- COUTINHO, Carlos N. A hegemonia da pequena política. In: BRAGA, R.; OLIVEIRA, F.; RIZEK, C. (orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- HAYEK, F. A. **Por que não sou conservador**. S/D. Disponível em: <http://www.ubirataniorio.org/antigo/conserv.pdf>, acesso em 02/03/2019.
- KIRK, Russell. **Uma avaliação imparcial dos libertários**. Disponível em: <https://portalconservador.com/avaliando-os-libertarios/>. Acesso em 03/03/2019.
- JUNIOR, Henrique N.; ANGELI, Eduardo. **Hayek, Campos e a defesa do autoritarismo**. 2018. Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia. Disponível em: [https://www.anpec.org.br/sul/2018/submissao/files\\_l/i1-fb4e88bfd13c3a619a7f5652544e118f.pdf](https://www.anpec.org.br/sul/2018/submissao/files_l/i1-fb4e88bfd13c3a619a7f5652544e118f.pdf). Acesso em: 03/03/2019.
- MISES, Ludwig von. **Ação Humana**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010a.
- \_\_\_\_\_. **Liberalismo: segundo a Tradição Clássica**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010b.
- \_\_\_\_\_. **Teoria e História**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2014.
- PAXTON, R. **Anatomia do Fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- SANTOS, José Rodrigues dos. **Fascismo, uma ideologia de esquerda originada do marxismo**. 04 jul 2016. <http://www.ilisp.org/artigos/fascismo-uma-ideologia-de-esquerda-originada-do-marxismo/>. Acesso em 07/03/2019.

---

29. ROUVENAT, F. **Democracia e liberdade só existem quando as Forças Armadas querem, diz Bolsonaro a militares no RJ**. Rio de Janeiro, 07 mar. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/03/07/democracia-e-liberdade-so-existem-se-as-forcas-armadas-quiserem-diz-bolsonaro-a-militares-no-rj.ghtml>, acesso em 11/03/2019.

# Artigos



# A ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO NO PENSAMENTO DE VARNHAGEN (BRASIL, SÉCULO XIX)

Ana Priscila de Souza Sá<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo tece algumas considerações acerca da importância do território na conformação da ideia de nação brasileira na metade do século XIX, analisando duas medidas para a organização do território propostas por Francisco Adolfo de Varnhagen no *Memorial orgânico* de 1849-1850-1851: a redivisão das províncias e a abertura das comunicações internas para ligar as partes do Império. O objetivo do historiador era chamar a atenção dos representantes políticos do país para questões que, em seu entendimento, atrapalhavam a construção de uma nação civilizada.

**Palavras-chave:** Varnhagen; Território; Império do Brasil.

**Abstract:** This article presents some considerations about the importance of the territory in the conformation of the idea of Brazilian nation in the middle of the XIX century, analyzing two measures for the organization of the territory proposed by Francisco Adolfo de Varnhagen in the organic Memorial of 1849-1850-1851: a redemption of the provinces and the opening of internal communications to connect the parts of the Empire. The goal of the historian was to draw the attention of the country's political representatives to issues that, in his view, hampered the building of a civilized nation.

**Keywords:** Varnhagen; Territory; Empire of Brazil.

---

1. Mestre em História pela Universidade Federal do Maranhão. E-mail: priscilareds@hotmail.com

## 1. Introdução

O território é um dos mais importantes componentes do Estado nacional moderno: espaço de exercício da soberania nacional, campo de atuação de sua jurisdição, definidor dos limites geográficos para a atuação do aparato administrativo estatal (JANKE, 2011, p. 5-6). Tal concepção foi bem característica do Brasil oitocentista. A urgência era executar a obra da organização definitiva do Império e Varnhagen, que se debruçou sobre essa questão, queria que suas propostas encontrassem eco em administradores que as pudesse defender e sustentar por "amor" ao futuro do Brasil (VARNHAGEN, 2016, p. 110). Foi no *Memorial orgânico* (1849-1850-1851) que ele apresentou a proposta de redivisão territorial como medida importante para a organização político-administrativa do Império. Neste opúsculo que é uma espécie de projeto de nação, o historiador fez um "diagnóstico" do Brasil em termos de território e população, a saber, uma nova circunscrição territorial, a abertura das comunicações internas, a mudança da capital, a extinção do tráfico de escravos, a civilização indígena por tutela e a imigração europeia, e propôs medidas para "solucionar" os problemas que detectou e que, a seu ver, impediam o país de se tornar uma nação civilizada.

Como assinalado por Cezar (2006, p. 29), a obra do historiador esteve atravessada por uma "retórica da nacionalidade", isto é, um conjunto de estratégias discursivas que procurou persuadir os brasileiros de que eles compartilhavam um passado comum e uma mesma origem e identidade, a despeito da natureza heterogênea de sua formação social. A preocupação com o território fazia parte dessa "retórica". O presente trabalho tratará de duas das ideias propostas: a redivisão das províncias (departamentos) e as comunicações entre elas.

146

## 2. Território e soberania nacional

Comentando o texto constitucional de 1824, o futuro Marquês de São Vicente afirmou que "o território do Império não constitui somente a sua mais valiosa propriedade; a integridade, a indivisibilidade dele é de mais a mais não só um direito fundamental, mas um dogma político" (BUENO, 1857, p. 21). Essa definição do território como a "mais valiosa propriedade do Império" conduzia a pelo menos três associações fundamentais. A primeira seria entre nacionalidade e cidadania. Era cidadão brasileiro, antes de tudo, quem tivesse nascido no Brasil (Constituição - Art. 6, I), dentro de seus domínios. Uma segunda associação era o território caracterizado como único e indivisível, governado por uma elite ilustrada que deveria conter a

nação brasileira, ou seja, a associação entre todos os brasileiros (Constituição - Art. 1), ainda que esse amálgama fosse difícil de existir na realidade, dada a composição heterogênea da população. Por último, a defesa da indivisibilidade, referindo-se tanto às ameaças internas (rebeliões de escravos, por exemplo), quanto externas (as questões platinas, como o conflito com a Argentina em 1852), realçando a ação administrativa e conferindo à Coroa o papel de gestora dos interesses irregularmente distribuídos pelo território imenso (MATTOS, 1987, p. 85-86).

Segundo José Murilo de Carvalho, três alternativas de modelo político foram aventadas às vésperas da Independência: a União ou Federação monárquica (Brasil e Portugal juntos), desmembramento com Monarquia e desmembramento republicano, com ou sem Federação. À exceção dos envolvidos na Revolução Pernambucana de 1817, havia uma preferência pela União, contudo, a atitude das Cortes em sugerir a "recolonização" do Brasil fez a balança pender para a separação. A solução monárquica (Independência + Monarquia) foi uma opção consciente da elite brasileira, com apoio popular (CARVALHO, 1998, p. 161). O rompimento com as Cortes portuguesas em 1822 anunciou o fracasso da proposta de uma Monarquia dual, ajudando a consolidar a ideia de Império, que se sobrepôs às "ameaças" republicanas, selando um compromisso entre a soberania popular e os direitos da realeza. A proposta centralizadora de uma "Monarquia ilustrada", inspirada na França, pareceu mais eficaz para evitar os perigos e sobressaltos de uma revolução, além de arbitrar os conflitos das elites. O impulso transformador das Regências não foi suficiente para deslocar o princípio monárquico, fortalecido ainda mais pela antecipação da Maioridade, e a ideia de Império conservou a associação que lhe era inerente de garantia de uma unidade e uma continuidade (MATTOS, 1987, p. 82-83). Essa unidade implicava, por sua vez, na unidade do território, que se confundia com a de um corpo político.

É preciso salientar que, à época da Independência, esse ideal de unidade esbarrava na ausência real de uma tradição de governo central e de fortes laços de união econômicos ou políticos entre as antigas Capitâneas.

O país independente desde então se preocupou em constituir-se num território uno e indivisível que, com tantas potencialidades, tinha condições de se transformar brevemente num Império poderoso. Maria de Lourdes Lyra afirmou que a ideia da construção de um poderoso Império foi reanimada quando da transferência da Corte portuguesa para a Colônia brasileira. O evento de 1808 marcou uma mudança profunda para a futura ex-metrópole e o posterior Império independente. A mudança do centro administrativo de Lisboa para o Rio de Janeiro consequenciou um esforço para a manutenção da unidade política do extenso território sob domínio lusitano, observando-se a partir daí grande ênfase nas supostas potencialidades do Brasil, "um

Estado de dimensões continentais, possuidor de natureza exuberante, rios caudalosos, terra fértil, riquíssimo subsolo – condições prenunciadoras de fabulosas fortunas e, por consequência, de um radioso futuro” (LYRA, 1994, p. 21), fazendo surgir adjetivações como “grande”, “vasto”, para identificá-lo. Em outro extremo, enfatizar e explorar o potencial disponível nas possessões do Novo Mundo dava ao Reino de Portugal a chance de se salvar da tenebrosa crise econômica que o acompanhara até a América.

Como um projeto criado pelas ideias ilustradas do século XVIII, a “utopia do poderoso Império” de que tratou Lyra objetivava inicialmente a unidade luso-brasílica para assegurar a efetivação do projeto, mas com os conflitos nas Cortes e, sobretudo, após 1822, a utopia se redefiniu e a proposta de um forte Império atlântico deu lugar à proposição de um poderoso Império brasileiro, favorecendo a concentração dos esforços no fortalecimento da união entre as províncias, para a formação do Estado nacional.

Abordando temática semelhante, Ilmar de Mattos apontou a existência de uma descontinuidade, sugerindo a ideia “de um Império a outro”, isto é, evidenciar as descontinuidades entre um Império, o Império luso americano, e outro, o Império do Brasil, entre um projeto que buscava “costurar os retalhos” para transformá-lo num tecido único e os eventos ocorridos na primeira metade do século XIX, que lograram uma concretização diferente. A ideia do território extenso tinha relação direta com a própria concepção de Império em vigor quando da formação e consolidação do Estado nacional brasileiro, o que Mattos denominou de “lógica do poder territorialista” (MATTOS, 2004, p. 729-733). Característica marcante dos governantes ibéricos, o poder se identificava com a extensão e a densidade populacional de seus domínios, enxergando a riqueza como produto da busca de expansão do território. No caso do Império brasileiro, esse domínio ilimitado se revelou impossível de acontecer, principalmente em virtude da atuação de outro Império, o britânico, basta recordar a limitação imposta pela Inglaterra ao projeto de declaração da Independência e anexação de Angola ao Império do Brasil, ainda no Primeiro Reinado.

A inviabilidade de uma expansão “para fora” condicionava outra postura a ser adotada por esses homens incumbidos de “pensar” o Brasil, traçando com força os contornos de um tipo especial de expansão “para dentro”, em outra expressão de Mattos, reconhecendo a nação como uma “comunidade limitada” (ANDERSON, 2008, p. 33), pois por maior que seja sempre haverá fronteiras finitas. Assim, a vantagem mais significativa da transferência da capital para o interior seria a de esvaziar o *bairrismo* e promover a unidade, pois se iria estudando a nação inteira e finalmente fazendo-se a associação entre a Corte e as províncias. O que justificava as demais propostas de organização da geografia política, pois, havendo “verdadeiros desertos”, certa

proporção territorial, bem ocupada, seria a base principal de uma redivisão territorial. Todo o traçado por Varnhagen no *Memorial* é um exemplo de expansão “para dentro”, uma lenta construção que se daria com a pena empenhada e com a *vontade política*.

A defesa da unidade e da contiguidade do território tornou-se, então, uma das mais importantes formas de expressar a soberania nacional do Império brasileiro que se pretendia construir em meados do século XIX. Na definição do marquês de São Vicente:

A soberania é a independência de um povo que pertence a si mesmo, o poder em sua origem, em seu ser primitivo, a força inteligente e suprema da sociedade, ainda não delegada.

[...] é evidente que a sociedade nacional é a massa coletiva de seus membros, o todo dos sócios, e conseqüentemente o complexo de todos os direitos e forças sociais; quem pois, senão ela, terá a faculdade e o império de ditar as condições de seu modo de existir, de sua própria associação, e de fazê-lo efetivas e duradouras? De que outra fonte nasceria o direito de impor servidão a homens livres, relacionados só pelas leis da razão e da moral, senhores de sua inteligência e de suas ações? D’onde deduzir o nome de súditos e de soberano? D’onde derivar a ideia de superioridade moral?

[...] Nossos poderes políticos são pois delegações do exercício do grande poder nacional convenientemente divididas, não são a própria soberania primitiva, sim expressões, representações dela, são faculdades animadas, entidades correlatas com a ideia de sua origem e leis constitutivas (BUENO, 1857, p. 25-26).

A ideia de soberania tal como entendida pelo ministro repousava na nação inteira (“soberania primitiva”), na determinação das instituições, nas garantias fundamentais, nas condições de exercício do poder. Todavia, por não ser possível um poder político exercido por ela em massa, surgiria a necessidade de representantes. No caso do Brasil, o imperador e a Assembleia Geral (Art. 11 da Constituição de 1824) eram as mais altas delegações do poder nacional, representantes constitucionais que tinham uma espécie de “soberania secundária”, agindo em benefício do país.

A soberania passava pela ocupação regular do território. Uma terra não ocupada era uma *res nullius*, coisa sem dono, passível de apropriação/invasão estrangeira, inclusive. Povoar era ocupar. O fio que conduziu as propostas de Varnhagen para a organização do território seguia por esse caminho articulando dois elementos principais, a saber, integridade e integração. Sua avaliação geral foi a de que:

O Brasil é uma nação cujas raias com as vizinhas estão por assinar; um império cujo centro governativo não é o mais conveniente; um país cujo sistema de comunicações internas, se o há, não é filho de um plano combinado; um território enfim cuja subdivisão em províncias é desigual, monstruosa, não subordinada a miras algumas governativas, e precedente ainda no fundo (na beira-mar ao menos) das primeiras doações arbitrárias feitas, há mais de três séculos, pelos reis portugueses. Ainda mais: assim como não há plano de comunicações internas que fomentem o comércio e a agricultura, também não consta havê-lo de defesa do país, a fim de prevenir, pela simples ocupação desde

já de certos pontos decididamente estratégicos que apresenta a inspeção do seu território, qualquer futura tentativa inimiga (VARNHAGEN, 2016, p. 107).

Um diagnóstico preocupante, portanto. Mesmo afirmando que os ministros de D. João eram, em geral, *honestos*, era forçoso reconhecer que não tinham a *ilustração político-governativa* para executar a alta missão que lhe foi delegada. Os grandes obstáculos que se impunham à concretização do plano de ações elaborado pelo historiador no *Memorial* eram os problemas de delimitação de fronteiras, divisão territorial interna e a falta de interação entre as províncias.

Uma nova circunscrição era urgente para resolver, entre outros, o problema da *monstruosidade* de algumas províncias e a *quase nulidade* de outras, quando as *estrelas* do Império deveriam constituir uma *constelação regular* para seu *uniforme regime*. Comparando a *monarquia brasileira* a um *edifício*, defendeu que, para que as diferentes *peças* se sustentassem em equilíbrio, deveriam ser, quanto possível, “de igual força e resistência, à maneira das pedras de uma abóbada de volta inteira, que se sustentando e se apoiando umas nas outras conseguem sustentar o edifício todo” (VARNHAGEN, 2016, p. 117). A desigualdade de tamanho também dificultava a questão da representatividade política de cada província no plano nacional. Uma das primeiras *vantagens* seria que estas, reduzidas, equivaleriam a outros círculos eleitorais, além de racionalizar e facilitar a administração.

150

No âmbito da política de limites, comentou:

É bem sabido no Brasil (graças às sábias memórias do V. de S. Leopoldo), como em toda a vastíssima fronteira do Império, os nossos limites estão por assinar de um modo terminante. E o mais é que não são menos de nove as nações limítrofes de quem dependem as negociações a tal respeito, a saber: Montevidéu, República Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru, Equador e Venezuela; além da Inglaterra e da França nas Guianas respectivas. Anularam o sábio tratado de 1750, caducou o de 1777, e o Império só está devidamente limitado pelo Oceano (VARNHAGEN, 2016, p. 111).

Demétrio Magnoli ressalta que, no início do século XIX, o programa da unidade lançado pelo governo imperial solicitava a produção de certo território imaginário capaz de funcionar como plataforma de sua política de fronteiras, e a doutrina das fronteiras naturais serviu como base dessa política que, por sua vez, teve como sustentação os tratados firmados entre as Coroas ibéricas na segunda metade do século XVIII. Os documentos gerados pelas comissões portuguesas, isto é, trabalhos de reconhecimento de campo e a cartografia empreendida pelas comissões de limites, constituíram-se em fontes de produção desse território imaginário, circunscrito por acidentes naturais e vertebrado pela suposta unidade das bacias do Rio da Prata e do Amazonas. Tendo nos trabalhos de Duarte da Ponte Ribeiro, “o fronteiro-mor do Império”, a fonte de

elaboração da doutrina imperial dos limites, todas as cartas imperiais do Brasil se basearam nos seus mapas, funcionando até o Gabinete Rio Branco como documentos de prova nas negociações e arbitragens (MAGNOLI, 2003, p. 295).

A menção que Varnhagen fizera aos tratados não foi aleatória. O Tratado de Madri (1750) resgatou o princípio de *uti possidetis* (posse útil) para determinar as terras que pertenciam às Coroas portuguesa e espanhola no continente americano. O Tratado de Santo Ildefonso (1777) restabeleceu as linhas gerais da partilha proposta em 1750, sendo depois anulado e substituído pelo Tratado de Badajós (1801), também entre Portugal e Espanha, declarado nulo por Portugal em 1808. No Brasil independente, à falta de um instrumento que pudesse determinar as fronteiras com as recém-fundadas Repúblicas, era premente encontrar algum princípio regulador que assegurasse paz e equilíbrio nas relações entre os vizinhos da região (VARGAS, 2017, p. 157-158). Nesse contexto, o princípio de *uti possidetis* se mostrou a solução mais apropriada, porque determinava que cada parte ficasse com quem possuísse o território.

Entre o final dos anos 1820 e início da década de 1840, o Estado brasileiro passou por crises e redefinição institucional. A fragilidade e/ou o fortalecimento das instituições eram condições que afetavam a política externa. Só em 1844, quando foi extinto o sistema de tratados, houve condições para se elaborar um novo projeto de política externa, inaugurando um período que se estenderia até 1876, caracterizado pela ruptura com a fase anterior, pouco enérgica na defesa dos interesses nacionais por conta dos compromissos selados. Na expressiva declaração do Visconde do Uruguai, “presos por tratados, não nos podíamos mover” (Apud CERVO; BUENO, 2008, p. 65-71). Envolvendo uma redefinição das metas externas, uma das principais decisões dessa nova percepção foi a de sustentar as posses territoriais por meio de uma política de limites que definitivamente regulasse as fronteiras do país, entre elas, a preservação da Amazônia, que despertava o interesse dos Estados Unidos, e uma presença marcante na região platina, tendo em vista interesses econômicos, políticos e de segurança. A situação era de conflito entre os múltiplos interesses dos países fronteiriços e a resistência do Império a qualquer tipo de ingerência externa. Para melhor conduzir, a estratégia adotada foi usar a diplomacia de modo inteligente, como forma de minimizar o atrito e maximizar os ganhos externos, deixando o uso da força como último recurso, após o esgotamento completo da ação diplomática e apenas em áreas onde pudesse ser concluída com sucesso. A escolha da negociação diplomática (muitas vezes árdua e prolongada) como norma de procedimento contribuiu para flexibilizar e viabilizar a política, transformando a negociação bilateral numa fórmula estratégica que ajudou a manter o Brasil em posição de força, impedindo a formação de uma frente de Estados vizinhos.

Toda essa complicação decorria do fato de o Império precisar cuidar de quase 16.000 quilômetros de fronteira com nove Estados limítrofes, e mesmo que em 1822 tenha “herdado” uma situação *de facto* confortável, era *de jure* delicado, por isso a afirmativa de Varnhagen que o país só estava devidamente limitado pelo *Oceano*. Negociar, para o governo brasileiro, significava não ceder enquanto houvesse risco de perda territorial (Apud CERVO; BUENO, 2008, p. 106). Logo, o estabelecimento dos limites foi o tema central da política externa do Brasil imperial, prolongando-se até a segunda década da República. Nesse campo das relações exteriores, as questões principais com as quais teve que lidar o Reinado de D. Pedro II foram as problemáticas disputas de poder e limites na região do Prata, as fronteiras no Oeste e na Amazônia e as intrincadas relações com a Grã-Bretanha, especialmente o tráfico de escravos (GOES FILHO, 2016, p. 89-91). No discurso oficial, a motivação mais profunda para delinear os limites do espaço nacional era dar segurança à nação e estabilidade às relações com os vizinhos, não engrandecer o território do Império, que já era enorme.

O *Memorial* foi, em 1849, o eixo de um enfoque iniciado, pelo menos, em 1839 e que permanecia vivo em 1877. Em carta de 5 de outubro de 1839, remetida ao Cônego Januário da Cunha Barbosa, Varnhagen anunciou a submissão das *Reflexões críticas* à apreciação do IHGB e, ao final da correspondência, informou sua intenção de escrever uma “extensa Geografia Física do Brasil, e sobre ela fundar um projeto de divisão e subdivisão territoriais, local mais conveniente para a capital do Império, etc.” (VARNHAGEN, 1961, p. 40). A reclamação acerca da divisão provincial não era um apanágio seu. Com pesar, também o Visconde do Uruguai recordara que a antiga divisão colonial das Capitanias permanecia como a principal base da organização administrativa do país, resultando em “desproporções enormíssimas” quanto à extensão territorial, população, renda e meios de aumentar esses elementos. Outro agravante era a dispersão da população, espalhada por uma extensão imensa e quase deserta em vários pontos.

Difícil era, no entanto, unir forças dispersas. O sistema de agricultura vigente também auxiliava nesse afastamento da população, que abandonava a terra uma vez cultivada, e que passou a ficar pouco produtiva, por um terreno nunca antes aproveitado; além da ausência de meios eficientes de comunicação entre as províncias. Ao lado da redivisão, insuficiente na ótica de Uruguai, Varnhagen acrescentou um plano de comunicações. Interligar as partes do Império auxiliaria na resolução de variados problemas que mantinham relação entre si: povoamento do interior, melhoria no aproveitamento da terra, no comércio, nas finanças, no “estado de civilização”. Para tanto, precisava-se de um esforço combinado de organização das instâncias estatais. A proposta lançada por Varnhagen foi a divisão do país em 19 departamentos (para



1850, o nome *departamentos* foi riscado e substituído por *províncias*): fronteiriços ou militares, administrativos, coloniais e um 20º departamento ultramarino, a ilha de Fernando de Noronha, destinada a ser um presídio, subordinado exclusivamente ao Ministério da Marinha. Seriam dezesseis departamentos *comuns*, com três dos limítrofes *fronteiriços ou militares*. Um deles assumiria funções de *departamento militar* por inteiro na fronteira sul, tendo Bagé como sede, governado por um general e com foco na defesa. O vigésimo seria o de *Ultramar*. Talvez fosse argumentado que tal lei envolveria reforma da Constituição, o que não via grande necessidade, embora já aguardasse os *tropeços* na discussão e aprovação.

Pelo que dispunha o Art. 2 da Constituição, o território do Império era "dividido em Províncias na forma em que atualmente se acha, as quais poderão ser subdivididas, como pedir o bem do Estado" (COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1824, 1886, p. 7), em outras palavras, as províncias funcionavam como circunscrições territoriais da unidade geral "Brasil", indicando o traço centralista da Carta de 1824, que delegou a divisão do espaço à dimensão administrativa, deixando à atividade política a tarefa de manter a integridade a todo custo. Daí o marquês de São Vicente falar na defesa da integridade como "dogma político". Para ele, a divisão do Império em províncias não deveria ser de ordem constitucional, pois se tratava de unidades locais pertencentes a um todo, e não estados distintos, federados. Como já constava na Constituição, poderiam ser efetuadas subdivisões quando bem exigisse as necessidades do país. Nesse sentido, uma divisão proporcional era reconhecida por todos como o melhor meio de preservar o importante princípio de homogeneidade ou unidade nacional, "o laço mais robusto da força e indivisibilidade do império" (BUENO, 1857, p. 22). Fator indispensável era que as províncias e suas subdivisões não se transformassem em povos diversos e rivais entre si, mas um só povo brasileiro. Um bom sistema desviaria as ambições federais passíveis de retorno num futuro próximo.

Respeitando as disposições constitucionais, a redivisão proposta por Varnhagen era somente administrativa, não levando em conta princípios eclesiásticos ou judiciais. O critério era o das fronteiras naturais. No caso, referia-se aos rios mais conhecidos do país como o Amazonas, o São Francisco, o próprio Prata, a saber, a separação das águas vertentes, das margens dos rios (se muito caudalosos) ou próximas à sua foz, principalmente no mar. Como não trabalhava com uma noção de *bairrismo*, ou seja, um apego ao âmbito provincial, considerado pernicioso, e sim com um sentimento de "ser" brasileiro, as bases do autor para determinar o tamanho e a organização dos departamentos às vezes criava um novo a partir de porções de três províncias. As bases sobre as quais se assentaram a proposta evidenciam a preocupação em tornar mais equilibrado tanto o recorte espacial ocupado por cada "parte" do "todo" Brasil,

quanto as possibilidades de exploração dos recursos que conviriam para desenvolver o potencial de cada região, extraíndo delas o que de melhor pudessem oferecer a si mesmas e ao engrandecimento da nação. O outro elemento estruturante era o de os responsáveis pelo governo conhecerem profundamente a realidade de cada uma dessas "partes", o que, em conjunto, concorreria para o conhecimento do país inteiro.

Antes das *vantagens*, porém, havia os obstáculos, e o imediato era a falta de mapas precisos do território nacional. Varnhagen lamentou o fato de países *civilizados* como França e Bélgica possuírem estatísticas exatas, mapas geodésicos levantados minuciosamente, além de serem povoados segundo seu potencial produtivo, enquanto os demarcadores, comissários e pilotos agrimensores do Império se viam às voltas com escassas informações estatísticas, de *confiança secundária*, para pensar empreender uma divisão territorial. Por conta disso, a redivisão não seria absolutamente exata, mas também não poderia dar lugar a dúvidas ou controvérsias, assim, a condição de precisão da linha divisória seria adotar os limites naturais, os melhores disponíveis naquele momento.

A redivisão proposta em 1849 ficaria assim (ressalte-se que o autor foi mais detalhista, aqui está apresentada de modo sintético):

1º: *da fronteira do sul, do Uruguai, meridional*, ou como bem se julgasse. Um departamento militar na fronteira do sul, que teria por presidente um general ou capitão general residente, de preferência, em Bagé. Compreenderia pelo Norte o território de Missões e vertentes brasileiras ao Uruguai, da foz do Pepiriguaçu para baixo, partindo com o departamento de *São Pedro* pelas vertentes do Rio Grande, até a sua foz na Lagoa dos Patos, cortando direito ao Tramandaí; 2º: *São Pedro*. Livre dos cuidados da fronteira, poderia desenvolver os seus recursos criando para centro diretivo uma vila em Vacaria. Envolveria ao S e a O todas as vertentes do Rio Grande, e ao N até a foz do Pepiriguaçu, as do Uruguai, passando a compreender todas as do Itajaí, cuja foz serviria de limite com o imediato; 3º: *Curitiba*. Teria por centro diretivo a povoação de Ponta Grossa, confinando a O com Corrientes, República do Paraguai e Paraná, partindo ao N da de *São Paulo* pelas vertentes do Itararé, que compreenderia todas até que suas águas se juntassem no Paranapanema, que então serviria de raia aos dois departamentos até entrar no Paraná. Ao NE abrangeria todas as vertentes do Assungui até este se encontrar com o Juquiá, seguindo daí e partindo da de *São Paulo* pelo rio Iguape até a barra de Capara; 4º: *São Paulo*. Compreenderia pelo N e NE as vertentes do Tietê e as do Pardo até este se reunir com o Grande, interessando mais que seu centro regulador fosse São Carlos ou Sorocaba; 5º: *São Sebastião*. Compreenderia a ilha deste nome e a Grande, também podendo chamar-se departamento *Fluminense-Paraibano* ou departamento *do Paraíba do Sul*, cujas vertentes abrangeria todas até

além da sua foz no Oceano. A sede presidencial deveria ser a cidade de Barbacena.

6º: *Minas*. Teria por centro regulador a cidade do Ouro Preto ou a do Serro, ou a Vila do Curvelo, um ponto mais central. Compreenderia as vertentes das cabeceiras do Rio São Francisco e do das Velhas. Livre das excrescências para o sul e para o norte, poderia concentrar melhor suas forças e recursos, embora continuasse um departamento grande; 7º: *Principal*, tendo imperatória por capital. No futuro, poder-se-ia ser declarado município neutro, partiria ao S com a precedente, ao N começando da foz do Rio das Contas, envolvendo as vertentes deste pelas duas margens e seguindo pelo Morro das Almas e Altos da Serra da Chapadas, compreendendo as vertentes do Rio Remédios e Verde pelas raías que separem o Pilão Arcado de Sento Sé; 8º: *São Salvador*. Centro não proposto. Partiria pelo S e O como o antecedente, ao NO compreenderia todas as vertentes dos Rios Paraguaçu e Itapicuru até a barra deste, onde a água salgada o dividiria do; 9º Departamento da *Barra do São Francisco*. Compreenderia as vertentes às margens do Rio São Francisco até se encontrar com o sétimo, de modo que ao N teria por limites as serras dos Cariris, Jabitacá e Garanhuns, que separariam as vertentes das águas; 10º: *Estrelas do Norte*. Possivelmente com o centro diretivo na Vila de Sousa, partiria pelo S com o precedente e compreenderia desde as vertentes do Rio Una todas as que para o N vão ao mar até as do Rio Jaguaribe; 11º: *Ceará*. Partindo a E e SE com o precedente e com o departamento 9º, pelo Sul com a linha divisória das vertentes dos Rios Canindé e Piauí, começando, porém, a pertencer-lhe as vertentes do Parnaíba, depois de sua barra com o último, unido já ao Canindé. A barra do Parnaíba serviria de raia com o seguinte. Sobral poderia abrigar o centro diretivo, alternando com Icó e Marvão até determinar o mais apropriado.

12º: *São Luís do Maranhão*. Compreendendo todas as vertentes cujas águas vão ao mar desde a foz do Jaguaribe até a do Gurupi, cujas vertentes também compreenderia. Caxias seria a capital; 13º: *Pará, Marajó* ou ainda da *Foz do Amazonas*. Teria Cameté por centro diretivo, por ser mais central e se ocupar da navegação do Tocantins, dando para isso as mãos à Imperatória. A E e SE compreenderia todas as vertentes que desde o Gurupi vão ao mar, ao Rio Pará e ao Tocantins até embaixo da primeira cachoeira encontrada ao subi-lo; 14º: *Novo Piauí*. Ficaria assinado pelas raías do 7º, 9º, 11º, 12º, 13º e 15º departamentos, e o governo deveria proteger a colonização dos férteis terrenos, votando uma soma ou um empréstimo para ser fundada uma vila, já que Oeiras não era mais a capital e Paranaguá, apesar do seu lago, não prometia grande prosperidade; 15º: *Goiás*. Alternando o governo na cidade de Goiás, na Vila de Araxá ou Uberaba. Confinaria do lado S pelo Rio Grande com o 4º, seguindo a E partindo pela linha das vertentes com o 6º e depois com o 7º; 16º: *Paraguaio-Xingu*. Compreenderia todas as vertentes da margem direita pertencentes ao Brasil, desde que nele entrasse

pela margem esquerda o Rio Grande, e todas as vertentes brasileiras que dão para o Paraguai. A capital seria Cuiabá.

17º: *Madeira*. Partiria ao S e O com a raia estrangeira, seguindo pelo Rio Madeira; 18º: *Centro-Amazônio*. Extremaria ao N com as Guianas estrangeiras, a E com o departamento 13º. O pé da primeira cachoeira de Tapajós lhe serviria de divisão e a presidência ficaria em Óbidos; 19º: *Grão-Pombal* ou do *Rio Negro*. Junto com o 17º e com o 13º constituiriam o principado honorário do Grão-Pará, referido no Art. 105 da Constituição (VARNHAGEN, 2016, p. 145-151).

Veja que há grande atenção com as regiões de fronteira. Logo o departamento número um era um departamento militar. Constituídos inicialmente em governos militares, os departamentos 1º, 16º, 17º, 18º e 19º seriam independentes e protegidos pelo governo central, e para eles seriam destacadas as forças competentes, os oficiais reformados e outros que pudessem aumentar a população e o consumo dos produtos territoriais. A proteção das áreas fronteiriças justificava-se como a defesa da soberania do Brasil sobre o território que ocupava e habitava. Colocar departamentos militares em regiões de fronteira implicava em proteger pontos estratégicos de acesso ao território, uma medida, pois, de segurança, dela dependia o equilíbrio exterior e interno do Império, sendo essencial para a realização de uma nova divisão provincial. Varnhagen aprofundou em 1850 que, de acordo com a opinião do Senado, poder-se-ia designar para novas províncias os departamentos 2º, 3º, 4º, 8º, 11º, 12º e 13º, reduzindo o 5º a duas, ambas com uma parte de litoral. Cinco províncias regulares poderiam ser obtidas dos departamentos 6º, 7º e 9º, e mais duas do 10º, totalizando 14 províncias. Os departamentos 1º, 14º, 17º, 18º e 19º seriam declarados territórios coloniais, bem como os 15º e 16º, exceto na parte meridional de ambos, onde conviria ser criado um novo território governado desde Camapuã. Total de mais 8 territórios (VARNHAGEN, 1850, p. 6). Esperava com isso, fazer uma economia na administração do Império.

Em sessão do Senado, Miguel Calmon du Pin e Almeida, o Marquês de Abrantes, destacou que:

A guarda e a defesa dos limites daquela nossa fronteira não dependem pura e simplesmente da presença de destacamentos militares; depende sobretudo da presença de uma autoridade que possa empregar logo, e a tempo, não só os meios da força, como os diplomáticos (ANAIS DO SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1978, p. 86).

A ressalva levantada por Abrantes também foi reconhecida por Varnhagen. Cumpria a presença de uma autoridade imbuída do poder decisório e da capacidade de negociação pacífica para impedir uma indesejável agressão externa. Como já referido, a política exterior do reinado de D. Pedro II prezou pelo uso da diplomacia como meio

mais eficiente para tratar das questões de limites. Outro marquês, o de São Vicente, assinalou que o Império tinha de evitar “desinteligências” ao tratar da definição dos limites com os vizinhos. Recordou que os povos procuravam utilizar as linhas naturais, e não arbitrárias, para fixar os limites, buscando evitar futuras contestações e não obstar as relações comerciais, posto serem linhas de fácil defesa (BUENO, 1857, p. 21-22).

Justamente no período em que Varnhagen escreveu o *Memorial*, a política externa do Império passava por uma reformulação, muito em função da atividade do Visconde do Uruguai, Ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1849 e 1853, que, pretendendo estreitar as relações com as nações vizinhas, desencadeou o que se convencionou chamar de “grande política americanista”. Faltava a resolução com nove países limítrofes: Uruguai, República Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru, Equador e Venezuela, além de Inglaterra e França com as respectivas Guianas, tarefa para a qual Varnhagen desejava que as Repúblicas tivessem a mesma *boa fé* e *boa vontade* que ele dizia animar o Brasil. Em 1849, assinalou:

Com a França não há que estar em mais discussões sobre o papel a respeito dos Oiapoques ou não Oiapoques e dos Pinzons ou não Pinzons. A convenção de Paris de 28 de agosto de 1816, adicional ao Congresso de Viena, é clara e terminante acerca de demarcação dos seus limites conosco. À vista dela, não há mais que se nomearem comissários de parte a parte, e demarcar a fronteira sobre o terreno. Apenas se essa convenção foi mal feita porque adotou linhas retas, impossíveis de traçar sobre aquelas montanhas, o que se pode é sobre a mesma convenção, e sem dar nem ganhar terreno, fazer outra com mais tento, e que talvez dispense por agora os comissários (VARNHAGEN, 2016, p. 121-122).

157

Com a França, a disputa pela divisa do Oiapoque foi um processo complexo que se arrastou até a metade da década de 1850. Entre as dificuldades para a demarcação estava a região montanhosa, por isso não o deslumbrava a divisão dos “territories” norte-americanos, adequados à planície, o que não era o caso do Brasil, e o legado de tratados assinados ao longo do tempo. Por essa época, o historiador travava o já mencionado debate com o geógrafo e empregado de uma repartição do Ministério da Marinha francês responsável pelas negociações, Marie-Armand D’Avezac de Castera-Macaya, nas fileiras da Sociedade Geográfica de Paris (1821), da qual era sócio e D’Avezac o presidente naquela ocasião.

Além da apreciação a respeito da *História Geral* que lhe figurou antipática, outro ponto que muito incomodou a Varnhagen nas “*Considérations géographiques sur l’histoire du Brésil; examen critique d’une nouvelle histoire générale du Brésil récemment publiée en portugais à Madrid par M. François Adolphe de Varnhagen... Rapport fait à la Société de géographie de Paris*” (1857) de D’Avezac, foi a defesa da prioridade da França quanto à delimitação de fronteiras entre o Império e a Guiana

Francesa. Em carta ao imperador, Varnhagen noticiou que escolhera o *campo da ciência* para debater, portanto, o campo histórico, deixando estabelecido que sua *História Geral* servira de argumento indefectível para a causa do Brasil, atravessando o censor “como uma barreira mais forte do que poderia imaginar”, embora não fosse de admirar a pretensão do Ministro em “deitar por terra a justiça de todas as nossas tradições históricas” (VARNHAGEN, 1961, p. 249-250). Quando falou das *tradições históricas* do Brasil com relação aos casos fronteiriços, referia-se ao exercício diplomático do Império naquele momento, bastante “herdado” da tradição portuguesa de como tratar essas questões.

Em outra carta, desta vez ao visconde do Uruguai, assinalou que o trabalho era “assunto mais do domínio dos historiadores que de negociadores conforme o direito, - cujas verdades algumas vezes não são verdades históricas provadas” (VARNHAGEN, 1961, p. 223). Sobre a fronteira do Oiapoque, dizia que a crítica histórica não conhecia no Oiapoque de 1715 (Tratado de Utrecht) senão o do Congresso de Viena ou da Convenção de Paris de 28 de agosto de 1816, adicional ao Congresso. Com relação aos ingleses, recomendava manejar a negociação despertando o interesse de alguma outra potência respeitável, ainda que precisasse retribuir o serviço da mesma com algum tratado de comércio, mas não acreditava que a Inglaterra pudesse abusar do direito da força para impor sua vontade ao Brasil.

158

Reivindicando a preeminência para o Império em ambos os casos, demarcava mais uma vez a posição de historiador que animava todo o seu projeto deslindado até aqui. Já que o diplomata deveu muito ao historiador, a trajetória de Varnhagen ao longo dos 36 anos atuando na diplomacia demonstrou seu comprometimento com a construção da nação nos arquivos e nos gabinetes de Repartição. O conhecimento que tinha acerca de documentos e mapas lhe credenciava a ser consultor em questões políticas e estratégicas. No ano seguinte ao da publicação do *Memorial*, foi chamado pelo ministro visconde do Uruguai para colaborar como consultor nas negociações com os governos francês, inglês e com as Repúblicas hispano-americanas, considerando a extensão de seus conhecimentos históricos e geográficos. Neste trabalho defendeu as teses expostas naquele opúsculo, acrescentando o texto *Memória sobre os trabalhos que se podem consultar nas negociações de limites do Império, com algumas lembranças para a demarcação destes*, de 15 de julho de 1851. Segundo Wehling, o relatório apresentado era eminentemente histórico, compreendendo um levantamento de mapas existentes em arquivos brasileiros e estrangeiros sobre as fronteiras, a identificação da correspondência de comissários, governadores e vice-reis relativa à demarcação dos tratados de 1750 e 1777, e uma bibliografia sobre o assunto. Como complemento, trazia um mapa com os limites que propunha (WEHLING, 2016, p. 39).

Com as Repúblicas vizinhas restantes, aconselhava que o essencial era o Império estar informado dos seus direitos, da história e dos segredos das negociações anteriores para melhor proceder. As sete fronteiras estariam já definidas em seus contornos gerais pela diplomacia setecentista, devendo ser observado como critério o *uti possidetis*, e os Tratados de Madri e Santo Ildefonso como fontes subsidiárias, junto com os principais documentos produzidos pelas comissões demarcadoras dos dois.

Nos casos de Venezuela e Equador, a condição principal de demarcação a ser exigida seria o limite ficar onde já estava, ou seja, pertencendo ao Brasil todas as vertentes do Rio Branco e do Rio Negro, de posse desde São José de Marabitanas para baixo. Com Peru e Bolívia, convinha tratar conjuntamente, talvez oferecendo ao Peru algum território sobre o Amazonas para que, cedendo esta República em equivalente sobre o mar, sobre Cuzco ou sobre o Lago de Titicaca à Bolívia, viesse a indenizar o Império com todas as vertentes da margem esquerda do Rio Guaporé até confluir com o Madalena ou Chiquitos, o terreno que se pudesse adquirir sobre a margem direita do Jauru. O país seria mais um aliado em qualquer questão sobre a navegação do Rio da Prata com os argentinos. O Peru também poderia ceder todas as vertentes e cabeceiras do Rio Purus (VARNHAGEN, 2016, p. 122-123).

Varnhagen não fazia do embasamento histórico que prezava para a sustentação de suas teses uma forma de impossibilitar soluções de compromisso sempre que atendesse bem à consolidação da posição do Brasil. Preferir-se-ia um acordo benéfico para ambas as partes, do que vantagens imediatas que pudessem provocar conflitos ou reivindicações futuras, daí não ter defendido o princípio do *uti possidetis*, preferindo sugerir concessões para que eventuais dissidências não fossem utilizadas pela França e pela Inglaterra na questão das Guianas, por exemplo (WEHLING, 2016, p. 39).

A preocupação com a Argentina se justificava pela tensa relação que o Império mantinha com os países da região do Prata, estendendo-se ao Uruguai e Paraguai. No histórico até o momento em que Varnhagen redigiu o *Memorial*, o Brasil tinha problemas com a Argentina de Rosas, vindo a intervir militarmente para depô-lo. Com relação ao Uruguai, havia anexado décadas antes, ainda na época de D. João VI, quando este último foi chamado de Província Cisplatina. Com a mediação da Inglaterra, a Cisplatina foi separada do território que já atendia por Império brasileiro. A relação com o Paraguai conheceu seu momento crítico com a passagem do governo mais "amistoso" de Carlos Antonio López para o de seu filho Solano López, sendo 1864 o ponto nevrálgico, quando se deflagrou o maior conflito da parte sul do continente. Com estes Varnhagen foi parcimonioso, assinalou que nada diria. De toda forma, não alimentava simpatia por Rosas, um *caudilho*. Para a *República de Montevideú*, no entanto, sinalizou um aguardo das ações inglesas. Se a *medianeira* Inglaterra não garantisse a

República criada em 27 de agosto de 1828, a *Cisplatina* voltaria a pertencer ao Brasil mediante uma nova guerra. Outra posição que contribuiu para a fama de belicoso que lhe foi imputada.

Outro elemento fundamental dessa reorganização territorial era o sistema de comunicações internas. No caso do Império, o problema era a ausência de um. A falta de um *plano combinado* impossibilitaria a conclusão eficiente do plano geral. Uma ideia-base que estruturou o projeto exposto no *Memorial* foi a garantia da unidade nacional. A unidade/integridade do Império dependia da série de melhoramentos que o autor listou: a abertura de uma *estrada imperial* interligando pontos distantes do país, o estabelecimento de uma *linha de telégrafos*, a utilização de *carris de ferro* e a *colonização* dos sertões, essencial para o desenvolvimento econômico e civilizacional do centro do Brasil.

Arno Wehling destacou a linearidade nas posições intelectuais de Varnhagen ao longo de sua carreira, o apego a algumas ideias axiais em matéria de história, literatura, direito, política, diplomacia e economia. Duas delas, integridade e integração, constituíam-se em verdadeiras ideias-força fundamentadas em sua motivação política mais relevante: o nacionalismo. Nas articuladas ideias do autor, ambas se complementavam. Integridade significava a unidade política, a continuidade territorial, a imagem externa do país e a sedimentação moral, o que hoje se diria ideológica; a integração tinha a ver com a efetiva *colonização* (expressão corrente do autor) do território, isto é, sua povoação, aproveitamento do potencial produtivo. Esses critérios norteadores derivavam de suas interpretações históricas, das perspectivas "geopolíticas" e posições diplomáticas que assumia com o conhecimento adquirido em anos de exercício prático (WEHLING, 2016, p. 34). Querendo construir uma política legitimadora de determinada forma de nação e Estado, o Brasil de Varnhagen já nascera quase completo. Seu território constituiria uma unidade geográfica, primeiro como possessão colonial portuguesa, depois como Estado independente e futura nação civilizada, restando cuidar desse *formidável colosso*, obra do terceiro soberano que viu a América, ou melhor, o primeiro *nascido* no Brasil.

Com o intento de encurtar as distâncias entre as partes desse território, abrir estradas era *colonizar*. O *remédio* que apresentou foi a construção do *caminho de ferro* ligando a nova capital ao litoral, reconhecendo que nas ferrovias estava o futuro do transporte interno de passageiros e cargas, mas não desconhecendo os altos investimentos que demandaria. Esta *comunicação* deveria conduzir desde o mar até o Porto do Salgado, no Rio São Francisco, em meia distância de Ouro Preto a Juazeiro. Algum dia poderia chegar às imediações de Paracatu, ao *coração* do território brasileiro. Além da ferrovia central, defendeu a utilização das hidrovias e a construção de estradas



de *rodagem imperiais* que estimulassem a atividade econômica do interior, formando o que chamou de verdadeiro *sistema de comunicações internas*. Dentre as vantagens do *sistema* estaria a comunicação mais rápida e mais barata, atenta às matas que se poderiam encontrar pelo caminho e poderiam fornecer lenha para as caldeiras das locomotivas.

Varnhagen deu preferência à iniciativa privada, mas ressaltando que esta viria a auxiliar na criação de uma companhia nacional, que cuidaria da abertura de mais estradas e de sua manutenção. Também teria supervisão do Estado. No conjunto, pretendia fortalecer os empreendimentos do país não deixando de ser prático: “por ora devemos-nos contentar com o estritamente indispensável; porque somos pobres, e não temos dinheiro para mais” (VARNHAGEN, 2016, p. 136). A *comunicação* por cabotagem seria lenta e ineficiente, inviabilizando, por exemplo, o socorro a alguma província em situação de urgência. Varnhagen admitiu que as províncias faziam alguns esforços, mas não tinham recursos suficientes “para um plano em grande, nem podem combinar este com os das mais províncias, de um modo que resulte o bem do Império todo” (VARNHAGEN, 2016, p. 116). Nesse sentido, para melhorar o “estado de civilização” do país, como se falava à época, funcionava uma relação positiva entre povoamento e civilização, e o desenvolvimento das comunicações interiores auxiliaria nesse aumento demográfico da região raramente habitada do centro do Brasil, aumentando também o grau de civilização dessa área quase sempre identificada com barbárie. O encurtamento das distâncias entre as províncias ajudava, ao mesmo tempo, na defesa, povoamento, civilização do sertão e do Império inteiro. O problema estava na avaliação que fazia sobre o estado do Brasil naquele momento. Ponderou, o autor:

Como colônia vende seus produtos *à porta de casa*; e como colônia se sustenta, e vive quase exclusivamente do comércio exterior. Com tanto território fertilíssimo de sertão continua a descuidar deste, e a esquecer-se de que só daí lhe podem vir sólidos recursos, e legítima segurança e energia. Convençamo-nos que é da maior urgência proteger por todos os modos o tráfico interno, e nivelá-lo ao menos ao comércio marítimo, a fim de que a riqueza pública e o bem-estar dos súditos brasileiros dependam o menos possível do comércio externo, e [possa] numa crise nutrir-se a si mesmo (VARNHAGEN, 2016, p. 109-110. Grifo do autor).

A reflexão acima indica que o historiador detectava um atraso do Brasil: a preeminência do *comércio exterior*, como traço característico de um status colonial e o descuido com o *fertilíssimo* sertão, identificado como reduto seguro e produtivo. A preocupação de Varnhagen com o aproveitamento do interior tem muito a ver com a postura assumida pelo Estado em meados do século XIX, associando as seguranças do território e da população como princípios da soberania nacional. Fazer o povoamento regular do território era levar a presença do Estado para toda a extensão que, de

alguma forma, estava “fora” da regulação do governo, tornando cada habitante um súdito. Daí a necessidade de fixar limites.

Defendeu que todos os sistemas financeiros seriam *projetados no ar*, quando não partissem da *reforma essencial* a que se deveria primeiro sujeitar o comércio, desenvolvendo o comércio interno até ele superar ou pelo menos se igualar ao externo. A importância dada àquele tipo de comércio vai ao encontro de outras disposições de Vattel. Para este jurista, o mercado interno era o meio de providenciar para todos os cidadãos o que era necessário, útil, além de fazer circular o dinheiro, estimular a indústria, animar o trabalho e, ao garantir a subsistência de um número significativo de pessoas, contribuir para tornar o país mais povoado e o Estado mais poderoso (VATTEL, 2008, p. 221). Estes dois últimos elementos, povoamento e fortalecimento do Estado, eram base forte de toda a proposta do historiador sorocabano. Em ambos os autores, as nações tinham por obrigação fomentar o comércio interior.

Revelando a crença num destino promissor para o Brasil, Varnhagen mostrou-se empenhado em propor a organização do Império de modo a superar certo *status colonial* que persistia na metade do Oitocentos e possibilitar a complementariedade entre interior e litoral, consolidar o comércio interno para findar a dependência do externo, integrar as partes do país, diminuir as distâncias, destacando sempre a valorização da posição geográfica do Império, o “assento central”, no centro do mundo civilizado, peça do projeto historiográfico do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de que foi sócio desde 1839. Segundo Rebeca Gontijo, a geografia fornecia uma visão grandiosa do país baseada na exuberância e na potencialidade da natureza, assim, história e geografia eram saberes estratégicos para a formação de uma consciência nacional (GONTIJO, 2005, p. 169).

162

A grandiosidade presente e futura do Império foi proclamada em diversos momentos. A extensão, a fertilidade, os numerosos outros recursos, mas tanta riqueza estaria ameaçada. Um estadista como José Bonifácio de Andrada e Silva já lamentara que a natureza havia feito tudo pelo país, mas este nada fazia a favor da natureza: terras mal cultivadas por “braços indolentes e forçados”, numerosas minas desconhecidas, matas desaparecendo vitimadas pelo fogo e o machado “destruidor da ignorância e do egoísmo”, em algum momento a “ultrajada natureza” se vingaria de tantos erros e crimes contra ela cometidos (SILVA, 1998, p. 80).

#### **4. Considerações finais**

Em 1843, Karl von Martius adiantou elementos que se articulariam no discurso

sobre as particularidades do Brasil como nação, e encaminhou a conclusão do texto afirmando que:

deve o historiador patriótico aproveitar toda e qualquer ocasião a fim de mostrar que todas as Províncias do Império por lei orgânica se pertencem mutuamente, que seu propício adiantamento só pode ser garantido pela mais íntima união entre elas (MARTIUS, 1845, p. 403. Grifo do autor).

Ora, Varnhagen se apresentava como o “historiador patriótico” descrito por Martius: a valorização das fontes variadíssimas, o elogio da Monarquia, a organicidade das províncias na composição do todo unido. A marca do otimismo de Martius quanto ao futuro do país também fora impressa na obra de Varnhagen, porém, era preciso resolver os óbices que atravancavam o processo de civilização da nação e ajudaria a garantir o futuro.

Singularizando a “retórica da nacionalidade”, ostentar o *estrelado auriverde* era, entre outros, louvar a extensão territorial e a natureza portentosa, a fertilidade da terra e a capacidade da gente que o habitava. Ao propor uma nova circunscrição territorial e a melhoria das comunicações entre as partes do Império, Varnhagen demonstrava preocupação com a defesa e conservação daquele que era considerado o *colosso* do Império, ou seja, o extenso território, preocupação compartilhada por muitos contemporâneos seus.

163

## Referências Bibliográficas

- ANAIIS DO SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL. Sessão de 5 de agosto de 1850. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1978.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BUENO, José Antônio Pimenta. **Direito Público Brasileiro e análise da Constituição do Império**. Rio de Janeiro: Tipografia Imp. e Const. de J. Villeneuve E C., 1857.
- CARVALHO, José Murilo de. Federalismo e centralização no Império brasileiro: história e argumento. In: \_\_\_\_\_. **Pontos e bordados**: escritos de história e políticos. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. Economia, população e política externa. In: \_\_\_\_\_. **História da política exterior do Brasil**. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.
- CEZAR, Temístocles. A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo: o caso da origem dos tupis. In: GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado (Org.). **Estudos**

**sobre a escrita da história.** Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1824. Constituição Política do Império do Brasil (25 de março de 1824). PARTE I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18340>. Acesso em: 10 abr. 2016.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. A geração de Varnhagen e a definição do espaço brasileiro. In: LEITE, Sérgio Eduardo Moreira (Org.). **Varnhagen (1816-1878): diplomacia e pensamento estratégico.** Brasília: FUNAG, 2016.

GONTIJO, Rebeca. História e historiografia nas cartas de Capistrano de Abreu. **História**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 159-185, 2005.

JANKE, Leandro Machado. Território, Nação e Soberania no Império do Brasil. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, jul. 2011.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. Apresentação. In: \_\_\_\_\_. **A utopia do poderoso império.** Portugal e Brasil: bastidores da política 1798-1822. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MAGNOLI, Demétrio. O Estado em busca do seu território. In: JANCSÓ, István (org.). **Brasil: Formação do Estado e da Nação.** São Paulo: Hucitec, 2003.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a história do Brasil. **RIHGB**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 381-403, jan. 1845.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema.** São Paulo: HUCITEC, 1987.

\_\_\_\_\_. **Do Império do Brasil ao Império do Brasil.** v. 2. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. (Org.). Estudos em homenagem a Luís Antonio de Oliveira Ramos. Porto: Universidade do Porto, 2004.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. **Projetos para o Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VARGAS, Fábio Aristimundo. Fronteiras na América Latina dos descobrimentos à descolonização. In: \_\_\_\_\_. **Formação das fronteiras latino-americanas.** Brasília: FUNAG, 2017.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico.** Em que se insiste sobre a adoção de medidas de maior transcendência para o Brasil. Madrid: Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1850.

\_\_\_\_\_. **Correspondência ativa.** Rio de Janeiro: INL, 1961.

\_\_\_\_\_. **Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro.** Dado a luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016.

VATTEL, Emmerich de. A nação considerada em si mesma (Livro I). In: \_\_\_\_\_. **O direito das gentes.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2008.

- WEHLING, Arno. A trajetória: o historiador diplomata e o diplomata historiador. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro**. Dado a luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016.
- \_\_\_\_\_. Integridade e integração: duas ideias-força de Varnhagen. In: LEITE, Sérgio Eduardo Moreira (Org.). **Varnhagen (1816-1878): diplomacia e pensamento estratégico**. Brasília: FUNAG, 2016.

# POR UMA BIOGRAFIA DE ARLINDO TROIAN: O LÍDER POLÍTICO DE NOVA LONDRINA-PR

Cássio Augusto Guilherme<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo não é uma biografia de Arlindo Troian. O objetivo aqui é levantar hipóteses que sirvam de estímulo para outros pesquisadores que se interessem em produzir uma biografia sobre o político mais importante da história de Nova Londrina-PR, o que contribuirá para a melhor compreensão sobre a história do estado do Paraná nos temas do processo migratório, da formação das elites políticas locais em disputas oligárquicas e da relação entre políticos interioranos e estaduais. Assim, este texto discute parte da bibliografia sobre biografias, expõe alguns fatos da vida de Arlindo Troian e aponta possibilidades de fontes e metodologias na perspectiva de estimular outros pesquisadores.

**Palavras-chave:** Biografia; Paraná; Troian.

**Abstract:** This article is not a biography about Arlindo Troian. The goal here is to raise hypothesis as a stimulus for other researchers who are interested in writing a biography of the most important political in Nova Londrina, which will contribute to a better understanding of the history of Paraná about the migratory process, the formation of local political elites in oligarchic disputes and the relationship between interior and state politicians. Thus, this text discusses part of the bibliography about biographies, exposes some facts of Arlindo Troian's life and points out possibilities about sources and methodologies that could stimulating other researchers.

**Keywords:** biography; Paraná; Troian.

---

1. Professor da Faculdade de História (FaHist) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Doutorando em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

## Introdução

No pequeno município de Nova Londrina, extremo noroeste do estado do Paraná, ninguém fica indiferente quando o nome de Arlindo Troian é pronunciado. Enquanto alguns torcem o nariz, outros brilham os olhos. Nas ruas da cidade, enquanto alguns fazem questão de abraçá-lo e trocar dois dedos de prosa, outros preferem até mudar de calçada. Em todos os casos, o motivo é o mesmo: trata-se do maior líder político da história da cidade e que, por isso, suscita amores e ódios em Nova Londrina.

Este artigo não é uma biografia de Arlindo Adelino Troian. Seria impossível nas poucas páginas aqui disponíveis e exigiria uma pesquisa empírica que, por hora, é impraticável – idem quanto às necessárias reflexões metodológicas sobre as fontes aqui utilizadas. Assim, embora em alguns momentos se fique com a impressão de que este artigo é por demais elogioso<sup>2</sup>, talvez por conta da peculiaridade do personagem, o que objetivamos é levantar hipóteses e apresentar respostas provisórias que sirvam de estímulo a outros pesquisadores que se interessem em responder a questionamentos como: quem é este personagem capaz de gerar reações tão extremas em uma pequena cidade interiorana? Quais seus feitos políticos locais, regionais e estaduais? Que legado deixou para a sociedade novalondrinense? Que memória sobre ele persiste entre a população?

Como aponta Pierre Levillain (2003), os pesquisadores preocupados com movimentos coletivos e uma “macro-história” indicam o estranhamento à escolha de um personagem para se interrogar sobre determinada época e também o risco de que o historiador acabe por assumir o biografado como um grande herói. Penso que tais considerações são importantes para todos os gêneros historiográficos e que uma biografia política pode ter a capacidade de colocar vida e sentimentos na história estruturalista, que por vezes é demasiadamente fria, e possibilitar a ampliação do conhecimento sobre a temática.

Uma biografia de Arlindo Troian, por exemplo, pode contribuir para o melhor entendimento da história do Paraná na segunda metade do século XX: há o processo migratório do Rio Grande do Sul para o noroeste do Paraná; a formação das elites empresariais e políticas na região; as disputas entre a oligarquia pelo comando político; a influência econômica da cafeicultura; a dialética relação entre a política interiorana e estadual etc. No objetivo de apresentar a importância e viabilidade de uma pesquisa

---

2. Importante enfatizar que este autor é novalondrinense e descendente de famílias de “pioneiros” proprietários rurais. Como é impossível apartar o historiador de suas subjetividades, o que se escreve aqui é permeado por fontes documentais e impressões vividas pelo autor. Além disso, e talvez o mais importante para refutar uma possível interpretação de que se trata de mero artigo elogioso à Arlindo Troian, este autor cresceu em uma família que historicamente militou no lado “anti-Troian” da política recente na cidade.

mais aprofundada deste sujeito, este artigo utiliza a parca bibliografia sobre Nova Londrina, os poucos documentos disponíveis sobre o tema e uma entrevista – pela primeira vez utilizada em um trabalho acadêmico – recentemente realizada com Arlindo Adelino Troian.

Este texto objetiva<sup>3</sup> discutir parte da bibliografia sobre biografias e expor alguns fatos da vida – sem grandes preocupações metodológicas sobre as fontes utilizadas aqui – de um sujeito merecedor de uma futura pesquisa biográfica mais aprofundada. Assim, no primeiro momento, apresentamos parte da discussão bibliográfica sobre as renovações nas pesquisas biográficas, com enfoque na importância de tal abordagem e também nos cuidados metodológicos. No segundo momento, sem a pretensão de esmiuçar todos os aspectos da vida política de Arlindo Troian, apresentamos alguns fatos e possibilidades de fontes na perspectiva de estimular outros pesquisadores.

### **Questões teóricas, metodológicas e “retorno das Biografias”:**

Os defensores dos trabalhos biográficos bem argumentam que, através do enfoque em um personagem específico, pode-se observar mais detalhadamente algumas questões do seu contexto social que muitas vezes escapam em outros tipos de análises historiográficas. Como argumenta Philippe Levillain (2003), o percurso/ olhar que vai do grupo ao indivíduo, e deste de volta ao grupo, é meio interessante de analisar as relações entre o biografado e a sociedade a qual está inserido. Esta relação dialética entre indivíduo e sociedade pode ser realizada tanto na redução da escala ao tipo da Micro-História quanto nos interesses dos marxistas britânicos pelo resgate do papel dos indivíduos nas lutas sociais.

Desde o surgimento da História na antiguidade, se faz biografias. Porém, até o século XX, em essência, tais trabalhos possuíam certa função moral, sublinhavam os méritos dos biografados, eram elogiosas e serviam como exemplo moral a ser seguido por todos. Na antiguidade, os Imperadores Romanos eram vangloriados. Na Idade Média, as hagiografias dos “santos” católicos tinham sentido pedagógico: enfatizava-se a caridade, a conduta baseada na castidade e na fé, que levariam à “santidade”, como modelos de vida aos fiéis. No período monárquico, as biografias têm o mesmo foco nos reis. O Renascimento ampliou o rol de biografáveis, mas a noção de “exemplo de vida” foi mantida (SCHMIDT, 2012).

O clima filosófico do século XIX é mais cético em relação aos heroísmos individuais.

---

3. O texto foi escrito a partir das provocações de uma das disciplinas do Programa de Pós-Graduação em História (PPH) da Universidade Estadual de Maringá (UEM) em nível de mestrado e doutorado.



Tanto para o positivismo quanto, principalmente, no marxismo, as transformações sociais são consideradas como produtos das forças coletivas e o indivíduo tem pouca margem de atuação. Embora como aponte Benito Schmidt, paradoxalmente o século XIX marque o triunfo do individualismo, é também o século da descoberta da multidão na história e “neste regime moderno de historicidade – no qual não cabe à história oferecer exemplos para o presente mas, ao contrário, projetar o futuro e perceber como ele esclarece o passado –, a biografia acabou sendo exilada” (SCHMIDT, 2003, p. 60).

Embora Febvre e Braudel tenham feito biografias, é apenas no final do século XX que a academia redescobre a biografia e diversos seminários são dedicados à renovação do gênero. Os motivos para tal são múltiplos: Levillain aponta para a contestação da história quantitativa e serial que havia subjugado a factual; o retorno da história política e as críticas ao paradigma estruturalista, em especial o marxista.

As novas biografias teriam a função de ser o meio do caminho entre o particular e o coletivo, de “restaurar o papel dos indivíduos na construção dos laços sociais” (CHARTIER, 1994, p. 101-102), razão pela qual Alexandre Avelar (2010, p. 158), fala em uma “virada epistemológica em direção ao indivíduo”. Assim como outros gêneros historiográficos renovados no final do século XX, há aproximações interdisciplinares com a antropologia, a literatura e a história de vida, em especial na chamada “terceira geração dos Annales” que, fiéis ao “história-problema”, também se voltam para a biografia (SCHMIDT, 2012).

É inegável o grande sucesso editorial das biografias. Em qualquer livraria de shopping ou aeroporto do país, é possível encontrar centenas de títulos e muitos deles em lugar de destaque na loja. Embora muitas sejam feitas sem grande rigor de fontes e tenham viés meramente comercial com foco sensacionalista em subcelebridades, estes trabalhos, na maioria das vezes feitos por jornalistas, saciam a curiosidade dos leitores por trivialidades ou a milenar busca por trajetórias individuais inspiradoras. Do tratamento das fontes, passando pela liberdade jornalística em imaginar diálogos, até a tendência em tomar as falas dos entrevistados como “dados” e não como “leituras da realidade” e/ou construções da memória, Benito Schmidt (1997) discute bem os afastamentos e aproximações entre historiadores e jornalistas que constroem biografias.

Embora se fale em um retorno das biografias, não se trata exatamente da mesma biografia de outrora ou então das feitas com cunho jornalístico ou comercial. Além de atentar para os rigores metodológicos típicos da profissão, o historiador precisa colocar seu biografado em uma relação dialética com o contexto em que viveu, ou seja, além de ser influenciado pelo meio, o indivíduo, a depender do poder que dispõe,

também é capaz de influenciar o seu contexto de vida.

A crítica comum que se faz às biografias é por serem excessivamente narrativas, cronológicas, sem preocupações analíticas e explicativas, bem como ao elitismo dos biografados. Todas essas críticas são pertinentes, em especial aos trabalhos jornalísticos e meramente comerciais. Cabe ao historiador, sem deixar de lado as preocupações narrativas e cronológicas, fazer a necessária “história-problema” exigida pelo ofício.

Como bem provocou Pierre Bourdieu, em muitos casos, as biografias caem no que ele chamou de “ilusão biográfica”, a ilusão de que “a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma ‘intenção’ subjetiva ou objetiva, de um projeto” (BOURDIEU, 2006, p. 184). Como nas antigas hagiografias em que o sujeito é “santo” desde criança, é comum ver biografias em que a vida do biografado é contada como tendo um sentido imanente desde o seu nascimento: se jogador de futebol, as idas diárias ao campinho do bairro comprovariam que desde cedo ele já seria um craque; se modelo, as poses para álbuns da família já mostravam a propensão para as passarelas.

Para Bourdieu (2006), é falsa a ideia comum de que a vida seja constituída de uma ordem cronológica e lógica. Milhares de crianças vão diariamente ao campinho do bairro e não se tornam milionários craques do futebol, por exemplo. Ao historiador da biografia cabe perceber que a vida real é descontínua, formada por elementos justapostos, muitas vezes contraditórios, fora de propósitos e aleatórios. Como alerta Schmidt, “a concepção do indivíduo como ser unitário, que atravessa linearmente o período de uma vida” (SCHMIDT, 1997, p. 17) precisa ser contestada. Cabe ao historiador atentar às bifurcações, contradições, entroncamentos, fronteiras, possibilidades, incoerências e pluralidades do biografado possuidor de centenas de “eus” (AVELAR, 2010).

Portanto, uma biografia feita por historiadores precisa se pautar nos procedimentos da pesquisa histórica: levantar um problema, articular as referências conceituais, utilizar-se de fontes apropriadas e expor os resultados na linguagem historiográfica. Além disso, questões éticas devem sempre ser suscitadas, pois a vida do biografado não deve ser um mero objeto a ser exposto de forma irresponsável.

Mas, por que fazer biografias? Segundo Schmidt (1997), elas ajudam a revelar certas dimensões da história pouco perceptíveis em enfoques macros. Assim, a preocupação central do trabalho deve ser o desvendar as várias amarras que ligam o indivíduo à sociedade em que vive e vice-versa. Recuperar a tensão entre sujeito e sociedade numa via de mão dupla, deixar clara a complexidade do personagem e de lado o caráter anedótico, não esquecer que as vivências pessoais estão inseridas em um contexto maior, mas que o sujeito não é simplesmente passivo dentro dele

(BERTONHA, 2000).

### **Por uma Biografia de Arlindo Troian:**

O município de Nova Londrina está inserido no contexto do processo de “(re) ocupação moderna” da região noroeste do Paraná, ocorrido a partir da década de 1930. Grandes fatias de terras da Colônia Paranavaí foram adquiridas por companhias imobiliárias que as revendiam aos colonos (ROMPATTO, 2012). Em 1951, a Imobiliária Nova Londrina Ltda abre as primeiras ruas nas matas à beira do ribeirão do Tigre, estabelece seu escritório e dá início às vendas de terras urbanas e rurais.

### **A migração familiar e os negócios com a cafeicultura**

O fluxo migratório para a cidade de Nova Londrina foi bastante variado. Uns poucos paulistas e mineiros vieram estender a fronteira agrícola, além de vários nordestinos, vítimas da seca e da miséria chegavam em busca de trabalho na derrubada da mata e no plantio do café. A Imobiliária “deu total preferência a formar, na nascente cidade, uma colonização com migrantes sulistas” (GUILHERME, 2012, p. 35), havia inclusive um veículo da empresa que buscava pessoas no Sul do país e corretores percorriam aquela região vendendo os lotes.

Dentre esses muitos “pioneiros” sulistas que migraram para Nova Londrina (GUILHERME, 2016), estava Severino Pedro Troian, a esposa Dozolina, seus cinco filhos (Arlindo, Waldir, Celestino, Alcides e Nelson) e uma filha (Lourdes). Há apenas um documento bibliográfico<sup>4</sup> sobre os primórdios da “Família Troian: um exemplo edificante de luta e progresso” (BOGONI, 1986, p. 49). Em que pese o tom demasiado elogioso do texto, podemos dele extrair algumas informações.

O patriarca Severino Pedro chegou a Nova Londrina em 1955. Um pouco antes, em visita a parentes que já haviam migrado para a região, adquiriu da Imobiliária, cinco alqueires de terra formada por mata fechada. Vendeu as poucas posses que acumulou em anos de trabalho com comércio e agricultura no Sul e migrou, como tantos outros, em busca da riqueza prometida pelas propagandas das companhias

---

4. Escrito sob encomenda pelo então prefeito Arlindo Adelino Troian para o jornal *Diário do Noroeste*, de Paranavaí, quando das comemorações dos 30 anos de emancipação política do município (BOGONI, 1986).

imobiliárias<sup>5</sup>. Como de praxe entre as famílias numerosas da época, colocou os filhos para trabalhar, tanto na derrubada da mata para formar a plantação de café, quanto no bar que comprou em frente ao ponto dos ônibus rodoviários. No final da década, a família já possuía um caminhão fazendo fretes para produtores locais entregarem seus grãos às cafezeiras da região.

Em 1961, a família possuía o próprio armazém para compra e venda de cereais, servindo como intermediário entre os produtores locais e as cafeicultoras de Paranavaí. Explorando o comércio, os negócios prosperaram e até mesmo uma filial foi aberta em 1970, no município de Palotina, extremo oeste do Paraná. Como explica o próprio Arlindo Troian (2018), através de empréstimo conseguido junto ao Banestado, em 1974 a família adquiriu uma área para construção de uma máquina de beneficiamento de café na cidade de Nova Londrina. A Troian, Indústria e Comércio de Cereais Ltda, logo se tornou o “orgulho do mundo empresarial” local em ampla área com “prédios para escritório, armazéns e outras instalações” (BOGONI, 1986, p. 52).

No final dos anos 1970, a família havia acumulado grande capital econômico e simbólico. A indústria de benefício de café em Nova Londrina, com filiais de comércio de grãos em Palotina, Santa Izabel do Ivaí e Santa Rita do Oeste, as fazendas de pecuária em Mato Grosso e de café e pecuária em Nova Londrina e Marilena, a primeira e até hoje única revenda de carros (Ford) existente em Nova Londrina (Trovel – Troian Veículos Ltda.), a propriedade de um avião particular com campos de pouso para facilitar a comunicação dos negócios, e até mesmo uma equipe de futebol de salão disputando o campeonato paranaense adulto e de categorias menores, “somente poderão levar a passos mais largos ainda.” (BOGONI, 1986, p. 52). No entanto, em meados dos anos 1980, a atividade ligada ao café entrou em declínio e, ao mesmo tempo que Arlindo Troian ascendia na política, os negócios da família no município foram à falência.

172

## **O maior político da história de Nova Londrina**

Arlindo Adelino Troian, que havia chegado à Nova Londrina com 19 anos de idade (nascido em 26/12/1936), o filho mais velho do casal Severino e Dozolina, é quem liderava o clã empresarial da família. Enquanto enriqueciam, a família não participou diretamente de nenhuma eleição municipal, embora Arlindo Troian admita na entrevista que a família sempre teve suas preferências eleitorais ligadas ao grupo das

---

5. No caso de Nova Londrina, a Imobiliária fez um vídeo-propaganda que enfatizava a fertilidade das terras e as melhorias promovidas pela Companhia, “a cidade fadada ao mais promissor e rápido progresso, a cidade de Nova Londrina”. Disponível no YouTube em “Nova Londrina na década de 1950”. Link: <https://www.youtube.com/watch?v=Tg8glvhiiEc>

elites políticas e agroindustriais do município que rivalizavam entre si pelo comando municipal (GUILHERME, 2014).

O grupo político dominante, desde a emancipação de Nova Londrina, girava em torno da diretoria da Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Nova Londrina (Copagra) e era liderada pelo médico sulista Olivier Grendene. Este grupo, ligado à ARENA, acostumou-se a decidir em pequenas reuniões o revezamento que faziam entre si dos nomes a serem lançados a prefeito e vereador para posterior referendo do eleitorado por eles controlado. Muitas eleições tiveram candidatos únicos, ou mera oposição formal com poucos votos. Na única vez que um político de oposição fez campanha contra a oligarquia local e venceu, não hesitaram em se valer de apoio da Ditadura Militar para cassá-lo sob a falsa acusação de subversão, como aconteceu com Halim Maaraoui em 1969 (GUILHERME, 2012).

Na entrevista que me concedeu<sup>6</sup>, Arlindo Troian diz que, ao voltar de uma viagem à fazenda que a família possuía no estado de Mato Grosso, foi informado pelos irmãos Alcides e Valdir que lideranças políticas haviam lhes convidado para uma reunião que precedia as eleições municipais de 1976. Entre os vários presentes na reunião, estavam o então prefeito Sady Paviani, o futuro candidato eleito João de Alencar Barbosa e claro, o líder Olivier Grendene. Diz Troian que: “Nessa reunião vieram para cima de mim: ‘não, porque você tem que estar conosco para ser candidato a vereador ou a vice’, eu disse: ‘não, eu não quero’. Diz ele que tentou empurrar o nome do irmão Alcides, mais novo e estudado, mas dias depois, as mesmas lideranças “foram lá em casa e me pensaram porque eu tinha que sair candidato na chapa do Alencar Barbosa” (2018, s/p.)

173

Após reunião familiar, Arlindo Troian aceitou ser candidato a vereador e se tornou o primeiro membro da família a entrar na vida política. Em novembro de 1976, o pequeno eleitorado de 4.598 votantes dos quais apenas 3.567 compareceram às urnas, referendou, por ampla maioria, o nome de João de Alencar Barbosa e o vice Arnaldo Augusto como prefeitos do município<sup>7</sup>. Arlindo Troian (ARENA), em sua primeira experiência eleitoral, obteve 662 votos, até hoje, o recorde de votos para vereador em Nova Londrina, apesar da duplicação recente do eleitorado.

Para se ter uma ideia do tamanho que tantos votos significaram naquela eleição, o segundo colocado para a vereança foi o professor Manoel Bono Belascuzas (ARENA) com 177 votos e em terceiro lugar, empatados o agroindustrial João Celestino

---

6. Uma vez que este artigo não objetiva discutir de forma aprofundada a entrevista, mas sim, aponta-la como uma fonte para pesquisas posteriores, aqui não houve a necessária reflexão sobre este tipo de fonte, seus usos, limites, possibilidades e a questão da memória. Para isso, ver: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos e Abusos da História Oral. Rio de Janeiro, FGV, 2006.

7. João de Alencar Barbosa (ARENA 1) obteve 1.811 votos; Jacinto Roman (ARENA 2) ficou em segundo com 747; seguindo pelos candidatos das sublegendas do MDB: Avelino Colla com 685 votos; José Antônio de Paula Pinto com 138 e Périco Antonio Fabian com 127 votos.

Pires e a professora Ivanira de Lima Vale Bianchi, também da ARENA, com 170 votos. Isso demonstra que o poder econômico, obtido pela família Troian em vinte anos de atividades no município, resultou também em poder simbólico, que foi expresso nas urnas. Na vereança, Arlindo Troian foi duas vezes o presidente da Câmara (1979/80 e 1981/1982). Quando estava na função, dois fatos importantes, e que ainda não foram objetos de pesquisa, aconteceram no município.

Em abril 1981, um vendaval devastou a cidade. Na entrevista, Arlindo rememora que chegou a acompanhar o prefeito à Curitiba em busca de recursos para a reconstrução.

Também a cafeeira Troian teve grandes prejuízos. Os jornais de Curitiba deram grande destaque ao fato. O *Diário do Paraná* escreveu que:

Quatro dias após a ocorrência do vendaval que destruiu centenas de prédios desabrigando milhares de pessoas, Nova Londrina ainda apresenta um panorama geral desolador, sugerindo um aspecto de pós-guerra. [...] Para evitar que o desespero e fome pudessem fazer com que as pessoas mais atingidas pelo fenômeno invadissem as lojas e armazéns da cidade, em busca de comida, a prefeitura está distribuindo cerca de dez toneladas de alimentos às vítimas do vendável.<sup>8</sup>

Tais alimentos foram levantados pelos clubes de serviços dos municípios vizinhos. O mesmo jornal informou dias depois, que o governador Ney Braga (PDS) liberou cerca de Cr\$ 3,6 milhões para a reconstrução dos prédios públicos municipais e o banco estadual liberou linhas de crédito aos empresários<sup>9</sup>. O jornal *Diário da Tarde* noticiou que ao menos metade das construções foram destelhadas, o que deixou 2 mil pessoas desabrigadas e 150 feridos. O mesmo jornal é mais detalhista nos danos causados:

Os prejuízos foram incalculáveis, segundo fontes oficiais. As duas feclarias da cidade [...] foram destruídas completamente [...]. Foram destruídos também armazéns e secadores. Somente no armazém do Grupo Troian, os prejuízos foram avaliados em Cr\$ 50 milhões. No aeroporto local, o mesmo grupo sofreu danos de Cr\$ 8 milhões com destruição de uma aeronave, atingida com a queda do hangar [...] O prédio da Prefeitura Municipal foi parcialmente destruído e a sua garagem desabou danificando vários veículos. O novo cinema da cidade, de propriedade do empresário Avelino Cola, que deveria ser inaugurado brevemente, acabou ruindo com a tempestade, causando danos de Cr\$ 40 milhões. Nem mesmo a igreja local ficou intacta. Seu telhado desabou [...] A cidade está sem luz, água e telefone e o clima é de desespero junto à população. Ainda chove na região.<sup>10</sup>

Na mesma época, outra polêmica, ainda carente de estudos, movimentou o

---

8. Jornal *Diário do Paraná* – 01/05/1981, p. 8.

9. Jornal *Diário do Paraná* – 06/05/1981, p. 3.

10. Jornal *Diário da Tarde* – 29/04/1981, p. 4.

debate municipal. Construía-se duas Usinas Hidrelétricas no município de Rosana, estado de São Paulo. Muitos diretores e engenheiros da obra residiam em casas alugadas em Nova Londrina e especularam a construção de uma vila para trabalhadores na cidade.

Arlindo Troian, então vereador e presidente da Câmara, rememora que debateu com o prefeito, vice e demais vereadores daquela legislatura sobre conceder ou não aos diretores o terreno público solicitado para construção da vila e algumas ações de sócios para o Caiuá Country Club, o clube social com piscina, churrasqueira e campo de futebol criado e frequentado pela classe média/alta local. Segundo sua fala na entrevista: “foi uma perda muito grande na época. Eu debati com os cabeças [empresários e políticos] e eles bateram em cima e não aceitaram [...] porque diz que ia prejudicar a cidade, ia criar problemas, ia vir gente [...] houve uma discussão na Câmara” (2018, s/p.).

Troian argumenta que a vila a ser construída na cidade seria destinada aos diretores e trabalhadores com maiores qualificações e salários. Diz que foi ali que iniciou seu rompimento com o grupo político que parecia coeso: “Foi dali em diante que eu fiquei um pouco revoltado e não concordava com muita coisa, mas o que eu ia fazer? Eu era simplesmente um vereador [...]. Mas foi perdido o que seria o dobro do desenvolvimento de Nova Londrina” (2018, s/p.). Há quem duvide que isso chegou a ser especulado e debatido entre os políticos locais e que tudo não passou de uma invenção de alguns políticos contrários ao então prefeito. Ao que parece, uma pesquisa nos arquivos na Câmara Municipal pode dirimir a polêmica.

Arlindo Troian (2018) disse na entrevista que, no final da legislatura, em outra reunião entre os caciques políticos, ele teria resistido à indicação de seu nome como candidato a prefeito pelo já PDS e que só aceitaria se tivesse plena liberdade para escolher o nome de seu companheiro de chapa. Aparentemente, nos parece que já havia sido picado pela “mosca azul” da política e, desde então, sua vida está mergulhada nos embates políticos de Nova Londrina. Escolheu o ex-prefeito João Soares Fragoso (1960-64), que também já havia sido secretário da Fazenda municipal (1964-69), pela experiência administrativa que ele já dispunha, apesar do estranhamento da maioria dos presentes na reunião seguinte.

Na eleição de 1982, Arlindo Troian, o candidato governista, enfrentou contador Valentim Amorilo São João, popular “Kimba”, tendo o empresário Felice Salame como vice, pelo PMDB. A única informação que temos sobre a campanha eleitoral é a fala do próprio Arlindo (2018). Diz ele que a campanha foi difícil: o PMDB tinha mais apoio de deputados estaduais e federais e que lhes restou foi fazer bate-papos de bairros, animados pelo sanfoneiro/advogado/piloto de avião Ivan Gouvêa.

Troian foi eleito por considerável margem de votos. O candidato governista obteve 2.955 votos contra 2.001 do candidato da dissidência oligárquica. O PDS governista elegeu seis vereadores e o PMDB três. É preciso enfatizar que os candidatos do PMDB não representavam oposição de classe ao grupo político dominante, pois eles também eram filhos da "elite pioneira", fazendeiros e empresários locais. Aliás, mais um tema que merece pesquisa densa sobre a história recente de Nova Londrina.

Na entrevista que fizemos, Arlindo (2018) foi modesto em sua avaliação sobre os seis anos de administração municipal: "ela foi uma administração regular", mas enfatizou o combate à erosão como seu principal legado. Na prática, ele admite que não contou com grande oposição na Câmara de Vereadores, mas bastante tranquilidade para governar. Quando terminou sua primeira administração, Troian mandou editar uma bela revista comemorativa (TROIAN, 1988). Nas 44 páginas recheadas de fotografias e lista das obras realizadas, é explícito o tom propagandístico, óbvio para publicações deste tipo. A mensagem de abertura assinada por ele, diz:

Caros munícipes, fizemos editar esta revista para levar a todos uma síntese do nosso trabalho. As obras e serviços nela relatados tiveram uma única direção: a comunidade. Pedimos-lhes que lendo o que nela está, vocês se sintam também responsáveis pelo que conseguimos realizar em nossa administração. Sim, porque vocês, de uma forma ou de outra, na condição de contribuintes, tiveram sua parte – e muito importante – no nosso trabalho (TROIAN, 1988, p. 2).

176

E a lista de realizações é bem extensa: melhorias na urbanização; construção, reformas e melhorias em escolas e creches; pavimentação de ruas; combate à erosão; abertura de quadras e campos esportivos; construção de casas populares; melhorias nos postos de saúde e centros odontológicos; recuperação das estradas rurais; aquisição de ambulâncias, máquinas e ônibus; construção de novo terminal rodoviário etc. Como fica implícito na entrevista, Arlindo Troian, gaúcho de nascimento como tantos outros munícipes, parece ter orgulho mesmo é da doação do terreno municipal destinado à construção do Centro de Tradições Gaúchas (CTG) Três Fronteiras, onde foram construídos amplos salões de festas e bailes, churrasqueiras, cancha de bocha, espaço para leilão de gado e outro para disputas de laço, "que é o ponto maior das atividades tradicionalistas sulinas" (1988, p. 28). Desde então, o local se tornou ponto de encontro não apenas para a comunidade gaúcha, mas para toda a municipalidade que ocorria em festas, carnavais e bailes.

Logo em seu primeiro ano como prefeito, Arlindo também substituiu João de Alencar Barbosa na presidência da Associação dos Municípios do Noroeste do Paraná (Amunpar). Troian foi o líder dos prefeitos da região em dois anos (1983 e 1988). Nos



jornais da capital paranaense, disponíveis no site de Hemeroteca Nacional<sup>11</sup>, são várias as reportagens que o mostram em atuação destacada na cena política do interior do estado ao longo da década. Em seu mandato à frente da Amunpar, ele soube estabelecer contatos que o levariam, anos depois, ao posto político mais alto já alcançado por um político novalondrinense.

Realmente, a administração de Arlindo Troian serviu para unir os dois ramos da oligarquia política local. Em 1988, houve a candidatura única do então vereador Idreno Gregório (PMDB) que juntou os três únicos partidos existentes na cidade (PMDB, PFL e PTB). No entanto, a população não ficou satisfeita com o acordão de bastidores. Dizia-se que os votos de protesto, em branco ou não, poderiam superar os votos dados ao candidato único. Idreno foi eleito com 3.990 votos, mas houve também 2.424 votos em branco e outros 472 nulos. Arlindo (2018) admite que a população não gostou da candidatura única, mas culpa a “oposição” que preferiu não lançar um candidato para concorrer com o seu escolhido.

Troian fez seu sucessor no poder municipal e também na Amunpar, assumida por Idreno em 1989. No mesmo ano, demonstrando já possuir grande faro político, Arlindo aproveitou para surfar a onda Collor de Mello e fundou o PRN no município. Disse ele, na entrevista, que foi procurado pelo deputado estadual maringense Antônio Barbara, que organizava a fundação do PRN e a campanha de Fernando Collor na região, para sair do PFL – onde estava – e migrar para o partido e ser candidato a deputado estadual nas eleições de 1990. Mais uma vez, alega que não queria mais essa candidatura, mas os líderes políticos da cidade insistiram e ele aceitou.

Ele admite que, por ter sido presidente da Amunpar, teve facilidade em percorrer a região em busca de votos. Naquela eleição, o povo do Paraná demonstrou seu histórico conservadorismo político. O PRN foi o partido que mais elegeu deputados federais no estado: oito<sup>12</sup>. De todos os estados da federação, foi onde o partido de Fernando Collor mais elegeu representantes federais. Para a Assembleia Legislativa (Alep), o PRN elegeu 10 deputados estaduais<sup>13</sup>, perdendo apenas para o PMDB. Entre os 45 deputados estaduais eleitos no Paraná, Arlindo Troian (PRN) foi décimo segundo mais votado com 18.159 votos, o terceiro na coligação PRN/PFL, o segundo do partido.

Não podemos deixar de reconhecer que a eleição de Troian para a Alep foi um feito de grande proporção e importância. Um político do extremo noroeste do estado, em sua primeira eleição a nível estadual, ainda que puxado por uma coligação que

---

11. <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

12. Entre os eleitos estavam nomes tradicionais da política estadual, como Max Rosenmann, o mais bem votado de todo o Paraná e debutantes como os comunicadores “Pinga Fogo” e Carlos “Ratinho” Massa.

13. Dentre eles estavam nomes que seriam constantes na política estadual dos anos seguintes: Luiz Alborghetti, o mais votado de todo o Paraná, Valdir Rossoni e Ademar Traiano.

elegeu muitos deputados, obteve expressiva quantidade de votos. Foi o primeiro, e até hoje único, político novalondrinense eleito para a Assembleia Legislativa do Paraná.

Mais uma vez, os jornais da capital podem ser boas fontes para analisar a atuação de Arlindo Troian como deputado estadual. De início, formou parte da “frente de oposição ao governo estadual”<sup>14</sup> de Roberto Requião, porém, já em julho de 1991, junto com outros deputados do PRN, Troian inicia uma série de críticas ao próprio partido e namoro com outras legendas. Essa atitude pode ser melhor compreendida se levarmos em consideração a conjuntura nacional, onde o presidente Collor, com pouco mais de um ano de mandato, já enfrentava uma série de crises no governo e por consequência, no frágil partido que foi criado em 1989 para lhe dar a legenda de candidato, mas que não possuía mínimo lastro político (SALLUM JR, 2015). Como mostra João Fábio Bertonha em artigo que defende a necessidade de se fazer uma biografia sobre Francesco Matarazzo, em trabalhos do tipo:

É importante cruzar os atos do biografado com contextos maiores que ajudem a entendê-lo e revesti-los de uma significação maior [...] biografias que se limitam a narrar a vida de uma pessoa sem fazer referência à sociedade em que esta vivia são, na maioria das vezes, menos convenientes à história (BERTONHA, 2000, p. 23).

178

O partido que teve ótima votação no estado, elegeu a maior bancada federal e a segunda maior estadual, teve Tony Garcia como segundo na corrida ao Senado e José Carlos Martinez, braço direito de Collor na campanha de 1989, como segundo colocado na disputa para governador estava em crise<sup>15</sup>. A crise do PRN do Paraná é a crise do PRN nacional e do governo Collor que já se mostrava em processo de desintegração em meados de 1991.

Em julho, o jornal *Correio de Notícias* publicou o descontentamento do deputado com a direção do partido e principalmente com José Carlos Martinez, presidente estadual. A coluna de Roseli Abrão abriu aspas para Arlindo Troian: “O PRN, hoje, no Paraná, é insignificante. Tem uma bancada atuante, mas as cabeças do partido não estão em sintonia com a nossa. [...] Desde que ele [Martinez] perdeu as eleições nunca

---

14. Jornal *Correio de Notícias* – 05/06/1991, p. 8.

15. Martinez (PRN) venceu o primeiro turno daquela eleição e parecia caminhar para confirmá-la no segundo turno. Poucos dias antes da votação, o adversário Roberto Requião colocou no ar uma peça de propaganda eleitoral que acusava a família Martinez de ter promovido uma série de assassinatos no processo de colonização da região de Assis Chateaubriand. Com certa dose de exagero – pois candidatos ligados ao presidente Collor contavam com rejeição popular e enfrentaram a união das oposições – à época se disse que o “caso Ferreirinha” decidiu a eleição. Na verdade, o “Ferreirinha” entrevistado pela equipe de propaganda do PMDB era um ator, porém, “naquele fatídico programa eleitoral de 1990, o “Ferreirinha ator”, que se passou pelo “verdadeiro” pistoleiro, apenas representou outros “Ferreiras” como admitiu Adizio Figueiredo dos Santos, chefe dos jagunços do pai do candidato derrotado” (ROMPATTO, Maurílio. Piquiri: “O vale esquecido”. Curitiba: Editora CRV, 2016. p. 191)

mais visitou as bases, os diretórios”<sup>16</sup>. Dias depois, a mesma colunista anunciava que o esfacelamento do PRN e a debandada de “colloridos” federais e estaduais era tema recorrente nos bastidores da política curitibana.

Ao longo de todo o segundo semestre de 1991, Troian namorou vários partidos. Primeiro, a imprensa dizia que o favorito era o PFL; depois, juntou com o ex-governador Álvaro Dias que havia entrado no PST e tentava engordar as fileiras do nanico partido. Mas de todos eles, o favorito ao enlace era o PMDB do governador Roberto Requião. Aliás, havia meses que Arlindo Troian votava a favor do governo na Assembleia Legislativa. Finalmente, em dezembro de 1991 anunciou sua saída definitiva do barco “collorido”.

No começo do ano legislativo de 1992, a convite do governador Requião, Arlindo Troian ingressou no PMDB e causou confusão. Escreveu a colunista Débora Iankilevick no jornal *Correio de Notícias*:

O deputado Arlindo Troian, ex-PRN, hoje no PMDB, promoveu 193 filiações para tentar garantir a executiva do Diretório. As filiações foram impugnadas, [...]. Velhos peemedebistas da cidade alegam que Troian “colloriu” o partido com suas filiações [...]. Vai dar pano pra manga.<sup>17</sup>

Fato é que Arlindo Troian venceu a queda de braço com os “velhos peemedebistas” e ficou com a direção do partido em Nova Londrina, o que forçou os descontentes a procurar abrigo em outras siglas locais. Uma hipótese que aqui levantamos para pesquisas futuras é que este movimento feito por Troian embaralhou as cartas do jogo político novalondrinense e a mão seguinte a distribuir as cartas definiu, pelo menos até a eleição de 2016, a vida política no município entre os troianistas e os anti-Troian, em especial o grupo ligado à direção da Cooperativa (Copagra). O que havia sido coeso na eleição municipal de 1988, rachou com este movimento de Troian e definiu os lados na política da cidade para os próximos anos.

Na municipal de 1992, o prestígio do deputado estadual foi suficiente para, com facilidade, eleger o irmão Valdir Troian (PST), até então sem nenhuma experiência política, tendo como vice Ivan Gouvêa (PMDB), advogado e ex-piloto do avião da família. O candidato, que também contou com apoio do então prefeito Idreno Gregório, obteve 4.048 votos contra 2.844 do adversário João Fernandes de Almeida (PDT), apoiado pela Cooperativa local.

O que parecia ser a consolidação da hegemonia Troian – completaria três mandatos seguidos, treze anos à frente do Paço Municipal – sofreu um revés na tentativa

16. *Jornal Correio de Notícias* – 05/07/1991, p. 2.

17. *Jornal Correio de Notícias* – 07/03/1992, p. 8.

frustrada de reeleição para deputado estadual. Embora tenha aumentado em mais de três mil votos ante a eleição anterior, agora no PMDB, Troian não atingiu a legenda necessária e acabou como suplente. Nunca mais voltou à Alep como deputado. Na municipal de 1996, os adversários políticos aproveitaram a insatisfação de parte dos munícipes com a administração de Valdir Troian – havia meses de salários atrasados ao funcionalismo público, determinante para o resultado da eleição – e o inesperado e efêmero lançamento do candidato da terceira via, sustentado por uma empresa de fabricação de fécula local. O opositor João Fernandes de Almeida (PDT), com apoio da Copagra, antiga dona da hegemonia política antes do início da “era Troian”, venceu o ex-prefeito Idreno Gregório (PSDB), candidato governista/troianista por apenas 14 votos de diferença. Como se percebe, as disputas políticas continuavam e continuariam a envolver ativamente a classe empresarial da cidade.

Embora envolto nas acirradas disputas políticas, João Fernandes de Almeida tinha perfil conciliador. Na entrevista que nos concedeu, Arlindo Troian diz que mantinha gratidão a ele, que lhe apoiou nas eleições a deputado. O prefeito faleceu subitamente enquanto dormia, em julho de 2000, quando já se discutiam as alianças políticas para a sua sucessão. Troian (2018) alega que, na tarde daquele mesmo dia, foi procurado por João Fernandes e este lhe teria confessado problemas na condução de sua administração e de relacionamento com seu grupo político ligado à Cooperativa. Por isso, o então prefeito teria declarado que lhe apoiaria contra o candidato Miguel “Mike” Tranin (PPS), então diretor-presidente da Cooperativa, que representaria o governo.

A campanha eleitoral de 2000 é lembrada por Arlindo Troian como a mais pesada que já disputou no município. Segundo ele, os adversários ligados à Cooperativa local gastaram grande quantidade de dinheiro na campanha e recorda com emoção o fato mais polêmico daquela campanha. Em um final de tarde, a diretoria da Copagra – o candidato-diretor à frente – esperou na entrada da cidade os ônibus com as centenas de “bóia-frias”, homens e mulheres cortadores de cana que voltaram do longo, penoso e poeirento dia de trabalho. Todos os trabalhadores foram obrigados a descer dos ônibus e marchar, a pé, cansados, com seus facões, latas de quentinhas e garrafas térmicas a tiracolo pelas ruas da cidade, sob olhares de toda a população, atrás do candidato-diretor, que tinha como vice outro diretor da mesma Cooperativa. Era para ser um ato de campanha que demonstraria a união entre capital e trabalho, pretensamente realizado pelo cooperativismo novalondrinense. Diz Arlindo Troian que:

Eles perderam voto. Aquelas mulheres que desfilaram, os homens, procuravam a gente dizendo: “Estamos com você porque o cara nos humilhou. Nos humilhou [Arlindo estava com a voz embargada e olhar trêmulo] fazendo desfilarem na rua sem trocar de

roupa" (2018, s/p.)

Dizia-se durante a campanha que de um lado estava o candidato da elite local – fazia parte dela, era apoiado por ela e teve os votos das regiões centrais da cidade; de outro, o candidato que, embora tivesse apoio de parte dos empresários locais, inclusive seu vice Umberto Bussadori era dono do frigorífico, representava a população de trabalhadores e que teve mais votos nas periferias da cidade. Troian venceu por esmagadora maioria: 4.976 votos contra 1.927 e sua coligação elegeu oito dos nove vereadores que compuseram a Câmara Municipal. Após dois revezes eleitorais – de 1994 e 1996 – essa esmagadora vitória significava o retorno triunfante do troianismo ao Paço Municipal.

Apesar de a oposição ter se reorganizado melhor, Arlindo Troian foi reeleito em 2004 quando venceu o empresário Dornelis Chiodelli (PFL) – apoiado pela Cooperativa – e a vice professora Solange Ravache (PT) por 600 votos de diferença. Dessa vez, a Câmara de Vereadores contou com quatro firmes opositores que toda semana ocupavam os microfones da rádio AM, de propriedade de um médico local ligado à tradicional família Grendene, para criticá-lo.

Em 2008, a inclusão de mais um candidato da terceira via, o petista professor Roberto Tsunokawa, dividiu mais os votos do eleitorado novalondrinense e resultou na derrota do candidato troianista Idreno Gregório (PSDB). Dornelis (PFL) – tendo como vice Miguel "Mike" Tranin" (PPS), o diretor-presidente da Copagra – venceu com 47,9% dos votos contra 36,7% do petista e 15,3% do troianista. Era a primeira das muitas derrotas que o troianismo acumularia nos anos seguintes. Na municipal de 2012, uma grande polêmica. Arlindo registrou sua candidatura, fez campanha, mas a longa trajetória política também lhe rendeu vários problemas e processos no Poder Judiciário e na Justiça Eleitoral. Seus mais de dois mil votos foram considerados nulos – ele estava inelegível por cinco anos – e Dornelis foi reeleito prefeito. As novas gerações de eleitores e a Justiça decretaram o fim da "era Troian" na política de Nova Londrina. Ao todo, entre 1983 e 2008 foram 21 anos de troianismo no Paço Municipal.

181

### **Memória e planos para botar o retrato do velho outra vez**

Atualmente, a política de Nova Londrina vive outra hegemonia. O grupo que assumiu o comando do Paço Municipal em 2009, e que garantiu a reeleição de Dornelis Chiodelli (agora pelo PSD), fez também o sucessor com o advogado e neto do histórico líder Olivier Grendene, Otávio "Vico" Grendene Bono (PSC), tendo como vice o ex-terceira via professor Roberto (PT). Interessante notar que este grupo tem

tido êxito em incorporar antigos adversários políticos das fileiras troianistas, como Idreno Gregório, por exemplo. Também na Câmara Municipal, praticamente não há oposição. Na municipal de 2016, a coligação governista reuniu dez partidos e obteve 78,2% dos votos. Nesta eleição, Arlindo Troian e seu PMDB sequer lançaram candidatos a vereador, embora ele tenha participado ativamente da campanha do candidato derrotado a prefeito José “Zé Picareta” Sampaio (PPS).

Para muitos observadores da política novalondrinense, o troianismo já é passado. Não para Arlindo Troian. Em entrevista, ele disse:

“Eu espero que, se der certo ainda, nós vamos montar um esquema para a próxima eleição. Não ficará de graça porque o povo me cobra a todo momento na rua. Eu vou na lotérica jogar, é dez que me certam. Eu vou na Igreja, também. Então a gente sente que há um vazio aí na política de Nova Londrina que eu preciso fazer alguma coisa” (2018, s/p.)

Em 2018, Arlindo Troian completa 82 anos de idade. A política que corre em suas veias o faz planejar o retorno ao Paço Municipal onde trabalhou por tantos anos. Seus planos se baseiam, claro, na boa reputação que acredita ter construído junto às camadas populares de Nova Londrina. Na entrevista, como se estivesse em mais um palanque eleitoral, ele enfatiza que sempre procurou fazer o melhor para os mais necessitados, em especial na área da saúde pública. Suas falas são sempre exemplificadas pelos atuais encontros com ex-eleitores que o abordam para agradecer: “Essas coisas, pra mim, é o importante. É fazer alguma coisa para aquele que precisa [...] Então eu acho que a minha popularidade política hoje vem disso” (2018).

Uma leitura possível é que se trata de apenas mais um exemplo de político clientelista, como tantos outros que existiram e existem pelo Brasil, principalmente nos interiores do país. Perguntado sobre como lida com os rótulos pejorativos que recebe dos adversários políticos, como a tradicional acusação de que teria usado a máquina pública para enriquecimento familiar, Troian diz que vê isso como algo natural das disputas políticas, que se considera amigo de todos e que não guarda mágoas ou rancores de nenhum adversário:

“Muitos dizem que não vale a pena entrar para a política. Financeiramente não vale a pena. Você perde muito da administração própria de sua vida particular, negócios, mas acho que valeu a pena por aquilo que a gente fez por aquela pessoa que foi atendida e que talvez nunca seria atendida por ninguém e nós, como éramos administradores do povo nós fizemos. Então essa é a marca importante que valeu a pena a gente fazer política: a política de dar atendimento àqueles que necessitam” (2018, s/p.).

De fato, a vida empresarial da Família Troian entrou ladeira abaixo a partir dos

anos 1980 – quase nada ainda existe do patrimônio que indicamos acima. Ao longo de sua vida política, Troian respondeu e responde a vários processos judiciais por supostas irregularidades em suas administrações. Porém, sua figura permanece no imaginário político local, pró ou contra, mas certamente a cada dia de forma mais mitológica.

## Considerações Finais

Uma hipótese final a ser levantada é que se pode dividir a história política de Nova Londrina em três grandes períodos. O primeiro (1956-1982) é de controle da elite agrária “pioneira” – salvo alguns interregnos –, capitaneada pela Cooperativa que reunia os grandes proprietários locais; o segundo (1983-2008) é a “era Troian” – salvo um intervalo curto – em que o controle político esteve nas mãos do grupo ligado a Arlindo Troian; o terceiro (desde 2009), representa a reconquista de poder pelo grupo da Cooperativa, mas agora dirigido pelos herdeiros, diretos ou indiretos dos “pioneiros” grandes proprietários rurais.

A importância e necessidade de se biografar Arlindo Troian com mais detalhes de fontes e temas está aí. Trata-se do único político que, embora tenha feito parte da oligarquia pioneira, bagunçou as cartas políticas em Nova Londrina. Uma pesquisa que realize entrevistas com outros agentes políticos e populares – e tenha mais cuidado metodológico sobre isso do que o espaço deste artigo não permitiu – pode confirmar ou não as diversas hipóteses aqui levantadas. As atas da Câmara Municipal, principalmente quando Troian foi vereador e prefeito, certamente trarão outras informações sobre seu perfil de líder político. Possíveis documentos familiares e empresariais alargariam a compreensão sobre o biografado. Os arquivos judiciais trarão outra faceta da aqui apresentada. Os jornais da capital, mas principalmente o paranavaense jornal *O Diário do Noroeste*, seguramente contém informações valiosas.

Para não cairmos na armadilha da glorificação do biografado, mas buscarmos uma “história problema”, a temática deve ser ampliada e aprofundada para questões além das aqui superficialmente levantadas, como a migração e o “pioneirismo” sulista; os processos judiciais contra Troian; a relação dialética com os contextos estaduais e nacional nos planos político e econômico; a busca pela compreensão das vivências e experiências particulares do biografado, suas múltiplas facetas permanentemente em conflito consigo mesmo e que certamente influenciaram no posicionamento político; a provável relação clientelista – de mão dupla – com o eleitorado etc. Por uma biografia de Arlindo Troian para avançar no conhecimento sobre a história política do Paraná.

### Referências Bibliográficas:

- AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. **Revista Dimensões**, v. 24, 2010.
- BERTONHA, João Fábio. Conde Franceco Matarazzo e o ser italiano no Brasil: o enfoque biográfico na pesquisa sobre a colonização italiana em São Paulo. **Revista Eletrônica de História do Brasil**, v. 4, n. 1, jun/2000.
- BOGONI, Euclides. **Nova Londrina: 30 anos**. Paranaíba: Diário do Noroeste, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro, FGV, 2006.
- CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios e propostas. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 13, v. 17, 1994.
- GUILHERME, Cássio Augusto. **A Ditadura Civil-Militar e a “politicalha interiorana”**: o caso Halim Maaraoui em Nova Londrina-PR (1969). Curitiba: Editora CRV, 2012.
- GUILHERME, Cássio Augusto. As disputas político-partidárias no extremo noroeste do Paraná entre 1955-1989. **Revista Urutágua** (UEM), n. 29, abril de 2014.
- 184 GUILHERME, Cássio Augusto. Como os nomes das ruas e prédios públicos legitimam o discurso do “pioneirismo”: o caso de Nova Londrina-PR. In: ROMPATTO, Maurílio, *et al* (org.). **História do Paraná: migrações, política e relações interculturais na reocupação das regiões norte, noroeste e oeste do estado**. Toledo: Editora Fasul, 2016.
- LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: Rémond, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro, FGV, 2003.
- ROMPATTO, Maurílio. O processo de (re)ocupação do noroeste do Paraná, Microrregião de Paranaíba, na história e na memória de seus moradores. In: ROMPATTO, Maurílio (org.). **História e memória da colonização do noroeste do Paraná: os casos de Paranaíba, Nova Londrina e Loanda**. Maringá: Massoni, 2012.
- SALLUM JR, Brasílio. **O impeachment de Fernando Collor: sociologia de uma crise**. São Paulo: editora 34, 2015.
- SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e regimes de historicidade. **Métis: história & cultura**, v.2, n.3, jun/2003.
- SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo biografias. Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. **Revista Estudos Históricos**, n. 19, 1997.



SCHMIDT, Benito Bisso. História e biografia. In: CARDOSOS, Ciro e VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

TROIAN, Arlindo Adelino. **Entrevista**. Arquivo do Projeto Memória do Noroeste do Paraná – Acervo de Nova Londrina, entrevista de número 08, com Arlindo Adelino Troian, realizada por Cássio Augusto Guilherme. Nova Londrina-PR, 03 de abril de 2018.

TROIAN, Arlindo Adelino. União, a grande força! **Revista de propaganda política**. Nova Londrina, 1988.

# EXPERIÊNCIA DE TEMPO ACELERADA E NARRATIVA HISTÓRICA DE PAULA PRADO

Clayton José Ferreira<sup>1</sup>

**Resumo:** De início, será abordada a possibilidade de um clima de aceleração no início do século XX brasileiro a partir da categoria de *Stimmung*, tratada por Gumbrecht. Em seguida, será apresentado o estudo de Koselleck quanto ao surgimento da experiência de tempo acelerada moderna. Ao fim, será discutida a hipótese de que tal experiência de um tempo vertiginoso é representada na narrativa do ensaio de Paulo Prado, *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*.

**Palavras-chave:** História Intelectual; Experiência de tempo acelerada; Paulo Prado.

**Abstract:** First of all, the possibility of a climate of acceleration in the early twentieth century Brazil will be approached from the category of *Stimmung*, treated by Gumbrecht. Next, Koselleck's study of the emergence of the modern accelerated-time experience will be presented. At the end, the hypothesis that such a dizzying time experience is represented in the narrative of Paulo Prado's essay, *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*.

**Keywords:** Intellectual History; Accelerated Time Experience; Paulo Prado.

## Introdução

---

1. Doutorando pelo programa de pós-graduação em história da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), onde desenvolve o projeto de tese "Dimensões ético-políticas nas estratégias pragmáticas e estéticas em ensaios da Primeira República" com auxílio de bolsa de estudos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Mestre em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). E-mail: claytonjf15@hotmail.com.

Para compreendermos possibilidades acerca da importância do saber sobre o passado no início do século XX brasileiro, especialmente para grupos letrados intelectuais (polígrafos que exerciam atividades como as da história, jornalismo, literatura, sociologia, antropologia, militâncias, etc.) é importante refletir a respeito de como a experiência do tempo era vivenciada por muitos destes grupos. Isto porque o modo como o tempo era experimentado se encontra conectado com a produção de conhecimento reflexivo sobre o passado e as alternativas de ação vislumbradas.

Ao menos para Paulo Prado (1869-1943)<sup>2</sup>, em seu ensaio *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira* (1928), acredito que se tratava de uma experiência do tempo acelerada, o que, entre outras possibilidades, poderia estar inserido em um *Stimmung* acelerado, portanto, compartilhado por outros dos seus contemporâneos. Quanto a noção de *Stimmung*, Gumbrecht aponta:

Para podermos ter consciência e perceber o valor dos diferentes sentidos e das nuances de sentido invocado pelo *Stimmung*, será útil pensar nos conjuntos de palavras que servem para traduzir o termo em algumas línguas. Em inglês existem *mood* e *climate*. *Mood* refere-se a uma sensação interior, um estado de espírito tão privado que não pode sequer ser circunscrito com grande precisão. *Climate* diz respeito a alguma coisa objetiva que está em volta das pessoas e sobre elas exerce uma influência física. Só em alemão a palavra se reúne, a *Stimme* e *astimmen*. A primeira significa 'voz'; a segunda, 'afinar um instrumento musical'; por extensão, *stimmen* significa também 'estar correto'. Tal como é sugerido pelo afinar de um instrumento musical, os estados de espírito e as atmosferas específicas são experimentados num *continuum*, como escalas de música. Apresentam-se a nós como nuances que desafiam nosso poder de discernimento e de descrição, bem como o poder da linguagem para as captar (GUMBRECHT, 2014, p. 9-14).

187

Segundo Marcelo Rangel, podemos compreender *Stimmung* "como uma espécie de âmbito sentimental constituído historicamente, no interior/ou a partir da experiência de um determinado 'tempo histórico', capaz de orientar de forma significativa pensamentos e ações" (RANGEL, 2014, p. 56-57). Para entender parte da sofisticada realidade histórica onde o ensaio estudado está inserido, é de grande

---

2. Filho de Antônio da Silva Prado e Maria Catarina da Costa Pinto e Silva e sobrinho de um dos membros fundadores da Academia Brasileira de Letras, Eduardo Prado (1860-1901), Paulo Prado (1869-1943) herdou de sua família a atividade de produtor de café e a presidência da maior empresa de exportação de café do país em sua época, a Casa Prado, Chaves & Cia. Formou-se bacharel em direito em 1899. Prado teve participação fundamental junto com sua esposa, Marinette Prado, na *Semana de Arte Moderna* de 1922, foi mecenas do grupo modernista paulista, "colaborador de importantes periódicos paulistas, como O Estado de S. Paulo, Correio da Manhã, Jornal do Comércio e Revista do Brasil, além de ter participação ativa na fundação de importantes revistas modernistas (Klaxon, Terra Roxa e outras terras e Revista Nova) e no próprio movimento da Semana de Arte Moderna. Após o encerramento da Revista Klaxon, em 1923, Paulo Prado assume a Revista do Brasil, que de 1918 a 1925 foi controlada por Monteiro Lobato. A principal mudança dessa nova direção será a utilização da Revista como veículo de divulgação do movimento modernista, em oposição ao caráter acadêmico que antes a definia" (AGUIAR, 2014, p. 20-21).

importância a perspectiva de que:

(...) um 'clima histórico' é o mesmo que um conjunto de sentimentos específico que se sedimentam e se tornam transcendentais no interior de um 'tempo histórico' determinado, podendo se reconstituir de acordo com acontecimentos históricos e experiências do tempo (RANGEL, 2014, p. 56-57).

A experiência de tempo acelerada constitui e é parte específica da composição de um *Stimmung* onde, no interior de seu ensaio, Prado parece querer reorganizar a distância histórica. Ou melhor, Prado parece buscar obscurecer, provocar algum esquecimento em relação a algumas experiências passadas consideradas contraproducentes e intensificar outras para tentar potencializar o presente em suas perspectivas de ação cotidiana. Indo ao encontro do argumento de Gaio acerca do retrato de uma tristeza realizado por Prado, compreende-se que:

(...) a pintura de um quadro negativo do Brasil – que expõe, sobretudo, os vícios e o desregramento da formação nacional, que aponta para os malefícios da luxúria, da cobiça, do romantismo e conseqüentemente de uma melancolia brasileira –, não deve ser compreendida como mera manifestação de um suposto ceticismo, posto que a visão crítica do passado definiu-se como passo indispensável rumo à superação (GAIO, 2008, p. 13).

188

Em síntese, o livro de Prado pode ser compreendido como um esforço hermenêutico através de representações históricas, muitas delas fundamentadas em documentação e método, e um empenho de sensibilização do leitor a partir de elementos estéticos. Esta pragmática procura reordenar possibilidades de relacionamento com experiências passadas. Dito isto, podemos entender que:

O Retrato do Brasil é um ensaio que traduz um esforço de crítica das formas culturais que o Brasil teria herdado da experiência colonial, e uma reflexão sobre as possibilidades de superação dessa herança, vista como um entrave à modernidade, ao progresso moral e ao aperfeiçoamento político do país (DUTRA, 2000, p. 233).

A partir de sua narrativa, caracterizada por pragmáticas lógico-formais e estéticas e uma preocupação ético-política, Prado aponta para experiências passadas tentando reconstituir outras potencialidades para a própria experiência do tempo, tentando rearranjar seus sentidos e as aptidões sentimentais, buscando mediar e instigar ações em seus leitores. Como aponta Gaio, "até mesmo as questões estéticas apresentam-se sempre subordinadas, em Paulo Prado, ao sentimento nacionalista, a um ideal de modernização, ao âmbito da ação em defesa de uma máquina pública eficiente e capaz de estimular o progresso do país" (GAIO, 2008, p. 12).

É importante dizer que com ético-político, me refiro as reflexões a respeito do comportamento social e individual voltado para a ação cotidiana através de um *ethos*,

construído sempre historicamente, portanto, a partir de elementos socioculturais, espaciais e temporais. Dados os limites históricos e individuais, especialmente no que tange a muitos argumentos elitistas, etnocêntricos, preconceituosos (para o seu próprio tempo) e autocentrados de Prado, quando me refiro a suas perspectivas éticas, não quero qualificar suas reflexões como ponderadas, corretas, justas, como se partilhassem de um conjunto de valoração que pode ser entendido como apropriado para integridade de todo e qualquer sujeito, independentemente de sua identidade. O que indico como preocupação ética aqui diz respeito especificamente às reflexões de Prado em seu ensaio, ao sistema de valores produzidos por este autor acerca das possibilidades de ação dos indivíduos voltadas para uma vida social considerada pelo ensaísta como mais oportuna, a qual infelizmente é, muitas das vezes, excludente e conservadora.

Também, não quero de modo algum concluir que esta experiência de tempo acelerada era a única possível de ser vivenciada nas três primeiras décadas do século XX brasileiro: havia muitas outras, coexistindo. O que destaco aqui é a expressividade da experiência de tempo acelerada experimentada no período, a qual pode ser assinalada a partir de muitos ensaios e periódicos. Dito isto, tentaremos nos distanciar de pressupostos ou tópicos cristalizadas em parte da historiografia sobre a Primeira República brasileira que a tipificam imediatamente como atrasada, “cujos intelectuais seriam incapazes de pensar por si próprios, sendo meros repetidores, ‘importadores de ideias’” e onde “o modernismo, com o marco de 1922, seria o momento em que esse mal teria sido ou resolvido ou enfrentado.” (AVELAR, A; FARIA, D; PEREIRA, M., 2012, p. 20). Como salienta Avelar, Faria e Pereira:

Ideia de atraso que pressupõe a existência de um único tempo universal e homogêneo, uma escala evolutiva determinada – pois somente assim, alguém poderia dizer que um país ou uma nação estaria “à frente” de outro. Pressupõe, ainda, uma imagem idealizada desses países que encarnariam a civilização no que ela teria de mais avançado. E, por fim, do ponto de vista metodológico, aposta que as ideias estão ou deveriam estar confinadas a contextos territoriais nacionais, indo de encontro a tudo o que se diz atualmente sobre circulação e interação de discursos e tomando, como dado apriorístico, o recorte do Estado-Nação como realidade histórica fundamental (AVELAR, A; FARIA, D; PEREIRA, M., 2012, p. 21-22).

Em uma realidade complexa onde é produzido o discurso para o desenvolvimento social e técnico ao mesmo tempo em que se critica a linearidade disto que seria o progresso, o tempo não pode ser entendido como uma sequência ininterrupta e unidirecional. Como Prado, parte destes letrados entendem o tempo de forma processual, multidirecional, onde estas possibilidades se encontravam simultaneamente a perspectivas também lineares e até mesmo “circulares” e outras mais. Mesmo quando encontramos o discurso do atraso nestes ensaios e periódicos, é preciso examiná-los

a partir da complexidade de sua historicidade e se manter atento a interpretações engessadas produzidas posteriormente<sup>3</sup>.

É necessário indicar que querer tratar de forma crítica e não linear o progresso, sustentando o argumento da modernização, não significa, necessariamente, querer intensificar a experiência de tempo acelerada. No texto de Prado, entende-se que o aumento da sensação de velocidade constante poderia produzir, ao mesmo tempo, um clima de instabilidade. Seria necessário especular acerca de um ritmo adequado. Para isso, em seu ensaio, o autor aqui estudado interpreta e indica experiências passadas as quais se relacionam negativamente com o presente, produzindo críticas ao “peso” impertinente de determinados passados. Ao mesmo tempo, se esforça por desobscurecer outras perspectivas históricas que estimulassem de forma positiva o presente. Prado ocupou um espaço intelectual interessante, tendo sido editor da Revista do Brasil após o final da direção de Monteiro Lobato, se colocado próximo às ideias de Capistrano de Abreu (seu amigo pessoal), além de mecenas do movimento modernista, e mais ainda, da semana de arte moderna 1922.

Paulo Prado mostra-se um importante mediador entre universos aparentemente díspares – tais como o de Capistrano de Abreu e o dos modernistas paulistas; o da geração de 1870 e o da de 1922; o de Graça Aranha e o do grupo que se formava em torno da Semana de Arte Moderna, e mesmo entre as várias vertentes desse grupo em formação – e é exatamente nessa sua posição no “meio”, entre grupos, tradições e gerações, que talvez resida o seu interesse. Temos aqui uma aproximação entre personagens e círculos à primeira vista antagônicos e opostos, como aqueles que integravam o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) – fundado em 1894 – e os jovens intelectuais e artistas ligados à Semana de Arte Moderna de 1922 – como Oswald de Andrade (1890-1954), que é prefaciado por Prado em sua *Poesia Pau Brasil* (1925), além de lhe dedicar *Memórias Sentimentais de João Miramar* (1924); e Mário de Andrade (1893-1945), que irá escrever *Macunaíma* (1928) a partir da leitura de *Retrato do Brasil*, de Prado” (WALDMAN, 2013, p. 212).

190

Temporalmente, suas perspectivas reflexivas, como atesta Palti acerca da intelectualidade Latina Americana, não se encontram “fora de lugar” ou “atrasadas” em relação a outras comunidades intelectuais, como se houvesse um centro de produção de saberes (Europeia, Estadunidense). O que se encontra na obra da maioria destes autores são constituições complexas, sofisticadas, específicas, produzidas em espaços

---

3. Muitas interpretações *a posteriori* acerca da escrita da história na Primeira República, assim como de outras atividades intelectuais, se constituem teleológico e anacronicamente, compreendendo este momento como um espaço no qual se produziu um saber inferior, simplista, incompleto e contraditório, por exemplo, por se situar anterior à especialização e profissionalização aos moldes institucionais universitários (das graduações e bem mais à frente, das pós-graduações) e pela escolha do ensaio como gênero de escrita e, ainda, pelo esforço de síntese. Infelizmente, estas perspectivas acabam por, muitas vezes, reduzir e soterrar a sofisticação histórica dos trabalhos escritos antes do estabelecimento contundente dos sistemas universitários como se anteriormente não houvesse preocupação metodológica, científica, teórica, erudita e mesmo institucional (é preciso lembrar da importância do IHGB e de outros institutos durante a Primeira República) a respeito da constituição e produção de saberes no Brasil.

outros, considerando as distinções da multiplicidade do que chamamos Brasil e mesmo do que convenientemente tratamos como América Latina (PALTÍ, 2014, p. 40-42). E como Avelar, Faria e Pereira indicam, o território ou a perspectiva da nacionalidade não aprisiona as ideias em suas fronteiras, elas se relacionam constantemente entre os mais diferentes espaços e ambientes (AVELAR, A; FÁRIA, D; PEREIRA, M., 2012, p. 22). As ideias estão, assim como argumentou Pocock, em constante circulação em meio a lugares diversos, incorporando, produzindo, ressignificando, transformando e intensificando as mais diferentes perspectivas (POCOCK, 2003).

Tendo estas noções em nosso horizonte, imprescindíveis para nos mantermos atentos à complexidade do nosso objeto, é necessário que seja tematizado o surgimento da possibilidade de uma experiência de tempo acelerada na modernidade antes de abordarmos como ela é tratada no ensaio de Prado. Faremos isso a partir do trabalho atendo acerca das perspectivas modernas retratadas por Koselleck.

### **Experiência de tempo acelerada na modernidade**

Entre variadas alternativas para representar seu argumento, Koselleck escolhe uma situação a qual a estética se torna central para a caracterização da modernidade. O quadro representando a batalha de Alexandre, o Grande, contra os persas, de autoria de Albrecht Altdorfer (1480-1538). Nele, o pintor lançou mão de um anacronismo que tornava a batalha atemporal, como se não houvesse diferença entre a sociedade que queria representar e aquela na qual seu pintor e aquele que a encomendou, Guilherme VI (1493-1550), se encontravam (século XVI, na Baviera). Não existia ali um esforço incisivo em eliminar uma diferença temporal, simplesmente não se compreendia haver uma dessemelhança.

No interior daquela historicidade onde a pintura foi concebida, a vitória de Alexandre era parte de uma compreensão cristã da passagem do segundo para o terceiro Império terreno, onde este seria o penúltimo império, o terceiro dentre os quatro que existiriam antes do fim dos tempos (apocalipse) segundo a escatologia cristã. A vitória de Alexandre era entendida então como a vitória da luz contra as trevas, onde o elemento atemporal seria justamente esta batalha metafísica de caráter maniqueísta, ou melhor, a batalha entre o bem e o mal transcenderia o tempo e o espaço e mesmo a realidade material humana. Quase trezentos anos depois, Schlegel, ao observar elogiosamente a pintura, concebeu uma distância temporal entre a batalha a qual era retratada no quadro e o seu próprio presente (KOSELLECK, 2006, p. 21-23). Isto quer dizer que para Schlegel, e muitos dos seus contemporâneos, era experimentada uma

transformação com o passar do tempo, e não uma percepção de atemporalidade onde se inseria toda experiência como a mesma no interior da compreensão cristã.

Algo aconteceu nos trezentos anos que separam Altdorfer e Schlegel, especialmente no que diz respeito ao surgimento de certa temporalização característica e própria à modernidade, segundo Koselleck. A experiência de tempo para Altdorfer era experimentada de forma circular, onde situações passadas se repetiam constantemente (como por exemplo, a constituição e queda de Impérios) até que acontecesse – como era esperado - o Juízo Final, o fim de toda história. Schlegel, por sua vez, vivenciava a passagem do tempo como algo que se transformava e diferenciava constantemente em relação ao passado, indo rumo a um presente cada vez mais singular em relação ao “espaço de experiência”. No entanto, ainda assim não desaparece a possibilidade de repetição de situações para a historicidade de Schlegel (como o início e fim de regimes políticos). O tempo desenrolava-se de forma diferente para cada um deles, deste modo, o tempo histórico adquiriu, nestes trezentos anos, outra qualidade: “(...) observa-se, nesses séculos, uma temporalização da história, em cujo o fim se encontra uma forma peculiar de aceleração que caracteriza a nossa modernidade” (KOSELLECK, 2006, p. 23).

192

Até o século XVI a história da cristandade é a história da expectativa do fim dos tempos (e da leitura dos sinais apocalípticos) e dos repetidos adiamentos deste fim. Para Lutero (1483-1546), a aceleração (ou abreviação) do tempo era um sinal divino de que os acontecimentos humanos estavam sendo comprimidos para que o juízo final ocorresse logo. Muito tempo depois, Robespierre (1758-1794) entende a aceleração como uma tarefa do homem para a aproximação de um futuro humano, terreno, de liberdade e alegria (KOSELLECK, 2006, p. 25). O progresso se torna uma metanarrativa, um *télos*, uma filosofia da história, atribuindo à história uma diferença qualitativa entre seu passado e o futuro: “Foi só com o advento da filosofia da história que uma incipiente modernidade desligou-se de seu próprio passado, inaugurando, por meio de um futuro inédito, também a nossa modernidade” – combinação entre política e profecia salvacionista, esta última um aspecto o qual se relacionava com a mentalidade cristã anterior (KOSELLECK, 2006, p. 35).

NoséculoXVIIIa aceleração do tempo torna-se parte de uma tarefa de planejamento do futuro. Com isso, é quase como se o presente não pudesse ser experimentado, pois sempre há o desejo de acelerar para chegar ao futuro, que é entendido como melhor que qualquer passado e, ainda, caracterizado pelo desconhecido, por aquilo que será diferente das experiências conhecidas até então. As categorias de “Reação”, até então “(...) empregada como uma categoria mecanicista”, e “Revolução”, entendida como o movimento de rotação dos astros, tornam-se categorias com novos significados: a



reação passa a ser assimilada como aquela que quer deter isto que seria a “revolução”, já a revolução é compreendida como aquilo que rompe algo em favor do futuro, que é necessariamente melhor (KOSELLECK, 2006, p. 37). É importante notar que, no decurso das experiências históricas, também é admitida a existência de diferentes velocidades de transformação, coexistindo simultaneamente em espacialidades diversas ou no percurso entendido como linear dos processos históricos que se conectam. Estas variações semânticas acerca das experiências experimentadas são reproduzidas na linguagem cotidiana (língua escrita, falada, corporal, das estéticas diversas nas artes, etc.).

Há acelerações e desacelerações com distintos tempos que se agrupam e que podem provocar fricções e inclusive fraturas entre os estratos temporais dos acontecimentos concretos, por um lado, e das estruturas repetitivas, por outro. Com isto, também podem aparecer fricções no uso da linguagem, em enunciados, em textos, em discursos e em seus significados (KOSELLECK, 2012, p. 31).<sup>4</sup>

Três aspectos específicos são consolidados na experiência moderna, segundo Koselleck. O primeiro é a irreversibilidade dos eventos, “o antes e o depois em suas diferentes circunstâncias de desenvolvimento”. O segundo seria a possibilidade de os sujeitos indicarem uma suposta identidade similar entre dois momentos históricos (semelhança entre grupo de fatos, relação “tipológica e/ou figurativa”, comparação, alguma sensação de repetição dos eventos). O terceiro é a percepção de “simultaneidade da não simultaneidade”, a sensação de que, no devir do tempo da natureza, há transcurso históricos que decorrem de forma simultânea, onde estes se diferenciam entre si, como episódios, e ainda, uns duram por mais ou por menos períodos de tempo, e uns são mais acelerados que outros. Os movimentos da história se dão a partir destas três perspectivas que caracterizam a percepção dos sujeitos acerca da passagem do tempo (KOSELLECK, 2006, p. 121-122).<sup>5</sup>

193

Conceitualmente, da combinação destes três critérios podem-se depreender as noções de progresso, decadência, aceleração ou retardamento, as noções adverbiais como ‘ainda não’ e ‘não mais’, o ‘mais cedo que’ ou ‘depois de’, o ‘cedo demais’ ou ‘tarde

---

4. “Hayaceleraciones y ralentizaciones con distintos tiempos que si agolpan y que pueden provocar fricciones e incluso fracturas entre los estratos temporales de los acontecimientos concretos, por un lado, y de las estructuras repetitivas, por otro. Conello, también pueden aparecer fricciones en el uso del lenguaje, en enunciados, en textos, en discursos y en sus significados.” Tradução nossa.

5. A respeito da simultaneidade da não simultaneidade, Koselleck escreve: “Dada uma mesma cronologia do tempo natural, pode-se falar de diferentes níveis de transcurso históricos. Nessa fissura temporal podem estar contidas diferentes camadas de tempo, as quais, dependendo do agente histórico ou das situações investigadas, são dotadas de diferentes períodos de duração e poderiam ser medidas umas em relação às outras. Da mesma forma, o conceito de simultaneidade da não simultaneidade, contém diferentes extensões temporais, que aludem à estrutura prognóstica do tempo histórico, pois cada prognóstico antecipa acontecimentos que já se encontram dispostos no presente, mas ainda não se realizaram”.

demais', a situação e a duração, a cujas determinações distintivas devemos recorrer de modo a tornar visíveis movimentos históricos concretos (KOSELLECK, 2006, p. 122).

Como em toda experiência humana, onde há a formatação das mais diversas estruturas das linguagens, o esforço semântico produz categorias e conceitos para se relacionar e expressar no interior destas novas perspectivas. Isto nos permite apreender parte destas noções no interior de determinados enunciados e textos.

Dito de outro modo: como se articula a relação temporal entre conceitos e estados de coisas? Sem dúvida, a chave da história conceitual reside neste ponto. Já que o que pode e deve ser concebido está além dos conceitos. Toda semântica faz referência a algo que se encontra mais além dela mesma, embora nenhum campo de objetos pode conceber-se e experimentar-se sem a contribuição semântica da linguagem (KOSELLECK, 2012, p. 31).<sup>6</sup>

A perspectiva de que o tempo pode discorrer em diferentes ritmos, mais acelerados ou menos, surge apoiado na sensação de que os percursos históricos ocorrem através de transformações. Esta diferenciação na modernidade ocorreria através de uma metanarrativa que compreende o futuro como melhor que o passado, ou seja, que o transcender da história se encontra no rumo de um progresso técnico humano – sendo discutível para quem ou qual grupo social estava destinado este progresso. Ainda, as linguagens no interior das características de cada sociedade e cultura se articulam com as experiências históricas, de modo a sedimentar muitas das variabilidades semânticas em uma historicidade.

Baseado nestas considerações, o próximo passo deste texto será observar as especificidades da experiência de tempo em um momento muito específico da experiência moderna no início do século XX, daquilo que alguns compreendem como “Alta Modernidade” (GUMBRECHT, 1998, p. 21). Seria esta, uma situação de variações e modificações de algumas das prerrogativas modernas em cada uma das suas especificidades espaciais, processo histórico o qual se encontra o ensaio *Retrato do Brasil de Prado*.

### **Experiência de tempo acelerada no Retrato do Brasil**

A partir desta possibilidade, entre linguagem e estados de coisas, é que podemos refletir a respeito das manifestações semânticas apresentadas no texto do

---

6. “Dicho de otro modo: ¿cómo se articula la relación temporal entre conceptos y estados de cosas? Sin duda, la clave de la historia conceptual radica en este punto. Ya que lo que puede y lo que debe concebirse se encuentra más allá de sí misma, aun que ningún campo de objetos puede concebirse y experimentarse in la aportación semántica de llenguaje.” Tradução nossa.

ensaio de Paulo Prado. Torna-se significativa a demonstração de uma percepção de experiência de tempo acelerada em seu texto, assim como a relação desta forma de vivenciar o tempo com aquela descrita por Koselleck nos processos de constituição da modernidade.

No trecho a seguir, Prado compreende o seu presente como um imperativo, um agente, ao mencionar o “Hoje” com letra maiúscula. Este sujeito, que é o “Hoje”, o presente de Prado, composto pelos indivíduos em suas tramas, se coloca em constante transformação pela ação da experiência acelerada do tempo, mas, ao mesmo tempo, pode produzir a manutenção de perspectivas sociais já assentadas ao se colocar impassível em relação a elas. Esta apatia que não confronta situações historicamente constituídas, que são entendidas por Prado como negativas, também é tratada como uma forma de ação.

Fixemos o olhar por um instante na realidade visível, palpável e viva desse Hoje que surge, se transforma e desaparece num relance, como na corrida de um automóvel a paisagem que passa. Damos ao mundo o espetáculo de um povo habitando um território – que a lenda mais que a verdade – considera imenso torrão de inigualáveis riquezas, e não sabendo explorar e aproveitar seu quinhão. Dos agrupamentos humanos em mediana importância, o nosso país é talvez o mais atrasado. O Brasil, de fato, não progride; vive e cresce, como cresce e vive uma criança doente no lento desenvolvimento de um corpo mal organizado. (...) O sertão todo, o grande sonho dos pioneiros, segregado na sua longínqua independência, é a mesma terra que palmilharam Spix e Marius, Saint-Hilaire, Neuwied, Mawe e tantos outros. Como no tempo dos “valentões” de que falava Southey, o cangaço domina o âmago do país: é uma tradição do mandonismo (PRADO, 1928, p. 200-201).

195

Nesta citação encontramos sua escrita ordenada a partir de um método ou caminho orientando pelo que podemos chamar de uma lógica do sentido e, também, por um encaminhamento (ou estratégia) mais estético, ambos determinados por um interesse pragmático ou ético-político. A lógica do sentido, próximo às concepções de Gumbrecht, se constitui de uma relação francamente interpretativa com o mundo, a qual separa o sujeito do objeto através da racionalização (como se não houvesse corpo, apenas consciência), tornando possível uma reorganização ou posicionamento do mundo através do par razão/vontade. Nesta análise, o esforço estético em *Retrato do Brasil* parte do paradigma da presença, assinalado por Gumbrecht como aquele que cria a oportunidade de tangibilidade dos objetos com o corpo, das experiências sensoriais e afetivas; onde o próprio corpo não se distingue ontologicamente das coisas e o impulso para a transformação é substituído por uma vontade de se inscrever em uma dada cosmologia (GUMBRECHT, 2009, p. 13).

Para Berriel, Prado aproxima “os recursos sistemáticos advindos da liberdade do artista” no interior do impressionismo como um método histórico, o qual ele acredita que acaba por transmutar a representação histórica em uma “arbitrariedade de historiador”

(BERRIEL, 1994, p. 162). O autor de *Tietê, Tejo, Sena*, parece analisar o ensaio de Prado com base em certa expectativa teórico/metodológica que compreende a dualidade objetividade/subjetividade como, de certo modo, opostas. Em seu argumento, a objetividade estaria associada (anacronicamente) a uma perspectiva científica da historiografia, enquanto os aspectos estéticos/subjetivos, apenas a personalidades, o que Berriel entende como característico do gênero ensaístico. Para ele, a oposição entre ensaio e ciência seria outro aspecto que afastaria Prado da produção de uma narrativa histórica mais precisa, algo que, para Berriel, estaria atestado no livro de Prado quando este critica a “ciência conjectural a alemã” inscritas nos princípios de Martius para a escrita da história (PRADO, 1928, p.103). Independente dos aspectos precisos ou não acerca da narrativa histórica de Prado é preciso mais uma vez apontar para as possibilidades importantes acerca das experiências sensoriais e afetivas no interior do paradigma da presença para a ‘presentificação’ do passado na linguagem utilizada em *Retrato do Brasil*.

Tematizando problemas éticos e políticos, Prado apresenta tanto pragmáticas do sentido como da presença. Deste modo, há a produção de argumentos concatenados, racionalmente dispostos ao mencionar o pouco ou nenhum comparecimento do Estado em espaços distantes do centro, dando margem ao fortalecimento de poderes locais. Abordando escritores viajantes os quais relataram tal situação, aqui, Prado apresenta argumentos de autoridade, relacionados as perspectivas do sentido. Em outro momento, a experiência de tempo acelerada, como algo que “surge, se transforma e desaparece num relance” se encontra como algo que afeta corpos, que pode ser experimentado.

A *Stimmung* de um tempo acelerado se mostra, nesse trecho, a partir da metáfora a respeito do automóvel, da paisagem e da sua materialidade, apontando ou requerendo elementos daquilo que é sensorial, que pertence ao paradigma da presença. Da mesma forma, as características da presença se encontram no momento onde menciona a realidade de seu “Hoje” como algo “visível” e “palpável” para o corpo, uma metáfora de um presente (um “Hoje” “vivo”, quase corporificado por ser apresentado como algo que pode ser visto e, ainda, ser tangível. O mesmo ocorre através da sua alegoria acerca de um organismo infantil que “vive” e “cresce” “doente”, que possui um “corpo mal organizado”.

O atraso mencionado por Prado não aparece aqui como uma lentidão de movimento. O que se apresenta é a dificuldade imensa em produzir estabilidade (social, econômica, institucional) em meio as transformações intensas e cada vez mais velozes, a dificuldade em alicerçar outras possibilidades no “Hoje que surge, se transforma e desaparece num relance”. Em seu esforço de compreensão histórica, ao mesmo tempo em que o autor aponta o engessamento de um hábito do descaso administrativo e

uma cultura afetiva a qual culminou na tristeza, descreve as transformações constantes no início da modernidade e em sua própria contemporaneidade. Assim, caminha indicando uma ideia de velocidade que produz vertigem, que dificulta a reestruturação daquele espaço social devido a um presente curto, que rapidamente se esvai.

O tempo é entendido como algo que se transforma, mas não necessariamente na direção do progresso, a não ser que haja uma mobilização ética, política e estético-afetiva que restitua determinados passados e reintegre os indivíduos. Para o ensaísta, o elemento religioso na colonização do que hoje é os Estados Unidos da América, acabou por mediar de forma adequada os impulsos modernos individualistas, sem destruí-los ou reprimi-los intensamente, produzindo uma sociabilidade mais ordenada. Para ele, as exacerbações egoístas dos indivíduos europeus que colonizaram o Brasil, marcadas pela luxúria e a cobiça, impediram que tal integração ocorresse de modo apropriado. O autor de *Retrato do Brasil* entende que o “objetivo desses aventureiros não era a formação de um país, mas somente amealhar riqueza fácil para gozá-la na corte portuguesa” já que “o colonizador, para Paulo Prado, era portador de graves defeitos, como individualistas e devasso (ANDRADE, 2008, p. 44). Neste sentido,

Prado possui um *pathos* durkheimiano de desejo de solidariedade moral. A superioridade dos EUA sobre nós residiria na fortaleza ética da religião puritana de seus fundadores. Nossa história apenas nos legou tristeza, melancolia e desesperança. (GIL, 1994, p. 214).

197

Há, aqui, certa desconfiança em relação às metanarrativas modernas, a linearidade do progresso. É indispensável notar que, em *Retrato do Brasil*, o tempo não produz somente diferença entre passado e futuro. As experiências passadas marcam o presente e os homens se relacionam com seus antepassados, tanto no decurso de interpretações fragmentadas, memórias, narrativas, etc. como por meio da presença deste passado no cotidiano, através de sua materialidade, de relações sensoriais e afetivas.

A citação a seguir é determinada por um “clima” de instabilidade. Ao mesmo tempo que o trecho aponta continuidades com o passado consideradas negativas (como o militarismo), apresenta a ideia de desordem política por meio de transformações rápidas, precipitadas, onde a sucessão política de décadas aparenta ser algo que se desenrola em instantes. Com isso, a sensação de aceleração compreende que é possível sedimentar formas habituais de se relacionar com os sujeitos e objetos, ou ainda, a aceleração não destrói e transforma todas as formas tradicionais de se agir que se constituem historicamente.

A questão militar, mal de nascença de que nunca se curou o país, a desorganização dos

partidos, as falhas da administração, o romantismo da abolição, a desordem geral dos espíritos – fizeram a República, nesse 15 de novembro que foi a *journeé desdupes* de nossa história. E é o que aí está. O profundo abalo da mudança de forma de governo, a inevitável transmutação de valores sociais e políticos, deram a princípio uma aparência de vitalidade ao organismo nacional. Mas não estava longe o atoleiro em que hoje chafurdamos. Quarenta anos de experiências malsucedidas nos trouxeram à situação atual. Os homens de governo sucederam-se ao acaso, sem nenhum motivo imperioso para a indicação de seus nomes, exceto o das conveniências e cambalachos da politicagem (PRADO, 1928, p. 210-211).<sup>7</sup>

Para o autor, nas experiências passadas no território do que hoje é o Brasil, houve pouco equilíbrio entre os elementos que compõe a sociabilidade. Ou seja, não houve a estruturação de um maior desenvolvimento social a partir de componentes que produzissem relações comunitárias entre os sujeitos, o que, na sua visão, evitaria tendências egoístas voltadas para a cobiça e a luxúria. Isso ocorreu devido a falta de balanceamento entre a administração estatal, a cultura religiosa, o direito natural dos indivíduos a partir de sentimentos/ações modernas que estabilizassem a sociedade para que ela não tendesse tanto ao extremo do egocentrismo, como da tirania governamental<sup>8</sup>. Ou ainda, era preciso produzir uma tensão moderada entre as instituições e a tendência autocentrada, que é compreendida por Prado como uma característica do sujeito moderno, para que se realizem “estimulantes afetivos de ordem moral e os de atividade mental”, o que viabilizaria um funcionamento social mais orgânico (PRADO, 1928, 62-64).

198

Sugerimos nestas páginas o vínculo secular que deixaram na psique nacional os desmandos da luxúria e da cobiça, e em seguida, na sociedade já constituída, os devaneios do mal romântico. Esses influxos desenvolveram-se no desenfreamento do mais anárquico e desordenado individualismo, desde a vida isolada e livre do colono que aqui aportava, até as lamúrias egoístas dos poetas enamorados e infelizes. Como reagentes nos faltaram, na nossa crise de assimilação, o elemento religioso, a resistência puritana da nova Inglaterra, a hierarquia social dos velhos pioneiros americanos, o instinto de colaboração coletiva. *Ubi bene, ibi pátria*, diz nosso profundo indiferentismo, feito de preguiça física, de faquirismo, de submissão resignada diante da fatalidade das coisas (PRADO, 1928, p. 196).<sup>9</sup>

Nesta passagem que se refere ao início da modernidade, percebemos como Prado descreve ao começo da colonização como caracterizada por processos velozes. Este ritmo apressado estaria presente na busca frenética de alguns sujeitos por liberdade frente ao aprisionamento proporcionado pelas instituições sociais e do Estado. Seria este um cenário de individualismo “desenfreado” que intensifica tal rapidez. Em sua

---

7. A expressão *journeé desdupes* (dia dos logrados) se refere à tentativa frustrada da oposição em despojar o Cardeal de Richelieu de seu cargo como primeiro ministro da França em 1630.

8. Com isto não quero dizer que são atitudes/ações as quais caracterizam unicamente a experiência moderna, mas que elas possuem peculiaridades e importância central na formatação moderna para Prado.

9. *Ubi bene, ibi pátria* significa algo como “onde se vive bem, aí está a pátria”.

assimilação, uma sociedade a qual as instituições se colocam de forma exageradamente rígida, se torna oprimida por uma tirania e, a falta de um direcionamento sadio às perspectivas individualizantes da modernidade também podem, por sua vez, levar à insociabilidade, à falta de organização ou coletividade. Para o ensaísta, este último caso seria o do Brasil, um vasto território onde o europeu do início da modernidade vivenciou intensamente a vontade de realizar sua liberdade e individualismo frente às instituições sociais e estatais, sujeitando indígenas e negros à escravidão e outras violências (PRADO, 1928, p. 189-190).<sup>10</sup>

A diversidade de indivíduos que se estabeleciam no território das Américas, já povoado por etnias indígenas, era composta por muitos tipos de europeus, inclusive criminosos. Estes se habituavam rapidamente ao novo ambiente devido as técnicas aprendidas através dos membros das mais variadas etnias. Mais uma vez, a descrição apresentada por Prado acerca da adaptação ligeira salienta a presença da aceleração na construção de sua narrativa histórica. Isto não é exibido em seu texto somente como elemento e marca de sua própria historicidade (o “Hoje” que Prado se refere), mas em sua interpretação da aceleração como característica também do início da modernidade, assim como apontou Koselleck. A exposição do processo de fuga das instituições europeias morosas para a busca por aventura ou colonização nas américas, aparece no texto como algo que está em um movimento intenso. Neste espaço “novo”, sujeitos se ajustam e se acomodam agilmente a partir desta aflição que é a de se livrar das amarras sociais de seu espaço de origem.

199

Aí vinham esgotar a exuberância da mocidade e força e satisfazer os apetites de homens a quem já incomodava e repelia a organização da sociedade europeia. Foi deles o Novo-Mundo. Corsários, flibusteiros, caçulas das antigas famílias nobres, jogadores arruinados, padres revoltados ou remissos, pobres diabos que mais tarde Callot desenhou, vagabundos dos portos do Mediterrâneo, anarquistas, em suma, na expressão moderna, e insubmissos às peias sociais, - toda a espuma turva das velhas civilizações, foi deles o Novo-Mundo, nesse alvorecer. Franceses no Canada, holandeses em Nova York, ingleses na Carolina, Virginia e Maryland, castelhanos nas Antilhas, Nova Espanha, América Central e Pacífico, portugueses e ainda espanhóis, franceses

---

10. Apesar de conceber certa centralidade ao elemento branco, Prado indica em seu “*Post-scriptum*” e em vários outros momentos do seu ensaio o que ele considera ser a contribuição das comunidades indígenas e negras para a formação do Brasil. O autor questiona certas perspectivas racialistas (apesar de se aproximar de algumas delas) e se apoia nos elementos culturais ao entender que em condições menos opressoras, as comunidades indígenas e negras possuem grandes potencialidades – o problema para o desenvolvimento humano no Brasil se encontraria no descaso social e estatal. No entanto, é importante mencionar que, infelizmente, certos apontamentos do autor vão ao encontro do silenciamento das resistências de negros e indígenas frente às violências imputadas a eles a partir da ideia de que houve uma menor segregação entre estes indivíduos em território brasileiro do que nos EUA, o que parece querer apontar para características do que foi sendo configurado hoje como o mito da “democracia racial”. Também é importante lembrar que, no interior desta historicidade, há muitas perspectivas que não soam preconceituosas somente para nossa contemporaneidade, mas para muitos intelectuais das mídias da época, chamados hoje de Imprensa Negra.

e flamengos no Brasil, todo o continente se povoou desses adventícios violentos e desabusados. Rapidamente, pelo cruzamento ou pela adaptação se transformavam em “vaqueanos” e “rastreadores” da América espanhola, em *coureurs de bois* dos desertos do norte, no tapejara e no mameluco bandeirante da colônia portuguesa (PRADO, 1928, p. 24).

Novamente, sua estratégia estética presentifica corpos de homens que vinham aventurar-se no novo mundo ao mencionar a “exuberância da mocidade”, a “força” da vitalidade física, insinuando a ideia da luxúria, título do capítulo em que se encontra este trecho, especialmente quando trata da vontade de “satisfazer os apetites”. Também manifesta certo investimento no paradigma do sentido (argumento lógico-formal) ao, ironicamente, indicar o caráter questionável de muitos europeus que se estabeleciam nas Américas e sua acelerada aclimatação ao novo espaço.

Percebe-se que descrição de Prado acerca das experiências que teriam constituído o início da modernidade se encontra marcada pela ideia da velocidade. Este elemento está presente tanto nas transformações técnicas que permitiram os processos de navegação, colonização e adaptação (a partir também do conhecimento das etnias que ocupavam este território) dos europeus ao novo espaço, quanto nas transformações culturais, sociais e afetivas. Da mesma forma, o presente de Prado, a sua historicidade própria, é apresentada em sua narrativa como um tempo acelerado, frenético, em constante movimento de transformação. A experiência de tempo acelerada, em seu ensaio, acaba por fazer parte tanto de processos que corroem ou transformam parte de estruturas historicamente constituídas (como no caso das instituições sociais e estatais europeias pré-modernas) quanto no estabelecimento de novas perspectivas sociais, culturais e afetivas, como é o caso da cultura individualista moderna. Para ele, um equilíbrio ou moderação entre ímpetos individuais e instituições sociais e estatais pode permitir um ritmo adequado para a consolidação de uma sociabilidade, uma adaptação à experiência de tempo acelerada.

### Considerações finais

No interior do ensaio Retrato do Brasil, desenvolve-se a tese de que a falta de equilíbrio entre instituições e os sentimentos/ações caracterizados pelo individualismo e liberdade levaram a sociedade colonial à luxúria e à cobiça. De forte matriz freudiana, esta compreensão se fundamenta na ideia de que, ao não controlar e direcionar<sup>11</sup> adequadamente os fortes impulsos individuais (especialmente os sexuais) para objetivos considerados socialmente importantes e edificantes, debilita-se a capacidade

---

11. Trata-se do conceito de sublimação de Sigmund Freud.



de funcionamento orgânico da coletividade. Para Prado, a incapacidade de saciar os impulsos egoístas da cobiça e da luxúria inviabilizaria a necessidade natural de realização social dos sujeitos. Com esta carência, teria sido produzida uma cultura afetiva de tristeza que se salientou a partir do movimento intelectual e estético do romantismo. De forma equivocada e reducionista acerca dos românticos, segundo Gil, Prado insistia que:

Suas reflexões eram compostas mais de palavras bonitas e complicadas do que de aprofundados questionamentos sobre nossa realidade. Nesse ambiente de “sensualidade e ignorância” gerou-se um liberalismo verboso e sonoro”. Esse romantismo intelectual era composto de ilusões poéticas, um mau-gosto estilístico e uma exaltação da palavra em oposição à realidade. Um palavreado obscuro e rebuscado, sem ligação com os reais problemas do Brasil, seria característico de nosso republicanismo bacharelesco” (GIL, 1994, p. 213).

O ensaísta interpreta que a cultura romântica no Brasil foi direcionada para o culto ao hedonismo e as fatalidades da vida humana (como a morte), o que reforçou as disposições egocêntricas historicamente constituídas. Esta cultura afetiva teria gerado certa apatia, egoísmo e indolência, o que dificultaria a produção e cumprimento de projetos de desenvolvimento social e técnico.

Diante disto, o regime republicano, entendido como parte das transformações frenéticas características de seu tempo, não teria sido suficiente para modificar esta cultura sentimental sedimentada a partir de parte das experiências do passado. Assim como no regime monárquico, a República passou a ser composta, em sua grande parte, por indivíduos egoístas os quais reproduziriam uma situação de desdém e abandono em relação aos agrupamentos mais afastados dos centros urbanos, criando, assim, oportunidades para mandonismos locais. Neste sentido, Prado entende que a maior parte dos problemas do Brasil estaria relacionada à sua formação histórica, e não por incapacidade atávica à população, como algumas perspectivas racialistas europeias tentavam explicar.

As relações com estas experiências históricas poderiam ser mesmo que minimamente reorganizadas a partir da tentativa de intensificação do afastamento em relação a este passado. Em sua pragmática, seria possível romper com parte deste panorama de descaso institucional e sentimento/atitude que valoriza exacerbadamente o individualismo. Do mesmo modo é possível tentar reduzir esta distância em relação a certos passados, se aproximando, mesmo que timidamente, de outras perspectivas passadas potencializadoras do presente.

Com isto, o Retrato do Brasil aponta a viabilidade em encontrar um ritmo adequado para a constituição de outras perspectivas históricas, tentando se adaptar a aceleração frenética que pode tanto dificultar a sedimentação de outros elementos

para potencializar o presente, quanto desgastar tradições a muito tempo estabelecidas, como no caso da cultura afetiva da tristeza. No interior desta ideia, Prado apresenta e tenta liberar em alguns momentos do seu texto experiências outras (não sedimentadas no presente) as quais pulsavam perspectivas diversas, como a daqueles que ele chamou, mais atrás, de “pioneiros”. Assim como eles, Prado entendia que era preciso equilibrar os ímpetos de liberdade modernos, já que, mesmo que “pioneiros” norte americanos e brasileiros republicanos se encontravam inseridos em momentos e espaços diferentes na modernidade, ambos vivenciavam possibilidades no interior da experiência de tempo acelerada.

### Referências Bibliográficas

- AGUIAR, Isabel Cristina Domingues. **Prado e a semana de Arte Moderna: ensaios e correspondências**. Tese de doutoramento defendida pela UNESP em 2014.
- ANDRADE, Yara Rodrigues de. **(Im)possível nação: o Brasil de Manoel Bomfim e de Paulo Prado no início do século XX**. Dissertação de mestrado defendida pela PUC-SP em 2008.
- 202 AVELAR, A; FARIA, D; PEREIRA, M. **Contribuições à história intelectual do Brasil Republicano. Ouro Preto: EDUFOP/PPGHIS, 2012.**
- BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. **Tietê, Tejo, Sena: a obra de Paulo Prado**. Tese de doutorado defendida pela UNICAMP em 1994.
- DUTRA, Eliana de Freitas. O não ser e o ser outro: Paulo Prado e seu Retrato do Brasil. **Revista Estudos Históricos**, v. 14, n. 26, p. 233-252, 2000.
- GAIO, Henrique Pinheiro Costa. **Pessimismo e Ruína: um retrato essencial do Brasil**. Dissertação de mestrado defendida pela PUC-Rio em 2008.
- GIL, Gilson. Gilberto Freyre versus Paulo Prado: a questão da identidade nacional brasileira. **Ci. & Tróp.** v. 22, n. 2, p. 211-220, jul./dez. 1994.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. A presença realizada na linguagem: com atenção especial para a presença do passado. **História da historiografia**, Ouro Preto, n.º 3, setembro de 2009.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Atmosfera, ambiência, Stimmung: sobre um potencial oculto da literatura**. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2014.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Modernização dos Sentidos**. São Paulo: Ed. 34, 1998.
- KOSSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- KOSSELLECK, Reinhart. **Historias de conceptos: Estudios sobre la semântica y**

- pragmática del lenguaje político y social. Madrid: Editorial Trotta, 2012.
- PALTI, Elias José. ¿Las Ideas fuera de **lugar**? Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2014.
- POCOCK, J. **Linguagens do ideário político. São Paulo: Edusp, 2003.**
- PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**: ensaio sobre a tristeza brasileira. São Paulo: Oficinas Gráficas Duprat-Mayença (reunidas), 1928.
- RANGEL, Marcelo de Mello. Romantismo, *Sattelzeit*, melancolia e “clima histórico” (Stimmung). **Revista expedições**: Teoria da História & Historiografia, v. 25, n. 2, Jul. Dez., p. 53-62, de 2014.
- WALDMAN, Thaís Chang. Moderno Bandeirante: Paulo Prado entre espaços e tradições. 2009, 237f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

# GOVERNO REVOLUCIONÁRIO E MOVIMENTO POPULAR: A CONTRADIÇÃO ENTRE A DEMOCRACIA REPRESENTATIVA E DEMOCRACIA DIRETA DURANTE O ANO II

Josemar Machado de Oliveira<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo é uma discussão da tese do historiador Albert Soboul sobre a relação entre o governo revolucionário constituído no ano II (1793) e o movimento seccionário *sans-culotte*. Nessa tese, Soboul defende que a formação do governo revolucionário dos montanheses trouxe à tona uma contradição política, entre democracia direta e democracia liberal, que, por sua vez, se vinculava a um conflito entre burgueses (jacobinos/montanheses) e trabalhadores (*sans-culottes*). Visamos, neste texto, cotejar as ideias de Soboul com as de alguns outros autores que trataram dessa relação, os quais estabeleceram uma variante em relação à tese soboulina.

**Palavras-chave:** Revolução Francesa, *sans-culottes* e jacobinos/montanheses.

**Resumé:** Cet article est une discussion de la thèse de l'historien Albert Soboul sur la relation entre le gouvernement révolutionnaire constitué en l'an II (1793) et le mouvement sectionnaire sans-culotte. Dans cette thèse, Soboul soutient que la formation du gouvernement révolutionnaire des montagnards a mis en évidence une contradiction politique entre démocratie directe et démocratie libérale, qui était elle-même liée à un conflit opposant bourgeois (jacobins/montagnards) et travailleurs (sans-culottes). Nous visons dans cette présentation à comparer ces idées de Soboul avec d'autres auteurs ayant traité de cette relation, qui ont établi une variante en relation avec la thèse Soboulienne.

**Mots Clefs:** Révolution française, sans-culottes e jacobins/montagnards.

---

1. Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas (PPGhis-Ufes).

Na altura do verão de 1793, tudo parecia favorecer o movimento democrático *sans-culotte*. Já então, os girondinos tinham sido derrubados da Convenção, na jornada de 31 de maio-02 de junho de 1793, em benefício dos jacobinos/montanheses<sup>2</sup>, e se tinha aprovado a mais radical das constituições conhecidas até então, a Constituição de 24 de junho de 1793, dita *montanhesa*. A república dava a impressão, assim, de que iria tomar o formato de um regime democrático e social e os *sans-culottes* pareciam ter condições de responder à pergunta “a hora da quarta ordem<sup>3</sup> havia chegado?” com um sim (SOBOUL, 1981, p. 221).

Reforça essa impressão o fato de que, com a chegada do verão, a Revolução entrou numa conjuntura crítica. Por um lado, a crise político-militar obrigou que a Convenção tivesse

[...] que fazer face à invasão dos exércitos estrangeiros (quedas de Mogúncia e Valenciennes em julho, [morte de Marat neste mês] bloqueio diante de Dunquerque em agosto), aos sucessos dos «vendeanos» a partir da primavera (que tomaram várias cidades, como Saumur e Angers em julho), mas também às revoltas ditas «federalistas» provocadas e/ou encorajadas pelos representantes girondinos em fuga (notadamente Caen, Bordeaux, Marseille e ainda mais Lião, sem esquecer o caso particular de Toulon cujo porto foi entregue à frota inglesa).

Por outro lado, em Paris, a crise socioeconômica, que fora uma das causas da Revolução e continuou grassando ao longo do processo revolucionário, alcançou seu paroxismo também naquele verão de 1793, com seus elementos habituais: desemprego, carestia e escassez de produtos básicos.

Em resposta a essa conjuntura crítica, os *sans-culottes* pressionaram a Convenção na jornada de 5 de setembro de 1793. Mais uma vez, o chefe de orquestra do movimento popular foi o pão, ou melhor, sua falta. Assim, naquele mês, os *sans-culottes* saíram às

---

2. É preciso esclarecer que essas denominações não são sinônimas, como erroneamente se pensa, a despeito de que esses grupos tenham, no ano II (1793-94), atuado praticamente em simbiose. Jacobinos são os membros de uma associação, originalmente chamada de *Sociedade dos Amigos da Constituição*, que mais tarde passou a se denominar “Sociedade dos Jacobinos, amigos da Liberdade e da Igualdade”. A *montanha* é a designação recebida por membros da Assembleia Legislativa, que reaparece na Convenção, designando uma bancada integrada por deputados de tendência radical. Nem sempre estes últimos eram filiados ao Clube Jacobino. Alguns de seus membros mantiveram-se fora dos seus quadros de associados. Daí nossa preferência por usar sempre o binômio: jacobinos/montanheses (OLIVEIRA, 2007).

3. A expressão quarta ordem apareceu pela primeira vez já em abril de 1789, no momento em que ocorria a eleição dos representantes do Terceiro Estado de Paris à Assembleia dos Estados Gerais. Era o título de um jornal, cujo autor foi o arquiteto Louis Pierre Dufourny de Villiers (1739-1796). O jornal chamava-se *Cahiers du quatrième ordre, celui des pauvres journaliers, des infirmes, des indigents, etc..., l'ordre sacré des infortunes ou Correspondance philanthropique entre les infortunes, les hommes sensibles, et les États-Généreaux pour suppléer au droit de députer directement aux États qui appartiennent à tous français, mais dont cet ordre ne jouir point encore*. O título diz tudo. Já evocava a ideia de que a Revolução precisava dar conta também da parte excluída, política e socialmente, da sociedade francesa do Antigo Regime, os que viriam a ser conhecidos como *sans-culottes*.

ruas a fim de exigir que a Convenção adotasse medidas que, do seu ponto de vista, eram essenciais para dar conta das dificuldades que enfrentavam no dia a dia.

Contudo, a pressão não se restringiu às reivindicações específicas em torno da questão das “subsistências”. Foi bem além e deu a impulsão necessária para que fosse colocada em prática a fórmula política romana que já vinha se insinuando entre os membros da Convenção, dita *girondina*, habituados à cultura clássica, o *salus populi suprema lex* (a salvação pública é a lei suprema), ou o que, no jargão popular, poderia ser traduzido por colocar o *terror na ordem do dia*.

Por conseguinte, a jornada de setembro deu a impulsão necessária para que o terror fosse institucionalizado, por meio da formação do governo revolucionário cujo centro seria o Comitê de Salvação Pública, composto em sua totalidade pelos montanhesees. Coube ao governo revolucionário responder às demandas populares, por meio tanto do dirigismo econômico quanto das medidas políticas de exceção.

Portanto, tanto *sans-culottes* quanto jacobinos/montanhesees pareciam concordar com o adágio robespierrista de que não se faz “revolução sem revolução” (OCR<sup>4</sup>, 2000, t. IX, p. 89), isto é, que sem o terror — a força coativa, nas palavras de Soboul (SOBOUL, 1981, p. 300) — seria impossível levar a Revolução à vitória.

Contudo, já no outono de 1793, a frente única de *sans-culottes*-jacobinos/montanhesees começaria a rachar, devido ao conflito a propósito dos objetivos políticos e sociais que cada um dos membros dessa frente almejava alcançar com a Revolução. Nesse conflito, como veremos, seriam os *sans-culottes* os perdedores. Por isso, se tinham a esperança de responder positivamente que sua hora tinha chegado, logo se sentiriam frustrados.

Os meios, ressalte-se, tiveram relação direta com o desalento *sans-culotte*, pois eles — isto é, os mecanismos de tomada de decisão e de implementação dessa decisão no contexto de uma situação revolucionária — desenvolveram-se *pari passo* com a compreensão que tanto os jacobinos/montanhesees quanto os *sans-culottes* tinham da democracia e de sua prática.

Visto que a Revolução do 10 de agosto de 1792 estabelecera tacitamente<sup>5</sup> a república democrática como o regime de governo da França — ao derrubar, ao

---

4. OCR: obras completas de Robespierre.

5. Lembremos que a monarquia foi derrubada no dia 10 de agosto de 1792, mas a república não foi proclamada imediatamente. Contudo, ninguém, entre os revolucionários de todos os matizes, admitia outro regime que não o republicano. Esse consenso foi confirmado na primeira sessão da Convenção, ocorrida no dia 21 de setembro de 1792, quando a assembleia acatou a proposição do convencional e futuro membro do Comitê de Salvação Pública, Jacques-Nicolas Billaud-Varenne (1756-1819), de se proclamar a república.

mesmo tempo, a monarquia e a divisão entre cidadãos ativos e passivos<sup>6</sup> — os meios, baseados na mencionada concepção política clássica, o *salus populi suprema lex*, empregados a partir do outono de 1793, por sua vez, estiveram em relação direta com esse novo regime que se instalava, além de com a maneira como cada um dos grupos revolucionários o encarava.

Formados na tradição da ideologia rousseuista, na ideia de que a soberania reside no “povo soberano legislador”<sup>7</sup>, os *sans-culottes*, cedo, sofreriam as consequências políticas de sua exigência de se *colocar na ordem do dia o terror*, na medida em que a necessidade de estabelecer o governo revolucionário dotado de poderes de exceção entrava em contradição com aquela ideologia, com sua defesa da *democracia dos antigos*. Isso se deu pela óbvia razão de que o governo revolucionário, um governo que suspende a constituição e precisa agir sumariamente, não submete suas decisões, pelo menos não a todo momento, ao “povo soberano legislador”. Se “o povo soberano legislador” fosse consultado a todo momento para legitimar as ações do governo revolucionário, este veria sua capacidade de decisão enfraquecida e a “força coativa” sem força nenhuma.

Por sua vez, não havia nenhuma contradição entre a maneira como o agrupamento de jacobinos/montanheses compreendia a democracia e sua aceitação de que o terror deveria ser colocado na ordem do dia, como tanto exigiram os *sans-culottes*. Aquele agrupamento já tinha começado a compreender que a democracia era compatível com a ideia de representação e que esta nova forma de democracia, democracia representativa, além de permitir que os convencionais tivessem recursos para rejeitar a ideia de que estavam amarrados a um *mandato imperativo*<sup>8</sup>, também permitia eliminar qualquer contradição que pudesse haver entre suas concepções democráticas e a adoção do princípio do *salus populi suprema lex*.

Para melhor entendermos o como e o porquê do conflito entre jacobinos/montanheses e *sans-culottes* e de que forma ele foi superado, devemos antes entender

---

6. Terminologia criada por Emmanuel-Joseph Sieyès (1748-183) à época da Constituinte para diferenciar os cidadãos com direito a voto (ativos) e os cidadãos sem esse direito (passivos). Tal diferenciação era um dos pilares da constituição de 1791 (SIEYÈS, 1994).

7. “O povo soberano legislador”, “o povo soberano juiz” e “o povo em armas” era como se decompunha na prática do movimento popular a ideia de que a soberania residia no povo. OLIVEIRA, Josemar Machado de. *O Père Duchesne no interior da revolução democrática: Jacques-René Hébert e as ideias democráticas do movimento seccionário sans-culotte durante o ano I e o ano II (1792-94)*. Vitória: Cousa, 2017.

8. O significado do sintagma mandato imperativo é de que o poder delegado a um mandatário por seus comitentes restringe-se ao ato definido previamente por estes últimos. Em caso algum este mandatário pode mudar no Conselho ou Assembleia aos quais foi enviado o que foi definido previamente. Quanto a essa concepção, as seções parisienses sem, afirma Soboul, “retomar formalmente a teoria do mandato imperativo, tal qual tinha sido afirmada no momento das eleições para os Estados Gerais e da redação dos Cadernos de Queixas, (...) enunciaram claramente, quando das eleições para a Convenção, o princípio do controle e da revogabilidade dos eleitos pelo povo soberano: assim eram, em certa medida, atenuados os efeitos do sistema representativo” (SOBOUL, 1968, p. 113).

as origens do movimento seccionário *sans-culotte* e a natureza de suas concepções políticas.

A origem incipiente dos *sans-culottes* enquanto um movimento político organizado remontava à fuga do rei em junho de 1791. Os sobressaltos provocados por essa fuga levaram a que, pela primeira vez, os cidadãos passivos fossem convocados por algumas seções a serrarem fileiras contra o rei. Isso causou, em Paris, uma “sucessão de petições, de desfiles e de manifestações de rua que constituíram um momento importante da história do radicalismo popular parisiense e a emergência dos *sans-culottes* como uma força política” (TACKETT, 2007, p. 252). Contudo, seria em junho-julho de 1792, no contexto da crise provocada pela guerra contra a Áustria, que aconteceria seu efetivo nascimento como movimento político organizado.

Por outro lado, suas raízes propriamente político-ideológicas — isto é, seu aprendizado da ideologia rousseauísta — remontavam ao momento da Revolução que Georges Lefebvre apelidou de *revolução jurídica*, maio-junho de 1789 (2008, p. 126). Foi o momento em que a sociedade de ordens do Antigo Regime, baseada no privilégio, desapareceu e deu lugar a uma sociedade baseada na igualdade jurídica, o que exigiu a criação de novas instituições que dessem conta dessa situação inédita.

208 Se, no âmbito nacional, essa função seria exercida, é claro, pelo substituto dos Estados Gerais, a Assembleia Constituinte – estabelecida na prática desde o dia do *juramento do jogo da péla*, 20 de junho de 1789, e formalmente desde o dia 9 de julho de 1789 – no âmbito parisiense, tal função coube à comuna e aos distritos, estes últimos, a princípio, criados exclusivamente para exercer atribuições eleitorais. É neles que se podem encontrar as origens ideológicas do movimento seccionário *sans-culotte*.

Com efeito, seria essa instituição, o distrito eleitoral, criado para as eleições da Assembleia dos Estados Gerais, que encarnaria exemplarmente a mudança e viria a assumir um papel político fundamental na radicalização da Revolução.

No processo de preparação para essas eleições, a monarquia estabelecera que a circunscrição parisiense seria composta por sessenta distritos eleitorais. Assim sendo, estes distritos eram desprovidos de qualquer dimensão administrativa legalmente estabelecida, já que sua função deveria se restringir exclusivamente ao seu dever eleitoral. Esse dever, por sua vez, tinha uma data precisa para acontecer, o dia 21 de abril de 1789, quando deveriam ser eleitos os membros da Assembleia Eleitoral de Paris e esta, por sua vez, elegeria os vinte deputados parisienses aos Estados Gerais.

Todavia, embrionariamente, os distritos começaram a praticar o “autogoverno”, no sentido de que descartaram as regras estabelecidas pelos representantes municipais do rei e impuseram as suas próprias no momento da eleição do dia 21



de abril (ROSE, 2018). Ademais, passadas as eleições para os Estados Gerais, alguns distritos assumiram um novo papel, agora não mais só como locais de votação. Não se dispersaram e continuaram a atuar política e administrativamente. Essa nova forma de atuação ganhou mais densidade à medida que o conflito que emergira entre o Terceiro Estado e a nobreza, desde o início dos trabalhos da Assembleia dos Estados Gerais em maio de 1789, tornou-se ainda mais agudo no mês de junho daquele mesmo ano, principalmente após a tomada de partido do rei por sua nobreza na sessão real do dia 23 de junho de 1789 (OLIVEIRA, 2014, p. 419).

Em julho de 1789, portanto, os distritos acabaram se tornando um centro de ação política ao qual recorreu o povo de Paris para barrar a reação monárquica, que parecia iminente com a demissão de Jacques Necker (1732-1804), ocorrida no dia 11 de julho. Como afirma o historiador Maurice Genty, “eles se tornaram desde então uma instituição regular, quadro de uma notável experiência de democracia direta” (2005, p. 362).

Essa experiência de democracia direta que os distritos praticaram se manteria para além de 1789. É o que nota o mesmo historiador, ao afirmar que houve “uma experiência notável no quadro dos distritos parisienses entre julho de 1789 e junho de 1790: as antigas autoridades municipais tendo colapsado, as novas não tendo sido ainda estabelecidas, as iniciativas puderam então se desenvolver quase sem entrave” (1985, p. 08).

Foram, assim, os estratos burgueses do Terceiro Estado, que preenchiam a condição censitária para tornarem-se cidadãos ativos, que defenderam e praticaram, nas assembleias primárias dos distritos, nos primeiros anos da Revolução, a ideia derivada do autor do *Contrato social* de que eram porções inalienáveis do soberano. Isso fica mais claro ainda na disputa que ocorreu entre os distritos e as outras instituições estabelecidas pela Revolução no âmbito parisiense. Essa disputa centrava-se nas questões: como definir a função dos deputados regionais, eles são representantes ou mandatários dos distritos? Possuem um mandato *ad hoc*, um mandato imperativo, ou não? Entre os distritos eleitorais, iniciou-se um conflito para definir o papel desses deputados como simples mandatários provisórios, “revogáveis à vontade /.../” (GENTY, 1972, p. 11), segundo a opinião majoritária dos cidadãos dos distritos, ou como representantes, segundo a opinião minoritária. No conteúdo político desse conflito, podemos ver o quão radical foi a postulação desses setores da burguesia, ao lançarem mão de ideias e práticas que se originavam no pensamento do autor do *Contrato social* e que abriram caminho para a revolução democrática do 10 de agosto.

O motivo maior da supracitada disputa foi a redação do plano administrativo municipal, uma vez que, na Assembleia dos representantes municipais, propôs-se uma

moção redigida por Jacques Pierre Brissot (1754-1793), no dia 15 de outubro de 1789, na qual se manifestava claramente o choque entre soberania popular e representação. O jornalista do *Patriota Francês* escreveu nessa moção que “tal é a atitude dos povos livres. Quando eles depositam seus poderes entre as mãos de seus representantes, eles só sabem obedecer” (*apud* GENTY, 1985, p. 12).

Em 19 de novembro do mesmo ano, os representantes reafirmavam o princípio, ao especificar que “os deputados de um distrito, no momento em que eles se tornam representantes da Comuna, não pertencem mais a seu distrito em particular, mas à Comuna inteira” (GENTY, 1985, p. 12-13). Esses representantes regionais estavam em sintonia com o que se passava no mesmo momento na Assembleia Constituinte, a defesa do governo representativo.

Contudo, os estratos burgueses do Terceiro Estado não se contentaram em usar os distritos/seções somente para barrar a reação monárquica durante o processo que levaria ao 14 de julho, mas os mantiveram funcionando como uma instituição política cujos afazeres iam além das funções meramente eleitorais. E, ao extrapolar suas funções eleitorais, o fizeram se apoiando na ideologia rousseauísta e na defesa da democracia.

Aqui é preciso fazer um parêntese e esclarecer o significado que a palavra democracia — *democracia pura*<sup>9</sup>, como às vezes aparece no vocabulário político dos séculos XVIII e XIX— tinha até o século da Revolução. Essa palavra possuía um sentido preciso, era o sentido etimológico e, portanto, clássico da palavra, o *kratos* do *demos*, o poder do povo. Hoje, como o faz, por exemplo, Maurice Genty, e não no Antigo Regime, chamaríamos de democracia direta, justamente para diferenciar de uma forma pós-revolucionária de democracia que é a democracia representativa. No século XVIII, o termo utilizado não era democracia representativa, o qual era desconhecido, mas sim o termo *governo representativo* quando se buscava rejeitar, como foi o caso da burguesia constituinte, tanto a *democracia dos antigos* quanto o absolutismo, termo que surgiu somente no período diretorial (1795-99), mas que já era o que os revolucionários queriam conotar quando cunharam a expressão *antigo regime*. Pedimos paciência ao leitor, mas a longa citação abaixo, de um membro da burguesia constituinte, Emmanuel Joseph Sieyès (1748-1836), comentando sobre como os cidadãos podiam concorrer para fazer as leis, é bastante esclarecedora a esse respeito:

Os cidadãos podem depositar sua confiança a alguns dentre eles. Sem alienar seus direitos [...]. É para a utilidade comum que eles nomeiam representantes bem mais capazes que eles próprios de conhecer o interesse geral e de interpretar a este respeito sua própria vontade. A outra maneira de exercer seu direito à formação da lei é de contribuir por si mesmo para fazê-la. Esta contribuição imediata é o que caracteriza

---

9. Sieyès já utilizava essa expressão em seu *Observations sur le rapport du Comité sur le rapport Constitution concernant la nouvelle organisation de la France* (1994, p. 262).

a verdadeira *democracia*. O concurso mediato designa o *governo representativo*. A diferença entre estes dois sistemas políticos é enorme. A escolha entre estes dois métodos de fazer a lei não levanta dúvidas entre nós. Primeiramente, a enorme pluralidade de nossos cidadãos não tem nem suficiente instrução, nem bastante tempo livre para querer se ocupar diretamente das leis que devem governar a França; sua opinião é, pois, de nomear seus representantes; e já que é a opinião do maior número, os homens esclarecidos devem a ela se submeter como os outros. Quando uma sociedade é formada, sabe-se que a opinião da pluralidade é lei para todos. Este raciocínio, que é bom para as mais pequenas municipalidades, torna-se irresistível quando se pensa que se trata aqui das leis que devem governar vinte e seis milhões de homens; pois eu sustento sempre que a França não é, nem pode ser uma *democracia*; ela não pode tornar-se um *Estado Federal*, composto de uma multidão de repúblicas, unidas por uma ligação política qualquer. A França é e deve ser *um único todo*, submetido em todas as suas partes a uma legislação e a uma administração comuns. Já que é evidente que cinco ou seis milhões de cidadãos ativos, repartidos sobre vinte e cinco mil léguas quadradas, não podem se reunir em assembleia, é certo que eles só podem aspirar a uma legislatura por representação. Isso porque, os cidadãos que se nomeiam representantes renunciam e devem renunciar a fazer por si mesmos imediatamente a lei: pois eles não têm vontade particular para impor. Toda influência, todo poder lhes pertence na pessoa de seus mandatários; mas é tudo. Se eles ditassem suas vontades, não seria mais este estado representativo; seria um estado democrático [...]. O povo, eu o repito, em um país que não é uma democracia (e a França não pode sê-lo), o povo apenas pode falar, apenas pode agir por seus representantes (SIEYÈS, 1789, p. 236-238).

A ideologia democrática radical do movimento seccionário *sans-culotte* teve origem, portanto, na luta específica dos segmentos burgueses do Terceiro Estado pela igualdade jurídica e política, apoiada na noção de “soberania popular” (GUÉRIN, 1973, p. 15). Essa noção, poderoso catalisador da opinião pública, impregnou toda a institucionalização inicial da Revolução, particularmente a dos distritos/seções. Ao utilizá-la, os estratos burgueses do Terceiro Estado tinham uma razão bem clara, qual seja, se opor à ideia de direito divino que perpassou parte da Idade Média e todo o Antigo Regime. Como se pode ver, a defesa do autogoverno, da democracia direta, foi uma luta empreendida exclusivamente pela burguesia parisiense no âmbito dos distritos/seções, já que, por não cumprirem os requisitos censitários, os artesãos, pequenos lojistas que compunham a *sans-culotterie* não tinham acesso a esses distritos/seções entre 1789 e 1792.

Todavia, a *burguesia constituinte*<sup>10</sup> se manteve em guarda contra esses rompantes rousseuístas de seus compatriotas parisienses, pois sabia dos riscos que corria caso a noção de soberania popular saísse dos limites do seu interesse e caísse sob o domínio popular. Várias medidas foram adotadas pela Constituinte para evitar esse perigo, como a já mencionada diminuição dos sessenta distritos para quarenta e oito seções

---

10. Designação dos membros da Assembleia Constituinte, isto é, dos antigos membros do Terceiro Estado na Assembleia dos Estados Gerais.

e, a mais significativa e decisiva, a aprovação da concepção de que deveria haver duas categorias de cidadãos, classificados por sua renda: ativos (com direito a voto) e passivos (sem direito a voto).

Apesar disso, consciente da luta comum contra o Antigo Regime, grande parte dos cidadãos das assembleias primárias cerrou fileiras contra qualquer tentativa de volta à velha ordem. A visão que esses cidadãos tinham de que as assembleias primárias eram porções do soberano tornou-se, para eles, a base inquestionável de qualquer instituição política que viesse a ser criada pela Revolução.

Ao consagrarem, na prática, tal concepção política, abriram caminho para que, posteriormente, o *menu peuple* – que ocuparia as seções durante a crise que levaria à derrubada do rei em 10 de agosto de 1792 – tivesse um referencial para sua concepção extremada de democracia. Com o desencadear dessa crise, os *sans-culottes*, rompendo com as disposições legais previstas na Constituição de 1791, que os impediam de ter acesso à condição de eleitores, penetraram nas seções. A partir daí, tiveram contato com o ambiente ideológico que ali se formara, como vimos, desde os primórdios da Revolução, tomando, por assim dizer, o bastão do rousseauísmo da burguesia.

Portanto, os setores populares do Terceiro Estado só fizeram herdar o rousseauísmo pequeno burguês, presente nas seções desde os momentos iniciais da Revolução. Isso, ao fazerem a junção entre a ação viva das ruas e as práticas institucionais, quando caiu a barreira que os separava dos cidadãos ativos, no contexto da crise provocada pela derrota na guerra e pela proclamação da *pátria em perigo* em junho-julho de 1792.

Desta maneira, os *sans-culottes* absorveram o rousseauísmo pequeno burguês, ao tempo em que os distritos/seções ainda eram dominados por este extrato da burguesia, no período anterior à insurreição do 10 de agosto de 1792. A partir daí, esse processo se consolidou, já que, com a queda da monarquia, foi garantido aos *sans-culottes* o acesso à franquia eleitoral e ao direito de portar armas. De fato, consolidou-se ainda mais porque, a partir de então, passou a haver o domínio popular das seções e a constituição destas últimas na célula *máter* de um verdadeiro movimento de conjunto dos extratos populares parisienses.

Aqui retomamos nossa discussão inicial.

Assim, o movimento *sans-culotte*, que tivera um impulso decisivo no processo que levou à derrubada de Luís XVI, no 10 de agosto, parecia ter se consolidado com as jornadas dos dias 31 de maio-2 de junho de 1793, as quais expurgaram da Convenção a bancada girondina. Novamente, foi a frente comum, encabeçada por *sans-culottes-jacobinos/montanheses*, a responsável por essa viragem política, permitindo que os montanheses assumissem a condução da Revolução, no período da *Convenção montanhesa*, o célebre ano II (1793-94). Nada mais lógico que, naquele momento, a “quarta

ordem” tentasse implementar algumas de suas reivindicações político-sociais.

Foi o que se viu no verão de 1793. No dia 5 de setembro daquele ano, novamente o movimento popular saiu às ruas de Paris, agora para pressionar a Convenção a implementar as medidas que considerava como imprescindíveis. Tais medidas visavam basicamente a combater a carestia e a falta dos produtos básicos, principalmente o pão. Mas também objetivavam pressionar a Convenção a estabelecer mecanismos institucionais dotados de uma verdadeira *força coativa*, capazes de garantir que as medidas fossem implementadas, o que levou à formação do governo revolucionário. Mathiez afirma, a propósito dessas jornadas:

A pressão hébertista<sup>11</sup> não teve por único resultado colocar o terror na ordem do dia, de organizar a vigilância e a repressão permanentemente pela lei dos suspeitos, de obter a votação das taxas (do máximo) reclamadas pelos *sans-culottes*, de organizar o exército revolucionário para arrancar as subsistências aos cultivadores, mas também ela deu ao governo revolucionário uma impulsão vigorosa.” (MATHIEZ, 1938, Tomo II, Capítulo IV, p. 41-52)

Todavia, logo as contradições entre a *revolução popular* e a *revolução burguesa* se faziam presentes e colocariam em xeque o projeto popular. Ajudados por sua aliança decisiva com os *sans-culottes*, os jacobinos/montanheses, tendo recebido o reforço dessa *impulsão vigorosa* para constituir o governo revolucionário, conseguiram consolidar sua posição enquanto vanguarda da Revolução. Inegavelmente, a pressão popular de setembro permitiu que, dentro da Convenção, sua posição ficasse ainda mais consolidada do que estivera depois da queda dos girondinos, permitindo que seu domínio sobre o recém-constituído Grande Comitê (o Comitê de Salvação Pública, aumentado de nove para doze membros em julho de 1793) se transformasse num domínio mais amplo sobre a condução da Revolução.

Assim, o decreto de 10 de outubro de 1793, cuja ideia central era que “o governo será revolucionário até a paz”, na famosa expressão de Saint-Just (*Apud* BRUNEL, 2005, p. 514), e o decreto de *14 frimair an II* (4 de dezembro de 1793) estabeleceram o governo revolucionário, ao organizarem as instituições surgidas ao sabor do acaso. O segundo decreto afirmava que “a Convenção nacional é o centro único da impulsão do governo”. Essa Convenção delegava ao Comitê de Salvação Pública o controle da diplomacia, a nomeação e a escolha dos generais, enfim, da guerra, assim como

---

11. A denominação, por Albert Mathiez, dessas jornadas como “*poussée hébertiste*” (pressão hébertista) tem gerado polêmica, pois, na visão do historiador, *Hébert liderou os sans-culottes* em sua pressão sobre a Convenção. Albert Soboul, como não vê em Hébert esta envergadura política, prefere chamá-las de pressão *sans-culotte*.

também da política interna em seus vários aspectos (Archives Parlementaires, t. 80, p. 630-632). O Comitê passou a ter, portanto, o poder necessário para ser o centro decisório revolucionário, além de, conforme afirma John Horn, passar a ser “politicamente inovador e administrativamente criativo”. Ademais,

os revolucionários dominaram a inflação descontrolada, forçaram o racionamento alimentar a nível nacional e aceleraram enormemente a produção militar. Eles realizaram essas tarefas hercúleas através de uma aplicação sistemática de medidas legais deliberadamente destinadas a assustar a população em geral para cumprir as duras exigências do Estado [...] os revolucionários colocaram o “terror na ordem do dia” para coagir o povo francês a ceder ao governo central mais controle sobre o dia-a-dia dos cidadãos do que qualquer governo anterior já teve (HORN, 2006, p. 126).

Poder-se-ia imaginar que, nesse momento da Revolução, os jacobinos/montanheses aceitariam, mesmo que em parte, o projeto político radical do *menu peuple*. De fato, parte desse projeto político foi absorvido e levado à prática após as jornadas de setembro de 1793. No tocante às questões de natureza econômica e de política administrativa, os *sans-culottes* viram suas reivindicações serem parcialmente atendidas.

214 Assim, a *levée en masse* (convocação em massa) de tropas, o máximo geral de preços, a criação do exército revolucionário e o aprofundamento do Terror foram postos em prática pelo Comitê de Salvação Pública. Porém, o que logo se viu foi a emergência de uma contradição explícita entre as aspirações de democracia direta *sans-culotte* e o recém-criado governo revolucionário da montanha. Não se deixando dominar por essas aspirações, jacobinos e montanheses enfraqueceriam e enquadrariam a prática democrática *sans-culotte*.

As razões para isso residiam em pelo menos dois fatores. O primeiro deles pode ser atribuído, por assim dizer, a uma questão de método. Isso porque os esforços para consolidar a Revolução, interna e externamente, implicaram um estado de exceção e uma maior centralização do poder nas mãos do Comitê de Salvação Pública, como mostramos acima, e conseqüente diminuição de poder de outros órgãos.

Esse aspecto, no caso de Paris, implicava um embate com os órgãos políticos controlados pelas seções, em poder agora quase total dos *sans-culottes*. Não seria possível que o governo revolucionário, implantado justamente para impor as medidas de exceção, se submetesse às práticas da democracia direta, as quais, enquanto tal, eram incompatíveis com aquelas medidas. Isso porque ouvir toda vez o “povo soberano legislador” para adotar quaisquer das medidas urgentes seria pura e simplesmente a perda de força do governo revolucionário e, dessa forma, a impossibilidade de aplicar as medidas terroristas, as quais foram reclamadas enfaticamente pela própria *sans-*

*culotterie*.

O segundo fator era de natureza ideológica. Os jacobinos/montanheses faziam restrições à democracia direta, quando não eram totalmente contrários a ela. Tais restrições eram enunciadas por Robespierre em pessoa. Em uma famosa passagem, ele afirmava:

[...] a democracia não é um estado no qual o povo, continuamente reunido, regula por ele mesmo todos os negócios públicos, ainda menos aquele em que cem mil frações do povo, por medidas isoladas, precipitadas e contraditórias, decidiriam da sorte da sociedade inteira: um tal governo jamais existiu, e apenas poderia existir para levar o povo ao despotismo (OCR, t. X, p. 352-353).

Continuando seu raciocínio, o Incorruptível chegava à conclusão que a democracia deveria aceitar a delegação: “a democracia é um estado em que o povo soberano, guiado por leis que são sua obra, faz por ele mesmo tudo o que pode fazer bem, e por delegados tudo o que não pode fazer por si mesmo” (OCR, 2000, t. X, p. 352-353).

Assim, os jacobinos/montanheses, diante da opção *sans-culotte* pela democracia direta, deram um passo original na direção do que era então inexistente, a democracia representativa. Mais uma vez, foi Robespierre quem deixou as coisas claras, contradizendo seu ídolo, ao afirmar que “Rousseau disse que uma nação cessa de ser livre desde o momento em que nomeia representantes. Eu estou longe de adotar esse princípio sem restrição” (OCR, 2000, t. IV, p. 142).

Claro está que essa oposição ideológica não ficou apenas nas palavras. O governo revolucionário da montanha, com o objetivo de enquadrar o movimento democrático seccionário, tomou conscientemente medidas contra este movimento, desde o momento em que se consolidou com os decretos mencionados acima, a começar pela eliminação das lideranças da *sans-culotterie*, como os *Enragés*<sup>12</sup>, e a desarticulação e proibição da sociedade das republicanas-revolucionárias, entre outros clubes de mulheres.

Mas foi a eliminação dos hébertistas<sup>13</sup> o passo decisivo nesse enquadramento. A eliminação ocorreu no chamado “drama do germinal”, março-abril de 1794. A seu respeito, deve-se esclarecer que, tendo início no fim do ano de 1793, no momento em que a criação do governo revolucionário se completava, mas quando suas políticas ainda estavam começando a ser implementadas, esse “drama” começou com a ofensiva

---

12. Grupo de revolucionários de extrema esquerda, cujos principais nomes foram o padre Jacques Roux (1752-1794), Jean-François Varlet (1764-1837) e Theophilus Leclerc d'Oze (1771-1804?).

13. Hébertistas, também conhecidos como o “grupo cordelier”, eram militantes revolucionários reunidos em torno do jornalista Jacques-René Hébert, jornalista do *Père Duchesne*.

dos dantonistas, do grupo liderado por Georges Jacques Danton (1759-1794).

Primordialmente, o grupo de Danton passou a defender uma política mais moderada contra os inimigos da Revolução, isto é, maior indulgência em relação aos chamados suspeitos. Queriam de alguma forma frear o Terror. Para alcançar isso, os *indulgents*, como também ficaram conhecidos, tinham um alvo mais direto, justamente a ala mais radical da *sans-culotterie*, os hébertistas. Atacando Hébert, que defendia sem meias palavras a radicalização revolucionária, isto é, a intensificação do Terror contra os inimigos da Revolução, os dantonistas, por ricochete, atacavam o Comitê de Salvação Pública e a política revolucionária em implementação. Isso, os montanheses não podiam tolerar. Danton seria acusado e levado a julgamento, assim como outros de seus partidários, no mês do germinal.

Contudo, o drama do germinal teria um outro ato. Ao mesmo tempo em que os *indulgents* foram eliminados, também os hébertistas o foram naquele mesmo mês de germinal. Diante da insistência de Hébert e seus companheiros em pressionar a Convenção por uma política mais radical, bem como de seu descuido em falar numa nova insurreição, o Comitê determinou sua prisão, julgamento e consequente execução. Esse foi um dos momentos-chave da história do movimento *sans-culotte*. Comentando sobre o processo do autor do jornal *Père Duchesne*, o historiador Denis Richet afirma que “foi decisivo, muito mais que o de Danton e de Desmoulins, a despeito das lendas. Foi o prelúdio do termidor, um regresso ao liberalismo burguês” (RICHET, 1989, p. 379-385). Em outro texto, Richet foi ainda mais claro sobre as consequências do processo de germinal: “com Hébert, desaparece a autonomia política do movimento *sans-culotte*” (FURET e RICHET, 1973, p. 205).

216

Cabe ressaltar que, antes de Richet, outros historiadores já tinham enfatizado esse aspecto decisivo da eliminação de Hébert. Analisando uma sequência de decretos tomados pelo governo revolucionário para facilitar o comércio de exportação e, portanto, mexer na sensível questão do comércio do trigo, Mathiez afirma: “todas essas decisões repetidas não teriam sido tomadas, se o hébertismo não tivesse sido abatido anteriormente. O Comitê não se teria arriscado a provocar uma insurreição dos Faubourgs” (MATHIEZ, 1927, p. 566). Gérard Walter, por sua vez, credita algumas medidas tomadas no mês do germinal, como, por exemplo, a supressão do exército revolucionário no dia 7; eliminação, no dia 9, dos comissários especializados na vigilância dos açambarcamentos; e, no dia 12, o fim da amplitude da pena de morte para os açambarcadores, que passou a ser aplicada em casos muito isolados, como diretamente relacionadas ao desaparecimento de Hébert (WALTER, 1946, p. 317).

Assim, a partir da eliminação de Hébert, houve uma clara subjugação do movimento seccionário. Além das medidas mencionados, o governo revolucionário



atacou o coração desse movimento, as seções. Aquelas características que as seções assumiram desde os primeiros momentos da Revolução foram pouco a pouco sendo eliminadas por decisões legais dos comitês da Convenção ou pela própria Convenção. Foi assim com o elemento central da prática democrática *sans-culottes*, as assembleias gerais permanentes das seções, as quais foram substituídas, originalmente por uma proposição de Danton (5 de setembro de 1793), por duas assembleias por semana (quinta e domingo), depois duas por *décade*<sup>14</sup>, o que reduziu ainda mais essas assembleias, já que cada *décade* correspondia a dez dias no novo calendário revolucionário. Também foram enquadrados os comitês revolucionários das seções, na medida em que foram colocados sob controle dos comitês da Convenção, os quais logo passaram a escolher seus membros, em detrimento das assembleias de seção, que antes tinham o controle sobre essa escolha.

Não obstante essa ofensiva do governo revolucionário sobre o movimento popular, este deu provas de criatividade, pois encontrou meios de manter suas práticas políticas, burlando as restrições que lhe eram impostas. Dentro de cada seção, havia as chamadas sociedades seccionárias e elas passaram a desempenhar o papel das assembleias seccionárias. Se estas últimas não podiam garantir a permanência das assembleias, aquelas, tangenciando a lei, reuniam-se permanentemente e levavam para as assembleias gerais de seção decisões previamente tomadas, estas últimas tendo apenas o papel de formalizá-las. Porém, essas práticas foram impedidas de se consolidar.

A ofensiva contra as sociedades seccionárias coube ao Clube Jacobino. Frente aos integrantes dessas sociedades, os jacobinos invocavam seu "tempo de serviço", pois eram, segundo eles, patriotas de 89 e acusavam aqueles de "serem patriotas modernos do 31 de Maio" (SOBOUL, 1973, p. 249).

Dessa forma, ameaçado em seu monopólio da opinião pelas sociedades seccionárias, o clube jacobino chamou para si a tarefa de desacreditá-las, o que conseguiu, ao retirar a filiação de todas as referidas sociedades seccionárias fundadas depois do 31 de maio, que eram a maioria. De fato, a campanha contra elas prosseguiu até maio de 1794, quando o governo revolucionário, manobrando com os quadros das seções que estavam sob seu controle, como o pessoal dos comitês revolucionários, forçou sua autodissolução. Assim, diante dos ataques do Clube Jacobino e da pressão governamental, a maior parte das sociedades seccionárias acabou por se dissolver.

Sobre esse momento da Revolução, Maurice Genty conclui:

De fato, mais que de uma oposição *a priori*, a luta que o governo revolucionário irá

---

14. *Décade* foi o nome dado às semanas de dez dias, no calendário revolucionário implantado em outubro de 1793, e que substituiu a cristã semana de sete dias.

desenvolver contra o movimento popular parece antes resultar, em larga medida, da contradição entre os princípios e as realidades. A democracia direta, como sublinhou com força Albert Soboul, era compatível com a ditadura revolucionária? Nós reconhecemos voluntariamente com ele, em suma, que a burguesia jacobina e montanhesa não estava absolutamente disposta a se deixar ultrapassar pelas exigências populares em matéria econômica e social, que a democracia direta somente poderia favorecer (GENTY, 1987, p. 218).

Assim, no interior das contradições da passagem do Estado do Antigo Regime para o Estado burguês, a definição do regime político foi a questão central da Revolução. Monarquia constitucional, uma espécie de regime do *juste milieu* que a burguesia constituinte tentou implantar, república girondina ou república montanhesa foram as possibilidades que emergiram durante a Revolução. Só no contexto de transição entre aqueles dois estados é que é possível entender o movimento democrático seccionário. A passagem do Estado do Antigo Regime para o Estado burguês, em seu estágio inicial, beneficiou esse movimento e, por mais paradoxal que possa parecer, foi beneficiada por ele.

Porém, no momento em que este Estado burguês se consolidou, como nota Claude Mazauric, ele tornou "rapidamente caducas as formas da democracia direta" (*apud* GENTY, 1987, p. 218) e, portanto, o próprio movimento seccionário. A conclusão de Soboul quanto a isto é taxativa:

218

No plano político, mais que uma oposição de circunstâncias, havia uma contradição fundamental entre a burguesia montanhesa e a *sans-culotterie* parisiense, entre militantes seccionários e o governo revolucionário. A guerra exigia um governo autoritário, e os *sans-culottes* disso tiveram consciência, pois contribuíram para a criação do mesmo. Mas a guerra e suas exigências entravam, assim, em contradição com a democracia que montanheses e *sans-culottes* invocavam igualmente, e da qual não possuíam a mesma concepção. A democracia, tal como os *sans-culottes* a praticavam, tendia espontaneamente ao governo direto: o governo revolucionário julgava essa prática incompatível com a condução da guerra. Controle dos eleitos, direito do povo de revocar-lhes o mandato, voto a descoberto ou por aclamação – eis outros traços reveladores de que os militantes seccionários não pretendiam contentar-se com uma democracia formal. Mas esse comportamento político se opunha irremediavelmente à democracia liberal, tal como a concebiam os burgueses (SOBOUL, p. 362).

Assim, o fortalecimento do governo revolucionário fez com que, pouco antes do 9 de Termidor, o movimento popular estivesse quase totalmente desmobilizado. Robespierre e seu grupo tinham levado a Revolução à estabilização, interna e externamente, conseguida somente através de medidas ditatoriais. A famosa expressão de Saint-Just, *la Révolution est glacée* [a Revolução está congelada], serve bem para caracterizar esse momento e serve também para entender por que os moderados

puderam levá-lo, e a seu companheiro de caminhada, à guilhotina.

## Referências bibliográficas

- BARNY, Roger. **Rousseau dans la Révolution. XVIIIème Siècle**. Paris. 1974, p. 59-98.
- BRUNEL, Françoise. Gouvernement révolutionnaire. In: SOBOUL, Albert. **Dictionnaire historique de la Révolution française**. Paris: PUF (Quadrige/Dicos), 2005.
- FURET, François; RICHEL, Denis. **La Révolution Française**. Paris: Hachette, 1973.
- GENTY, Maurice. Mandataires et représentants: un problème de la démocratie municipale à Paris en 1789-1790. **Annales Historiques de la Révolution Française**, Paris, 1972.
- GENTY, Maurice. Districts de Paris. In: SOBOUL, Albert. **Dictionnaire historique de la Révolution française**. Paris: PUF (Quadrige/Dicos), 2005.
- GENTY, Maurice. Pratique et théorie de la démocratie directe: l'exemple des Districts parisiens (1789-1790). **Annales historiques de la Révolution française**, n. 259, p. 8-24, jan./fev. 1985.
- GUÉRIN, Daniel. **Bourgeois e Bras Nus** (1793-1795). Paris: Gallimard, 1973.
- HORN, Jeff. **The Path Not Taken French Industrialization in the Age of Revolution, 1750-1830**. Cambridge: The MIT Press, 2006.
- LEFEBVRE, Georges. 1789. **O Surgimento da Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- MATHIEZ, Albert. **La Révolution Française**. 5. ed. Paris: Librairie Armand Colin, 1938.
- MATHIEZ, Albert. **La vie chère et le mouvement social sous la Terreur**. Paris: Payot, 1927.
- MAVIDAL, M. J. et ali. (dir.) **Archives Parlementaires, de 1787 a 1860**. Recueil complet des débats législatifs e politiques des chambres françaises. Paris: Librairie Administrative Paul Dupont, 1912. Primeira série, t. 80.
- OLIVEIRA, Josemar Machado de. Os jacobinismos (1789-1794). **Dimensões**, Vitória, n. 19, p. 189-205, 2007.
- OLIVEIRA, Josemar Machado de. **O Père Duchesne no interior da revolução democrática: Jacques-René Hébert e as ideias democráticas do movimento seccionário sans-culotte durante o ano I e o ano II (1792-94)**. Vitória: Cousa, 2017.
- OLIVEIRA, Josemar Machado de. A teoria das quatro revoluções de Georges Lefebvre.

**Dimensões**, n. 33, p. 402-428, 2014.

RICHET, Denis. Hébertistes. In: FURET, François e OZOUF, Mona. **Dicionário crítico da Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

ROBESPIERRE, Maximilien. Le Défenseur de la Constitution (quinto número – junho de 1791). In: ROBESPIERRE, Maximilien-François-Marie-Isidore de. **Obras Completas**. Paris: Phenix Éditions, 2000. Tomo IV.

ROBESPIERRE, Maximilien. Reponse de Maximilien Robespierre à l'accusation de J.-B. Louvet (5 de novembro de 1792). In: ROBESPIERRE, Maximilien-François-Marie-Isidore de. **Obras Completas**. Paris: Phenix Éditions, 2000. Tomo IX.

ROBESPIERRE, Maximilien. Rapport sur les principes de la morale politique qui doivent guider la Convention nationale dans l'administration intérieure de la République (5 de fevereiro de 1794). In: ROBESPIERRE, Maximilien-François-Marie-Isidore de. **Obras Completas**. Paris: Phenix Éditions, 2000. Tomo X.

ROSE. R. B. **How to make a revolution**: the Paris districts in 1789. Disponível em: <<https://www.escholar.manchester.ac.uk/api/datastream?publication-pid=uk-ac-man-scw:1m2752&datastreamid=post-peer-review-publishers-document.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2018.

220 SIEYÈS, Emmanuel Joseph. Dire sur la question du veto royal. In: SIEYÈS, Emmanuel-Joseph. **Écrits politiques**. Paris: Éditions des Archives Contemporaines, 1994.

SIEYÈS, Emmanuel-Joseph. Observations sur le rapport du Comité sur le rapport Constitution concernant la nouvelle organisation de la France. In: SIEYÈS, Emmanuel-Joseph. **Écrits politiques**. Paris: Éditions des Archives Contemporaines, 1994.

SOBOUL, Albert. **Mouvement populaire et gouvernement révolutionnaire en l'an II (1793-1794)**. Paris: Flammarion, 1973.

SOBOUL, Albert. **A Revolução Francesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SOBOUL, Albert. **Les sans-culottes parisiens en l'an II**: mouvement populaire et gouvernement révolutionnaire (1793-1794). Paris: Éditions de Seuil, 1968.

SOBOUL, Albert. Descrição e medida em história social. In: GODINHO, Vitorino Magalhães. **A história social: problemas, fontes e métodos**. Lisboa: Edições Cosmos, 1973.

TACKETT, Timothy. **Le roi s'ensfuit. Varennes et l'origine da la Terreur**. Paris: La Découverte, 2007.

WALTER, Gérard. **Hébert et le Père Duchesne**. Paris, J.-B. Janin, 1946.

# DO DISCURSO MINORITÁRIO À ASCENSÃO AO PODER: O CRISTIANISMO DOS PRIMEIROS SÉCULOS E O PROCESSO DE ACULTURAÇÃO

Pablo Gatt Albuquerque de Oliveira<sup>1</sup>

**Resumo:** Até a consagração do Cristianismo como religião oficial do Império Romano, pelo imperador Teodósio, mediante o Édito de Tessalônica de 380, os adeptos a este movimento foram perseguidos e obrigados a renunciarem sua fé. Nesse sentido, a trajetória e a expansão da religião cristã, atendendo a inúmeros processos de aculturação, difundiu-se por intermédio de trocas culturais, principalmente com o movimento dos estoicos, ao qual emergiu o estigma à carne pecaminosa. Ademais, fora justamente a capacidade de incorporação de determinadas crenças ao credo que fizera o Cristianismo se legitimar perante as demais religiões. O discurso religioso também foi um importante fator no processo de estruturação da religião cristã nos primeiros séculos, posto que é por essa temática que desdobraremos o nosso artigo, uma vez que é pelo discurso que ocorre a pregação, posteriormente em forma de homilias, da criação de um novo homem, do homem cristão, alteridade aos pecadores e identidade da salvação.

**Palavras-chave:** Cristianismo; Antiguidade Tardia; Idade Média.

**Abstract:** Until the consecration of Christianity as the official religion of the Roman Empire by the emperor Theodosius, through the Thessalonica Edict of 380, adherents to this movement were persecuted and forced to renounce their faith. In this sense, the trajectory and the expansion of the Christian religion, attending numerous acculturation processes, has spread through cultural exchanges, especially with the movement of the Stoics, which emerged from the stigma to the sinful flesh. In addition, it was precisely the capacity of incorporating certain beliefs to the Christian creed that had made Christianity legitimate to other religions. The religious discourse was also an important factor in the structuring process of the Christian religion in the early centuries, since it is on this theme that we will unfold our article, since it is by discourse that preaching occurs later in the form of homilies, creating of a new man, of the Christian man, otherness to sinners and identity of salvation.

**Keywords:** Christianity; Late Antiquity; Middle Ages.

---

1. Mestrando em História Medieval pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão, com pesquisa em andamento intitulada O Pecado Original de Adão e Eva sob uma perspectiva tomista. E-mail: gattpablo@gmail.com

## Introdução

Representar é uma forma de manter vivo os eventos ou a própria história que já aconteceu. Nesse sentido, os discursos repercutidos oralmente ou simbolizados em livros são as formas mais duradouras de conhecer o passado (PADOVESE, 1999, p. 9), posto que por meio da escrita, como combate ao esquecimento, estamos aptos a estudar e compreender os episódios históricos, tal como o processo de estruturação do Cristianismo, objeto principal de nosso artigo.

Marcado por inúmeros contornos e embates, visto que a religião cristã não fora considerada oficial até o século IV, o processo de expansão do Cristianismo legitimou-se pelo aparato discursivo, posto que logo em seguida assumiu a forma de homilias<sup>2</sup>, pautadas na promoção dos ensinamentos religiosos das verdades universais contidas nas Sagradas Escrituras (SILVA, 2017, p. 229). Essa pregação oral posteriormente assumiu o caráter da transcrição, ganhando espaço no Império Romano posteriormente ao ano de 312. Mesmo com a presença de textos escritos a oralidade permaneceu como principal ferramenta de transmissão dos ensinamentos evangélicos, uma vez que as leituras eram de cunho explicativo e realizadas diante de uma assembleia ou em frente a todos integrantes da hierarquia sacerdotal, assim como as cópias dos textos sagrados eram destinadas ao público em geral.

222 Essa promoção das crenças cristãs fora realizada por três vertentes distintas, em um primeiro momento pelos representantes intelectuais do mais alto escalão do movimento cristão, que iam de cidade em cidade pregar os ensinamentos de Jesus, em seguida pelos próprios adeptos do movimento religioso, pertencentes as camadas mais baixas, que também o difundiram oralmente, e por último pela Paideia Cristã<sup>3</sup>. Por essas vertentes de comunicação a instituição religiosa pôde penetrar as massas e compreender um maior extensivo populacional, abrangendo 10% da população do Império Romano (70 milhões de habitantes).

Pelas expressões culturais e religiosas encontradas em cada povo<sup>4</sup>, por intermédio

---

2. Vocábulo proveniente do grego *omilia* e do latim *sermo*, são explicações e interpretações dos textos sagrados, com a finalidade de uma orientação prática.

3. A Paidéia Cristã, influenciada pela Paidéia grega, fora uma forma de ensino promovido pelo Cristianismo nos quatro primeiros séculos da nossa era para todos os indivíduos adeptos da religião crista. Nessa forma de ensino os interessados em aderir a religião estudavam os ensinamentos do Evangelho e se reuniam com os representantes e intelectuais que levavam de cidade em cidade os ensinamentos de Jesus. Formavam verdadeiros homens aptos a divulgar e enaltecer a Sagrada Escritura.

4. Mencionamos a nomenclatura *povo* em nosso trabalho na ideia de referenciar as comunidades ou povos presentes nos quatro primeiros séculos da era cristã, sejam elas comunidades judaicas ou helenizadas, e que não estavam incluídos no sistema religioso cristão, ou seja, não eram adeptos ou eram "adversários" do Cristianismo dos primeiros séculos.

dos significados simbólicos<sup>5</sup> atribuídos aos diferentes acontecimentos e pelos discursos de efeitos de verdade, a Igreja cristã procurou disseminar a criação de um novo modelo de homem e de comportamento pela crença em um único Deus e na salvação advinda restritamente pela fé no mesmo. Ademais, na religião cristã todos eram iguais perante à Deus, não havendo uma disparidade de estamentos entre escravo e senhor, visto que, além disso, a religião possibilitou por meio do aparato discursivo um novo modelo de vida aos povos que antes não tinham contato com a possibilidade de uma vida fora do plano terreno (RAIMUNDO, 2015, p. 139). É uma história simbólica, discursiva, de lutas e de apropriações, dado que o Cristianismo concorria com demais movimentos religiosos que eram até mesmo mais populares que o mesmo nos quatro primeiros séculos da era cristã.

O corpo é objeto de investimentos tão imperiosos e urgentes; em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações. Muitas coisas, entretanto, são novas nessas técnicas. A escala, em primeiro lugar, do controle: não se trata de cuidar do corpo, em massa, *grosso modo*, como se fosse uma unidade indissociável, mas de trabalhá-lo detalhadamente; de exercer sobre ele uma coerção sem folga, de mantê-lo ao nível mesmo da mecânica – movimentos, gestos, atitude, rapidez: poder infinitesimal sobre o corpo ativo (FOUCAULT, 1987, p. 126).

Nosso artigo pretende fazer uma revisão historiográfica acerca do processo de estruturação do Cristianismo nos quatro primeiros séculos da era cristã, assim como compreender como foi construída a identidade dos sujeitos cristãos em meio a uma pluralidade de culturas e de outras religiões no contexto da Antiguidade Clássica<sup>6</sup>, discutindo as trocas culturais, os adversários da religião cristã e o problema das línguas.

## O discurso de criação da identidade cristã e as trocas culturais

### A trajetória de estruturação do Cristianismo durante os quatro primeiros séculos

---

5. Os símbolos são acontecimentos, gestos ou atos que transmitem um significado. Influenciam no comportamento dos homens ao classificarem o mundo e introduzirem valores. Quando disputados, os símbolos são objetos que detém o monopólio sobre algo, uma vez que justificam uma ordem social (GEERTZ, 2008, p. 179). Pelo universo simbólico são criadas formas de diferenciação para cada comunidade, uma vez que cada cultura possui meios e formas para a construção de um mundo de significados e sentidos perante ao social. É por intermédio desses sistemas ou universos simbólicos que diferenciamos quem está excluído ou incluído, definindo assim, o que constitui uma prática culturalmente aceita.

6. Quando mencionamos uma pluralidade cultural ou as demais religiões presentes nos quatro primeiros séculos da era cristã estamos nos referindo ao contexto helenístico, ao judaísmo e aos movimentos religiosos contrários ao Cristianismo, como o arianismo, o gnosticismo e as correntes Adocionista e Modalista.

fora marcada por um rico e longo processo de aculturação<sup>7</sup> e pela divulgação dos ensinamentos cristãos por intermédio dos discursos religiosos. Como representante do novo, alteridade à norma vigente, a religião cristã trouxe em seus discursos uma mensagem distinta perante as demais religiões, principalmente a religião judaica. Em seus discursos o Cristianismo almejava uma diferenciação para com os não adeptos da religião cristã, uma vez que esse mecanismo de diferença contribuiu para a criação da identidade religiosa do grupo cristão, visto que as construções de identidades se dão em meio as tensões entre representações, pois o social é marcado pela pluralidade das culturas.

A pregação cristã sem dúvida continha desde o início, quando os seguidores imediatos de Jesus trataram de difundir o *euangelion*, a 'Boa Nova', por todo o Império Romano, uma proposta de reforma social que implicava, ao mesmo tempo, a criação (ou fabricação, poderíamos também dizer) de um novo homem, ou seja, de um indivíduo cujos valores e comportamentos deveriam se pautar por uma adesão imediata a tudo que dissesse respeito ao Reino dos Céus, em detrimento da experiência terrena, mundana que, se supunha, não fosse adequada aos propósitos da salvação (SILVA, 2014, p. 1).

224 Inserido em um contexto plural, a religião cristã procurou reforçar o seu caráter identitário, dado que a identidade é permeada pelo caráter da diferença e ambas são relacionais, diferença seja ao outro ou aos outros, pois a construção de uma identidade depende estritamente da relação e da interação contínua com o entorno social. Nesse sentido, essas identidades não são fixas e não existem por si mesmas, agem em conjunto com os discursos religiosos, sendo múltiplas e mutáveis (WOODWARD, 2014, p. 9-10). Por sua vez, os discursos promovidos pelo Cristianismo dos primeiros séculos buscavam, o que mais tarde Michel Foucault chamará de adestramento dos corpos, a criação de um novo modelo corporal em conjunto com uma práxis social ao qual o novo homem, identificado como um sujeito cristão, estaria inserido e que fosse capaz de se comportar em qualquer ambiente ou situação, pois todas as suas atitudes estariam entrelaçadas com objetivo final da salvação da alma (FOUCAULT, 1987, p. 119). Esses discursos foram produzidos historicamente no que tange a regulamentação das atividades corporais, pois tendiam a uma disciplinarização dos corpos.

A religião, além de induzir motivações e disposições, formula ideias gerais de ordem, caso contrário, ela seria apenas um conjunto de normas morais. Nesse sentido, a religião, tem sempre a necessidade de explicar a ordem geral das coisas, independentemente de como esta explicação se desenvolva (ARAUJO, 2015, p. 101)

---

7. O conceito de aculturação é utilizado nesse trabalho para compreender as trocas culturais realizadas pelos inúmeros movimentos religiosos nos quatro primeiros séculos da era cristã, em especial o movimento cristão. Usamo-lo para estudar a assimilação de elementos culturais externos à uma doutrina em formação, posto que a religião cristã integrou e reinterpretou elementos do mundo helenístico ao seu credo.



Nessa perspectiva, o Cristianismo buscou englobar todo o modo do viver cristão, ou seja, do viver corretamente, em uma única práxis social. Aliás, a religião cristã inaugurou a ideia de que o corpo vive pela alma, posto que todas as ações terrenas deveriam visar a salvação da mesma (RANHEL, 2018, p. 14-15). A temática do corpo permanecerá, em uma longa duração, como pilar essencial da religião cristã, relativizando todas as atitudes corporais perante ao Pecado Original de Adão e Eva, dado que a mancha do primeiro pecado, segundo Agostinho de Hipona, se faz presente na carne do homem desde o seu nascimento (CIDADE DE DEUS, XIV, I). Esse estigma corporal eclodiu no contato e no processo de trocas culturais realizado pelos representantes do Cristianismo dos primeiros séculos com os discursos promovidos pelas correntes ascetas, em que se acarretou para a cultura cristã uma influência negativa em relação ao corpo, conduzindo o mesmo a expressões mais radicais. Também no contato com o neoplatonismo a temática corporal fora reavaliada, o Cristianismo se tornou mais convidativo em relação às demais religiões da Antiguidade (FELDMAN, 2015, p. 25), mas por intermédio e influência do pensamento neoplatônico fora ressaltada a negação da carne e a vinculação da mesma a um princípio maligno.

Pois não apenas Deus tomou corpo, mas ensinou aos homens como, todos os dias e em toda parte, refazer Deus, ritualmente, na Eucaristia. Quando o padre diz: “este é o meu corpo, este é meu sangue”, os cristãos veem a Presença real sobre o altar, que acaba de ser moldada pelo padre. A partir de então, o paradigma do corpo comanda todas as representações, começando por aquelas do corpo físico do homem. Sem dúvida a tradição ascética representa o corpo como “prisão da alma”, porém cada vez mais o corpo é valorizado como instrumento da salvação, até nas macerações, no jejum e nos gestos da prece (SCHMITT, 2014, p. 23-24).

225

A verdadeira novidade trazida pela religião cristã fora a possibilidade de uma vida após a morte, de uma vida tranquila em que a alma do homem pudesse repousar calmamente, visto que para o alcance da plenitude eterna todas as ações terrenas deveriam estar de acordo com os ensinamentos de Jesus Cristo. Esse modelo de comportamento fora inspirado na vivência espiritual e carnal de Jesus Cristo, ao qual levou uma vida sem a presença do pecado e dos prazeres da carne.

Nesse período inicial houveram distintas culturas aos quais permearam a religião cristã e foram responsáveis por uma complexa troca de informações entre si, na qual podemos dizer que ocorreu a promoção da circularidade das ideias. Sendo assim, não devemos entender o Cristianismo, o Judaísmo e o Helenismo<sup>8</sup>, como culturas fechadas

---

8. O helenismo é o nome dado ao mundo ao qual o grego viveu, a cultura grega. Fora o resultado do encontro de inúmeras e variadas culturas locais do Mediterrâneo com a cultura grega, abrangendo um período que durou de 323 a.C. – 146 a.C. Basicamente são os modos de viver grego, em que houve o intercâmbio de cultura entre os gregos e os demais povos.

em si, uma vez que não foram formas culturais autônomas. Ademais, a história da expansão do Cristianismo se insere no contexto sociocultural greco-romano, em que o processo de estruturação abarcou uma pluralidade de culturas e uma intensa troca de informações, visto que a religião cristã integrou e reinterpretou elementos do mundo helenístico ao seu credo. Não se pode compreender o Cristianismo fora do contexto helenístico (CHEVITARESE, 2007, p. 09), posto que fora uma religião de variadas vertentes, líderes e ideias, mas ao mesmo tempo inovadora com o “propósito de forjar um novo homem que não seria apenas um indivíduo intelectualmente versado nos textos sagrados, mas também um indivíduo cujas atitudes, no dia a dia, revelariam de imediato as suas convicções religiosas” (SILVA, 2014, p. 8).

A longa caminhada em prol da pregação do Deus que salva e perdoa, devido ao caráter missionário do Cristianismo dos primeiros séculos, abarcou as territorialidades que atualmente conhecemos como o Egito, Gália, a África, África Setentrional e até mesmo a Ásia. Essa pregação fora conturbada no que tange os problemas linguísticos e pelas religiões adversárias ali presentes, gnósticas, simoníacas, ariana e judaica, uma vez que em alguns desses locais o Cristianismo não conseguira se firmar, seja pelo desconhecimento perante a cultura popular ou local, como por exemplo no Oriente, ou pelas invasões árabes, que promoveram a implantação do Islamismo e o favorecimento das linguagens populares ali presentes (PADOVESE, 1999, p. 169).

226

De caráter popular e simples, foram as gentes dos mais baixos estratos que deram início as primeiras comunidades cristãs, uma vez que os adeptos das camadas mais populares da sociedade encontravam-se restritos de quaisquer influências econômicas ou políticas. Ou seja, desde o início a literatura cristã destacou-se por seu caráter popular e funcional, que mais tarde no contato com os povos helenizados transvestirá em um problema linguístico, com a prevalência da linguagem grega e do latim (PADOVESE, 1999, p. 24-25).

Entendido até aqui como um movimento de várias vertentes, o Cristianismo dos primeiros séculos tem como característica a transcrição e a transmissão particular dos ensinamentos bíblicos, visto o contato direto e verbal pelos mais altos representantes da religião cristã com as demais comunidades. Essa alta hierarquia, composta por bispos e presbíteros, tinha como função a difusão do conhecimento por meio de constantes pregações, uma vez que objetivavam manter as comunidades por dentro dos assuntos e debates teológicos (PADOVESE, 1999, p. 29). Pelo caráter interrupto das pregações e das transmissões desses discursos, no momento em que eram realizadas as transcrições das homilias ocorriam inúmeras sínteses, culminando em representações simplórias de alguns discursos. Ademais, os próprios membros da comunidade revisavam e corrigiam suas próprias homilias, como Orígenes, Ambrósio, João Crisóstomo e Agostinho. O

ensino, de fato, foi elemento fundamental da Igreja cristã dos primeiros séculos.

Nota-se que pelo seu caráter discursivo e pessoal o Cristianismo conseguira se propagar rapidamente nos primeiros séculos. Propagada a mensagem cristã por missionários, tanto no Ocidente como Oriente, a palavra de Deus era levada rapidamente àqueles que a desconheciam, principalmente aos necessitados de conforto espiritual e aos que buscavam a salvação, pois fora uma religião de negação do mundo, em que o fim último se encontrava fora do plano terreno. Fora uma religião dos modestos, dos pequenos, dos pobres e dos oprimidos, exaltando as virtudes da mediocridade e da humildade (PADOVESE, 1999, p. 30).

### **Os adversários do cristianismo e o discurso do fim dos tempos na promoção do celibato**

Por ser um movimento que trazia o novo, o Cristianismo encontrou inúmeros adversários durante o seu processo de estruturação nos dois primeiros séculos. O novo, que se configurou na salvação pela fé na imagem de Cristo morto e ressuscitado fora criticado tanto por pagãos quanto por judeus. Nesse sentido, pela dificuldade em quebrar o vínculo religioso-cultural que existia com o meio judaico, surge no seio da religião cristã o movimento ebionita. Como uma ramificação do Cristianismo composto por judeu-cristãos, os ebionistas negavam Jesus Cristo ao reconhecerem-no como um simples homem, rejeitando a transcendência da pessoa de Cristo (PADOVESE, 1999, p. 46). Como forma também de heresia<sup>9</sup>, nos primeiros anos do século II, Marcião rejeitou todos os livros do Antigo Testamento em seu caráter totalmente antijudaizante ao negar o nascimento de Jesus e a defesa de que o mesmo já apareceu no mundo em sua fase adulta.

Outro adversário da religião cristã fora o movimento gnóstico, que por sua vez negou todo o caráter carnal na valorização de Jesus apenas em sua vertente espiritual, rejeitando por assim dizer, toda a carne do homem. Na direção espiritual contrária, o arianismo, movimento encabeçado por Ário, teve como crença a negação da alma de Cristo. Ainda no final do segundo século, o movimento Adocionista compreendia Cristo como um anjo adotado por Deus para servir naquela função, já o movimento

---

9. A palavra heresia tem como função apontar os ensinamentos que são contrários à Sagrada Escritura. Em nosso trabalho identificamos como heresias os movimentos religiosos Modalista, Adocionista, o Arianismo e o gnosticismo. É uma indicação dos limites de integração social por parte da própria Igreja, sendo uma prática contrária aos dogmas instituídos pela Igreja por parte dos membros de uma comunidade. Ver mais em: RUST, Leandro; CASTANHO, Gabriel. A Igreja como passado: um prologo historiográfico. *Veredas da História*. Rio de Janeiro: v. 10, n. 2, p. 9-21, 2017.

Modalista, defendido por Noeto, afirmava que o próprio Deus sofrera e morrera por nós na cruz (RAIMUNDO, 2015, p. 136). Essas associações de Jesus à figura do homem caído em pecado trouxeram problemas para a chamada Cristologia, uma vez que Melitão de Sardes, na Ásia do século segundo, defendeu a ideia da unidade homem-Cristo, ao alegar que Jesus é um homem perfeito, pois seu corpo provinha de uma natureza humana e o seu espírito de uma natureza divina. De fato, o reconhecimento da imagem humana de Jesus caminhou lado a lado com o seu reconhecimento divino (PADOVESE, 1999, p. 47). Para o Cristianismo, por meio dos sofrimentos e como forma de libertação, Cristo fora um homem das dores e da obediência. O espírito de Deus repousa nele, Ele é o Verbo de Deus. (PADOVESE, 1999, p. 139)

Nesse anúncio do novo, os Padres da Igreja dos primeiros séculos em seus discursos realizaram a pregação da escatologia juntamente com o advento da salvação por intermédio da fé em Jesus e dos bons comportamentos. Esses homens acreditavam estar convictos de suas vitórias na batalha final, uma vez que Jesus estivera reinando ao lado deles, sendo assim, os mesmos depositavam pouco valor na pregação escatológica. Ademais, o Juízo Final agregou pouca importância no cotidiano desses indivíduos, ganhando força apenas no Credo instituído pelo Concílio de Niceia em 325 d.C. Embora o tema do Juízo Final fosse comentado nos discursos religiosos, a temática da escatologia tornou-se extremamente popular somente no século XII, em que as primeiras alusões mostram a figura de Jesus como um bom pastor cuidando de seu rebanho, responsável no que tange a separação entre as boas e más ovelhas.

228

Esses frades mencionavam, com frequência, o Juízo Final em seus sermões proferidos especialmente ao longo da Quaresma, enfatizando constantemente a necessidade de arrependimento porque o fim dos dias estaria se aproximando. Os dominicanos Giordano da Pisa, Jacopo Passavanti e Vicente Ferrer, por exemplo, todos mencionaram o momento do julgamento final em diversos de seus sermões; Passavanti descreveu em detalhes, em *seu Specchio della vera penitenza*, não somente o Juízo Final, mas especialmente as punições infernais (QUÍRICO, 2015, p. 10-11).

Durante o primeiro século o clima era vivenciado por uma escatologia já realizada. Esse tempo entre a primeira vinda de Cristo e a parusia representava um tempo de penitências, em que o desejo e arrependimento dos pecados fora um forte vetor presente nos discursos desses Padres. Era uma vinda bastante próxima, visto que o Cristianismo é uma religião de pregação do fim do mundo.

No século segundo em diante o medo perante ao fim mundo ganhou forças. Os discursos religiosos dos Pais da Igreja impulsionaram a necessidade de boas obras pelo medo do castigo. Era-se esperada agora uma salvação individual em que o coletivo perdera forças. Com o objetivo final de alcançar a salvação, os cristãos deveriam aceitar

sua presença no mundo, mas também aspirar a saída do mesmo, pois o fim último não seria objetivado no plano terreno e sim no espiritual e celestial.

Em virtude dela é que pastores como os que citamos acima reconhecem que o cristão se encontra no centro de um bipolarismo entre um "já" e um "não ainda". Com isso bem presente, consideram que o compromisso do cristão no mundo consiste em viver no presente com uma forte consciência da relatividade do todo e do futuro para o qual está encaminhando. Este anseio pelo futuro, todavia, não legitima a fuga da realidade, pois o presente também é tempo de deus e o pobre que hoje encontramos é Cristo (PADOVESE, 1999, p. 94).

Essa persistência na vinda de Jesus influenciou o modelo de vida que findará na ascese cristã, pois os homens se manterão conservados, perseverantes e esperando a volta de Cristo, levando uma vida igual ao qual Jesus levou. Nesse sentido, a ascese funcionou como um adiantamento da vinda de Cristo, pois a práxis social asceta pautou-se no fim da reprodução, ou seja, a virgindade fora considerada uma forma de ouro para as mulheres e a castidade era tida como prata para os homens (PADOVESE, 1999, p. 89). Além disso, o sexo e o matrimônio passaram a ser relativizados pela escatologia, uma vez que Jesus tenha levado uma vida pautada pela abstinência de ambos, em que se gera uma sensação negativa perante ao matrimônio, como ímpeto à parusia.

229

Ora, jamais uma civilização tinha atribuído tanto peso - e preço - à culpabilidade e à vergonha como fez o Ocidente. Estamos aqui diante de um fato da maior importância que não se pode esclarecer completamente. Tentar fazer a história do pecado, portanto da desfavorável imagem de si, dentro de um espaço e um recorte cronológico determinados, é colocar-se no centro do universo humano. É destacar ao mesmo tempo um conjunto de relações e de atitudes constitutivas de uma mentalidade coletiva. É encontrar a mediação de uma sociedade sobre a liberdade humana, a vida e a morte, o fracasso e o mal. É descobrir sua concepção das relações do homem com Deus e a representação que ele fazia deste último. É, portanto, dentro de certos limites, empreender conjuntamente uma história de Deus e uma história do homem (DELUMEAU, 2003, p. 14)

A castidade, nessa analogia, aparece como o modo de vida mais elevado. Essa visão fora defendida principalmente pelos estoicos, movimento de ramificação do Cristianismo que negou qualquer parte do ato sexual, em que o processo de aculturação mais uma vez corrobora com o sistema de estruturação da instituição cristã. Ainda nesse processo de aculturação promovido pela religião cristã, o Cristianismo ao assimilar elementos voltados ao estudo e ao ensino, já defendidos pelos anacoretas e cenobitas, cria a instituição dos mosteiros, destinados àqueles que desejam levar uma vida reclusa e sem luxo. Basílio de Cesárea (379), corrigindo e aprimorando os meios de convivência e reclusos da vida social, agrega ao lado dos mosteiros compartimentos

que funcionariam como escolas, orfanatos e asilos. Agostinho de Hipona no ano de 395, na África, também funda um mosteiro, impactando diretamente nos modos de dirigir a Igreja local (PADOVESE, 1999, p. 147). Foram diversas formas de vidas monásticas que perpetuaram durante os primeiros séculos da era cristã, sendo a figura do monge aquele que busca o conhecimento e que “chora os seus próprios pecados e os pecados dos homens e que, com uma vida de oração, meditação e penitencia, procura conseguir a sua salvação e a salvação dos homens” (LE GOFF, 1989, p. 10). O monge tem o objetivo de adorar e servir exclusivamente à Deus.

### **O processo de enraizamento na cultura helenística e o problema das línguas**

Embora o Cristianismo dos primeiros séculos fosse um movimento de cunho heterogêneo, expressado pelo caráter da alteridade e pelo afastamento ao Judaísmo, os cristãos definitivamente representavam uma criatura nova (PADOVESE, 1999, p. 137), pois até o século IV viveram julgados e condenados por serem adeptos da vertente religiosa a qual optaram (PADOVESE, 1999, p. 147). Nesse percurso de divulgação e promoção a Igreja se expressou por diferentes linguagens, uma vez que veio a prevalecer posteriormente o latim e o grego devido a forte influência da cultura helenística.

230

Desse enraizamento do Cristianismo dos primeiros séculos nas diversas culturas aflorou um processo de aculturação, dado que as camadas mais populares foram as que mais abraçaram essa mudança. Nesse sentido, a religião cristã se adaptou aos inúmeros ambientes a sua volta, pois abrangeu todo o universo simbólico dos diferentes povos e difundiu-se por diversas formas sempre com a missão de pregação de um novo homem, crente na salvação pela fé em Cristo morto e ressuscitado. Foi um processo de aculturação que ocorreu durante toda a história da Igreja e ainda continua ocorrendo.

Nas palavras do historiador Jean-Claude Schmit (2014, p. 79), a adaptação foi o segredo do sucesso da religião cristã, posto que o movimento de renovação promovido pelo Cristianismo ao fazer contato com comunidades judaicas-helenísticas conquistou maior aceitação. A religião cristã desenvolveu mecanismos para uma maior compreensão do popular ao realizar traduções dos anúncios bíblicos para o grego e ao conseguir que os textos Sagrados fossem lidos e aceitos no meio social, conquistando muitos que estavam em busca de um guia para suas vidas (PADOVESE, 1999, p. 157). O apóstolo Paulo, nesse sentido, trabalhou para a promoção de um Cristianismo helenizado, na justificativa de que a Torá (Antigo Testamento), assumisse a função de um livro pedagógico até a segunda vinda de Jesus. É por intermédio do contato do

Judaísmo da diáspora com a cultura helenística que a tradução da Bíblia para o grego ocorreu, atraindo assim, a atenção daqueles que estavam incluídos na estrutura da *polis* grega.

Nessa passagem do mundo palestino ao mundo helenizado, o Cristianismo conquistou um maior contingente populacional devido ao helenismo no Império aglutinar todos os povos em uma única cultura. Sendo assim, quanto mais traduções realizadas, maior fora público de escuta (PADOVESE, 1999, p. 158). Por essa generalização no mundo greco-romano, conseqüentemente na *polis* grega, ao qual a Igreja se insere, a missão dos evangelizadores cristãos passou a funcionar mediante ao caráter interno, pois a abrangência do Império fora extensa. É uma passagem de um mundo rural para uma Antioquia citadina e culturalmente diversificada.

Como descreve o historiador Paul Veyne em sua obra *Quando o mundo se tornou cristão* (2011), um dos acontecimentos decisivos para a história do ocidente e do Cristianismo, realizado por Constantino no ano de 312, fora a conversão do próprio imperador. Ao optar pela religião cristã, o mesmo tinha em mente uma visão além do caráter religioso, posto que foi uma época de transição. Para a historiadora Silvia Márcia Alves Siqueira (2010, p. 151-152), foi assumindo o comando desse movimento religioso pela salvação da humanidade que Constantino ao converter-se ao Cristianismo tornou-se o difusor principal da mensagem defendida pela religião cristã.

231

Um dos acontecimentos decisivos da história ocidental e até mesmo da história mundial deu-se no ano de 312 no imenso Império Romano. A Igreja cristã tinha começado muito mal esse século IV de nossa era: de 303 a 311, sofrerá uma das piores perseguições de sua história, milhares foram mortos. Em 311, um dos quatro co-imperadores que repartiam entre si o governo do Império estava decidido a pôr fim àquele estado de coisas, reconhecendo amargamente em sua atitude de tolerância que perseguir não adiantava nada, pois muitos cristãos que tinham renegado sua fé para salvar a vida não tinham voltado ao paganismo. Assim (e esse, à época, foi um assunto de inquietação para um governante), criaram-se buracos no tecido religioso da sociedade. Ora, no ano seguinte, 312, deu-se um dos acontecimentos mais imprevisíveis: outro dos co-imperadores, Constantino, o herói dessa grande história, converteu-se ao cristianismo depois de um sonho ("sob este sinal vencerás"). Por essa época, considera-se que só cinco ou dez por cento da população do Império (70 milhões de habitantes, talvez) eram cristãos (VEYNE, 2011, p. 5)

Com a conversão de Constantino, no século seguinte todos os Césares, tornados cristãos, encerrarão o fim das perseguições aos cristãos, visto "a obra religiosa de Constantino é de fundamental importância, pois levou o estabelecimento de um Império Cristão" (CARLAN; FUNARI; RABÊLO, 2017, p. 18). Agora a Igreja é soberana, em que as mensagens cristãs sofrerão modificações ao inserir-se em um contexto citadino. A obediência da figura feminina, dos filhos e dos escravos ao marido é um veículo importante na divulgação da nova religião, visto que fora esse patriarcalismo que

garantiu a sobrevivência e a difusão da Igreja em meio a um conservadorismo social, uma vez que anteriormente, pelo caráter rural, não se necessitava dessa pregação de subordinação (PADOVESE, 1999, p. 159). Foi um dificultoso processo de adaptação para a religião cristã, seja aos mundos, culturas, conceitos, experiências e principalmente as línguas.

A adaptação em nível linguístico-conceitual. A esse respeito, a passagem do anúncio cristão do âmbito linguístico aramaico ao grego significou também uma mudança no âmbito dos conteúdos e representações. A terminologia que expressa bem esse fenômeno de aculturação é a cristológica: o título de "Messias" (*Christós*, Ungido), por não ter significado para os gregos, tornou-se sobrenome de Jesus: Jesus o Messias se transformou em Jesus Cristo (PADOVESE, 1999, p. 160).

Nesse processo de separação do Cristianismo de sua terra natal para um contexto helenizado, em que ganhou maior força e divulgação, assim como sofre com um processo maior de aculturação, a religião cristã criou um novo universo simbólico e pouco a pouco tornou-se uma *religio vira*, estruturando-se em um mundo permeado pelo paganismo helenista. Nesse sentido, é por intermédio de um sistema simbólico que a cultura cristã forneceu meios para a construção de um novo mundo, juntamente com a criação de novos significados e sentidos. Foram esses sistemas simbólicos que possibilitaram a diferenciação de cada comunidade e fizera cada sujeito cristão vivenciar sua experiência religiosa de maneira distinta, uma vez que cada comunidade cristã moldou sua cultura e suas próprias formas de organização do mundo. Ademais, o desinteresse pelo campo aumentou devido a soberania do caráter urbano, assumindo-se assim, as línguas cultas das cidades, o grego e o latim. No século IV, o Cristianismo dividiu-se em duas vertentes linguísticas, o latim dos cultos e dos altos estamentos e a língua provincial, ligada as massas autóctones (PADOVESE, 1999, p. 169).

Além dessa homogeneização pela *polis* grega, pela linguagem única do Espírito Santo, em que os cristãos se reconciliam e se percebem como iguais, cada povo passou a ouvir em sua língua os anunciadores das grandezas de Deus, dado que devemos levar em consideração as dificuldades encontradas nas diferenças culturais e espaciais, como fora o caso do Oriente (PADOVESE, 1999, p. 167). Mesmo com as homilias em caráter de transcrição, a oralidade fora o principal mecanismo de transmissão dos ensinamentos evangélicos. Definitivamente os problemas dos Apologistas do Cristianismo dos primeiros séculos foram os das línguas, visto que inseridos em um contexto helenizado ignoravam as culturas populares, assim como a linguagem autóctone ao transmitir os discursos religiosos apenas na linguagem latina, língua do ambiente urbano (PADOVESE, 1999, p. 168). Esse problema ocorria, pois, uma vez que esses povos eram conquistados pelo Império Romano, os mesmos passavam a ser considerados latinos e incluídos pela língua latina.



O problema das línguas ainda persistia na África e no Oriente próximo e com as invasões árabes o Cristianismo perdeu espaços para as religiões que abrangeram as massas ou o popular que davam cada vez mais destaque as línguas consideradas não cultas, a linguagem *Volksprache*, visto que “depois dos anos 600 a metade das regiões cristãs que tinha pertencido ao Império tornou-se muçulmana sem dificuldade aparente” (VEYNE, 2011, p. 5). Em contrapartida, a adaptação faz do Cristianismo, no Egito do século III, o propulsor dos cultos populares, sendo aceito e divulgado por meio da linguagem local e que não se encaixava no esquema de classe grego (PADOVESE, 1999, p. 171). A linguagem copta, adotada como meio de evangelização para as massas ignorava o grego e fora a forma utilizada, garantindo o sucesso da religião cristã no Egito, posto que um século antes já haviam traduções do grego para o copta no intuito de que a mensagem das Sagradas Escrituras pudesse ser divulgada.

Esse esquema desenvolvido pelo viés cristão-helenizado teve maior propagação e aceitação na Ásia Menor, mesmo que disputando com culturas locais. O caráter helenizado fora aceito e propagado estritamente pela vertente cidadina, visto que o Cristianismo fora considerado uma religião de língua culta, ligada à administração do Império. Mesmo assim, a religião cristã não deixou de se fragmentar para uma maior abrangência e essa fragmentação religiosa garantiu o não enfraquecimento da Igreja no contexto de desestruturação do Império Romano. Ademais, divisões e divergências entre a Igreja greco-latina e a oriental foram inevitáveis justamente devido ao problema das línguas e pelos seus desdobramentos naturais. Em um quadro geral, no Ocidente o Cristianismo se estruturou por intermédio da linguagem culta, que viria a ser o grego e o latim, abrangendo somente o entendimento de uma pequena parcela social, uma vez que diferentemente no Oriente, por intermédio dos idiomas populares sírios, armênio, copta, entre outros, a religião cristã compreendeu um maior contingente populacional. A diferença das línguas e as formas de adaptação da religião cristã aos inúmeros contextos culturais e sociais fizera com que o Cristianismo extrapolasse as barreiras físicas e principalmente culturais imposta pelo Império Romano.

### **Considerações finais**

Com o seu processo de estruturação em andamento, a Igreja dos primeiros séculos ainda passou por diversos problemas, pois a vertente helenizada a impossibilitava de abranger a totalidade das línguas. São considerados como problemas: o entendimento dos bárbaros quando convertidos como cristãos de segunda, a exigência do saber grego e do latim para ser considerado cristão, as seitas, o paganismo e as supostas

heresias que ainda adotavam linguagem autóctones, e por fim, o caráter dos símbolos que substituía a necessidade da língua falada (PADOVESE, 1999, p. 157). Todavia, o sucesso do Cristianismo no mundo helenista fora devido a não necessidade da negação da cultura grega, pois fora a religião cristã que se adaptou ao novo contexto, seja pela renovação do vocabulário, de empréstimo simbólicos, pela polissemia das línguas ou pelas mudanças de significados. Esse sucesso se deu devido ao fato de não ser necessário negar o Antigo Testamento, já que o mesmo funcionava como uma forma de pedagogo, também pela própria cultura grega complementar o Cristianismo e pela criação de uma nova identidade social pelas vias da cultura helenística ao se diferenciar como um movimento de renovação dentro do próprio Judaísmo. Fora uma missão de evangelização dentro de um terreno já cultivado pela vertente judaica-helenizada.

O Cristianismo, ao contrário, ... oferecia a adesão ao monoteísmo, uma ética superior e plenos direitos religiosos, e isso sem circuncisão, sem mandamentos rituais, sem limitações que pudessem ter efeitos negativos sobre o status social deles. Isso torna mais compreensível o conflito entre Judaísmo e Cristianismo: a missão cristã conquistava justamente aqueles que sustentavam o judaísmo (PADOVESE, 1999, p. 182).

234

Fora uma “revolução linguística, que se realizou quanto aos elementos essenciais no decurso de algumas gerações, é o teste mais eloquente da revolução espiritual produzida pelo Cristianismo no mundo antigo” (PADOVESE, 1999, p. 178). Ainda na Antiguidade Tardia, os textos sagrados, de cunhos normativos e disciplinadores, quando lidos por comunidades distantes desenvolviam uma sensação de pertencimento, responsáveis pela criação de uma sociedade imaginada, pautada nos ensinamentos de Jesus. A literatura cristã cumpriu a função de unificação da Igreja e buscou compreender a totalidade do homem, em seu aspecto carnal e espiritual. Nesse sentido, o Cristianismo promoveu a maior revolução espiritual e linguística vista no Ocidente (PADOVESE, 1999, p. 178), culminando em sua oficialização como religião oficial do Império Romano e que durante toda a Idade Média legitimou uma representação religiosa de mundo devido ao amplo lugar ocupado pela Igreja no cotidiano dos sujeitos cristãos do período. Foi uma época em que não houve espaço para o fator da descrença, uma sociedade profundamente marcada pelo pensamento cristão que perdurou pelo menos por quinze séculos.

### Referências Bibliográficas

AGOSTINHO DE HIPONA. **Cidade de Deus**. Tradução B. Dombart e A. Kalb. Lisboa:

Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

- ARAUJO, Cristiano Santos. Religião, sagrado e poder: considerações conceituais em Geertz, Terrin e Deluze. *Ciberteologia - Revista de Teologia e Cultura*, São Paulo, Ano XI, n. 51, p. 99-111, 2015.
- CARLAN, Cláudio Umpierre; FUNARI, Pedro Paulo; RABÊLO, Lalaine. Religião e rivalidade no século IV: algumas considerações. In: CARVALO, Margarida Maria; FUNARI, Pedro Paulo; CARLAN; Cláudio Umpierre; PAPA, Helena Amália. **Religiões e Religiosidades na Antiguidade Tardia**. Curitiba: Editora Prismas, 2017.
- CHEVITARESE, André Leandro; CORNELLI, Gabriele. **Judaísmo, Cristianismo, Helenismo**. Ensaio sobre Interações Culturais no Mediterrâneo Antigo. São Paulo: Annablume / FAPESP, 2007.
- DELUMEAU, Jean. **O pecado e o medo: a culpabilização no Ocidente (séculos 13-18)**. Bauru: EDUSC, 2003.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 26ª edição. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FELDMAN, Sérgio Alberto. **Amantes e bastardos**. Vitória: EDUFES, 2015.
- GEERTZ, Clifford. **The interpretation of culture**. Nova York: Basic Books, 1973. (Trad., português: A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2008.)
- LE GOFF, Jacques. **O homem medieval**. Porto: Imprensa Portuguesa, 1989.
- PADOVESE, Luigi. **Introdução à teologia patrística**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- QUÍRICO, Tamara. A representação do Juízo Final como imagem devocional. In: **XXVIII Simpósio Nacional de História: Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios**. Florianópolis, p. 1-13, 2015.
- RANEL, André Silva. História do corpo na Idade Média: representações, símbolos e cultura popular. **Veredas da História**, v. 11, n.1 p. 10-31, 2018.
- RAIMUNDO, Mariana. A consolidação da identidade cristã no século IV. **Revista Cantareira**, v. II, p. 132-147, 2015.
- SCHMITT, Jean-Claude. **O corpo, os ritos, os sonhos o tempo: ensaios de antropologia medieval**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- SILVA, Gilvan Ventura da. Homilia e educação cristã na Antiguidade Tardia: a relação corpo, igreja e cidade segundo João Crisóstomo. **Acta Scientiarum**, v.36, p. 1-12, 2014.
- SILVA, Gilvan Ventura da. Cultura escrita e comunicação oral no cristianismo antigo: as homilias como instrumentos de poder. **Romanistas - Revista de Estudos Grecolatinos**, n. 9, p. 212-233, 2017.
- SIQUEIRA, Silvia M.A. Reflexões sobre política e igreja no século IV: um olhar para as mulheres cristãs. **Dimensões**, vol. 25, p. 148-163, 2015.

VEYNE, Paul. **Quando o mundo se tornou cristão**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2011.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. IN: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000.

# AÇÕES DIPLOMÁTICAS BRASILEIRAS NA TRIÁDE RELACIONAL ENTRE BRASIL - PORTUGAL - ANGOLA: O CONTEXTO DO PROCESSO DE LIBERTAÇÃO ANGOLANO

José Francisco dos Santos<sup>1</sup>

**Resumo:** Apresentamos nesse artigo revisão bibliográfica e análises de fontes acerca do processo final de independência de Angola. O recorte temporal centra-se nos anos de 1974 e 1975, o qual se deu especialmente por conta das leituras críticas de relatórios do Itamaraty (Brasil). Dessa forma, a pesquisa se pautou nas críticas imanentes de relatórios e memorandos que a embaixada de Lisboa enviou para o *Ministério das Relações Exteriores do Brasil*, assim como telegramas enviados pela *Representação Especial Brasileira em Angola* ao longo do ano de 1975, que tinha o representante Ovídio de Andrade Melo à frente. Registramos, enfim, algumas ações diplomáticas brasileiras na tríade relacional entre Brasil – Portugal – Angola, procurando demonstrar as complexidades construídas no apoio à independência angolana, sendo o Brasil o primeiro país a reconhecê-la.

**Palavras Chaves:** Angola; Brasil; Diplomacia; Independência

**Abstract:** We present in this article, bibliographical review and analysis of sources about the final process of independence of Angola. The temporal cut focuses on the years of 1974 and 1975, which was especially due to the critical readings of reports from Itamaraty (Brazil). Thus, the research was based on the immanent criticisms of reports and memoranda that the Lisbon embassy sent to the Brazilian Ministry of Foreign Affairs, as well as telegrams sent by the Brazilian Special Representative in Angola during the year 1975, which had the representative Ovidio de Andrade Melo ahead. Finally, we demonstrated some Brazilian diplomatic actions in the relational triad between Brazil - Portugal - Angola, seeking to demonstrate the complexities built in support of Angolan independence, with Brazil being the first country to recognize it.

**Keywords:** Angola; Brazil; Diplomacy; Independence

---

1. Doutor em História pela *Pontifícia Universidade Católica de São Paulo* – PUCSP, docente de História das Áfricas/ História e Cultura Afro-brasileira e do mestrado em Ciências Humanas e Sociais – PPGCHS, da Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB. Email: jose.francisco.puc@gmail.com/ jose.santos.@ufob.edu.br

## 1. Introdução

O Regime Salazarista que perdurou em Portugal de 1926 até 1974 foi um dos últimos sistemas políticos “colonialistas” a cair. Estabeleceu-se como *Estado Novo* que, mesmo após a saída de Antônio Salazar em 1968 - quando “literalmente caiu do poder”<sup>2</sup> - se sustentou até a *Revolução dos Cravos*, que em 24 de abril de 1974 colocou fim ao regime autoritário. Embora o Salazarismo seja por muitos colocado em outras classificações, é inegável que há elementos que o aproxima do nazismo, fascismo e do franquismo, a exemplo do culto personalista ao líder maior.

Além das características vinculadas aos regimes autoritários, outro elemento que marcava o regime salazarista se refere a manutenção das colônias nos continentes Africano, Asiático e Oceania, questão essencial para discussões propostas neste artigo. Salientamos, portanto, que somente nas décadas de 1960 a 1970, por iniciativas locais e resistência da população destas colônias, iniciaram-se processos de luta por independência, as quais conquistaram a libertação destes países.

Neste texto, a problematização desse fato vai ser posta em relação ao continente africano e às colônias portuguesas denominadas na época, de modo geral, como *Províncias Ultramarinas*, e em relação às especificidades do processo angolano, a partir das ações diplomáticas e a leitura política que seus protagonistas faziam daquele contexto. Este artigo é parte do resultado da pesquisa de doutorado intitulada *Angola: ação diplomática brasileira no processo de independência dos países africanos em conflito com Portugal no cenário da Guerra Fria* (2015). Ressaltamos que a investigação nos levou a concordar com historiadores que avaliam o processo de libertação de Angola, ou de descolonização, como alguns preferem chamar, como um dos mais complexos.<sup>3</sup> Destacamos o apontamento do historiador Lincoln Secco (2004) sobre o território colonizado por Portugal, até aquele momento chamado de *Império Ultramarino*,

Ora, Portugal continental não ultrapassava muito modesto 91 mil quilômetros quadrados, mas Angola ultrapassava os 1.246,700 quilômetros quadrado. Moçambique tinha (e tem) um tamanho que é ligeiramente superior à metade do território angolano.

---

2. Sobre essa questão Maxwell (2006, p. 42 – 43) discorreu: “Em 1968 a espreguiçadeira onde Salazar se sentava desabou, e a queda o deixou em um estado de coma da qual nunca se recuperou. O presidente, almirante Américo Tomás, teve de substituí-lo. Foi com relutância que Tomás, modesto mais inflexível seguidor de Salazar, nomeou primeiro-ministro um dos antigos protegidos do ditador, o professor de direito Marcello Caetano, de 64 anos. Mas até 1970 houve um estranho hiato, pois o moribundo Salazar resolutamente se recusava a morrer, Tomás parecia viver com constante preocupação de que o velho revivesse e perguntasse por que fora removido do posto”.

3. A respeito dessa questão importa salientamos que a maioria dos autores que discorrem sobre os conflitos do continente africano e não propriamente sobre Angola ressalta as complexidades do processo de independência de Angola. A exemplo das obras: *A Revolução dos Cravos* (2004) do historiador Lincoln Secco, *Os filhos da Terra do Sol* (2002) da historiadora Leila Hernandez, *O Império Derrotado* (2006) do historiador Kenneth Maxwell, *Moçambique* (2010) do antropólogo José Luís Cabaço, entre outras obras.

As demais colônias eram menores do que a parte europeia do Império. Não se podia pensar no Império (e nas ideias que sobre ele se faziam) ouvindo, lendo, observado, só aquela extremidade ocidental da Península Ibérica (SECCO, 2004, p. 63).

Assim, podemos visualizar que a resistência de Portugal em relação a superação do colonialismo se vinculava especialmente ao fato de que estavam sobre seu poder territórios imensos, com potencial de recursos naturais e espaços para a prioridade comercial. Ou seja, abrir mão do colonialismo traria para Portugal perdas imensuráveis, no entanto, o processo de libertação dos países que estavam sobre seu jugo em continente africano era inevitável.

Por isso, também pontuamos que essa conjuntura chama atenção do Estado brasileiro em meio do desmonte do *Império Ultramarino*. Neste sentido, refletimos qual foi à influência do Brasil neste processo e, para análise, teremos como principal fonte empírica da primeira parte do artigo o relatório escrito pelo então embaixador brasileiro em Portugal, Carlos Alberto da Fontoura, que apresentou informações para o governo fazendo um levantamento da conjuntura portuguesa pós *Revolução dos Cravos*.

Na segunda parte do texto, priorizaremos as ações diplomáticas desenvolvidas pelo diplomata Ovídio de Melo, que naquele contexto estava a frente da representação brasileira em Angola. De antemão registramos que o fato do Brasil ter constituído uma representação formal naquele território já demonstra interesse de aproximações políticas e econômicas. Para essas reflexões nos pautaremos em telegramas, livros de memórias e pesquisas que desenvolvemos e também de algumas realizadas por outros autores, as quais demonstram a complexidade das relações políticas no processo de independência angolana.

Enfatizamos que dentre os documentos analisados estão telegramas fornecidos pelo próprio diplomata Ovídio Melo em contato pessoal que tivemos com ele no decorrer de pesquisas que desenvolvemos sobre a temática. No entanto, um elemento curioso é que o diplomata só ficou sabendo que esses documentos ainda existiam após trinta anos por meio do historiador Jerry Dávila, que em pesquisa na *Fundação Getúlio Vargas*, no Rio de Janeiro, encontrou os telegramas. Outro documento oferecido por Ovídio de Melo foi o texto intitulado *Comentários aos textos telegráficos precedentes*, em que tece reflexões sobre o conjunto de telegramas trocados naquela ocasião.

Esse conjunto de fontes nos auxiliam a tecer reflexões e levantar elementos acerca da importância histórica dos movimentos diplomáticos, especialmente no que se refere ao resgate das relações presentes na tríade que envolvia Brasil – Portugal – Angola em meio do contexto de luta pelo fim do colonialismo em pleno século XX.

## 2. Olhar do Embaixador brasileiro acerca do contexto pós-Revolução dos Cravos

Na maioria das vezes, um relatório diplomático tem como intuito informar seu país a respeito dos acontecimentos e possíveis ações que o Estado pode tomar para alcançar benefícios políticos, econômicos, diplomáticos, sociais, dentre outros aspectos. Foi, portanto, com o intuito de apresentar a conjuntura pós *Revolução dos Cravos* e informar como estava a relação com suas *Províncias Ultramarinas*, que o embaixador brasileiro Fontoura enviou o relatório para o Brasil, buscando subsidiar o Ministro das Relações Exteriores Antônio Francisco Azeredo da Silveira para sua visita a Portugal. Já na introdução do documento<sup>4</sup> o embaixador discorre que,

A Embaixada do Brasil em Lisboa, com a finalidade de contribuir para o preparo da visita do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores a Portugal, fez preparar o presente estudo a respeito da conjuntura lusitana, descrita e analisada, em seus traços mais relevantes, nos domínios políticos, econômico e cultural, procurando ressaltar seu reflexo no plano dos negócios luso-brasileiros. Cuidou-se, ainda, de dar maior ênfase às possibilidades e aos meios da expansão ordenada das relações entre os dois países, algo ressentidas com a Revolução de 25 de abril e suas conseqüências em Portugal e suas colônias, uma das quais já soberana.

Não foi colocado à margem uma análise, posto que sumária, das relações atuais e potenciais do Brasil com a África de expressão portuguesa.

Da mesma forma, consta deste trabalho apêndice, elaborado pelo Adido da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, a propósito de questões de suas especialidades. Dada a premência de tempo, a vastidão da matéria e a fluidez das situações focalizadas, inseridas em contextos altamente dinâmicos e complicados por contradições ainda não ultrapassadas, este estudo, dentro dos limites sumários por mim estabelecidos, não poderia ter a pretensão de formular soluções para os problemas nele afluídos. Trata-se, assim, de mero brevíário, condensado dentro do possível, e, por isso mesmo, contendo simplificações analíticas, para as quais estou certo contar com a Tolerância da Vossa Excelência.<sup>5</sup>

240

O embaixador Fontoura aborda aspectos políticos, econômicos, culturais e descreve como se deu a transição do regime político português, como também enfatiza o potencial que visualizava em futuras relações do Brasil com os países do continente Africano que estavam em processo de libertação de Portugal. Importa salientarmos que os militantes que estavam à frente da *Revolução dos Cravos*, os chamados de Capitães de Abril, tinham tendências de esquerda, que a *priori* traziam algum receio ao governo brasileiro, pois temia-se atitudes esquerdistas do novo governo português. Cumpre observarmos que o embaixador Carlos Alberto da Fontoura, quando foi assumir a embaixada brasileira em Portugal, já em período pós-revolução, não foi bem recebido.

---

4. Procuramos manter as transcrições do relatório conforme o original.

5. Secreto nº 8. **Portugal (continente) territórios africanos de expressão portuguesa perspectiva das relações com o Brasil**. Embaixada do Brasil em Lisboa, 31 de outubro de 1974.



O governo português chegou a pedir para que fosse substituído por outro embaixador, pelo fato de Fontoura ser militar ligado ao Exército Brasileiro (foi chefe do Serviço de Informação - SNI), sendo assim acusado por exilados brasileiros em Portugal de servir a Ditadura Civil-Militar brasileira.

Fontoura só conseguiu assumir após o presidente Ernesto Geisel ter acenado que caso Portugal não o aceitasse, a embaixada brasileira em Portugal ficaria sem embaixador. Sendo assim, o governo português aceitou “a força” o representante brasileiro. A respeito desse episódio, o então presidente Ernesto Geisel comentou em uma entrevista à pesquisadora Celina D’Araujo,

[...] Logo no começo de meu governo, após a Revolução dos Cravos, tive um problema diplomático com Portugal. Havia sido nomeado o embaixador em Lisboa, pelo Médici, o general Carlos Alberto de Fontoura, que fora chefe do SNI. Por problemas de saúde de uma filha, ele protelou sua ida para lá. O novo governo português através de seu encarregado de negócio entre nós, manifestou o desejo de que o Fontoura não fosse o nosso representante. Certamente, os esquerdistas que haviam feito a revolução sabiam que ele vinha do SNI. Quando o Silveira me deu conhecimento dessa posição portuguesa, mandei que dissesse ao encarregado de negócios que Fontoura iria como nosso embaixador ou então não iria ninguém. Os revolucionários portugueses acabaram cedendo e o receberam muito bem como representante do Brasil. Mais tarde, Mario Soares veio em caráter oficial ao Brasil, conversou amistosamente comigo e foi bem acolhido, como sempre os portugueses o foram entre nós. Houve uma ocasião em que um grupo de militares portugueses queria invadir Portugal contra a Revolução dos Cravos, partindo do Brasil e com a nossa cooperação. Era uma loucura, uma fantasia. Coisa sem pé nem cabeça. Fizeram contato com o Itamarati e com militares nossos, mas foram fracamente dissuadidos de qualquer ação dessa natureza. (GEISEL apud D’ARAÚJO, 1997, p. 345).

241

No livro organizado pelo pesquisado Matias Spektor, *Azaredo da Silveira: um depoimento* (2010), o então ministro das Relações Exteriores do Brasil comenta sobre a posse do embaixador Carlos Alberto da Fontoura, indagado se houve problemas diplomáticos, discorreu,

Houve muito problema com ele, sim...Antes de tomar posse, o general Geisel havia negado ao presidente Médici se ele, Geisel que nomearia o [general Carlos Alberto] Fontoura para embaixada em Lisboa. Geisel aceitaria se o Médici fizesse acho que em janeiro [de 1974]. Houve o *agrément* em janeiro e ele foi submetido ao Senado logo na abertura dos trabalhos legislativos em 1º de março e depois foi nomeado pelo Médici. Só sei que ele só foi apresentar suas credenciais ao novo governo português. Antes disso, porém, enquanto ele ainda estava aqui, o novo governo tentou retirar o *agrément* [...] (SPEKTOR, 2010, p. 269).

Como havíamos exposto em linhas anteriores, o governo português não queria

o *agrément*<sup>6</sup> de Fontoura e Azeredo comentou como resolveu o problema:

Fui duríssimo com eles nesse telegrama. Disse que eles não tinham o menor direito de se meter de um ato de decisão do governo brasileiro; que tínhamos dado todas as provas de que reconhecíamos, respeitávamos e acataríamos as decisões a nível interno. Em contrapartida, não aceitaria que eles retirassem o *agrément* e que, se fizessem, não mandaríamos embaixador para Portugal. Fiz isso por várias razões: em primeiro lugar, porque não podia estabelecer uma divisão dessa natureza entre o governo Médici e o governo Geisel. O presidente Geisel nunca gostou demais do Fontoura, mas ele sabia o problema político que isso criaria para ele (AZEREDO DA SILVEIRA apud SPEKTOR, 2010, p. 270).

Observamos que Fontoura não era um diplomata de carreira, contudo como apontamos acima fazer parte de órgãos repressores contribuía para ascensão de cargo. Azeredo comentou em depoimento que em sua gestão reduziu ao máximo o número de pessoas que não eram da carreira diplomática: "em determinado momento, só havia um em Portugal, o [general Carlos Alberto] Fontoura, que tinha sido designado pelo presidente Médici e depois, o presidente Geisel ofereceu a embaixada em Paris ao Delfim [Neto]" (AZEREDO DA SILVEIRA apud SPEKTOR, 2010, p. 278).

Apresentado o perfil do embaixador Carlos Alberto da Fontoura, o seu relatório evidencia o quadro de um país em fase de diversas transformações nas quais as relações entre os dois países - Brasil e Portugal - eram complexas por conta do próprio contexto histórico, especialmente pelo fato do Brasil ser uma ex-colônia portuguesa, assim como também sua intensão de posicionar-se no cenário internacional com maior autonomia e liderança.

Neste sentido, observamos que a descolonização africana e o próprio período revolucionário português contribuíram para que setores de formação de opinião pública, em parte ligados ao governo brasileiro, enxergassem a importância de que o Brasil agisse com maior protagonismo no desmonte do Estado salazarista. O que podemos notar com o diplomata Azeredo da Silveira, que fez reflexões sobre a opinião de alguns setores da sociedade que queriam uma maior atuação do Estado brasileiro, é que:

O Carlos Lacerda, nessa época, por exemplo, me escreveu umas cartas que denotavam um certo desequilíbrio no pensamento dele. Eu me pergunto se ele não estava mais doente do que se achava que estava. Ele tinha uma aparência sã, mas as cartas que seguiam uma linha inteiramente de apoio àquele general que usava monóculo, o [Antônio de] Spínola... É muito difícil uma revolução, na segunda metade

---

6. Na linguagem diplomática significa consentimento de um Estado para que determinado diplomata estrangeiro seja nomeado para função em seu território.

do século XX, com um general de monóculo. Também não quero ser tão contra o monóculo assim [risos]. A verdade é que ele queria que eu apoiasse totalmente o Spínola. O [Júlio de] Mesquita [Neto], do Estadão, me telefonou uma noite, queria que eu fosse a Portugal, em pleno processo revolucionário, muito antes da época que (fui em fins de novembro). Achava que eu ia ser árbitro em Portugal: "O senhor tem todas as condições para ser arbitro". Disse: "Nem que eu tivesse condições. Não tenho direito de ser árbitro de nenhum outro país senão do Brasil, e cada vez vai ser mais europeu e menor, por causa disso mesmo" (AZEREDO SILVEIRA apud SPEKTOR, 2010, p. 267-268).

As duas pessoas citadas por Azeredo da Silveira, o primeiro, Carlos Lacerda, conhecido defensor do regime salazarista, que no período da Ditadura Civil-Militar brasileira contribuiu para ação da PIDE (Polícia Secreta Portuguesa) no Brasil em 1964, que torturou membros do MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola e MABLA – Movimento Afro-brasileiro de Pró Libertação de Angola, no então Estado da Guanabara, em que era governador, apoiava Spindola.<sup>7</sup> Já o jornalista Júlio de Mesquita Neto, do jornal *O Estado de S Paulo*, ficou exilado em Portugal e não tinha boas recordações do período que viveu sobre o regime salazarista e, ao regressar ao Brasil, noticiava em seu periódico notícias contra o jugo português em território africano. Ambos, que até então colocavam-se em posicionamentos divergentes<sup>8</sup> no que se referia a Portugal, nesse momento pediam a intervenção do Estado brasileiro. Contudo, percebemos que essa configuração não se concretiza.

243

Em contrapartida, mesmo com a solicitação de Carlos Lacerda para o apoio a Spínola, o Embaixador Fontoura expõe que este não estava em consonância com os jovens *Capitães de Abril*, pois havia sido apoiador de Salazar ao longo do processo colonial, mas acabou em desacordo com o regime, fato que o levou a escrever o livro

---

7. Para maior conhecimento sobre esse episódio consultar o livro *Torturas e Torturados* (1966), do jornalista e político Márcio Moreira Alves, dissertação *Movimento Afro-brasileiro de Pro-Libertação de Angola* (2010) e o livro *Relação Brasil/Angola* (2014), ambos de José Francisco dos Santos.

8. Cumpre observar que o grupo *O Estado de S Paulo* antes do golpe da autocracia militar pensou em apoiar para presidente do Brasil o jornalista e àquela altura governador do Estado da Guanabara Carlos Lacerda. Para maiores informações consultar dissertação *Movimento Afro-brasileiro de Pro-Libertação de Angola* (2010) e o livro *Relação Brasil/Angola* (2014).

*Portugal e o Futuro* no ano de 1974, como prova de seu rompimento com o regime.<sup>9</sup>  
Nas palavras do embaixador:

[...] A Revolução do 25 de abril, uma vez vitoriosa, logo demonstrou as contradições que lhe eram inerentes, pessoais umas, ideológicas outras. Planejada e executada pela jovem oficialidade, o movimento trouxe à cúpula do poder, mercê das circunstâncias do momento, um General conservador. Este rodeou de auxiliares de confiança, elevando alguns à Junta de Salvação (JSN) e aos comandos militares de relevo. Nem o primeiro, nem os segundos, por serem alheios à gênese do movimento, estavam afinados com o espírito que o 25 de Abril iria revelar, numa etapa posterior, fato este que surpreendeu a ambos. Spínola, posto que estranho ao aspecto conspiratório do 25 de Abril, emprestara força moral e política ao “Movimento das Forças Armadas”. Publicara “Portugal e o Futuro”, em desafio ao regime; recusara-se à conciliação proposta, deixando de comparecer ao espetáculo de vassalagem prestada pelos generais ao Presidente do Conselho; rompera com o Governo, forçando-o, ainda que contra a vontade, a demiti-lo de suas funções. Resto, o General pertencia por formação, pendor e até vinculação empresarial, como antigo diretor de companhia do “grupo Champalimaud” [sic]. Assim, o conflito subjacente, que era de geração e de doutrina, se exteriorizou ainda na fase, anormalmente larga, de escolha do chefe de Estado e formação do primeiro Governo Provisório.<sup>10</sup>

244

Podemos observar que o general Spínola tinha relações com o grupo *Champalimaud*, um conglomerado de empresas de propriedade de António de Sommer Champalimaud. Neste contexto, é importante ressaltarmos que durante o Estado Novo português houve apoio mútuo entre o Estado e este grupo empresarial, facilitando o desenvolvimento de negócios em Angola, Moçambique e até no Brasil. Como Spínola vislumbrava a derrota do regime salazarista e por sua visão moderada, era natural seu contato com empresários portugueses, que também tinham preocupações com a manutenção de seus negócios no novo regime.

Como Secco (2004) evidência em seu trabalho, era do interesse dos grupos

---

9. As atrocidades do regime salazarista sensibilizaram Spínola, que, como já inferimos, não via mais futuro nesse regime, passou a contribuir com o seu término. Importa para nosso texto destacar um trecho do livro do Lincoln Secco (2004), a respeito da repercussão do livro *Portugal e o Futuro*, “O documento de maior significado no período, no entanto, não veio dos capitães. O general Spínola, desejando antecipar-se à iniciativa deles e reaglutiná-los sob uma crítica moderada ao regime, antecipar a publicação do seu livro-bomba: *Portugal e o Futuro*, verdadeiro recorde de vendas. Admitindo que a dominação colonial estava num beco sem saída e que a solução não poderia ser de natureza militar, somente política, o general Spínola (1974, p. 56) advogava “o reconhecimento dos povos à autodeterminação” e o “recurso à consulta popular” (p. 160), uma “solução federativa” (p. 149) que contemplasse a independência progressiva das colônias, por sua integração numa “comunidade lusíada” com eleições democráticas dos seus representantes. Os objetivos de Spínola eram moderados e constituíam uma alternativa conservadora, pois se apresentavam como “antídoto à desagregação de Portugal pela via revolucionária” (p.133). O livro abalou pessoalmente o primeiro-ministro Marcello Caetano porque ainda que moderado para as exigências revolucionárias dos capitães, implicava o fim da estrutura de poder fascista e era escrito por um alto insuspeito, leal ao salazarismo e herói de guerra no ultramar” (SECCO, 2004, p. 109-110).

10. Secreto nº 8. **Portugal (continente) territórios africanos de expressão portuguesa perspectiva das relações com o Brasil**. Embaixada do Brasil Lisboa, 31 de outubro de 1974.

detentores dos oligopólios portugueses acompanhar o processo de mudanças políticas e econômicas que o país vivenciaria, pois grande parte do lucro destes grupos vinha das colônias africanas de Portugal, as quais tinham mercados fechados para exportação. Não obstante, Fontoura segue em seu relatório discorrendo sobre possível presença de membros da MFA (Movimento das Forças Armadas) na presidência:

Ao que tudo indicava, e agora se sabe, era Costa Gomes o candidato natural do "MFA" à Presidência da República. Naquela conjuntura, porém, o atual Chefe de Estado, lento na decisão, pois repele compromissos antes de estarem os jogos feitos, foi vítima de sua prudência, e também da falta de carisma de sua personalidade introvertida. Impunha-se, então, mais do que a escolha de um Presidente manipulável "vender" o 25 de abril ao povo português e ao mundo ocidental; Spínola, com a sua mística, construída pela publicidade do regime passado, pareceu, no momento, mais útil que Costa Gomes.

Cedo, porém, a Comissão Coordenadora do "MFA", que emergia como a força diretiva da Revolução, iria dar-se conta das dificuldades de carregar um símbolo como Spínola, sobretudo depois que este perdera sua utilidade real, desaparecia assim que a nova situação se consolidou.

A obra de Spínola, conceituada por Costa Gomes como "o livro da esperança nacional que foi o ideário da revolução das flores" só valeu ao "MFA", à falta de melhor arma, como instrumento adicional de polarização da oficialidade para revolta contra o antigo regime. Para o resto as teses de Spínola de nada serviram. Eram elas, em pontos essenciais, incompatíveis com o programa revolucionário.<sup>11</sup>

245

O embaixador brasileiro, ao discorrer sobre os rumos da presidência de Portugal, descreve Spínola como alguém que não corresponderia às ansiedades do MFA e, como ele mesmo havia exposto, Costa Gomes estaria mais preparado. Contudo, sua falta de carisma e sua introspeção levaram a não ter apoio para colocar-se como candidato. Fontoura é incisivo em dizer que o plano de Spínola não condizia com o projeto revolucionário do MFA.

O processo pelo qual Portugal passou pode ser de fato considerado como revolucionário, pois consegue a ruptura do Estado Novo Salazarista que perdurou por mais de 40 anos e se caracterizava a partir da manutenção de um sistema colonial anacrônico. Após o processo revolucionário, o país não teria mais condições morais para manter seu domínio sobre as, até então, colônias africanas. Tal conjuntura uniu-se com o descontentamento popular dos africanos, levando à construção de movimentos em prol da descolonização, os quais culminaram na liberdade de todos os países africanos que ainda estavam sob o jugo de Portugal. Sobre essa questão, Fontoura faz as seguintes considerações:

---

11. Secreto nº 8. **Portugal (continente) territórios africanos de expressão portuguesa perspectiva das relações com o Brasil**. Embaixada do Brasil Lisboa, 31 de outubro de 1974.

No domínio da descolonização, a Comissão Coordenadora do “MFA”, interpretando o vago enunciado de seu programa referente à política ultramarina, assim que depois do 25 de Abril, pôs-se deliberar, rejeitou o essencial das fórmulas desenvolvidas no “Portugal e o Futuro”. Aqueles, como se sabe, previam o reconhecimento imediato da autodeterminação, seguido de negociação para cessar fogo e da reconstrução das áreas devastadas. Numa segunda etapa, após a regionalização das estruturas políticas, econômicas e sociais, previa Spínola a realização de referendo, a fim de as populações interessadas decidirem a forma de associação ou integração a um Estado multirracial e plurinacional, por ele imaginado como factível: a República Federal Portuguesa. Uma vez no governo, em seu primeiro pronunciamento substancial sob a matéria, a 11 de junho, o Presidente, confrontado aí com o desmoronamento da posição estratégica portuguesa no ultramar, avançou até o limite máximo das concessões por ele admitidas: aceitou, como solução extrema e indesejável, tanto para Portugal quanto para as colônias, que o referendo contemplasse também a opção de independência total, concedida depois de regulado o estatuto dos cidadãos e dos investimentos portugueses. Mesmo essa concessão essencial, já em desacordo com seu pensamento original, foi considerada insuficiente pela Comissão Coordenadora, que interpretando a posição do MFA, queria o cessar-fogo incondicional, seguido pela paz imediata e acelerado desengajamento político, militar e econômico. Não interessava aos intérpretes da jovem oficialidade, cansada de treze anos de guerra, com seus soldados psicologicamente desmotivados, prosseguir combates, permanecer no terreno e retardar negociações para a defesa dos interesses colonialistas ou neocolonialistas do capitalismo português em África.<sup>12</sup>

246

O prognóstico apresentado a respeito do encaminhamento da Revolução dos Cravos infere que a população portuguesa estava farta de treze anos de guerra. Portanto, nas palavras do embaixador brasileiro, era indesejável, tanto para Portugal quanto para as colônias, que o referendo contemplasse também a opção de independência total. Cumpre observarmos que o “indesejável” referendo para independência total das colônias era sim mais que desejável para os territórios africanos. Registramos que o conflito de mais de treze anos foi conduzido justamente por grupos de resistência que não concordavam mais com o jugo português em solo africano.

### 3. A Representação brasileira em Angola: o papel de Ovídio de Melo

Em meio ao processo de descolonização dos territórios africanos de dominação portuguesa, o Estado brasileiro demonstrava interesse de aproximar-se dos futuros países independentes. Portanto, particularizaremos as reflexões no que se refere especificamente ao caso de Angola. O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Francisco Azeredo da Silveira, designou o diplomata Ítalo Zappa para chefiar o Departamento de África, Ásia e Oceania do Itamaraty.

Zappa nomeou para chefia da missão em Angola o diplomata Ovídio de

---

12. Secreto nº 8. **Portugal (continente) territórios africanos de expressão portuguesa perspectiva das relações com o Brasil.** Embaixada do Brasil Lisboa, 31 de outubro de 1974

Andrade Melo que, até então, ocupava posto de destaque em Londres. Em seu livro de memórias, o diplomata relata que ao ser designado à missão em Angola estava de férias no Brasil e procurou saber mais sobre o país que iria residir. Ressalta que, no Itamaraty, encontrou pouca coisa, inclusive enfatizando a existência de materiais fornecidos pelos portugueses. Aponta que nas livrarias do Rio de Janeiro as obras existentes versavam essencialmente acerca das contribuições civilizatórias dos portugueses na África. Ovídio Melo percorreu que inicialmente ficou em Nairóbi para encontros com as lideranças dos movimentos de independência de Angola e Moçambique. Em seu depoimento, cumpre destacarmos o seguinte trecho:

Minha missão à África, destinada a propor a criação das Representações Especiais em Lourenço Marques e Luanda, começou então em meados de janeiro, com os contatos que, de Nairóbi, no Quênia, com a cooperação do Embaixador Frank Mesquita, consegui estabelecer na Tanzânia, em Dar-es-Salaam, com a Frelimo de Moçambique, e com o MPLA de Angola. Agostinho Neto estava ausente de Dar-es-Salaam. Samora Machel, que recebera Zappa um mês e meio antes, designou para receber-me Marcelino dos Santos, Vice-Presidente, encarregado de Relações Exteriores da Frelimo. A primeira entrevista que então tive, com Marcelino dos Santos, no acampamento militar da Frelimo em Kurasini, nas imediações de Dar-es-Salaam, foi plácida. Expus-lhe os bons propósitos do Governo brasileiro e sua nova política para com a África. Propus-lhe a criação de uma Representação Especial em Lourenço Marques e salientei, da maneira mais convincente possível, as vantagens que tal missão permanente antecipada traria, para as relações com o Brasil e para reforço dos Acordos de Alvor, pelos quais Portugal prometia a independência de Moçambique em julho de 75. (MELO, 2009, p. 101.)

247

Percebemos que Ovídio Melo ficou na embaixada em Nairóbi para estreitar relacionamentos com os movimentos de independência, uma vez que em outros momentos o Estado brasileiro ficou ao lado dos portugueses. Em março de 1975, foi aberta a *Representação Especial em Angola*. Sua atuação se deu não somente nos movimentos de libertação, mas também em questões de prospecção de negócios de empresas brasileiras. Ao longo do período que ficou na Representação brasileira, Ovídio Melo mostra em seus telegramas ter tratado dos mais variados assuntos, os quais pautavam a questão comercial, a emigração de portugueses que queriam sair de Angola por conta da independência do país, além da guerra civil entre os três movimentos de libertação (MPLA, FNLA e UNITA).

Reforçamos que, no campo dos negócios, a presença brasileira foi marcante antes mesmo do processo de independência, a exemplo do grupo *Pão de Açúcar*, hoje umas das maiores multinacionais do setor de varejo do mundo, que iniciou suas atividades na cidade de São Paulo, em 1948 e, na década de 1970, abriu sociedade com a SUPA – *Companhia Portuguesa de Supermercados Pão de Açúcar*, uma empresa portuguesa, inaugurando uma significativa rede de supermercados em Angola.

Em telegrama no dia 11 de abril de 1975, Ovídio Melo percorreu:

Conversei hoje longamente, com o diretor do supermercado Jumbo em Angola, Senhor Pedro Monteiro, que me informou, com um mínimo de reserva comercial, sobre a situação de sua firma, frente à conjuntura política em Portugal e em Angola. 2. A firma portuguesa "Supa" (Companhia Portuguesa de Supermercado Pão de Açúcar) controla 40% da firma angolana "Africados" (África Supermercado S.A) que é a proprietária do Supermercado Jumbo, estabelecido em Luanda desde 1973. 3. A firma "Supa", portuguesa, tem seu capital constituído da seguinte forma: 45% pertencem à família do conselheiro Diniz, dona de vários supermercados em São Paulo; 25% pertenciam à Companhia de Seguros Impérios, que acaba de ser nacionalizada em Portugal, e por conseguinte, passaram a pertencer ao Governo português; 20% pertenciam à Companhia União fabril, também nacionalizada em Portugal; 10% pertencem a diversos acionistas, dos quais o principal seria Doutor Flores, cidadão português. 4. Assim, desde o começo, o interesse da família Diniz seria minoritário na SUPA, em relação aos capitais portugueses. E, como a SUPA, como um todo, tinha apenas 40% do interesse na "Africados", a participação de capitais brasileiros no Supermercado Jumbo é bastante pequena.<sup>13</sup>

O telegrama do diplomata evidência que, mesmo antes da independência, havia capital de empresas brasileiras em Angola, e o Estado brasileiro, por meio de sua representação, estava atento. Este fato também foi relatado pelo historiador José Sombra Saraiva em seu livro *Angola e Brasil* (1999, p. 240), em que registra em nota que a empresa *Pão de Açúcar* manteve suas lojas trabalhando em Luanda durante toda guerra e ainda afirma que o governo brasileiro deu cerca de cinco milhões de dólares para o grupo *Pão de Açúcar* para ajudar a manter Angola abastecida. O fato exposto pelo historiador Saraiva (1999), evidencia a presença do Estado brasileiro no sentido de buscar favorecimento financeiro para uma empresa brasileira, nesse caso o *Pão de Açúcar*. O telegrama de Ovídio Melo afirma que a participação de capitais financeiros brasileiros era pequena, embora possamos discutir se os alegados 40% apresentados seja uma parcela realmente pequena.

Durante o período do ano de 1975, houve visita de seus superiores a Angola e em uma delas o chefe do Departamento para África, Ásia e Oceania, Ítalo Zappa, ao chegar a Luanda, pediu que o levassem para um *detour* pela cidade. Segundo Ovídio Melo:

Zappa pediu-nos que lhe mostrássemos alguns dos estragos que os combates entre os Movimentos haviam causado à cidade. Isto era fácil, pois os maiores confrontos haviam ocorrido a uns dois quilômetros do Consulado. Num rápido "detour" mostramos aos recém-chegados três arruinados edifícios da Avenida Brasil que antes abrigavam forças da FNLA, e que haviam sido atacados com bazucas e canhões pelo MPLA. Zappa e Affonso Celso impressionaram-se com tão vastos estragos. Fomos depois para o Consulado e instalamo-nos no terraço, para lanchar e conversar. Em frente, na entrada da linda baía de Luanda, o tanque de gasolina de aviação da Shell queimava.

---

**13. Telegrama do representante especial do Brasil em Luanda, o embaixador Ovídio de Melo para a Secretária de Estado.** Índice: Situação do Supermercado Jumbo em Angola. Nº 30, em 11/04/75.



Estava vazio do combustível, felizmente. Mas continha ainda' gases que o levaram a incendiar-se por semanas consecutivas, sem explodir. Ao longe, em terra, certamente em Quifangondo,<sup>14</sup> troavam canhões. E esses tiros se escutavam perfeitamente no Consulado. Para Cyro, eu e Ivony, o incêndio, o ruído da artilharia já era rotina diária. Mas para Zappa e Afonso era novidade incômoda. (MELO, 2009, p. 15)

Vemos que, mesmo diante de um contexto de guerra, Melo ao discorrer sobre o assunto, tenta transparecer certa tranquilidade diante do cenário de destruição que Luanda se encontrava. Por outro lado, observamos na análise documental que Zappa ficou impressionado com a situação de Luanda por conta do conflito entre os três movimentos. Esse impacto, atrelado à conversas com líderes dos movimentos, o levou a escrever um telegrama particular para o chanceler Francisco Azeredo da Silveira, tecendo as seguintes considerações,

Transmito: "Em cumprimento a missão recebida, cheguei hoje a Luanda a fim de pessoalmente fazer uma avaliação da situação local, a cidade está tranquila na aparência, comparada com a que vi em dezembro passado vg [sic] é irreconhecível: lixo nas ruas, tráfego escasso, ausência de policiamento ostensivo, sinais, enfim, de que vive num intervalo da luta, esta, pelo que observei, foi intensa e indiscriminada, estou convencido de que a qualquer momento a luta será reiniciada, desta vez com caráter muito mais grave, por que antecedida de período para preparação logística nos dois lados: MPLA e FNLA, em companhia do ministro Ovídio Melo, acabo de entrevistarme com o primeiro ministro José N'Dele, decorridos três dias desde nossa ultima entrevista, realizam em Kampala, encontrei-o desta vez num estado de espirito que não hesito em classificar de desesperado e desesperador, não ficou a menor dúvida de que José N'Dele quis avisar ser iminente ou mesmo já ter ocorrido decisão do governo e afastada da cidade, aconselhou reiteradamente sob a evacuação do corpo consular e disse ter reformado seu parecer a retirada da população, pois "não se pode pedir das pessoas sacrificios dessa natureza".<sup>15</sup>

249

O cenário apresentado era de total catástrofe. Além disso, a conversa com o primeiro ministro José N'dele, ligado a UNITA, informou sobre a possibilidade de novos conflitos mais graves que os até então ocorridos, salientando inclusive que muitos diplomatas já haviam saído de Angola. Zappa prossegue suas considerações:

Contra a opinião do ministro Ovídio Melo, sou levado, por tudo quanto vi e ouvi, a

---

14. A respeito de Kifangondo, registramos um trecho do livro *A Batalha de Kifangondo 1975* (2013), organizado por Miguel Junior. Nesse livro o general Afonso de Castro descreveu a batalha de Kifangondo, enquadrada nos esforços empreendido pela FNLA que, depois de expulsa da capital, decidiu organizar forças e marchar exigindo sua volta. A chegada estava prevista para antes do 11 de novembro, dia em que o MPLA previa proclamar a independência. O objetivo era impedir a realização isolada do ato e também intimidar a população luandense para desencorajá-la a participar do evento. Isso passaria por ações de flagelamento à cidade com artilharia pesada do Morro da Cal, seguindo de um assalto à capital com o apoio de mercenários e tropas zaienses (JUNIOR, 2013, p13).

15. **Telegrama da Representação Especial brasileira** em Luanda para (particular) para Ministro de Estado (Chanceler Francisco Azeredo da Silveira), caráter – Urgentíssimo. Em 05/08/1975.

solicitar a vossencia [sic] considerar a decisão de ordenar a imediata retirada dos três funcionários do Itamaraty que permanecem neste posto sua permanência aqui já não serviria a nenhum objetivo, pois está claramente desborda a situação constitucional que a justifica, ao contrário, poderá essa permanência ser contraproducente na partir do momento em que pudesse ser interpretada como apoio a um dos movimentos, não equidistância em relação aos três, repito que foi representante máximo de um dos três movimentos que reiteradamente aconselhou a evacuação do pessoal do corpo diplomático, hoje de manhã cerca de três mil postulantes de visto colocaram-se, em desespero, frente ao consulado a fim de exigir concessão de vistos, o ministro Ovídio Melo aclamou-os com vagas palavras sobre a cooperação do Brasil com Angola, a tendência é que essa pressão sobre o consulado aumente e que venha a ocasionar incidentes de consequências imprevisíveis, se o consulado fica provisoriamente confiado à guarda de funcionários locais, mais facilmente poderão estes opor-se à pressão de todo o tipo, pois se tornará mais compreensível que a decisão não é do cônsul ou do Representante Especial, mas das autoridades competentes do governo brasileiro, Zappa.<sup>16</sup>

250 Ou seja, por um análise a respeito dos riscos visualizados, Ítalo Zappa pediu a retirada do representante especial Ovídio Melo. No entanto, como já demonstramos, o diplomata fazia leitura inversa e defendia sua permanência naquele país. Obviamente que o seu envolvimento com os acontecimentos não permitia ao mesmo enxergar que realmente Luanda não estava em condições salubres. Nesse contexto, é curioso observarmos que alguém ligado a um ofício, que muitas vezes tem como adjetivos a vida de um *bon vivant*, em nome de suas convicções optou por permanecer como representante especial do Brasil em Angola.

É importante informarmos que o telegrama em questão nos foi fornecido pelo próprio Ovídio de Melo, em contato que tivemos com ele no período de desenvolvimento da pesquisa. Além desse documento, Melo nos forneceu o telegrama que se refere a resposta de Azeredo da Silveira<sup>17</sup>, no qual discorre que:

Em resposta ao seu particular de hoje devo dizer a você, em primeiro lugar, que nunca tive dúvida de que deveríamos, eventualmente, pagar um preço por termos criado a Representação Especial junto ao Governo de Transição de Angola. Esse ato político consciente que praticamente leva-me – e o digo com absoluta franqueza – a concordar com a posição de Ovídio. Nossa posição de estrita não intervenção nos assuntos internos de Angola – manteremos – não nos levará a qualquer apoio ostensivo a qualquer dos três Movimentos, mas não impede tampouco de acreditar que, seja para o Brasil, seja para o universo ocidental a que pertencemos, uma eventual derrocada do MPLA no confronto com a aliança FNLA/UNITA seja uma solução melhor do que o prevailecimento [sic] puro o simples do MPLA, de notória orientação marxista. Nada disso quer dizer que o Ovídio poderá deixar de contar, a qualquer momento e em qualquer circunstância, com o meu apoio integral. Estão sendo estudados, com

---

16. Idem.

17. Curiosamente observamos que o chanceler Francisco Azeredo da Silveira, em seu livro de memórias *Azeredo da Silveira: um depoimento* (2010), embora em alguns trechos discorra sobre Angola, em nenhum momento comenta sobre episódio que envolveu a Representação Especial Brasileira em Angola.

a Marinha e a Aeronáutica, esquema de emergência. Creio que tanto você, quanto o Ovídio, me concedem o crédito de um chefe acima de tudo humano. O que acabo de dizer representa, pois, o somatório de minhas convicções honestas e de minha avaliação do quadro, olhado quer do ponto-de-vista do interesse nacional brasileiro, quer de considerações essencialmente humanas. (leia e destrua este telegrama, inclusive a fita respectiva). Um abraço muito afetuoso. Silveira.<sup>18</sup>

Porém, como visualizamos na resposta, o chancelar concorda com a posição do diplomata Ovídio de Melo e, mais que isso, defende a permanência considerando o “interesse nacional brasileiro”. Ou seja, para além da questão ideológica presente em um contexto de *Guerra Fria* e desconsiderando os riscos eminentes vivenciados pela equipe da representação brasileira em Angola, o terreno que se vislumbrava se situava no contexto de interesses econômicos e políticos. Econômicos no que diz respeito a possibilidades da consolidação de negócios favoráveis ao Brasil; políticos, que se mostram no anseio do estabelecimento de um novo poder em substituição ao desgastado e, por sua vez, rechaçado poder de Portugal.

No conjunto de documentos fornecidos pelo diplomata Ovídeo Melo temos um intitulado *Comentários aos textos telegráficos precedentes*, no qual procura responder a questões inerentes aos telegramas expostos acima. O diplomata segue discorrendo acerca da curta estadia que Zappa teve em Angola e evidencia o encontro com José N’Dele,

251

Zappa, por volta das 6 horas da tarde perguntou-me se ainda seria possível ser recebido por algum membro do governo. O governo já era de um só Movimento, o MPLA. Telefonei para Lopo do Nascimento, primeiro-ministro do único Movimento no poder. Já havia saído do palácio. Telefonei então para José N’Dele, que fora primeiro-ministro da UNITA, mas que continuava no palácio, apenas porque o MPLA tinha ainda esperanças de que aderisse ao vencedor. N’Dele estava e nos recebeu. Fomos imediatamente vê-lo. E, ao entrarmos em sua sala mostrou fingido espanto e exclamou dramaticamente: “por que os brasileiros ainda estão em Luanda, na Representação Especial? Por que não saíram, seguindo o exemplo dos ingleses?”. Depois, nos informou que ele próprio, N’Dele, deixaria Luanda no dia seguinte. E que compreendia agora a fuga dos portugueses de Angola. Sofreram muito, disse ele. N’Dele, que passara todo o ano sem definir-se, usando seu partido como um pêndulo entre o MPLA e a FNLA, agora definia-se de vez, explosivamente, porque tanto as forças militares da FNLA, quanto as da UNITA, tinham sido expulsas da capital. Não havia mais governo tripartite algum. O governo, agora, era só o MPLA (MELO, 2009, p. 152).

Ao se reunir com o representante José N’Dele, podemos inferir que, a essa altura o mesmo não representava efetivamente nenhum dos movimentos, pelo menos não em Luanda, pois os outros dois movimentos haviam montado um governo paralelo

---

**18. Telegrama do Ministério das Relações Exteriores** (Francisco Azeredo da Silveira) particular para o Ministro Italo Zappa para caráter Secreto - Exclusivo — Em 05/08/1975.

em Huambo, na altura ainda Nova Lisboa. Para além disso, visualizamos que em uma conjuntura de conflitos que disputavam a frente do governo do futuro país, N'Dele estava vinculado aos grupos divergentes ao MPLA, que assumia o governo provisório em Luanda. Seria de fato interessante que a representação brasileira abandonasse o território, conforme relata Ovídio de Melo:

Para mim, a explosão de N'Dele era irrelevante. Tinha eu em conta que a UNITA já se revelara insignificante como força militar nas lutas havidas e não tinha mesmo de participar do governo. O MPLA levava uma semana de acirrado conflito para expulsar as tropas do Zaire de Luanda e os guerrilheiros que seguiam Holden. A UNITA fora expulsa em uma hora, alguns dias depois, e fugira de Luanda sem tempo para vestir-se, com os sapatos nas mãos, segundo voz corrente na cidade. Zappa, no entanto, impressionou-se muito com o alarme e o pânico de N'Dele. E, quando voltamos ao Consulado, depois de um longo período de silêncio, postou-se no meio da sala, pediu-nos que o escutássemos com atenção e declarou que já achava o sacrifício que fazíamos em Luanda, completamente desnecessário. Por isso, queria passar um telegrama para Silveira sugerindo que a Representação fosse fechada, e que nos retirássemos com urgência para o Brasil [...].

252 Como sabemos, o MPLA era ligado ideologicamente pelo menos por parte da cúpula do movimento à esquerda, nomeadamente à União Soviética e Cuba, na conjuntura da Guerra Fria, que destoavam da conduta da Ditadura Civil-Militar, na qual se encontrava o Estado brasileiro. Embora Ítalo Zappa seja considerado de esquerda por Elio Gaspari (2002), visualizamos uma postura contraditória a medida em que ele demonstra uma postura radical no que se refere a tentativa da retirada da Representação Brasileira de Angola, o que poderia fragilizar o processo de independência em curso. Neste sentido, vale a pena visualizarmos mais elementos que demonstram a postura de Ovídio de Melo:

[...] Opus-me imediatamente a esta determinação do chefe do Departamento. Disse-lhe que, pelas funções que exercia, poderia ele utilizar nosso telex para sugerir o que bem quisesse ao Ministro de Estado, até mesmo o fechamento da Representação, mas que imediatamente depois do telegrama dele, seguiria um telegrama meu, explicando porque eu insistia em que a Representação perdurasse em Luanda. Evidentemente, se em março havíamos chegado a Luanda proclamando isenção, equanimidade, neutralidade, entre os três movimentos; declarando que aceitaríamos qualquer deles como vencedor na data para a independência, agora, em agosto, não poderíamos nos retirar. Vencedor, já havia: o MPLA. E se nos retirássemos a esta altura do ano nada poderia assegurar-nos que o Brasil reconheceria a tempo e hora, em novembro, Angola independente. Se não reconhecêssemos Angola independente prontamente teríamos perdido todo o nosso sacrifício em Luanda durante oito meses de luta incessante. Moçambique ficaria ainda mais decepcionado conosco. E a África inteira diria que o Brasil não era confiável, nem no trato com os africanos que falam português (MELO, 2009, p. 153).

A análise de Ovídio de Melo demonstra efetiva segurança em relação ao desfecho final do processo revolucionário em Angola. Para ele não havia mais dúvidas de que o MPLA conduziria as rédeas do novo país, dissolvendo desta forma os argumentos de Zappa. E, para além disso, o diplomata enfatiza a importância de se manter naquele território para que, posteriormente, o Brasil pudesse de fato, a partir do reconhecimento imediato da independência de Angola, conquistar os elementos almejados que se referem especialmente aos aspectos econômicos e políticos. Portanto, o ineditismo do reconhecimento brasileiro ao Estado angolano se mostra como resultante de um esforço diplomático que teve como principal propulsor Ovídio de Melo.

### Considerações Finais

Enfim, podemos dizer que a atuação de Ovídio de Andrade Melo foi essencial para que o Brasil construísse o posicionamento diplomático que mais lhe convinha. Podemos ainda considerar que embora o governo brasileiro hoje exalte seu protagonismo no reconhecimento da independência de Angola, esse fato se deu por conta da postura contundente de alguns representantes do Estado. Dentre os principais protagonistas neste processo podemos nomeadamente citar o próprio Ovídio Melo; o presidente Geisel, com o estabelecimento de sua política externa pragmática; o chanceler Azeredo da Silveira.

Ressaltamos que algumas peças ainda não encaixam nesse “quebra cabeça”, e, portanto, acreditamos que existam outros nomes, os quais esperamos conhecer ao longo do tempo, por meio de investigação pautada nas memórias de protagonistas *ad hoc* que possam contribuir com mais revelações acerca do processo de reconhecimento da independência de Angola, que como pudemos constatar, não foi tarefa fácil.

### Referências Bibliográficas

- ALVES, Marcio Moreira. **Torturas e Torturados**. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1966.
- CABAÇO, José Luís. **Moçambique**: Identidade, Colonialismo e Libertação. São Paulo: EDUNESP, 2008.
- D'ARAÚJO, Celina e CASTRO Celso. (orgs) **Ernesto Geisel**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.
- Documentos da Representação Especial do Brasil em Luanda**, de março a dezembro de 1975, contendo relatórios, memorandos, telegramas, entre outros.

- GASPARI, Elio. **A Ditadura Derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. **Os Filhos da Terra Sol: A formação do Estado-nação em Cabo Verde**. São Paulo: Sumunus, 2002.
- JUNIOR, Migue (Org) . **A Batalha de Kifangondo 1975: Factos e Documentos**. Luanda: Mayamba, 2013.
- MAXWELL, Kenneth. **O Império Derrotado - Revolução e Democracia em Portugal**. São Paulo. Companhia das Letras, 2006.
- MELO, Ovídio de A. **Recordações de um Removedor de mofo no Itamaraty**: Relatos de política externa de 1948 à atualidade. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.
- MELO, Ovídio de Andrade. O Reconhecimento de Angola pelo Brasil em 1975. Originais do livro, cedido pelo autor.
- Relatório da Embaixada do Brasil em Lisboa "Portugal (continente) - Territórios Africanos de Expressão Portuguesa: Perspectivas das Relações com o Brasil", 31 de outubro de 1974.
- SANTOS, José Francisco dos. **Angola**: ação diplomática brasileira no processo de independência dos países africanos em conflito com Portugal no cenário da Guerra Fria. Tese de doutorado em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2015.
- SANTOS, José Francisco dos. **Movimento Afro-brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA)** – "Um Amplo Movimento": Relação Brasil e Angola de 1960 a 1975. Dissertação de Mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2010.
- SANTOS, José Francisco dos. **Relação Brasil/Angola**: A participação de brasileiros no processo de libertação de Angola, o caso do MABLA e outros protagonistas. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2014.
- SANTOS, José Francisco. **Angola**: política externa brasileira para África no olhar de Ovídio de Andrade Melo. Salvador: Sagga, 2018.
- SARAIVA, José Flávio S. e PANTOJA, Selma. (org). Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul. Rio de Janeiro, 1999.
- SECCO, Lincoln. **A Revolução dos Cravos** - e a Crise do Império Colonial Português. São Paulo: Alameda, 2004.
- SPEKTOR, Matias. (Org). **Azeredo da Silveira: um depoimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- SPINOLA, Antonio. **Portugal e o Futuro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1974.